

PATRÍSTICA

ORÍGENES

Tratado sobre os Princípios



ORÍGENES

TRATADO
SOBRE OS PRINCÍPIOS



Índice

APRESENTAÇÃO

SOBRE OS PRINCÍPIOS DE ORÍGENES

1. PERFIL DA PERSONALIDADE DE ORÍGENES
2. O TEXTO DO TRATADO SOBRE OS PRINCÍPIOS
3. A OBRA Peri Archōn (SOBRE OS PRINCÍPIOS)
4. ORÍGENES, “O GÊNIO DO CRISTIANISMO”
5. A EDIÇÃO BRASILEIRA DO Peri Archōn

Prólogo de Rufino

Prefácio

1ª Parte: Exposição geral

O Pai, o Filho e o Espírito Santo

1. Deus
2. Cristo
3. Espírito Santo
4. A degradação e a queda
5. As naturezas racionais
6. Do fim, ou da consumação
7. Os incorporais e os corporais
8. Os anjos

O mundo e as criaturas

1. O mundo
2. A eternidade da natureza corporal
3. O começo do mundo e suas causas
4. O Deus da Lei e dos profetas é o mesmo que o Pai do Senhor Jesus Cristo
5. O justo e o bom
6. Como o Salvador revestiu a natureza humana
7. O Espírito Santo
8. Sobre a alma
9. Do mundo, dos movimentos das criaturas racionais, boas ou más, e das suas causas
10. A ressurreição
11. As promessas

Prefácio de Rufino

1. Sobre o livre-arbítrio
2. As potências adversárias
3. As três formas de sabedoria
4. Se é verdade o que dizem que cada um tem duas almas
5. O mundo começou no tempo
6. Sobre o fim do mundo

A propósito do caráter inspirado da Escritura divina e como ela deve ser lida e compreendida

1. As Escrituras são inspiradas por Deus
2. Entendimento literal das Escrituras
3. Exegese
4. Recapitulação sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo e os outros assuntos que foram acima apresentados

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 40, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”, e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com centenas de títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras destes autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar anotações excessivas, as longas introduções estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infíndas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém, séria.

Cada obra tem uma introdução breve com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de

compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos Pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras de escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, das origens dessa doutrina, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico, e da evolução do pensamento teológico dos Pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos Padres da Igreja distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunho particularmente autorizado da fé. Na tentativa de eliminar as ambiguidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e antiguidade são ambíguos. Não se espere encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a Antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de s. João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda tradição posterior. O valor dessas obras que agora Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: “Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim, arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar este fim. (...) Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual”

(B. Altaner e A. Stuber, Patrologia, São Paulo, Paulus, 1988, pp. 21-22).

A Editora

SOBRE OS PRINCÍPIOS DE ORÍGENES

Bento Silva Santos

Entre os escritores eclesiásticos da Igreja antiga, a figura de Orígenes (c. 185-253) destaca-se singularmente seja pela sua personalidade ímpar, seja pela sua vastíssima produção literária, seja, enfim, pela profundidade teológica, espiritual e exegética de seus escritos, quando o comparamos com os seus contemporâneos e avaliamos a sua recepção ao longo da história da teologia.

Em vista de introduzir o leitor na compreensão de uma das principais obras de Orígenes, traduzida pela primeira vez em português, percorreremos o seguinte itinerário: uma breve síntese biográfica (1), um resumo dos principais testemunhos da tradição textual (2), um comentário sobre o título original *Peri Archōn*, sobre a divisão tradicional que é de ordem editorial, acerca do plano da obra e de uma eventual ordem mais lógica, sobre as metodologias utilizadas e os erros combatidos por Orígenes (3)¹ e, por fim, sobre a edição brasileira (4).

¹ Para o leitor incipiente na literatura cristã antiga, especialmente em se tratando do rico e complexo pensamento de Orígenes, ver a síntese de Claudio MORESCHINI, *História da Filosofia Patrística*, São Paulo: Loyola, 2008, p. 137-183. Quanto às heresias combatidas em geral no *Peri Archōn*, ver especialmente R. FRANGIOTTI, *História das heresias – Conflitos ideológicos dentro do cristianismo*, São Paulo: Paulus, 1995. Como Orígenes incidiu em erros dogmáticos em função de sua preferência pela exegese alegórica e por causa da influência da filosofia platônica, ver também a exposição sobre a sua doutrina em B. ALTANER & A. STUIBER, *Patrologia. Vida, Obras e Doutrinas dos Padres da Igreja*, 3ª ed., São Paulo: Paulus, 2004, p. 203-215.

1. PERFIL DA PERSONALIDADE DE ORÍGENES²

Orígenes nasceu provavelmente no ano de 185 em Alexandria no seio de uma família cristã. Seu pai chamava-se Leônidas, que lhe proporcionou sólida formação cultural e cristã, instruindo-lhe nas Escrituras e nas ciências profanas. Quando seu pai sofreu o martírio no ano de 201 na perseguição de Sétimo Severo, o jovem Orígenes desejou de um modo veemente padecê-lo também. Se sua mãe não tivesse escondido suas vestes, de modo que não pudesse sair à rua, Orígenes teria seguido a mesma sorte de seu pai. Em consequência do martírio de Leônidas, o Estado confiscou os bens de sua família, e Orígenes teve que abrir uma escola de gramática para poder sustentar sua mãe e seus seis irmãos. O bispo Demétrio confiou-lhe também a formação dos catecúmenos. Mais tarde, quando sua família superou as necessidades mais urgentes para sobreviver e pôde prescindir de sua ajuda, Orígenes abandonou o ensino da gramática e dedicou-se plenamente à docência catequética.

Deixando-se levar pelo ardor juvenil, e tomando ao pé da letra o trecho de Mt 19,12 sobre os eunucos pelos reinos dos céus, mutilou-se a si mesmo. Com a idade de 25 anos (ano de 210), ele seguiu em Alexandria alguns cursos de filosofia como discípulo de Amônio Sacas, pai do neoplatonismo (segundo Eusébio de Cesareia). Entrementes, seu *Didaskaleion* foi adquirindo paulatinamente grande desenvolvimento, de tal sorte que confiou aos cuidados de seu auxiliar Héraclas o ensino dos catecúmenos, enquanto ele mesmo utilizou todos os esforços para formar os alunos mais prendados. Entre os ouvintes de sua escola estava Ambrósio, a quem Orígenes convertera do gnosticismo à fé ortodoxa. Sendo um homem de grandes posses econômicas, Ambrósio exerceu um influxo determinante sobre Orígenes, facilitando-lhe os meios necessários para que pudesse consagrar-se ao trabalho intelectual e pastoral.

Em 212, Orígenes realizou uma viagem a Roma, “para ver a antiquíssima Igreja de Roma”. Aí conheceu o presbítero Hipólito. Posteriormente viajou para Cesareia, na Palestina, onde, a pedido do bispo Teotito, e de Alexandre, bispo de Jerusalém, pregou nas assembleias cristãs, apesar de ser leigo, o que provocou o protesto de Demétrio, o metropolitano de Alexandria, que o chama novamente para Alexandria. Transladou-se também para a província romana da Arábia (atual Jordânia) a pedido do governador da dita província, que desejava ser instruído pelo Alexandrino. Entre os anos 218 e 222, dirige-se a Antioquia, convidado por Júlia Mameia, mãe do imperador Alexandre Severo, que desejava informar-se sobre o cristianismo.

No ano 231, recebe um convite dos bispos da Acaia (Grécia) para que faça intervenção em uma discussão com um grupo de hereges. Durante essa viagem, passando por Cesareia na Palestina, os bispos Teotito e Alexandre, seus amigos, ordenaram-no presbítero, sem a permissão de Demétrio de Alexandria e apesar de sua mutilação voluntária, o que acarretava uma irregularidade para receber o presbiterado.

Mais tarde, quando Orígenes regressa a Alexandria, Demétrio convoca um sínodo que o destitui do sacerdócio e o expulsa do país. Diante dos fatos ocorridos, Orígenes retorna a Cesareia, onde é acolhido pelos seus amigos e funda uma nova escola, semelhante à de Alexandria. Permaneceu durante vinte anos à frente dessa escola, desenvolvendo intensa atividade literária e de pregação. Temos notícia de que ele viveu alguns anos (235-238) em Cesareia na Capadócia, convidado pelo bispo Firmiliano, podendo assim livrar-se da perseguição de Maximino. Por volta do ano 244, Orígenes empreendeu uma viagem à Arábia e intervém em um sínodo, logrando a conversão do bispo Berilo de Bostra, imbuído de patripassianismo.

No ano de 250, sob a perseguição de Décio, acabam todas as suas atividades. É lançado na prisão, sofre cruéis torturas e confessa valentemente sua fé. A morte do imperador fez com que cessasse a perseguição. Em consequência das torturas sofridas na prisão, morreu provavelmente em 253 (ou 254) aos sessenta e nove anos de idade, em Tiro.

2. O TEXTO DO TRATADO SOBRE OS PRINCÍPIOS

Tudo que chegou até nós do *Peri Archōn* de Orígenes foi transmitido por testemunhas dos séculos IV e VI. Em virtude especialmente das controvérsias posteriores sobre a obra de Orígenes, sobretudo em consequência da política imperial no século VI de destruir os escritos do Alexandrino, o texto do *Peri Archōn* não foi conservado na língua original grega, mas somente na tradução latina de Rufino de Aquileia. Tanto a tradução, supostamente mais literal, feita por Jerônimo no século IV quanto a resposta dada à versão de Rufino igualmente perderam-se. Além da tradução latina, há uma série de testemunhos procedentes da tradição antiga que contribuem de modo significativo para a reconstrução do teor original da obra *Peri Archōn*.

A presente situação implica várias questões críticas, que incidem diretamente na correta compreensão das intenções de Orígenes ao elaborar o *Peri Archōn* em Alexandria. Aos críticos ferozes do *Peri Archōn* nos séculos IV e VI escaparam as intenções genuínas de Orígenes como teólogo e *ekklesiastikos* do século III: conciliar a fidelidade à Tradição eclesial com certa possibilidade de pesquisa, que deixa lugar, ao lado das afirmações dogmáticas sobre pontos seguros, às hipóteses ou opiniões apresentadas de maneira dubitativa.³ A julgar pela recepção da obra na tradição sucessiva, como, por exemplo, a resenha que nos ofereceu Fócio no século IX, do exemplar do *Peri Archōn*, é possível deduzir facilmente que Orígenes não compôs essa obra de uma só vez, mas, sim, em etapas sucessivas. Vejamos, antes de tudo, os testemunhos mais antigos do *Peri Archōn* para, em seguida, discorrermos sobre a divisão tradicional e as propostas de uma ordem mais lógica da obra.⁴

A. Os extratos da Filocalia

Contendo dois longos extratos do *Peri Archōn* na língua original, possuímos os extratos da *Filocalia de Orígenes*, elaborados provavelmente em torno dos anos 358-360 por Basílio de Cesareia e Gregório de Nazianzo no Ponto, no quadro da vida monástica de ambos, como uma antologia formada exclusivamente por textos de Orígenes.⁵ Não sabemos quase nada acerca das circunstâncias pelas quais foi composta sob o título “Filocalia de Orígenes” uma antologia de textos do Alexandrino. Os manuscritos que copiaram a *Filocalia* transmitiram no início da coleção três documentos: uma breve carta de Gregório de Nazianzo, anunciando que a *Filocalia de Orígenes* é enviada como presente a um bispo; um Prólogo assaz longo, de época posterior, denunciando a presença de erros origenistas em certos capítulos da coleção; enfim, a lista dos títulos dados aos vinte e sete capítulos. Esses dois primeiros documentos – a carta de Gregório de Nazianzo e o Prólogo anônimo – fornecem e definem o objeto da *Filocalia*: ora trata-se de “extratos úteis aos filólogos”, ora o livro contém “uma escolha de pesquisas e soluções concernentes às Escrituras”. No primeiro caso, o termo “filólogo”, que em Orígenes designava ainda principalmente os *pagãos* letrados, adquiriu importância paulatinamente entre os cristãos para anunciar aqueles que se consagravam ao estudo da Bíblia e cuja formação intelectual tornava capazes de examinar os textos bíblicos com as técnicas que utilizam os filólogos profanos. No segundo caso, o objeto da *Filocalia* consiste em dar exemplos de “pesquisas e soluções” sobre as Escrituras. De fato, vários textos da *Filocalia* apresentam-se como “pesquisas” sobre um problema de exegese e mais ou menos todos feitos de discussões de versículos escriturísticos.

Os dois assuntos principais da *Filocalia* são a hermenêutica e a doutrina do livre-arbítrio. *Filocalia* I,1-27 conserva a maior parte do tratado sobre a Santa Escritura do *Peri Archōn* IV,1-3, e *Filocalia* XXI,1-23 traz o tratado sobre o livre-arbítrio do *Peri Archōn* III,1. Considerando o caráter antológico da obra e a prudência dos filocalistas, o texto grego que eles nos oferecem não pode ser considerado simplesmente como o texto genuíno de Orígenes, uma vez que aí se encontram numerosas abreviações e omissões. Graças a essa antologia, porém, é possível fazer uma ideia mais exata da maneira de traduzir de Rufino e, em alguns casos, da presumida fidelidade de Jerônimo.

B. A versão latina de Rufino de Aquileia († 410)

O segundo testemunho – e o único em sua integralidade – que chegou até nós da obra *Peri Archōn* é a versão latina de Rufino, atestada em trinta e quatro manuscritos. Como deixa entrever no *Prefácio* à sua tradução, Rufino foi instado por certo Macário para traduzir as obras do Alexandrino para os ouvidos romanos. Embora não seja nomeado formalmente nos dois §§ 1-2, Rufino visa certamente Jerônimo (c. 347-420) com as expressões “nosso irmão e colega”, cuja “ciência, competência e eloquência” tinham se mobilizado para “romanizar Orígenes”. No final de 397, ele começou então este projeto de tradução pelo primeiro livro da *Apologia em favor de Orígenes* de Pânfilo. Em seguida, Rufino traduziu o *Peri Archōn*: os dois primeiros livros durante a quaresma de

398, e os dois outros antes do final do verão. Ele inseriu em sua versão do *Peri Archōn*, com breves retoques, as passagens que já aparecem naquela da *Apologia*, cujo primeiro livro traduzira para o latim. Em relação à confiabilidade das traduções latinas de Rufino como um todo, Antonio Grappone mostrou que os críticos evoluem entre uma severidade assaz grande e uma apreciação muito positiva, senão quanto ao próprio texto traduzido, ao menos, porém, em relação ao pensamento de Orígenes.⁶

C. Os fragmentos de Jerônimo († 420)

No final do verão de 398, um exemplar da tradução latina de Rufino divulgada na Itália provocou escândalo entre os amigos romanos de Jerônimo, que até a controvérsia origenista foi profundo admirador de Orígenes como sendo o grande mestre da exegese. Eis a razão do “escândalo”: segundo declara o próprio Rufino em seu *Prefácio*, ele a tinha expurgado o mais possível das doutrinas heterodoxas, apenas interpoladas pelos heréticos. Os amigos então exigiram que Jerônimo opusesse a essa versão infiel de Rufino uma tradução exata do *Peri Archōn* para evidenciar a heterodoxia de Orígenes. Já como adversário de Orígenes, traduziu os 4 Livros do *Peri Archōn* para combater seu ex-amigo Rufino. Dessa tradução supostamente literal, só restam fragmentos. Verdade é que esta tradução contém tudo o que Rufino tinha omitido, opiniões “perigosas” que dizem respeito à Trindade, ou repetições. Realizada para mostrar o quanto Orígenes era herético e Rufino infiel, a tradução reflete mais as interpretações menos objetivas de Jerônimo do que uma versão que respeite o movimento do pensamento de Orígenes e suas intenções genuínas.

D. As citações de Justiniano imperador († 564)

Em sua defesa da ortodoxia e luta violenta contra o origenismo, o imperador Justiniano I (527-564) interveio em duas ocasiões: primeiramente, com a *Carta a Menas* (*Edito* de 543), bispo de Constantinopla (536) (e os dez anatematismos que a acompanham); em segundo lugar, no ano de 553, com a *Carta ao Santo Sínodo* por ocasião do V Concílio Ecumênico (Constantinopla II). Desses documentos destacam-se especialmente as vinte e quatro citações do *Peri Archōn* contidas na *Carta a Menas*. As interpretações desses fragmentos do florilégio projetam sobre Orígenes doutrinas do origenismo da época; ainda que a *Carta a Menas* reproduza provavelmente em parte o *Peri Archōn*, o florilégio não fornece o contexto, expressa frequentemente sob forma afirmativa o que é dito por Orígenes de forma dubitativa e, especialmente, pertence à coleção de “pérolas” heréticas citadas para manchar a memória do Alexandrino. Em resumo: nem os fragmentos de Jerônimo, nem os de Justiniano “podem ser considerados como sendo em todos os casos a tradução ou reprodução fiel do texto de Orígenes, mesmo quando eles coincidam literalmente”.⁷

E. O Codex 8 da Biblioteca de Fócio

Mesmo que seja breve, a recensão que Fócio elaborou do *Peri Archōn* é

importantíssima para reconstruir o original. Vejamos o essencial de tal recensão, deixando de lado os juízos negativos emitidos por Fócio sobre a obra de Orígenes:

Lido o *Tratado dos Princípios* de Orígenes, em quatro volumes, o primeiro dos quais trata do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Neste volume há abundância de blasfêmias, quando diz que o Filho foi feito pelo Pai, o Espírito pelo Filho e que [a atividade d'] o Pai passa através de todos os seres; a do Filho [acima], tão só nos seres racionais, ao passo que a do Espírito, unicamente nos que se salvam [...]. O primeiro volume, portanto, contém uma série de fábulas que tratam *Do Pai* e – como ele diz – *Do Cristo* e *Do Santo Espírito*, como também *Dos seres racionais*.

O segundo [volume] trata *Do mundo e das criaturas que estão contidas nele*, bem como que *há um só Deus da Lei e dos Profetas e que ele mesmo é o Deus do Antigo e do Novo Testamento, Da encarnação do Salvador* e que o mesmo Espírito [se encontra] em Moisés e nos outros Profetas e nos santos Apóstolos; trata ainda *Da alma, Da ressurreição, Do[s] castigo[s], Das promessas*.

O terceiro [volume] trata *Do livre-arbítrio*; [examina] *como o diabo e as potências contrárias combatem – segundo as Escrituras – o gênero humano*; [afirma] que *o mundo foi feito e é corruptível por ter começado no tempo*.

O quarto [volume] trata *Do fim*; [sustenta] que *as Escrituras são divinas*; finalmente (*telos*, adverbial) [mostra] *como se deve entender as Escrituras*.⁸

Como podemos constatar, Fócio situa o tratado *Sobre o fim* no início do Livro IV, e não no final do III, como o fazem tanto Rufino e Jerônimo. Consequentemente, o quarto volume do exemplar do *Peri Archōn* que Fócio possuía acabava com o duplo *excursus* sobre as Escrituras. Como explicar essa situação? Normalmente é dada a seguinte solução: ou Fócio enganou-se, ou o manuscrito lido por ele possuía uma disposição diferente daquela dos *códices* utilizados por Rufino, Jerônimo e Justiniano que o precedem de cinco a três séculos.

O que dizer sobre os testemunhos que acabamos de resumir? Se há sérias dificuldades de ordem crítica nas traduções e nos fragmentos da obra *Peri Archōn*, chegou-se às vezes à tentação de ater-se somente aos textos das grandes obras conservadas em grego para reconstituir o pensamento de Orígenes; mas habitualmente se excetuava o *Peri Archōn*, que, deixando de lado Rufino mais ou menos desqualificado, cada especialista reconstituía ao seu modo para voltar a encontrar nele o Orígenes que se imaginava. Procedendo assim, o investigador se priva de muitas riquezas e corre-se o risco de distorcer perigosamente o retrato de Orígenes, especialmente porque assim se elimina a grande maioria das homilias e são supressas em parte o espiritual, o pastor e o cristão. Segundo Henri de Lubac, o verdadeiro método a seguir é este:

Neste caso, mais do que em outros, o verdadeiro remédio não é a abstenção, mas, ao contrário, a utilização massiva. Para ter a probabilidade de chegar até o Orígenes autêntico, devemos multiplicar as citações. Então as passagens paralelas se controlam, se determinam e se comentam mutuamente, sobretudo quando se enfrentam, por exemplo, uma frase do latim de Rufino, outra do latim de Jerônimo, e uma terceira

conservada no original. Na realidade isso não é raro, e destas confrontações se depreende uma impressão de unidade.⁹

Para demonstrar a inautenticidade de um texto, os argumentos de crítica externa são evidentemente os mais sólidos, quando os da crítica interna são frequentemente assaz discutíveis, especialmente quando se fundamentam em uma pretensa incompatibilidade entre o que o texto contém e o que Orígenes diz em outras obras. Em se tratando da fecundidade literária de Orígenes, razão pela qual foi apelidado por Eusébio de Cesareia como *Admantios* – homem de aço –, seu pensamento está repleto de tensões internas e nenhum texto o revela completamente sobre algum ponto preciso.

3. A OBRA *Peri Archōn* (SOBRE OS PRINCÍPIOS)

O *Peri Archōn* ou *Tratado sobre os Princípios*, cuja redação pode ser colocada diacronicamente entre os anos 220 e 230, faz parte das obras escritas por Orígenes em Alexandria segundo o testemunho de Eusébio de Cesareia no século IV.¹⁰ Entre outras, já teria composto o *Comentário aos Salmos 1-25*, os *Stromata* ou *Tapeçarias*, o *Tratado sobre a Ressurreição*, os *Comentários às Lamentações*, os primeiros volumes do *Comentário ao Gênesis*, quando provavelmente fez a primeira redação do *Peri Archōn*. Se observarmos a maneira como é estruturada a obra, será possível afirmar com fundamento de causa que o *Peri Archōn* reflete os cursos ministrados por Orígenes em seu *Didaskaleion* de Alexandria para a formação teológica dos jovens mais promissores e inteligentes,¹¹ enquanto a primeira iniciação catequética dos incipientes foi confiada ao seu auxiliar Héraclas. Para entender o conteúdo do *Peri Archōn*, vejamos, sucessivamente, o significado do título da obra, a sua divisão tradicional e uma possível ordem mais lógica proposta pelos comentadores.

A. O título

Como podemos constatar pelo *Prólogo* à sua tradução latina, Rufino conservou o título original da obra, mas o traduziu com uma *hendíadis*: *Peri Archōn, quod uel De Principiis uel De Principatibus dici potest* (“*Peri Archōn*... que trata dos Princípios, ou dos Fundamentos”). O título da obra adquire uma importância diferente conforme o significado a ser dado ao termo grego *archē*, ou seja, *principium* = *princípio*. Assim, os “Princípios” podem significar ora princípios da fé cristã ou princípios metafísicos da existência e do conhecimento, mas para Orígenes o título conserva intencionalmente certa ambiguidade entre os dois significados, e tal ambiguidade reflete fundamentalmente a metodologia utilizada pelo *Peri Archōn* que parte da Revelação bíblica, mas procura, ao mesmo tempo, perscrutar mais profundamente o que está apenas dito nas Escrituras, servindo-se da razão e de uma problemática que procede da filosofia de seu tempo.

A obra, portanto, se insere no conhecido gênero literário filosófico que especula sobre os Princípios,¹² que, para Orígenes, são os Princípios em sentido amplo: a Trindade, as criaturas racionais, o mundo, sendo só o Pai um princípio em sentido estrito. Orígenes não pretendia discorrer sobre tais princípios de maneira dogmática, mas apresentava na verdade uma “teologia em exercício”, segundo a bela expressão de Henri Crouzel,¹³ ou “uma teologia de contextos que se desenvolve em relação e em resposta às principais doutrinas heréticas de seu momento”, segundo Antonio Bueno Ávila.¹⁴ Em outras palavras: o Alexandrino elaborou uma teologia “em busca”, indicando frequentemente para um problema duas ou três soluções diferentes, sem ele mesmo extrair às vezes uma conclusão definitiva; ele manifesta também neste livro todas as tensões que caracterizam sua teologia, de tal sorte que, para extrair dele um “sistema”, como se procedeu erroneamente na primeira metade do século XX, é necessário deixar de lado mais da metade do que ele disse. No *Prefácio* à obra, Orígenes enumera os diferentes pontos da regra de fé, tal como os entendia em sua época, e expressa sua intenção de responder às questões ainda não elucidadas que ela suscita, a partir da Escritura e da razão. Essa finalidade está relacionada com o influxo determinante que teve a conversão do gnóstico valentiniano Ambrósio (que colocou à sua disposição a ingente fortuna que possuía) no início da carreira de escritor de Orígenes: este quis oferecer aos cristãos que se colocam problemas de ordem intelectual respostas concordes com a Escritura para evitar que fossem buscá-las nas grandes seitas gnósticas. Sendo guiado, portanto, por preocupações de ordem apostólica, Orígenes visava diretamente os cristãos instruídos que receberam uma formação filosófica e que desejavam aprofundar a fé na Escritura com um método que satisfizesse as exigências da demonstração e da comprovação.¹⁵

B. O plano da obra

Tradicionalmente, o *Peri Archōn* foi dividido em quatro Livros, segundo testemunha a *Apologia em favor de Orígenes*, de Pânfilo, nos primeiros anos do século IV. O Livro I trata do mundo sobrenatural antes da criação do mundo: Trindade e criação dos anjos. O Livro II se ocupa da criação e da redenção do mundo, enfatizando especialmente os aspectos salvíficos do homem decaído. O Livro III é um compêndio de vida moral, liberdade do homem, pecado e restauração escatológica. O Livro IV se concentra na revelação divina, na inspiração das Escrituras e nos modos de interpretá-la. Segundo a divisão tradicional, teríamos a seguinte disposição:

SUMÁRIO

Prólogo de Rufino de Aquileia

Prefácio

Livro I – O Pai, o Filho e o Espírito Santo

1. Deus
2. Cristo
3. Espírito Santo
4. A degradação e a queda (criaturas e criações)
5. As naturezas racionais (as potências contrárias)
6. Do fim, ou da consumação
7. Os incorporais e os corporais
8. Os anjos

Livro II – O mundo e as criaturas

1. O mundo
2. A eternidade da natureza corporal
3. O começo do mundo e suas causas
4. O Deus da Lei e dos profetas é o mesmo que o Pai do Senhor Jesus Cristo
5. O [Deus] justo e o bom
6. Como o Salvador revestiu a natureza humana
7. O Espírito Santo
8. Sobre a alma
9. Do mundo, dos movimentos das criaturas racionais, boas ou más, e das suas causas
10. A ressurreição
11. As promessas

Prefácio de Rufino ao Livro III

Livro III – Sobre o livre-arbítrio

1. O livre-arbítrio
2. As potências adversárias
3. As três formas de sabedoria
4. Se é verdade o que dizem que cada um tem duas almas
5. O mundo começou no tempo
6. Sobre o fim do mundo

Livro IV – A propósito do caráter inspirado da Escritura divina e como ela deve ser lida e compreendida

1. As Escrituras são inspiradas por Deus
2. Entendimento literal das Escrituras

3. Exegese

4. Recapitulação sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo e os outros assuntos que foram acima apresentados

Acontece, porém, que, segundo aqueles que se colocaram à procura de uma ordem mais lógica,¹⁶ o plano do *Peri Archōn* não coincide com a divisão em quatro Livros, que é de ordem editorial, uma vez que um Livro abarca a quantidade de texto contido em um rolo de papiro. O *Prefácio* enumera a regra de fé em nove pontos: 1º) O Deus único; 2º) O Cristo; 3º) O Espírito Santo; 4º) A alma; 5º) A ressurreição; 6º) O livre-arbítrio; 7º) O diabo e seus anjos; 8º) O mundo foi criado e terá um fim; 9º) As Escrituras inspiradas. O *Prefácio* conclui com uma observação sobre a ausência do vocábulo “incorporal” nas Escrituras.

Em seguida, uma *primeira série de tratados*, desde I,1 até II,3, estuda os três grupos de realidades que são os Princípios em sentido amplo. A. As Três Pessoas (I,1 – o Pai; I,2 – o Filho; I,3,1-4 – o Espírito Santo; I,3,5 – até I,4,5 – a ação própria de cada pessoa). B. As naturezas racionais (I,5-6, *em geral*; I,7-8, *de acordo com a fé*). O mundo e as criaturas que contêm (II,1-3).

Uma *segunda série de tratados*, desde II,4 até IV,3, está consagrada aos problemas que levantam os nove pontos da regra de fé expostos no *Prefácio*. Essa série segue bem de perto a fé da Igreja e mostra-se assaz empenhada na luta contra as heresias: 1º) O Deus único (II,4-5); 2º) A Encarnação de Cristo (II,6); 3º) O Espírito (II,7); 4º) A alma (II,8, *em geral*; II,9, sua diversidade); 5º) Ressurreição, castigo e recompensa (II,10-11); 6º) O livre-arbítrio (III,1); 7º) Lutas do diabo e das potências malvadas contra a raça humana (III,2-4); 8º) Mundo criado e corruptível (III,5) e que terá um fim (III,6); 9º) As Escrituras (IV,1-3). No final, em IV, 3,15, como no fim do *Prefácio*, Orígenes observa a ausência do vocábulo “incorporal” nas Escrituras e, em IV,3,14, o problema do conhecimento.

O *Anakephalaisios* (IV,4: “Recapitulação sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo e os outros assuntos que foram acima apresentados”) possui o mesmo plano da primeira série, mas inverte a segunda e a terceira *archē*: As três Pessoas (IV,4,1-5); o mundo (IV,4,5, *no final* até 8); a imortalidade das criaturas racionais (IV,4,9-10). No final, como para a segunda série, o problema do conhecimento.

Não há conclusão na obra, característica frequente das “introduções” (*eisagōgai*) e das *syngrámmata*.

C. As metodologias do *Peri Archōn*, as heresias e erros combatidos por Orígenes¹⁷

Sejam quais forem as várias fases redacionais que estão à base da composição do *Peri Archōn*,¹⁸ podemos entrever facilmente as metodologias utilizadas: dogmática, sapiencial e filosófica. Em primeiro lugar, Orígenes empregou a metodologia própria da *teologia dogmática*: a Escritura interpretada com a ajuda da razão.¹⁹

Partindo das questões manifestamente transmitidas pela pregação eclesiástica e apostólica sobre cada um dos três Princípios fundamentais da síntese teológica que pretende construir – Deus, os seres racionais, o mundo –, Orígenes procura refutar tanto o principal postulado de Valentino sobre a existência de diversas naturezas impermeáveis entre si quanto o ditêismo (a distinção de duas divindades) de Marcião, argumentando basicamente a partir dos testemunhos fornecidos pelas divinas Escrituras e, por fim, disso deduzindo racionalmente as principais conclusões teológicas e solucionando as diversas objeções apresentadas pelos adversários.²⁰ Portanto, o catalisador de sua primeira exposição cíclica foi a controvérsia travada com os gnósticos valentinianos e marcionitas,²¹ como se depreende de suas próprias palavras no *Prefácio*:

Ora, uma vez que há muitos desacordos entre aqueles que professam a fé em Cristo, e que essas discordâncias não são só sobre questões secundárias, ou mesmo muito secundárias, mas também sobre questões importantes e às vezes de grande importância – como acerca de Deus, do Senhor Jesus Cristo, sobre o Espírito Santo, e não somente sobre eles, mas também sobre as criaturas, isto é, as Dominações, as Santas Potestades –, por causa disso parece-nos necessário estabelecer em primeiro lugar sobre cada um desses assuntos uma diretriz certa e uma regra clara; e depois faremos também uma investigação sobre os demais assuntos. Muitos gregos e bárbaros prometiam a verdade, e, contudo, a partir do momento em que acreditamos que Cristo é o Filho de Deus e reconhecemos que era preciso aprender com ele a verdade, renunciamos a procurá-la junto de todos eles, porque o que eles afirmam a esse respeito são apenas falsas opiniões: do mesmo modo são numerosos aqueles que julgam compreender o que é de Cristo, mas muitos deles estão em desacordo com os seus predecessores; porém, a pregação eclesiástica é preservada e transmitida desde os apóstolos e seus sucessores, e subsiste até hoje nas Igrejas; por isso, só deve ser recebida como verdadeira aquela em que não há nenhuma discordância com a tradição eclesiástica e apostólica.²²

Em um primeiro momento, Orígenes se empenha em refutar metodicamente os pressupostos principais das heresias e erros encontrados na tríade Basíledes-Valentino-Marcião.²³ As críticas e as teses que o Alexandrino lhes dirigiu são, de certo modo, estereotipadas e, portanto, não manifestam um conhecimento profundo e direto. Segundo Henri Crouzel, eis os principais pontos da controvérsia:²⁴

As heresias e os erros combatidos

Os três heresiarcas opõem o Antigo e o Novo Testamento: de um lado, o Antigo apresentaria o Deus vingador e irado, o Senhor deste mundo; de outro lado, o Novo mostra um Deus benévolo e Pai de Jesus, que salva livremente e por amor. Contra tal radicalização, toda a exegese alegórica de Orígenes insistirá na continuidade de ambos os Testamentos no sentido de que o Novo Testamento ilumina o Antigo e que o Novo, por

sua vez, não revela toda a sua profundidade senão à luz do Antigo.²⁵ Rejeitando a distinção de duas divindades que os teriam inspirado, Orígenes enfatizou a identidade do Deus criador e do Pai de Jesus Cristo.²⁶ Particularmente significativa é a crítica de Orígenes endereçada à doutrina de Valentino sobre as três naturezas de almas e o predestinacionismo em que se fundamenta: de um lado, as almas *pneumáticas* ou espirituais, consubstanciais aos seres divinos, aos *Eões* que povoam o Pleroma (ou plenitude da Inteligência), são salvas necessariamente. Nessa classe de homens, a matéria é dominada totalmente pelo Espírito de Deus; no extremo oposto, as almas *hílicas* (materiais) ou terrestres que pertencem ao Demiurgo, Príncipe deste mundo, o Diabo, são necessariamente condenadas. Essas almas serão eliminadas com a matéria; entre as duas categorias, as *psíquicas* – o homem “natural” de 1Cor 2,14 – podem obter, segundo sua conduta, seja uma salvação de ordem inferior, “intermediária”, o domínio do Deus criador, seja a condenação com as *hílicas*. Por causa dessa doutrina, Orígenes redige o capítulo sobre o livre-arbítrio do *Peri Archōn* (III,1), onde discorre constantemente sobre a igualdade original dos seres racionais, que será rompida somente com a opção livre de sua vontade: a escatologia descrita neste livro explica-se pela dialética da ação divina e da liberdade humana, que ora é aceita, ora é rejeitada.

A partir dos anos 150, surgem dentro do cristianismo várias seitas, das quais se destacam as seguintes: os gnósticos, os marcionitas, os montanistas, os monarquianos ou patripassianos. As seitas gnósticas e os marcionitas – que não podem ser relacionados completamente com a gnose – são, portanto, no tempo de Orígenes, comunidades religiosas separadas da “Grande Igreja”, isto é, do conjunto de comunidades que não foram reconhecidas nos sistemas gnósticos e estabeleceram uma percepção própria do Evangelho. O mesmo acontece com os montanistas. Orígenes alude à sua doutrina sobre o Espírito Santo e opõe-se à concepção da inspiração profética, rejeitando um êxtase que fosse inconsciente.

Os demais erros combatidos não correspondem a seitas constituídas, mas a diversas correntes no seio da Grande Igreja, que surgiram por volta do ano 180. São, primeiramente, duas tendências opostas em teologia trinitária. Os modalistas são chamados também monarquianos porque desejavam de tal modo salvar a “monarquia” divina – a unidade da divindade – que repetiam como refrão: *Monarchiam tenemus*. O *monarquianismo* é, portanto, uma forma de monoteísmo que admite um só princípio, Deus. *Modalismo* é a doutrina que, em nome do monoteísmo, elimina mais ou menos radicalmente o número em Deus, ou seja, nega n’ele a existência de três pessoas eternamente distintas: certamente falar-se-á de Pai, Filho e Espírito Santo, sem descortinar aí nada mais do que três modos diferentes, para Deus, de relacionar-se com o mundo. São também chamados noetianos e mais tarde sabelianos por causa do nome de seus principais chefes: Noeto de Esmirna, o líbio Sabélio; no Ocidente, chamaram-se patripassianos (*pater* = pai; *passio* = sofrer) porque, segundo sua doutrina, é o Pai quem *sofreu a Paixão*: fazem do Pai, do Filho e do Espírito Santo três modos de ser de uma só pessoa divina (cf. Jo 10,30; 14,9 e 14,10). O sabelianismo apresenta-se como a doutrina

de uma tríade divina em evolução: Deus teria agido como Pai no momento da criação e da consignação da Lei. Com a encarnação teria cessado de ser Pai e, até a ascensão, agido como Filho. Enfim, a partir do momento em que subiu aos céus, seria ativo como Espírito. Não há, portanto, aqui uma Trindade em sincronia, mas unicamente em diacronia.

Os adocionistas salvaguardam também a “monarquia”, considerando Cristo como um homem *adotado* por Deus. Na realidade, pode acontecer que se misturassem o modalismo e o adocionismo, como sucederá posteriormente com vários hereges – foi precisamente o caso de Paulo de Samósata entre os anos 264 e 268: esse teria negado que Cristo fosse o Filho de Deus desde a eternidade, afirmando que Cristo teria sido elevado ao nível de Filho de Deus só depois da encarnação.

Contra tais hereges, Orígenes procura dar uma explicação da unidade dos Três da Trindade, insistindo igualmente na distinção das três hipóstases, na geração eterna do *Logos* e na rejeição de toda *probolē* (*prolatio*, termo latino) ou geração com divisão de sua substância. O *Logos* é princípio de racionalidade de todos os seres espirituais, o *segundo Deus* (*deuteros teos*); o Espírito Santo tem igual dignidade que o Pai e o Filho, faz parte da Trindade, realiza a santificação nas criaturas, é uma *hipóstase* divina, é imutável como as outras duas *hipóstases* divinas. Assim como acontece na ação salvífica, deve suceder também na Trindade em si mesma: o Filho e o Espírito não são somente potências do Pai, mas são *hipóstases* como o Pai. Do ponto de vista da economia da salvação, o Alexandrino defende particularmente a distinção entre Pai e Filho, posicionando-se contra os modalistas: aquele que renasce por obra de Deus tem necessidade para chegar à bem-aventurança “do Pai, do Filho e do Espírito Santo e não recebe a salvação se a Trindade não é completa (*nisi integra trinitas*)”; e não é possível “ter parte no Pai e no Filho sem o Espírito Santo”. Nesse sentido, é necessário distinguir a operação especial do Espírito, do Pai e do Filho. Orígenes teve uma notável capacidade de compreensão das características da história da salvação, que é tal que não somente se sucede, em um sentido genérico, por obra de Deus, mas mais precisamente só se é, ao mesmo tempo, história do mesmo Deus uno e trino.²⁷

É evidente que um problema deixado em aberto por Orígenes, em sua forte acentuação do primado do Pai (à medida que é a fonte e a causa da divindade do Filho e do Espírito Santo), com o desejo de salvaguardar o monoteísmo bíblico, foi o do *subordinacionismo* em sua exposição da fé trinitária, que é devida à explicação científica do mundo da época. Não é legítimo identificar o *subordinacionismo* de Orígenes com aquele que provocará historicamente a crise ariana, a saber: “o Filho e o Espírito são, definitivamente, criaturas do Pai, qualquer que seja a sobre-eminência deles em relação às outras criaturas”. Para os Padres pré-nicenos, especialmente para Orígenes, o “Filho é inferior ao Pai, mas é Deus e existe eternamente. Para Ário, o Filho é inferior ao Pai, e não existiu sempre: ‘Houve um tempo em que ele não era’. É inferior como criatura”.²⁸

Trata-se, em última análise, de entender a resposta ousada de Orígenes à filosofia de

seu tempo no contexto mais amplo do entrecruzamento entre cristianismo e a cultura helenística do século III, especialmente no campo do médio e neoplatonismos e das gnoses, campos em que prevalecia a simbólica do Uno. Como bem observou Ghislain Lafont a propósito da relação entre cristianismo e a cultura do Uno no período antes do Concílio de Niceia (325), “houve confronto, pois, entre o tema bíblico da Unidade, mais especificamente joanino (‘que sejam um como nós’), e as sabedorias do Uno”.²⁹ Se no cristianismo do século III a teologia trinitária estava ainda progredindo em busca de uma formulação mais exata, e considerando a dificuldade de equilibrar monoteísmo bíblico e as sabedorias do Uno da filosofia, seria de fato impossível exigir a verdade com exatidão (ortodoxia) na teologia de Orígenes sobre o *Logos* mediador e consubstancial ao Pai (ainda que de maneira derivada, segundo a expressão “segundo Deus”). Excetuando a sua teoria da preexistência das almas, Orígenes foi reabilitado amplamente pelos estudos de Hans Urs Von Balthasar, Henri de Lubac, Jean Daniélou e H. Crouzel, que, aliás, sublinharam a ortodoxia de sua fé.

Orígenes se opõe ainda, dentro da Grande Igreja, às concepções daqueles que ele chama “dos mais simples”³⁰ e que podem ser designados com três nomes: *antropomorfistas*: estes entendem literalmente os antropomorfismos bíblicos atribuídos a Deus e à alma;³¹ conseqüentemente, eles absorvem uma concepção corpórea de Deus. Orígenes, ao contrário, afirma inequivocamente a incorporeidade absoluta das Três pessoas divinas; *milénaristas ou quiliastas*: estes entendem literalmente os mil anos de Ap 20,1-10 e acreditam que por mil anos reinarão Cristo e os mártires na Jerusalém terrena antes da ressurreição final: assim, sobre essa ressurreição final, Papias, Justino e Irineu, juntamente com Atenágoras, possuem um conceito absurdamente materialista. Opondo-se a todos, mas salvaguardando a “tradição dos antigos”, Orígenes formula sua doutrina do corpo ressuscitado, afirmando que entre o corpo terreno e o corpo glorioso existe, ao mesmo tempo, identidade e alteridade, como entre a semente e a planta segundo o texto de 1Cor 15,35-44; *literalistas*: estes conservam sempre o sentido literal da Escritura, chegando a absurdos. Dos quais alguns resultaram no antropomorfismo e no milénarismo. Contra os literalistas, Orígenes dirige, portanto, a doutrina da alegoria escriturística, chegando a dizer que, na Escritura, “tudo tem um sentido espiritual, mas nem tudo tem um sentido literal”.³²

Metodologia sapiencial

Em um segundo momento, Orígenes realiza outra exposição dos três Princípios fundamentais, servindo-se da metodologia de caráter *sapiencial*³³ que havia esboçado no segundo *excursus* sobre as Escrituras,³⁴ isto é, com a mente iluminada pelo Espírito Santo através dos dons da sabedoria e da ciência. Tratava-se de aprofundar nas questões reveladas ou de esquadriñar suficientemente aquelas questões das quais os apóstolos somente:

colocaram afirmações sobre as quais não tinham dúvidas, mas em que silenciaram os “comos” e os “porquês”, queriam certamente deste modo que os seus sucessores mais zelosos, amantes da sabedoria (Sb 8,2) tivessem ocasião de fazer um exercício mostrando o fruto da sua inteligência, uma vez que se preparavam para ser dignos da Sabedoria e capazes de recebê-la.³⁵

O índice das questões enunciadas a propósito do termo *incorporal* servirá como ponto de partida para a exposição sapiencial.³⁶ Duas são as características dessa exposição sapiencial cíclica: a questão da incoporeidade de Deus, de Cristo, do Espírito Santo e dos seres racionais, e o aprofundamento das questões não manifestamente transmitidas pela pregação eclesiástica.³⁷ Diferentemente dos gnósticos, que se vangloriavam de possuir conhecimentos esotéricos reservados a uma elite, sem necessidade de deparar diretamente com a tradição apostólica, Orígenes fala de mistérios cognoscíveis para todos aqueles que se sintonizam com o espírito dos Apóstolos, os possuidores da sabedoria e do verdadeiro conhecimento por experiência ou gnose. Tanto os gnósticos como Orígenes partiam do fato de que a natureza divina é espiritual: aqueles, porém, não tomam o termo *espírito* (*pneuma*) no mesmo sentido em que o entendeu o Alexandrino. Ora, os gnósticos fazem derivar todo o seu sistema de um primeiro Princípio inefável e incognoscível através de emissões sucessivas e em degradação, um processo degenerativo por via de *probolē* (*prolação/emissão*), até consolidar-se e solidificar-se na matéria propriamente dita, e o resultado desse processo é o aprisionamento das sementes espirituais na matéria. Segundo Orígenes, isso comportaria uma representação corpórea e antropomórfica de Deus, de tal modo que tudo derivaria dele por emissão e divisão. Para reverter essa forma de representar a Deus, era preciso purificar o conceito de *espírito* de qualquer conotação corpórea e materialista. Orígenes recorria à filosofia grega e, sobretudo, à concepção platônica sobre a incoporeidade do mundo inteligível que se contrapõe ao mundo sensível e material. Assim, no final do segundo *excursus* sobre as Escrituras, após a doxologia, Orígenes formula pela primeira vez, à maneira de uma digressão, a correspondência exata entre o termo filosófico *incorpóreo* (*asōmaton*) e o escriturístico *invisível* (*aóraton*).³⁸ No segundo momento, inserirá no *Prefácio* um notável desenvolvimento do termo *incorpóreo* e enunciará as questões que devem ser abordadas sobre esse problema.³⁹

O tratado de hermenêutica⁴⁰ permitiu-lhe superar a letra da Escritura, fonte de tantos erros e mal-entendidos, e adentrar-se nas questões que não tinham sido transmitidas de maneira clara pelos Apóstolos, pois estes, sobre muitos outros pontos concernentes à fé cristã, somente “afirmaram a existência, mas silenciaram as particularidades e a procedência”. Essa constatação da pregação apostólica não bastava para salvar a transcendência de Deus e juntamente salvaguardar a sua imanência na criação e na história. O dilema incorpóreo-corpóreo, mundo inteligível-mundo sensível, traduziu-se no campo da filosofia grega na coexistência de planos radicalmente opostos. Como as

tentativas realizadas pelos filósofos e pelos teólogos não conseguiram harmonizar, em última análise, a absoluta incorporeidade de Deus com a inegável materialidade da criação, Orígenes se propôs seriamente com metodologia de caráter sapiencial harmonizar duas concepções até então irreduzíveis:⁴¹ a que partia do conceito de *Logos/Verbo*, sustentáculo do Mundo inteligível e transcendente, e a que insere no conceito de *Pneuma/Espírito* princípios dinâmicos da imanência.

Assim, ao demonstrar a absoluta incorporeidade de Deus contra os partidários da corporeidade, Orígenes opta pela distinção platônica entre corpóreo/material/sensível e incorpóreo/imaterial/inteligível, mas vai mais além: o *espírito (pneuma)* é essencialmente incorpóreo, em sentido estrito, mas nem tudo que é incorpóreo é *espiritual*. Deus, sim, que é por natureza e substancialmente (*ousiōdōs*) *Espírito*, mas não a criatura racional, pois só pode possuir a natureza divina por participação e de maneira acidental (*katà symbebēkos*). Por outro lado, todas as naturezas racionais são incorpóreas. Os seres racionais, pelo fato de serem criados, têm necessidade de um substrato criatural e, portanto, são susceptíveis de quedas e mutações; Deus, ao contrário, possui como substrato o *Espírito* incriado. Em resumo: todo o esforço especulativo de Orígenes encaminhava-se para demonstrar o caráter eminentemente incorpóreo da natureza divina.⁴²

Metodologia filosófica

Como é possível comprovar, o Livro IV do *Peri Archōn* que Fócio, no século IX, tem em mãos acaba com o duplo *excursus* sobre as Escrituras.⁴³ Além disso, o tratado *sobre o fim*, que no exemplar de Fócio iniciava o Livro IV, no original grego de que se serviram tanto Justiniano como Rufino e Jerônimo, está presente no final do Livro III. Eis a hipótese de Josep Rius-Camps: considerando os vários estratos redacionais do *Peri Archōn*, Orígenes teria publicado uma *última redação* dos tratados onde complementa as elaborações anteriores com outra exposição cíclica dos três Princípios, seguindo, por fim, uma metodologia predominantemente filosófica;⁴⁴ quando fez tal publicação, circulavam ainda exemplares das redações precedentes.⁴⁵ Assim, compreende-se que Fócio, escrevendo no século IX, tinha em mãos um exemplar no qual não figurava ainda essa reconsideração cíclica final.

Segundo Josep Rius-Camps,⁴⁶ a seção (IV,4) intitulada *Anakephalaiosis* (“*Recapitulação* sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo e os outros assuntos que foram acima apresentados”) não é propriamente uma *Recapitulação*, mas, sim, antes de tudo, uma *reconsideração final*, na qual Orígenes retoma (*epanalabōnta*) uma série de temas que havia deixado de lado ou que havia tratado tão somente de modo acidental. A ordem em que são abordados os três Princípios é significativamente diversa. Em primeiro lugar, trata obviamente do Pai, do Filho e do Espírito Santo (IV,4,1-5). Em segundo lugar, porém, desenvolve uma série de questões relativas ao mundo (IV,4,5 no final até 8),

alterando assim a ordem do primeiro e do segundo Princípio das partes precedentes. Em terceiro lugar, ocupa-se das naturezas racionais (IV,4,9-10). No final, como aconteceu na *segunda série de tratados* (II,4 até IV,3), trata do problema do conhecimento.

Orígenes insiste, em relação ao *primeiro Princípio*, que a geração do Filho não se deu à maneira da geração do animal, por participação da substância paterna, por *emissão/prolação* (*probolē*, termo preferido pelos gnósticos; *prolatio*, em latim), o que conotaria corporeidade em Deus, mas, sim, “à maneira como a vontade provém da inteligência”. Em uma palavra: é uma geração eterna:

Com efeito, se o Filho é uma prolação do Pai, e como esse termo prolação exprime um modo de geração, semelhante ao modo de reprodução comum dos animais e dos homens, seria necessário que aquele que produziu e aquele que foi produzido sejam corpos. Portanto, não dizemos que uma parte da substância de Deus se converteu no Filho, como supõem os hereges, ou que o Filho foi procriado pelo Pai a partir da ausência de substância, isto é, fora da sua substância, de tal modo que tivesse havido um momento em que ele não existia; mas, suprimindo qualquer sentido corporal, dizemos que a Palavra e a Sabedoria foram geradas do Pai invisível e não corporal, sem que nada se produza de modo corporal, tal como a vontade procede da inteligência.⁴⁷

A ubiquidade das naturezas incorporais permite-lhes fazer-se presente em cada indivíduo em proporção aos méritos concretos. Em seguida, fala da criação e da encarnação do Filho, sem que isso pressuponha separação ou afastamento da substância paterna; ora, pensar que estava em Cristo uma parte da divindade do Filho de Deus e o restante estaria em outro lugar significa desconhecer a natureza da substância não corporal e invisível. O Filho de Deus “está em tudo, e através de tudo e acima de tudo da maneira antes indicada, isto é, que ele é compreendido como Sabedoria, Palavra, Vida e Verdade, compreensão que exclui, sem dúvida nenhuma, que ele esteja confinado num lugar”.⁴⁸ No que diz respeito ao Espírito Santo, limita-se a falar de uma participação incorporal nos espirituais.

Em relação ao *segundo Princípio* – que nesta reconsideração final é o mundo –, desenvolve longamente o conceito estoico de *matéria* e das qualidades. Em primeiro lugar, aborda a noção de matéria do ponto de vista escriturístico e filosófico; em seguida, passa a enumerar diversas opiniões sobre a relação que há entre a matéria-substrato e as qualidades.⁴⁹ A propósito da necessária limitação da criação, com número e medida, trata do poder de Deus, da compreensão que disso tem o Pai e – sob a forma de breve *excursus* – do conhecimento compreensivo que o Filho tem do Pai.⁵⁰

Falando pouco do número finito dos seres racionais e da medida da matéria, Orígenes desenvolve logo o que se refere ao *terceiro Princípio*, a questão da imortalidade das criaturas e da impossibilidade da incorrupção substancial das mentes.⁵¹

4. ORÍGENES, “O GÊNIO DO CRISTIANISMO”

Orígenes é considerado como o maior teólogo antes do Concílio de Niceia (325), e Jean Daniélou com razão o definiu como “gênio do cristianismo”.⁵² A sua genialidade soube encontrar na doutrina cristã do *Logos* um critério metodológico para enfrentar e iluminar qualquer problemática. O *Logos* como Mediador que pertence à esfera do divino e ao âmbito humano é a resposta à questão fundamental do pensamento helenístico do tempo: a *relação uno-múltiplo (hen-pollá)*. A historiografia viu na Sagrada Escritura a base fundamental da cristologia do *Logos* de Orígenes. Ele fez interagir criativamente o dado bíblico e a problemática helenística. Integrando-se no “mistério” do *Logos* encarnado considerado como Revelador, Mestre, Luz, Orígenes procura explicar as relações com o Pai e o Espírito Santo. No encontro com a cultura helenística, Orígenes soube propor concepções originais como as de *geração eterna* do *Logos*, *processão* do Pai, *mesma substância (ousia)*, *omoousia* do Filho com o Pai. O seu pensamento é irreduzível a uma sistematização unívoca, pois, em sua obra, reconhecemos inegavelmente a presença simultânea de categorias de pensamento não redutíveis a uma unidade reveladora. Orígenes foi um verdadeiro teólogo em virtude do esforço de síntese harmônica que o animou e ao mesmo tempo pela capacidade de não submeter a verdade revelada às exigências do sistema. O seu influxo foi enorme nas gerações sucessivas, especialmente por causa da coragem com a qual respondeu às exigências filosóficas e culturais de sua época através da teologia do *Logos*. Mas, ao mesmo tempo, essa tentativa original de Orígenes de responder aos problemas de seu tempo tornou-se bem cedo motivo de crise teológica e, de certo modo, de discórdia entre as igrejas.⁵³

Consequentemente, por causa da crise origenista – iniciada primeiramente já no final do século IV por Epifânio, bispo de Salamina (315-403) e, posteriormente, reacendida na segunda metade do século VI pela agitação dos monges palestinos que se inspiravam mais em Evágrio Pôntico do que no próprio Orígenes para conhecer a forma de pensar desse último, até a primeira condenação de alguns de seus erros por parte do imperador Justiniano –, a verdadeira face do pensamento do Alexandrino foi ofuscada pelas polêmicas e pelas condenações póstumas, e essa reticência em relação à teologia de Orígenes permaneceu viva por muito tempo na Igreja.

A disputa centrava-se especialmente na teologia do *Peri Archōn*, e, lendo essa obra, a maioria dos críticos de Orígenes não manifestava a devida sensibilidade histórica, pois frequentemente os seus críticos apresentavam sua doutrina descontextualizada e com argumentos baseados em textos isolados. Em outras palavras: sem levar em conta o método e o estilo peculiar da teologia de Orígenes, tudo o que o Alexandrino expunha em forma de “exercício” (*gymnastikós*),⁵⁴ os críticos entendiam como “doutrina” (*dogmatikós*). Em suas posições contra Orígenes, adotavam quase sempre uma concepção de ortodoxia e de regra de fé estranhas à ideia do desenvolvimento do dogma em gestação e ao processo pelo qual o pensamento cristão adquire, ao longo dos séculos, um conhecimento mais agudo e mais amplo à medida que se verifica uma mudança de

mentalidade cultural, como aconteceu com o cristianismo a partir do século IV após o Edito do imperador Constantino em 313: a Igreja, minoritária e constantemente perseguida no tempo de Orígenes, tornou-se majoritária, e o Império romano é cristão. A regra de fé, tal como Orígenes a constata na Igreja de Alexandria do século III, tornou-se mais precisa, expressando-se doravante em declarações escritas, tendendo a impor-se como a lei civil e adquirindo forma em “definições” elaboradas na luta contra o herético, agora inimigo público. Vários problemas levantados no *Peri Archōn* são questões de ordem filosófica que interessavam seus contemporâneos, mas que, no século IV, não tinham mais tanto interesse, precisamente porque a ortodoxia havia se tornado, de certo modo, “totalitária”: tratava-se de uma teologia pronta, imposta pela autoridade, ao menos para Epifânio, Jerônimo e Justiniano, imperador romano no Oriente. É preciso, portanto, compreender Orígenes a partir de seu contexto histórico-cultural à luz das exigências pastorais da Igreja de Alexandria do século III e não projetar sobre seu pensamento preocupações e problemas da sociedade cristã posterior.⁵⁵

5. A EDIÇÃO BRASILEIRA DO *PERI ARCHŌN*

A presente tradução brasileira foi feita por João Lupi, professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do cotejamento com as seguintes edições críticas modernas: Marguerite Harl, Giles Dorival & Alain Le Boulluec, *Origène. Traité des Principes (Peri Archōn)*. Paris: Études Augustiniennes, 1976; Henri Crouzel & Manlio Simonetti, *Origène. Traité des Principes I-V*. Paris: Éditions Du Cerf, 1978-1984. Como não dispomos do original grego de Orígenes, a tradução baseia-se na reconstrução crítica dos especialistas a partir dos principais testemunhos disponíveis, sobre os quais fizemos anteriormente uma breve síntese. Como coordenador da Coleção “Patrística”, lendo, revendo o texto traduzido, acrescentando algumas notas às do tradutor e elaborando esta introdução, consultei também a edição primorosa de Josep Rius-Camps, *Tractat dels Principis* (I-II vol. Barcelona: Fundació Bernat Metge, 1998), a fim de ilustrar a peculiaridade da obra de Orígenes em relação às questões deixadas em aberto em uma teologia que não é um sistema fechado, mas um “exercício” de inteligibilidade do mistério cristão.

² Cf. H. CROUZEL, *Origene*, Roma: Borla, 1986, p. 17-65.

³ Ver, por exemplo, as treze questões abertas intercaladas ao longo dos tratados: ORÍGENES, *Sobre os Princípios* I, 3,8b-4,2 (digressão sobre a saciedade na bem-aventurança); I,6,1-4 (Tratado do princípio e do fim da criação inteligível); I,7,4b (amplificação sobre a preexistência das mentes que animam os astros); II, 1,1c-2 (amplificação sobre o “ordenamento do mundo”); II,1,3b-2,2; II, 3,7 (Tratado da natureza corpórea); II,6,3-6 (amplificação sobre a alma de Cristo); II, 8,2b-5 (amplificação sobre a etimologia do termo “alma”); II,9,1-8 (Tratado sobre o início da criação inteligível); III,1,22-23 (Amplificação sobre a preexistência); III,3,5-6 (amplificação sobre a incidência de causas preexistentes); III,4,1-5 (Tratado de uma hipotética pluralidade de almas); III,5,4-5 (Amplificação sobre a *katabolē* do mundo); III,6,1-9 (Tratado do fim do mundo). Cf. também H. CROUZEL & M. SIMONETTI, *Origène. Traité des Principes* I, p. 35-36. É verdade que no *Peri Archōn* encontramos algumas afirmações controvertidas nas disputas origenistas e consideradas, posteriormente, como

heterodoxas: 1º) certo subordinacionismo na relação Pai-Filho, acentuando a distinção entre ambas as Pessoas; 2º) a doutrina da preexistência das almas, de origem platônica, que sustenta a criação das almas dos homens antes do mundo, e que, tendo caído no pecado com os anjos, tais almas foram lançadas aos corpos como punição (cf. *Sobre os Princípios* II.,8,3); 3º) A doutrina da *apokatástasis*, que, em virtude da potência redentora de Cristo no final dos tempos, toda a criação, inclusive o demônio, será restaurada em seu estado original.

[4](#) Cf. H. CROUZEL & M. SIMONETTI, *Origène. Traité des Principes* I, 12-33.

[5](#) Cf. ORÍGENES, *Philocalie, 1-20 - Sur les Ecritures et La Lettre a Africanus sur L'Histoire de Suzanne*. Tradução de Marguerite Harl; introdução de Nicholas De Lange. Paris: Cerf, 1983, p. 182-198; ORÍGENES, *Philocalie 21-27: Sur le Libre Arbitre*. Tradução de Éric Junod. Paris: Cerf, 1976, p. 18-20.

[6](#) Cf. A. GRAPPONE, *Omèlie origeniane nella traduzione di Rufino. Un confronto con testi greci*, Roma: Augustinianum, 2007.

[7](#) H. CROUZEL & M. SIMONETTI, *Origène. Traité des Principes* I, 32.

[8](#) FÓCIO, *Bibliothèque I* (“Codices” 1-64), Paris, 1959, 9-10.

[9](#) H. DU LUBAC, *Histoire et Esprit*, Paris, 42 (citado em H. CROUZEL, *Orígenes*, 74).

[10](#) Cf. EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica* VI,XXIV,1-4.

[11](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios*, *Prefácio* 1: “Aqueles que têm certeza de que a graça e a verdade nos vieram por Jesus Cristo (Jo 1,17) sabem, pelas suas próprias palavras (Jo 14,6), que a Verdade é Cristo, e que é só das palavras de Cristo e do seu ensinamento que recebem o conhecimento que chama os homens a viver no bem e na felicidade”. Os destinatários são, portanto, leitores qualificados, os cristãos de fé adulta que se perguntam seriamente pelas questões fundamentais da existência, mas que se recusam a soluções mirabolantes dos teólogos gnósticos, pois estavam convencidos de que a única fonte da verdade é Cristo, a Verdade personificada.

[12](#) Os platônicos conheciam três princípios incriados: Deus, a matéria e as Ideias. Os aristotélicos e os estoicos tinham também seus *archai*.

[13](#) O próprio Orígenes diz que a pesquisa teológica deve ser um “exercício” (*gymnasia*): *Sobre os Princípios*, *Prefácio* 3.

[14](#) A. BEUNO, “Plenitud” y “Participación”. *Nociones estructurantes de la doctrina teológica de Orígenes de Alejandria*, *Augustinianum* L/1 (2010) 51.

[15](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios*, *Prefácio* 1. Cf. também H. CROUZEL, *Orígenes, un Teólogo controvertido*, Madri: BAC, 1998, 69-73.229-237.

[16](#) Cf. sobretudo M. HARL, *Structure et cohérence du Peri Archōn*, em H. CROUZEL; J. LOMIENTO & J. RIUS-CAMPS (orgs.), *Origeniana. Premier Colloque International des Études Origéniennes* (Montserrat, de 18 a 21 de setembro de 1973), Bari: Istituto di Letteratura Cristiana Antica,1975, p. 11-32; J. RIUS-CAMPS, “Introducció”, em ORÍGENES, *Tractat dels Principis*, I. Barcelona: Fundació Bernat Metge, 1998, especialmente, p. 7-45.

[17](#) Cf. J. RIUS-CAMPS, “Introducció”, em ORÍGENES, *Tractat dels Principis*, I, 29-45.

[18](#) Cf. sobretudo J. RIUS-CAMPS, *Los diversos estratos redacionales de Peri Archōn de Orígenes, Recherches Augustiniennes* XXII (1987) 5-65. Cf. também a edição crítica do mesmo autor, “Introducció”, em ORÍGENES, *Tractat dels Principis*, I, especialmente 24-45.75-77.

[19](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios*, *Prefácio* 10b: “Eis, portanto, os elementos e fundamentos que devemos utilizar segundo o mandamento que diz: ‘Esclarecei-vos com a luz da ciência’ (Os 10,12), para, tomando-os a todos num conjunto, os organizarmos racionalmente num corpo de doutrina; pelas afirmações claras e convincentes devemos procurar saber do que se trata realmente em cada um desses assuntos, e constituir, como acabamos de dizer, um só corpo, com demonstrações e afirmações, quer as que descobriremos nas Sagradas Escrituras, quer as que encontrarmos no encadeamento da própria investigação e na manutenção do discurso correto”; “Estes testemunhos, cobertos pela autoridade das Escrituras, devem ser suficientes para refutar o que os hereges costumam objetar. Mas não parece despropositado discutir um pouco com eles tirando

conclusões por raciocínio” (II,5,3); “Uma vez que para nossas buscas sobre realidades tão importantes não basta apelar para as concepções comuns e para a evidência do que se vê, mas que, além disso, para demonstrar o que dizemos tomamos os testemunhos que vêm das Escrituras que temos como divinas, tanto do chamado Antigo Testamento, como do que é dito Novo Testamento, tentamos confirmar a nossa fé pela razão” (IV,1,1).

[20](#) A propósito, ver especialmente ORÍGENES, *Sobre os Princípios, Prefácio I*; II, 4,1-5,4 (Deus Pai); II, 6,1-2 (Sobre a encarnação do Salvador); II,6,7 (Sobre a encarnação do Salvador); II,7,1-4 (O Espírito Santo); II,8,1-2^a (Os seres racionais); II, 10,1-3 (A ressurreição); II, 10,4-8 (Sobre os castigos); II,11,1-7 (As promessas); III,1-21 (O livre-arbítrio); III,1,24 (O livre-arbítrio); III, 2,1-3,4 (As potências contrárias); III,5,1-3 (O mundo); III, 5,6-8 (O mundo); IV, 1,1-7 (sobre a inspiração das Escrituras); IV, 2,1-3,14 (Sobre a interpretação das Escrituras).

[21](#) Sobre as heresias combatidas pelos Padres da Igreja nos primeiros séculos do cristianismo, ver especialmente R. FRANGIOTTI, *História das heresias – Conflitos ideológicos dentro do cristianismo*, p. 27-59.

[22](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios, Prefácio 2*.

[23](#) Cf. J. RIUS-CAMPS, “Introducció”, em ORÍGENES, *Tractat dels Principis*, I, 29-33.

[24](#) Cf. H. CROUZEL, *Orígenes, un Teólogo controvertido*, p. 216-219.

[25](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* II,4-5.

[26](#) Ver, por exemplo, exposição sobre o “gnosticismo de Marcião ou o ‘Primogênito de Satanás’”, em R. FRANGIOTTI, *História das heresias*, p. 39-44.

[27](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* I,3,5.

[28](#) J. WOLINSKI, *Da economia à “teologia” (século III)*, em B. SESBOÛE & J. WOLINSKI, *O Deus da Salvação 1: Deus, a Trindade, o Cristo, a economia da salvação*, São Paulo: Loyola, 2005, p. 202. Em alguns casos, o *subordinacionista* ora se fundamenta em textos bíblicos (Jo 14,28; Mc 10,18; Jo 17,3), ora tem raízes doutrinárias: trata-se da “abordagem ‘econômica’ do Filho”, que era a única conhecida pelos Padres pré-nicenos. “O discurso sobre o Filho não incide, como após Niceia, nas relações intratrinitárias, mas nas relações entre o Pai, de um lado, e, de outro, o Filho em relação com o mundo” (202).

[29](#) G. LAFONT, *História Teológica da Igreja Católica. Itinerário e formas da teologia*, São Paulo: Paulinas, 2000, 21.

[30](#) Ver ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV,2,1. Os erros provêm de três âmbitos: dos circuncisos (os judeus), dos hereges (os gnósticos) e dos mais simples. O denominador comum de todos esses erros é a interpretação literal das Escrituras.

[31](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* I, 1; I,6,4; II,2,2; IV,3,15. São aqueles que leem literalmente os antropomorfismos bíblicos, membros corporais ou paixões atribuídos a Deus. A afirmação da pura imaterialidade de Deus implica a rejeição das “emissões gnósticas”, isto é, de toda geração em Deus compreendida de maneira corporal. Cf. J. WOLINSKI, *Da economia à “teologia” (século III)*, em B. SESBOÛE & J. WOLINSKI, *O Deus da Salvação 1*, 185.

[32](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 3,5.

[33](#) Cf. J. RIUS-CAMPS, “Introducción”, em ORÍGENES, *Tractat dels Principis*, I, 33-41.

[34](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 2-3.

[35](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios, Prefácio 3*.

[36](#) Ver ORÍGENES, *Sobre os Princípios* I,1-II,3.

[37](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios, Prefácio 2*.

[38](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV,3,15.

[39](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios, Prefácio 8b-9*.

[40](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 1-3; *Filocalia de Orígenes* 1,1-27.

- [41](#) Cf. J. RIUS-CAMPS, “Introducció”, em ORÍGENES, *Tractat dels Principis*, I, 35-36.
- [42](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* I,2,6.
- [43](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV,1-3,14.
- [44](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 4,1-2: paternidade de Deus; IV, 4, 3-5a: criação e encarnação do Filho; IV, 4, 5b: participação do Espírito Santo; IV,5c-8: o mundo; IV, 4,9-10: as naturezas racionais.
- [45](#) Cf. J. RIUS-CAMPS, “Introducció”, em ORÍGENES, *Tractat dels Principis*, I, 43-45.
- [46](#) Cf. J. RIUS-CAMPS, “Introducció”, em ORÍGENES, *Tractat dels Principis*, I, 43ss.
- [47](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 1.
- [48](#) ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 4.
- [49](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 6-7.
- [50](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 8.
- [51](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios* IV, 9.
- [52](#) J. DANIELOU, *Origene. Il genio del cristianesimo*, Roma: Archeosofica, 1991, p. 165-211.365-367.
- [53](#) Cf. N. CIOLA, *Teologia Trinitaria. Storia – Metodo – Prospettive*, Bolonha: Edizioni Dehoniane, 2000, p. 61-62.
- [54](#) Cf. ORÍGENES, *Sobre os Princípios*, *Prefácio* 3.
- [55](#) H. CROUZEL & M. SIMONETTI, *Origène. Traité des Principes* I. Paris: Cerf, 1978, p. 34-36.

PRÓLOGO DE RUFINO¹

1. Sei que há muitos irmãos que estão tomados pelo desejo de desenvolver seus conhecimentos das Escrituras, e que pediram a alguns eruditos, especialistas na língua grega, que lhes traduzissem Orígenes para o latim, a fim de torná-lo acessível aos ouvidos romanos. Uma petição semelhante foi endereçada ao nosso irmão e colega [Jerônimo]² pelo bispo Dâmaso. Quando [Jerônimo] traduziu do grego para o latim as duas homilias sobre o Cântico dos Cânticos,³ redigiu um magnífico prefácio para essa obra, em bom estilo, para despertar no leitor o desejo de ler Orígenes e de estudá-lo cuidadosamente, dizendo que se podia aplicar à alma desse homem a palavra da Escritura: o rei introduziu-me nos seus aposentos; ainda, segundo ele, Orígenes, que nos seus outros livros ultrapassou os demais autores, no Cântico dos Cânticos se ultrapassou a si mesmo. É certo que nesse mesmo prefácio o nosso irmão nos promete oferecer aos ouvidos romanos os livros dos *Comentários ao Cântico dos Cânticos* e muitos outros livros de Orígenes. Vejo, porém, que ele atualmente prefere redigir suas próprias obras, porque espera ser mais conhecido como autor do que como tradutor. Por isso nós resolvemos continuar o trabalho que ele começou e julgava útil, porém temos menos talento para tornar elegantes as palavras de um personagem tão importante. Portanto, temo que, por culpa da minha falta de habilidade, esse homem, que ele reconheceu pelos méritos do seu conhecimento e sabedoria como “o outro doutor da Igreja logo depois dos Apóstolos”,⁴ apareça pela pobreza de meu estilo muito inferior ao que ele é.

2. Refleti muito em silêncio sobre esse projeto, e resisti aos insistentes pedidos dos irmãos. Tu, porém, fiel Macário, me convenceste de tal modo que nem um incapaz poderia se negar. Foi por isso, para não sofrer mais com tuas pressões exigentes, que cedi, apesar das minhas repugnâncias, sob a condição, porém, de poder seguir, na medida do possível, o método dos meus predecessores, e sobretudo daquele que mencionamos antes [isto é, Jerônimo]. De fato, ele traduziu para o latim mais de setenta livros de Orígenes, a que chamou homilias, e alguns comentários sobre o Apóstolo; e, quando no original encontrou alguns pontos que apresentavam dificuldade, adaptou-os e os corrigiu, interpretando-os para que neles o leitor latino não encontrasse nada que não estivesse de acordo com a nossa fé. Na medida do possível seguimos também o seu exemplo, se não com a mesma força de eloquência, pelo menos com as mesmas regras de método, tomando o cuidado de não oferecer ao público o que, nos escritos de Orígenes, se possa encontrar em contradição com o seu próprio pensamento.

3. Na *Apologia* que Pânfilo redigiu para os livros de Orígenes, acrescentamos um pequeno opúsculo onde te explicamos mais completamente a razão destas diversidades,

onde mostramos com provas, que julgo evidentes, que os seus escritos foram em grande parte adulterados por hereges e por pessoas mal intencionadas, o que é verdade sobretudo para estes do *Peri Archōn* que agora queres que eu traduza, e que trata dos Princípios, ou dos Fundamentos, e que são na verdade muito obscuros e difíceis. Com efeito, aqui ele discute assuntos a que os filósofos dedicaram a vida inteira sem nada resolver. Certamente o nosso autor assim o fez, na medida das suas forças, para reconduzir à fé em Deus e ao conhecimento das criaturas, o espírito religioso que, por tais sábios, se tinha extraviado na impiedade. Se, portanto, em algum desses livros encontramos proposições contrárias ao que, em outros lugares, ele, de modo piedoso, exprimiu a respeito da Trindade, ou as silenciámos, porque foram alteradas e lhes são estranhas, ou então as enunciamos segundo as normas da fé que vemos que ele muitas vezes afirma. Às vezes, por falar para pessoas instruídas e conhecedoras do assunto, ele abrevia a explicação e se torna obscuro; nesses casos, para tornar a passagem mais clara, acrescentamos o que dele lemos em outros lugares. Não dissemos, porém, nada de nossa lavra, apenas retomamos suas próprias palavras, que procuramos em outras passagens.

4. Para não dar mais pretexto aos caluniadores, coloquei as explicações neste prefácio. Fica a teu cuidado verificar o que fazem os mal-intencionados que só procuram implicar. Pela nossa parte, não nos interessa tanto calar a boca dos caluniadores – o que só a Deus é possível, não a nós – quanto contribuir para o conhecimento daqueles que querem progredir: essa é agora a intenção com que abraçamos este imenso trabalho, para o qual esperamos que as tuas orações nos tragam o auxílio divino. Sinceramente eu peço e suplico, na presença de Deus Pai, do Filho e do Espírito Santo, a quem copiar ou ler estes livros, que pela fé no Reino que há de vir, pelo mistério da ressurreição dos mortos, pelo fogo eterno que foi preparado para o diabo e os seus anjos, para que não seja herdeiro do lugar eterno onde há choro e ranger de dentes, e onde não se extingue o fogo deles nem o verme deles morrerá, que não acrescente, nem retire, nem insira, nem troque nada do que está escrito, mas que compare as cópias que fizer com o original, que corrija cada palavra e verifique as frases, e que não use nenhum manuscrito que não tenha sido verificado e corrigido, para que as dificuldades do sentido não gerem mais dificuldades para quem lê, caso o texto não tenha sido revisto.

¹ No momento de apresentar ao público de Roma a tradução latina do *Peri Archōn* de Orígenes, Rufino resolveu antepor dois Prólogos, o primeiro no início do Livro I, e o segundo antes do Livro III. Embora não façam parte do texto de Orígenes, os Prólogos deixam entrever claramente a maneira de traduzir de Rufino: mais do que uma tradução fiel ao original grego, o leitor encontrará sobretudo uma versão que expurgou o mais possível as doutrinas heterodoxas de Orígenes, que serão combatidas indiretamente na tradução latina de Jerônimo da mesma obra.

² Embora não seja nomeado formalmente nesses dois §§ 1-2, Rufino visa certamente Jerônimo (c. 347-420), “nosso irmão e colega”, cuja “ciência, competência e eloquência” tinham se mobilizado para “romanizar Orígenes”. O próprio Jerônimo, em sua *Apologia Contra Rufino* III,27 (“Em teu prefácio ao *Peri Archōn*, tu [Rufino] me chamas irmão e colega”), se reconheceu aludido nesse Prefácio. Inicialmente foram grandes amigos desde a juventude, mas, após o escândalo provocado pela tradução latina de Rufino, Jerônimo tornou--se inimigo feroz dele, precisamente porque sua versão latina atenua os erros atribuídos a Orígenes pelos seus detratores, a

saber: sobre a ressurreição da carne, a salvação do diabo, a prioridade da exegese alegórica em detrimento do sentido literal, a preexistência das almas.

³ Trata-se do papa Dâmaso I, para quem Jerônimo traduziu em 383 as duas homilias sobre o *Cântico dos Cânticos*. Esse papa exerceu seu pontificado no século IV e teve o mérito de ter ordenado a Jerônimo a revisão da antiga versão latina da Bíblia, cujo resultado será conhecido sob o nome de “Vulgata”. Até a controvérsia origenista, Jerônimo foi profundo admirador de Orígenes, mas, eclodindo a crise, escreveu obras polêmicas para refutar Orígenes e seus seguidores.

⁴ Cf. Prólogo de Jerônimo à obra *Homilias sobre Ezequiel* (Constantinopla, em 381).

PREFÁCIO

1. Aqueles que têm certeza de que a graça e a verdade nos vieram por Jesus Cristo (Jo 1,17)¹ sabem, pelas suas próprias palavras (Jo 14,6), que a Verdade é Cristo, e que é só das palavras de Cristo e do seu ensinamento que recebem o conhecimento que chama os homens a viver no bem e na felicidade. Pela expressão “palavras de Cristo”, não entendemos apenas aquelas que ele ensinou como homem e encarnado, mas também aquelas que se encontram em Moisés e nos profetas, pois, se fosse de outro modo, como é que eles poderiam ter profetizado a Cristo? Provar essa questão não seria difícil a partir das Escrituras, onde Moisés e os Profetas falaram e fizeram tantas coisas em que o Espírito de Cristo os encheu. Mas nossa preocupação nos leva a limitar o mais possível este trabalho. Para nós é suficiente citar Paulo quando, na Carta aos Hebreus, nos diz que, “quando se tornou grande pela fé, Moisés recusou ser chamado filho da filha do faraó, e preferiu ser maltratado com o povo de Deus do que conhecer a alegria passageira do pecado, pois julgava que o opróbrio em nome de Cristo era superior à riqueza dos tesouros do Egito” (Hb 11,24-26). Depois que subiu aos céus, Jesus Cristo falou pelos seus apóstolos, tal como Paulo indica: “Será que estais à procura da prova de que quem fala por mim é Jesus Cristo?” (2Cor 13,3).

2. Ora, uma vez que há muitos desacordos entre aqueles que professam a fé em Cristo, e que essas discordâncias não são só sobre questões secundárias, ou mesmo muito secundárias, mas também sobre questões importantes e às vezes de grande importância – como acerca de Deus, do Senhor Jesus Cristo, sobre o Espírito Santo, e não somente sobre eles, mas também sobre as criaturas, isto é, as Dominações, as Santas Potestades –, por causa disso parece-nos necessário estabelecer em primeiro lugar sobre cada um desses assuntos uma diretriz certa e uma regra clara; e depois faremos também uma investigação sobre os demais assuntos. Muitos gregos e bárbaros prometiam a verdade e, contudo, a partir do momento em que acreditamos que Cristo é o Filho de Deus e reconhecemos que era preciso aprender com ele a verdade, renunciámos a procurá-la junto de todos eles, porque o que eles afirmam a esse respeito são apenas falsas opiniões: do mesmo modo, são numerosos aqueles que julgam compreender o que é de Cristo, mas muitos deles estão em desacordo com os seus predecessores; porém, a pregação eclesiástica é preservada e transmitida desde os Apóstolos e seus sucessores, e subsiste até hoje nas Igrejas; por isso, só deve ser recebida como verdadeira aquela em que não há nenhuma discordância com a tradição eclesiástica e apostólica.

3. Eis, portanto, o que é preciso saber: quando os santos apóstolos pregaram a fé em Cristo, sobre todos os temas que consideraram necessários, transmitiram o ensinamento a todos os crentes de forma muito clara, e assim foi, mesmo para aqueles que não

pareciam tão empenhados na busca do conhecimento divino; mas a tarefa de procurar as razões do que afirmavam deixaram-na àqueles que mereciam os dons eminentes do Espírito Santo, e que teriam recebido em particular pelo próprio Espírito Santo a graça da palavra, da sabedoria e do conhecimento (1Cor 12,8). Sobre outros pontos em que colocaram afirmações, sobre as quais não tinham dúvidas, mas em que silenciaram os “comos” e os “porquês”, queriam certamente deste modo que os seus sucessores mais zelosos, amantes da sabedoria (Sb 8,2), tivessem ocasião de fazer um exercício mostrando o fruto da sua inteligência, uma vez que se preparavam para ser dignos da Sabedoria e capazes de recebê-la.

4. As questões que a pregação apostólica nos transmitiu de maneira clara são as seguintes: em primeiro lugar, que há um só Deus, que criou e ordenou todas as coisas e que, quando ainda nada existia, fez existir todas as coisas (*Hermas*, Mad 1,1);² que Deus, depois da criação e da fundação do mundo, foi o Deus de todos os justos: de Adão, Abel, Seth, Enós, Enoque, Noé, Sem, Abraão, Isaac, Jacó, dos Doze Patriarcas, de Moisés e dos Profetas; o mesmo Deus, tal como tinha prometido antes pelos Profetas, nos últimos tempos, enviou o Senhor Jesus Cristo, sem dúvida, para chamar em primeiro lugar Israel, mas depois para chamar também os pagãos, depois da infidelidade do povo de Israel. Esse Deus justo e bom, Pai do Nosso Senhor Jesus Cristo, nos deu a Lei, os Profetas e os Evangelhos, ele que é o Deus tanto dos apóstolos como do Antigo e do Novo Testamento. A questão seguinte é que Jesus Cristo, Aquele que veio, nasceu do Pai antes de todas as criaturas; ele estava junto do Pai na fundação de todas as coisas (Pr 8,22-31; Sb 9,9), pois por ele tudo foi feito (Jo 1,3); nos últimos tempos ele se fez homem, encarnou, ele que é Deus se fez homem e se aniquilou a si mesmo (Fl 2,7) sem deixar de ser Deus; tomou um corpo semelhante ao nosso, com a única diferença que nasceu de uma virgem e do Espírito Santo. Ele, Jesus Cristo, nasceu e sofreu realmente, e não apenas em aparência, e realmente morreu, de uma morte comum; porque de fato também ressuscitou de entre os mortos, pois, tendo vivido com seus discípulos após a ressurreição, foi elevado aos céus. Em terceiro lugar, os apóstolos nos transmitiram o ensinamento sobre o Espírito Santo, associado ao Pai e ao Filho em honra e em dignidade; a seu respeito não se distingue claramente se o Espírito é gerado ou inato,³ e se também devemos considerá-lo ou não como Filho de Deus; são coisas que devemos investigar na Sagrada Escritura, e, na medida das nossas forças, procurá-las com perspicácia. É certo, porém, que a Igreja prega de modo muito claro que o Espírito Santo inspirou cada um dos santos, dos profetas e dos apóstolos, e que ele, o inspirador depois da vinda de Cristo, é o mesmo que inspirou os Antigos.

5. Depois dessas questões, vêm as da alma: dotada de inteligência e de vida próprias será tratada segundo os seus méritos depois que deixar este mundo: ou entrará na posse da vida eterna e herdará a felicidade, se seus atos assim lhe fizerem jus, ou então será entregue ao fogo eterno e aos suplícios, se aí a conduzir o peso dos seus crimes; mas chegará o tempo da ressurreição dos mortos, quando este corpo que “está agora semeado

na corrupção se levantará da incorrupção” (1Cor 15,42-43) e “o que foi semeado na vergonha acordará na glória” (1Cor 15,42s). A pregação eclesiástica também define que toda a alma racional possui livre-arbítrio e vontade, e que para ela há um combate contra o diabo e seus anjos, e contra os seus poderes adversos, que querem carregar a alma com pecados, mas que, se nós nos conduzirmos por uma vida reta e prudente, conseguiremos nos livrar dessa mancha. Portanto, é preciso entender que não estamos submetidos à necessidade a ponto de ser constrangidos de qualquer modo, mesmo quando não o queremos, a fazer o bem, ou o mal. De fato, se assumirmos o nosso livre-arbítrio, por mais que certos poderes nos ataquem para nos conduzir ao pecado, e outros para nos ajudar na salvação, nem por isso somos obrigados a agir bem, ou mal – como opinam aqueles para os quais o movimento e percurso dos astros são a causa dos atos humanos, não só daqueles que ocorrem espontaneamente sem relação com o livre-arbítrio, mas também daqueles que estão ao nosso alcance. A origem da alma, porém, não está claramente definida na pregação apostólica: ou é transmitida pelo sêmen, uma vez que a sua própria existência racional, ou substância, está inserida nas sementes corporais, ou se tem outro início, e se esse princípio é gerado ou não; ou se entra nos corpos vindo do exterior, ou não.

6. Com respeito ao diabo e aos seus anjos, e os poderes que nos são adversos, a pregação eclesiástica sem dúvida nos ensinou que eles existem, mas não explicou com suficiente clareza o que são, qual o seu modo de ser. Porém, a opinião que muitos aceitam diz que o diabo era um anjo, que quando se rebelou persuadiu o maior número possível de anjos a revoltar-se com ele, e ainda hoje dizemos que esses são os anjos dele.

7. Há outro ponto da pregação eclesiástica: que este mundo foi criado e começou num tempo determinado, e que está destinado a desaparecer, em razão da sua corruptibilidade. Quanto a saber o que havia antes deste mundo, e o que haverá depois deste mundo, são poucos até agora os que chegaram a ter sobre isso uma ideia clara, porque a esse propósito não há uma doutrina explícita na pregação eclesiástica.

8. Continuando: as Escrituras foram redigidas pelo Espírito Divino, e não têm apenas um sentido aparente, mas também um outro que está implícito e que a maior parte não percebe. O que está na letra é figura de certos mistérios, e imagem das realidades divinas. Nesse ponto, toda a Igreja é unânime: sem dúvida, toda a Lei é espiritual, porém nem todos conhecem o que a Lei significa espiritualmente, mas só aqueles que recebem o dom da graça do Espírito Santo “na palavra da sabedoria e do conhecimento” (1Cor 12,8). A palavra *asômaton* – “incorporal” – é desconhecida da maior parte das pessoas e também das nossas Escrituras. Se nos mostrarem o pequeno livro a que chamam *A Sabedoria de Pedro*,⁴ vemos aí o Salvador dizer aos seus discípulos: “eu não sou um demônio incorporal”; é preciso responder em primeiro lugar que esse não é um dos livros que a Igreja aceitou, e mostrar que não é um texto de Pedro nem de nenhum outro que tenha sido inspirado pelo Espírito de Deus. E, mesmo que o aceitássemos, o sentido da

palavra *asômaton* neste texto não é o mesmo que lhe dão os autores gregos e pagãos quando os filósofos tratam da natureza incorporeal. Com efeito, neste livro, “demônio incorporeal” quer dizer que a forma, seja ela qual for, e a configuração do corpo de um demônio não são semelhantes às do nosso corpo espesso e visível; é preciso compreender o que ele diz de acordo com a ideia de quem compôs o texto: ele não tem um corpo como o dos demônios, que por natureza é algo sutil como uma brisa tênue, e que por isso é por muitos considerado e afirmado como incorporeal, mas (o Salvador) tem um corpo sólido e palpável. Conforme os costumes de todos os homens, tudo o que não é desta natureza é chamado “incorporeal” pelas pessoas simples e sem experiência; chama-se, por exemplo, “incorporeal” o ar que respiramos, porque não é um corpo que possa se agarrar ou segurar e que resista à pressão.

9. Perguntemo-nos, contudo, se isso a que os filósofos gregos chamam *asômaton*, isto é, incorporeal,⁵ se encontra sob outro nome nas Escrituras Sagradas. É preciso também procurar qual é o conceito que devemos ter do próprio Deus: deve ser concebido como corporal e definido por certa aparência, ou de natureza distinta da dos corpos, o que não está claramente indicado em nossa pregação. Essas mesmas questões devem ser postas a respeito de Cristo e do Espírito Santo, e não menos devemos fazê-lo com relação a todas as almas e todas as naturezas racionais.

10. Também se diz na pregação eclesiástica que existem os anjos de Deus e os poderes bons que lhe assistem para levar a bom termo a salvação dos homens; mas não é suficientemente explícito quando é que foram criados, o que são, e o seu modo de ser. Para o sol, a lua e as estrelas, não diz abertamente se eles são dotados de alma, ou se não têm alma.

Eis, portanto, os elementos e fundamentos que devemos utilizar segundo o mandamento que diz: “Esclarecei-vos com a luz da ciência” (Os 10,12), para, tomando-os a todos num conjunto, os organizarmos racionalmente num corpo de doutrina; pelas afirmações claras e convincentes, devemos procurar saber do que se trata realmente em cada um desses assuntos, e constituir, como acabamos de dizer, um só corpo, com demonstrações e afirmações, quer as que descobriremos nas Sagradas Escrituras, quer as que encontrarmos no encadeamento da própria investigação e na manutenção do discurso correto.

¹ As referências bíblicas não se encontram no texto original: elas são tomadas das traduções de Harl e de Crouzel. (N.T.)

² O *Pastor de Hermas* era um escrito respeitado na comunidade alexandrina. (N.T.)

³ Ver também *Sobre os Princípios* I,3 e II, 7; *Comentário sobre o Evangelho de São João* II, 73-78. Aqui no prefácio a regra de fé concernente ao Espírito Santo é resumida em dois pontos: 1º) O Espírito é associado às duas primeiras pessoas da Trindade; 2º) Mas a questão de sua origem permanece aberta. A questão da origem do Espírito é retomada no *Comentário ao Evangelho de São João* a propósito de Jo 1,3: “Tudo foi feito por meio dele”. Orígenes aplica esse versículo também ao Espírito Santo, afirmando o seguinte: “Para nós, que estamos

persuadidos de que há três realidades subsistentes, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e cremos que somente o Pai é sem origem (*agenetos*), consideramos mais conforme à piedade e mais verdadeiro que, se todas as coisas advieram pelo Verbo, o Espírito Santo tem mais dignidade que todo o resto, e que ele é de um escalão superior a tudo o que é *do Pai pelo Filho*” (II,10 [6] 75).

4 *Didaskalia Petrou*, conhecido de Inácio de Antioquia, hoje perdido; não confundir com o *Kerigma Petrou* citado por Clemente de Alexandria. (N.T.)

5 O termo é raro em Platão, aparece um pouco mais em Aristóteles, não consta no Novo Testamento, e é mais frequente entre os neoplatônicos; sendo estes posteriores a Orígenes, o termo provavelmente estava sendo discutido na sua época; o termo e a questão são de importância para Orígenes, ele a discute em outros pontos e reaparece nas obras de seus discípulos. (N.T.)

Iª PARTE
EXPOSIÇÃO GERAL

1º LIVRO

O PAI, O FILHO E O ESPÍRITO SANTO

1. Deus

1. Alguns tentarão dizer que, mesmo segundo as nossas Escrituras, Deus é um corpo, porque encontram escrito em Moisés “nosso Deus é um fogo devorador” (Dt 4,24), e, no Evangelho de São João: “Deus é espírito, e os que o adoram devem adorá-lo em espírito e em verdade” (Jo 4,24) . Ora, o fogo e o sopro do espírito para eles não são mais do que corpos. A estes pergunto: o que eles acham desta afirmação da Escritura: “Deus é luz”? De fato, João escreve na sua Epístola: “Deus é luz e n’ele não se encontram trevas” (1Jo 1,5). Trata-se certamente dessa luz que ilumina toda a inteligência dos que podem entender a verdade, como se diz no Salmo 35: “Na tua luz veremos a luz” (Sl 35,10; Jo 1,9). Mas a que devemos chamar a luz de Deus, na qual se vê a luz, senão ao poder de Deus, que faz ver na iluminação a verdade de todas as coisas e faz conhecer o próprio Deus, que é chamado Verdade? Eis, pois, o que quer dizer a palavra “na tua luz veremos a luz” – na Palavra e na Sabedoria, que é o Filho, nele veremos a ti, ó Pai. Será porque é chamada luz que podemos pensar que ela é como a luz do sol desse mundo? E como é que um pouco de inteligência, por menor que seja, nos poderia ser dada se recebêssemos a causa do conhecimento dessa luz, e se encontrássemos nela a capacidade de entender a verdade?

2. Se, portanto, admitem a nossa afirmação, que o próprio raciocínio demonstrou, a propósito da natureza da luz, e se reconhecem que Deus não pode ser compreendido como um corpo segundo a nossa noção de luz, a mesma explicação será dada a propósito do fogo devorador (Dt 4,24). Deus, enquanto fogo, o que é que devora? Pode-se supor que devora a matéria corporal, isto é, a madeira, o ferro, a palha (1Cor 3,12)? E que há de digno da glória de Deus, se Deus é o fogo que consome os materiais desse modo? Consideremos antes que Deus sem dúvida devora e extermina, mas que ele devora os maus pensamentos do espírito, devora as ações torpes, devora os desejos de pecado, quando penetra no espírito dos crentes, e habita nas almas que se tornam aptas a receber a sua Palavra e a Sabedoria; ao mesmo tempo, o seu Filho, conforme ao que foi dito: “o Pai e eu viremos a ele e faremos nele a nossa morada” (Jo 14,23) uma vez devorados todos os seus vícios e todas as suas paixões, Deus faz dessa alma um templo digno dele. Quanto àqueles que, em razão da palavra “Deus é espírito” (Jo 4,24), pensam que Deus é um corpo, eis como lhes devemos responder: o que é costume na Escritura, quando se quer designar uma coisa que é o contrário do nosso corpo espesso e sólido, é empregar o termo “espírito”, por exemplo: “a letra mata, mas o espírito dá vida” (2Cor 3,6). Seguramente ela designa por *letra* o que é corporal, e por *espírito* o que é intelectual, a que nós chamamos também espiritual. O apóstolo também diz: “até este dia, quando se

lê Moisés, um véu baixa sobre o coração; mas, desde que alguém se converta ao Senhor, o véu lhe será retirado, porque onde está o espírito do Senhor está a liberdade” (2Cor 3,15ss), pois, enquanto não nos convertemos à compreensão espiritual, “um véu repousa sobre o nosso coração”; e esse véu, quer dizer, uma compreensão grosseira, esconde a Escritura, como nós o dizemos e opinamos; é o véu que devia estar sobre o rosto de Moisés quando ele falava ao povo, quer dizer, quando a lei era lida em público (Ex 34,35). Mas, “se nós nos voltamos para o Senhor”, lá onde está também o Verbo de Deus, e onde o Espírito Santo revela o conhecimento espiritual, então “o véu será retirado” e contemplaremos com o rosto descoberto “a glória do Senhor” (2Cor 3,18), nas Santas Escrituras.

3. Numerosos santos participam do Espírito Santo, mas isso não faz com que se possa de modo nenhum conceber o Espírito Santo como um corpo, que seria dividido em partes corporais para cada um dos santos que o recebesse; na realidade, ele é um poder santificador e diz-se que dele participam todos aqueles que mereceram ser santificados pela sua graça. Para tornar mais fácil a compreensão do que dizemos, vamos tomar um exemplo de coisas que são de outra ordem. São muitos aqueles que têm parte na ciência e na prática da medicina: seria o caso de pensar que cada um deles pega um pedaço de um corpo chamado medicina, que por estar à disposição deles lhes proporciona essa participação nele? Não seria antes mais correto pensar que têm parte na medicina todos aqueles cuja inteligência está pronta e apta para captar essa ciência e essa prática? Mas o exemplo da medicina não é comparável sob todos os aspectos ao caso do Espírito Santo, apenas enquanto prova que não se deve considerar logo como corpo aquilo que é compartilhado por muitos. O Espírito Santo difere muito da medicina, tanto pela natureza quanto pela ciência, porque o Espírito Santo é uma substância intelectual, e que subsiste e existe por si mesmo, e a medicina não é nada disso.

4. Precisamos passar àquela expressão do Evangelho em que está escrito “Deus é espírito” (Jo 4,24) e mostrar que ela deve ser compreendida conforme o que nós dissemos. Perguntemos quando é que o nosso Salvador o disse, a quem, e a propósito de qual questão. Sem dúvida, o que vamos encontrar é que ele pronunciou essa palavra – quando disse “Deus é espírito”¹ – dirigindo-se à samaritana, que acreditava, segundo a opinião dos samaritanos, que se devia adorar Deus no monte Garizim. De fato, a samaritana perguntava-lhe, percebendo que ele era judeu, se se devia adorar Deus em Jerusalém, ou nessa montanha; e ela dizia: “Todos os nossos antepassados adoraram nesta montanha, mas vós dizeis que é em Jerusalém que se deve adorar” (Jo 4,20). A opinião da samaritana supunha que certos lugares corporais têm o privilégio, maior ou menor, de neles se poder adorar Deus, e, portanto, seria ou não mais adequado fazê-lo em Jerusalém ou em Garizim; a isso responde o Salvador dizendo que, se se quer seguir a Deus, é preciso abandonar todas as representações de lugares materiais, e disse: “Chegou a hora em que os verdadeiros adoradores não adorarão o Pai nem em Jerusalém nem nesta montanha, Deus é espírito, e aqueles que o adoram devem adorá-lo em espírito e em verdade” (Jo 4,21-23). Vede como ele associa corretamente a verdade

com o espírito, ao falar do espírito em contraste com os corpos e também para diferenciar da verdade a sombra e a imagem. Porque aqueles que adoravam em Jerusalém “prestando culto à sombra e imagem das coisas celestes” (Hb 8,5) não adoravam Deus nem em verdade nem em espírito; e assim também aqueles que adoravam no monte Garizim.

5. Depois de ter refutado, conforme pudemos, todas as interpretações que levem a sugerir seja o que for de corporal, dizemos agora, de acordo com a verdade, que Deus é incompreensível e inatingível pelo conhecimento. Se há alguma coisa que pudemos compreender ou pensar a respeito de Deus, devemos acreditar que Deus está de muitas maneiras para além daquilo que pudemos julgar a seu respeito. É como se a alguém, que mal pode vislumbrar uma centelha, ou a pálida luz de uma lâmpada pequena, quiséssemos explicar – a esse cuja acuidade visual não pode ir além dessa percepção – como é a claridade e o esplendor do sol; não seria preciso dizer-lhe: o esplendor do sol é melhor e mais poderoso do que és capaz de ver? E assim é de tal modo que não podemos explicar nem avaliar? Assim é com o nosso espírito quando ele se encerra na prisão da carne e do sangue, e que, por essa participação na matéria, ele se torna lento para compreender e obtuso, apesar de ser muito superior à natureza corporal, se esforça para atingir as coisas incorporais e de nelas captar uma noção, mas obtém apenas o equivalente a uma centelha ou à luz de uma lamparina. Ora, de todas as coisas intelectuais, isto é, incorporais, qual, se não Deus, ultrapassa todas em beleza e em excelência, de modo indizível e inapreensível? Sua natureza não pode de modo nenhum ser captada nem pela mais aguda, pura e límpida inteligência humana.

6. Não é absurdo utilizar ainda outra comparação para mostrar a questão de modo mais evidente. Por vezes, o nosso olhar não pode observar a própria natureza da luz, quer dizer, a substância do sol; mas observando seu esplendor ou os raios que passam por uma janela ou por outro pequeno objeto que receba a luz, podemos avaliar qual seja a origem e a fonte dessa luz material. Da mesma maneira, as obras da Providência divina e a arte que se mostra no universo são como os raios da natureza divina em relação com a sua substância e a sua natureza. A nossa mente como por si mesma não pode ver Deus como ele é, compreende, contudo, o Pai do universo a partir da beleza das obras e da graciosidade das criaturas.

Não se deve, portanto, pensar que Deus é um corpo ou que está num corpo, mas que é uma natureza simples, intelectual, que não admite nela nenhum tipo de adição; e do mesmo modo se deve acreditar que não contém em si mesmo nem mais nem menos, mas que é sob todos os aspectos uma mônada ou, por assim dizer, uma hénade, inteligência e fonte de onde têm origem todas as naturezas intelectuais, ou inteligências. Para se mover ou agir, a mente não precisa de espaço material nem de grandeza simples nem de figura corporal nem de cor, e não tem absolutamente carência de qualquer coisa própria do corpo ou da matéria. É por isso que essa natureza simples, que é totalmente espírito, não pode admitir demora nem hesitação nos seus movimentos e nos seus atos, para evitar que a simplicidade da natureza divina não pareça circunscrita e constrangida,

numa certa medida, por uma adição desse tipo; assim o princípio de todas as coisas não se pode achar composto e diverso, nem múltiplo, ou não uno; por isso, esse princípio deve ser percebido como estranho a qualquer mistura com a corporeidade, e consistir, por assim dizer, na única forma da divindade. Que a mente não precisa de lugar para se mover segundo a sua natureza é certo, até pela intuição da nossa própria mente. Porque, se ela permanece na sua dimensão e se nenhuma causa exterior vem enfraquecê-la, nunca será impedida, pela diversidade de lugares, de agir segundo os seus movimentos; e a sua capacidade de se mover não receberá, por sua vez, nem aumento nem crescimento devido às peculiaridades dos lugares. Se se objeta, por exemplo, que pela agitação das ondas dos mares a mente dos navegantes tem menos vigor do que quando está em terra, é preciso acreditar que essa afecção não se deve à diferença de lugar, mas às sacudidas e perturbações do corpo, ao qual a mente está unida e como que nele inserida. De fato, estar no mar, para o corpo humano, é uma situação contra a natureza e, por isso, por uma espécie de desequilíbrio que o atinge, ele recebe sem ordem nem regularidade os movimentos da inteligência, e a sua acuidade se enfraquece perante as incitações do pensamento; o mesmo se passa com as pessoas atacadas pela febre, em terra; é certo que, se a inteligência deles pelo efeito da febre não cumpre tão bem o seu ofício, não é culpa do lugar, mas da doença que perturba o corpo e por essa desordem o impede de prestar seus serviços habituais à inteligência nas condições conhecidas e naturais; porque nós, os homens, somos seres vivos compostos da conjunção de um corpo e uma alma; foi isso que realmente nos permitiu habitar sobre a terra. Mas Deus, princípio de todas as coisas, não deve ser concebido como composto, não seja o caso de se supor que os elementos dos quais se compõe tudo o que é composto sejam anteriores ao próprio princípio.

A mente também não tem necessidade da grandeza corporal para agir e se mover, como os olhos, que se dilatam para enxergar os objetos de maior tamanho, mas se encolhem e retraem para ver os menores e os reduzidos. De fato a mente tem necessidade da grandeza do inteligível, porque não cresce pelo corporal, mas pelo inteligível. Pois a mente não se desenvolve até o vigésimo ou trigésimo ano por crescimento corporal junto com o corpo, mas a sua acuidade se aperfeiçoa pela instrução e pelo exercício; os dons que recebe fazem progredir a penetração intelectual e torna-se capaz de compreensão maior não porque cresceu pelo crescimento corporal, mas porque se afinou pelos exercícios e a instrução. Essas qualidades, ela não pode recebê-las desde a infância ou desde o nascimento, porque a composição dos órgãos que o intelecto utiliza como instrumentos para se exercitar ainda é inapta e obtusa; ela ainda não está capaz de sustentar a faculdade de fazer operações mentais, e não tem força para manifestar a capacidade de perceber a ordem do que conhece.

7. Se alguns julgam que a mente e a alma são corpos, gostaria que me respondessem: como é que recolhe as noções e afirmações de coisas tão importantes, tão difíceis e tão sutis? De onde lhe vem o poder da memória, de onde a contemplação das coisas invisíveis, de onde a evidente compreensão dos incorporais, que existe num corpo?

Como é que a natureza corporal examina as doutrinas das artes, as teorias e as explicações das coisas? De onde recebe ela o poder de captar e compreender as doutrinas divinas que são manifestamente incorporais? A não ser que se tenha a seguinte opinião: a forma deste corpo e a configuração das orelhas e dos olhos contribuem para o ouvido e a vista, e os membros, formados por Deus, têm cada um, pela qualidade da sua forma, uma disposição para a atividade para a qual foram instituídos pela natureza; do mesmo modo, seria preciso compreender que a constituição da alma ou da mente foi de algum modo formada de maneira a ser adaptada e apropriada, conforme os casos, à compreensão de cada um dos objetos e aos movimentos vitais. Mas não imagino o que é que poderia descrever ou dizer qual é a cor da mente enquanto é mente e se move de modo inteligível.

Para confirmar e desenvolver o que já dissemos acerca da mente ou da alma, como ela ultrapassa toda a natureza corporal, podemos ainda acrescentar o seguinte: cada sentido corporal se refere a uma substância sensível, para a qual se dirige o sentido corporal. Por exemplo: a vista dispõe as cores, a figura, o tamanho; o ouvido dispõe as palavras e os sons; o olfato, os odores bons ou ruins; o paladar, os sabores; o tato, as coisas quentes ou frias, duras ou moles, ásperas ou lisas. Todos percebem com clareza que o sentido intelectual é de longe superior aos outros sentidos de que acabamos de falar. Não seria então absurdo que sejam apresentadas à atividade desses sentidos substâncias que lhes sejam inferiores, mas que nada de substancial seja apresentado a essa faculdade superior – isto é, ao sentido intelectual – e que a faculdade da natureza intelectual esteja ligada aos corpos como um acidente ou uma consequência? Aqueles que o dizem sem dúvida não respeitam, ao proferir tais coisas, a substância que, neles também, é superior; mais ainda: o insulto se dirige ao próprio Deus, se pensam que pode ser compreendido pela natureza corporal; porque para eles, também, sem dúvida, aquilo que pode ser compreendido e captado por um corpo é um corpo; e recusam-se a reconhecer a afinidade que existe entre a mente e Deus, de quem a própria mente é a imagem intelectual, e que por essa razão pode captar algo da natureza divina, sobretudo se for purificada e separada da matéria corporal.

8. Essas afirmações talvez tenham menos autoridade junto daqueles que querem ser instruídos nas coisas divinas a partir das Santas Escrituras, e que nelas procuram a prova da maneira pela qual a natureza de Deus está tão acima da natureza dos corpos. Vejamos se o Apóstolo não diz a mesma coisa, quando fala de Cristo, ao dizer: “aquele que é a imagem do Deus invisível, o primeiro de toda a criação” (Cl 1,15). Isso não quer dizer, como pensam alguns, que a natureza de Deus é visível para um e invisível para os outros: com efeito, o Apóstolo não diz “a imagem do Deus invisível” para os homens, ou invisível para os pecadores, mas coloca uma afirmação absolutamente invariável acerca da natureza própria de Deus, quando diz: “imagem do Deus invisível”. E quando João, no Evangelho, diz “Nunca ninguém viu Deus” (Jo 1,18), mostra, claramente, a todos os que são capazes de compreender, que não existe nenhuma natureza para a qual Deus seja visível; não no sentido em que seria visível por natureza, porém escapasse da vista da criatura, ultrapassando-a, por causa da fraqueza desta, mas porque, pela sua natureza,

não pode ser visto. Se me perguntam o que penso a respeito do próprio unigênito, e se eu disser que também para ele a natureza de Deus não é visível, ela que é invisível por natureza, não se deve logo considerar essa opinião como ímpia ou absurda, e vamos oferecer uma explicação coerente. Ver é uma coisa, conhecer é outra; ser visto e ver é coisa própria dos corpos, ser conhecido e conhecer é da natureza intelectual; assim, tudo o que é próprio dos corpos não deve ser pensado a respeito do Pai e do Filho: mas o que pertence à natureza da divindade é o que está presente nas relações entre o Pai e o Filho. O Evangelho não diz: “Ninguém viu o Pai a não ser o Filho e ninguém viu o Filho a não ser o Pai”, mas disse: “Ninguém conhece o Filho a não ser o Pai, nem o Pai a não ser o Filho” (Mt 11,27). Isso indica claramente que o que, para as naturezas corporais e para as suas mútuas relações chamamos ver e ser visto, diz-se, para o Pai e o Filho, conhecer e ser conhecido, pelo poder do conhecimento e não pela fragilidade da visão. Por isso, não podemos falar propriamente de ver e ser visto a propósito da natureza incorporeal e invisível, e por essa razão não se diz no Evangelho que o Pai é visto pelo Filho nem o Filho pelo Pai, mas que é conhecido.

9. Se alguém nos pergunta por que é que se diz: “Felizes os corações puros, porque eles verão a Deus” (Mt 5,8), parece que a nossa asserção ficará assim mais firme ainda, porque “ver Deus pelo coração” não é justamente compreender e conhecer pela mente, como acabamos de expor? Muitas vezes, de fato os nomes dos membros sensíveis são relacionados com a alma; assim se diz “ver pelos olhos do coração” (Ef 1,18), é ter a intuição de uma coisa intelectual pelo poder da inteligência. Do mesmo modo, fala-se de escutar com os ouvidos quando se percebe um sentido intelectual mais profundo. Dizemos ainda que a inteligência pode se servir de dentes, quando ela mastiga e come “o pão da vida que desce do céu” (Jo 6,33-51). De modo semelhante, diz-se que ela recorre aos serviços dos outros membros, que se atribuem às faculdades da alma por uma transição da sua aplicação corporal, como diz Salomão: “Encontrarás o sentido divino” (Pr 2,5). Com efeito, ele sabia que em nós existem dois gêneros de sentido: um é o dos sentidos mortais, corruptíveis, humanos, e o outro é o dos imortais e intelectuais, o sentido que aqui chamei de “divino”. Eis, portanto, o sentido divino, não dos olhos, mas do “coração puro”, isto é, da mente, graças ao qual Deus pode ser visto por aqueles que são dignos. Podem-se encontrar em abundância em todos os escritos do Novo e do Antigo Testamento exemplos do termo coração utilizado como mente, isto é, a faculdade intelectual. Compreendendo, portanto, assim a natureza divina, de um modo sem dúvida muito inferior ao que conviria, por causa da fraqueza da inteligência humana, vejamos agora o que quer dizer o nome de Cristo.

2. Cristo

1. Para começar, devemos saber que em Cristo a natureza divina, enquanto ele é Filho do Pai, é uma coisa, e que a natureza humana que ele tomou nos últimos tempos para o plano da salvação é outra coisa. Também é preciso ver em primeiro lugar o que é o Filho

único de Deus, que é designado por muitos e diversos nomes, conforme as realidades e as opiniões daqueles que dele se ocupam. É chamado Sabedoria, como disse Salomão, falando em nome do personagem da Sabedoria: “O Senhor me criou como princípio dos caminhos para as suas obras; antes de toda a criação, e dos tempos, ele me estabeleceu. No princípio, antes de criar a terra, antes que brotassem as fontes, antes que se formassem as montanhas, antes de todas as colinas, ele me gerou” (Pr 8,22-25). Por isso ele é chamado de primogênito, como diz o apóstolo Paulo: “Ele é o primogênito de toda criatura” (Cl 1,15). Contudo, o primogênito é por natureza a Sabedoria, sem distinção, uma coisa só. O apóstolo Paulo diz ainda: “Cristo, poder e sabedoria de Deus” (1Cor 1,24).

2. Ninguém pense, contudo, que, ao designá-lo Sabedoria de Deus, estamos indicando algo privado de substância: por exemplo, não vamos imaginar que, em vez de o compreender como um ser vivo doado de Sabedoria, eu o tomo como o que torna sábios os sábios, oferecendo-se ao espírito daqueles que se tornam capazes de receber os seus poderes e a sua inteligência, penetrando neles. Se, portanto, aceitamos logo de início e com firmeza que o Filho único de Deus é a sua Sabedoria subsistindo substancialmente, não sei por que o nosso pensamento pode divagar até se perguntar se a própria hipóstase (isto é, a substância) do Filho pode conter alguma corporeidade, uma vez que tudo o que é corporal é caracterizado pela figura, a cor e o tamanho. Quem é que, tendo a respeito de Deus compreensão e doutrinas conformes a devoção, vai, em sã consciência, procurar na Sabedoria, por si mesma, figura, cor, tamanho? E como é que se poderia acreditar, ou supor, que em algum momento Deus Pai tenha existido sem gerar essa Sabedoria? Pois, ou se dirá que Deus, antes de gerar a Sabedoria, não podia gerá-la; ou então que ela não existia antes, e que ele lhe teria dado origem depois, para que ela existisse; ou ainda que ele podia, mas que ele não queria gerá-la, o que também não se pode dizer a respeito de Deus. Todos percebem claramente que tais ideias são absurdas e ímpias, isto é, que Deus tenha feito progressos, de tal maneira que podia agora fazer aquilo que antes não podia, ou que, podendo, ele tenha suspenso e adiado o ato de gerar a Sabedoria. É por isso que nós sabemos que Deus é sempre o Pai do seu Filho único, que dele nasceu, e dele toma tudo o que é, sem que, no entanto, haja aí qualquer espécie de início, nem o que se pode distinguir por períodos de tempo, naquele que o espírito, só e por si mesmo, é capaz de considerar e examinar, por assim dizer, pelo simples intelecto e pela alma. Devemos, portanto, crer que a Sabedoria foi gerada sem nenhuma relação com qualquer forma concebível de um começo.

Nessa existência da Sabedoria subsistente por si mesma estava presente, pois, em poder e figura, toda futura criação, tanto das coisas que existem como originais como das que se lhes seguem como acidentes; e desse modo o conjunto estava pré-formado e designado pelo poder da presciência; eis porque, para essas criações, que estavam como que dispostas e prefiguradas na própria Sabedoria, disse ela mesma pela voz de Salomão que foi criada para todas as criaturas como o princípio dos caminhos de Deus, porque ela contém de fato em si mesma os começos, as razões seminais e as espécies de toda a criação.

3. Do mesmo modo que entendemos que a Sabedoria é o início dos caminhos de Deus, e como se diz que ela foi criada pelo fato de conter e pré-formar em si as espécies e as razões seminais de toda a criação, do mesmo modo devemos entender que ela é a Palavra de Deus porque ela revela a todos os outros seres, isto é, a todas as criaturas, a explicação dos mistérios e dos arcanos que estão contidos na Sabedoria de Deus; e ela é chamada Palavra porque é como que o intérprete dos segredos da inteligência.

Por isso se mostra correto o que está escrito nos Atos de Paulo: “Eis a Palavra, um ser vivo”.² João diz no início do seu Evangelho de forma realmente excelente e sublime quando apresenta a definição própria de Deus e definindo-o como a Palavra: “E a Palavra era Deus, e ela estava no princípio junto a Deus” (Jo 1,1-2). Quem atribui um começo à Palavra de Deus ou à sua Sabedoria parece-nos que ofende, pela sua impiedade, o próprio Pai não gerado, ao negar que ele tenha sido sempre o Pai e que ele tenha de todos os tempos gerado o Filho, que ele tenha tido a Sabedoria durante todos os séculos anteriores, seja qual for o nome que lhes demos.

4. Esse Filho é também, com razão, verdade e vida de tudo o que existe (Jo 14,6). Com efeito, como viveriam os que foram feitos, senão pela vida? E como seriam os existentes se não viessem da verdade? Como poderiam existir as substâncias dotadas de razão se a Palavra ou a razão não existissem antes? Como seriam os sábios, se não houvesse Sabedoria? Mas, como devia acontecer que alguns caíssem fora da vida e por isso se dessem a si mesmos a morte, por isso mesmo, porque deixaram a vida – porque a morte não é outra coisa senão o afastar-se da vida – e porque não era razoável que seres, criados uma vez por Deus para viver, devessem perecer completamente, era preciso que antes da morte existisse tal potência que destruísse a morte futura, e que ela fosse a ressurreição (Jo 11,25), ela, que tomou a forma do Senhor e Salvador, ressurreição que devia consistir na Sabedoria mesma de Deus, na Palavra e na Vida. Além disso, como devia acontecer que alguns dos seres criados, não tendo o bem em si mesmos por natureza, isto é, em sua substância, mas o bem estando neles por acidente, sem capacidade de permanecer imutáveis e invariáveis, e de permanecer sempre nos mesmos bens em equilíbrio estável e regular, se alterassem e mudassem separando-se de seu estado, a Palavra de Deus, sua Sabedoria, tornou-se caminho (Jo 14,6). Ele é assim chamado caminho porque conduz ao Pai aqueles que tomam esse caminho.

Portanto, tudo o que dissemos da Sabedoria de Deus deverá ser compreendido como adaptando-se perfeitamente também ao fato de que o Filho de Deus é Vida, ao fato de que é Palavra, ao fato de que é Verdade, ao fato de que é Caminho, ao fato de que é Ressurreição, porque todas essas designações vêm das suas obras e dos seus poderes; e nelas não há o mínimo traço de corporeidade que possa sugerir tamanho, forma ou cor. Mas porque entre nós os filhos dos homens ou de outros seres vivos correspondem à semente daqueles que os geraram ou daquelas que os formaram e nutriram em seu seio, recebendo deles tudo o que trazem ao chegar ao mundo e que portam no crescimento, é ímpio e proibido comparar com a geração dos homens e animais a geração do Filho Unigênito por Deus Pai que lhe dá o ser. É necessário que haja nesse caso algo de

excepcional e digno de Deus, ao qual nada pode ser comparado nem na realidade, nem na imaginação ou pensamento, para que possa entender como Deus não gerado se torna o Pai do Filho único. Essa geração eterna e perpétua é como a radiação que vem da luz. De fato, não é por uma adoção espiritual que o Filho de Deus se torna extrínseco, mas ele o é por natureza.

5. Vejamos, porém, como o que dizemos também se apoia na autoridade das Escrituras divinas. O apóstolo Paulo diz que o Filho único é “imagem de Deus invisível” e que ele é “o primogênito de toda criação” (Cl 1,15). Escrevendo aos hebreus, diz que ele é “o brilho da glória e a figura e expressão da sua substância” (Hb 1,3). Encontramos ainda na Sabedoria atribuída a Salomão uma descrição da Sabedoria de Deus nos seguintes termos: “Ela é sopro do poder de Deus e *aporroia*, isto é, emanção puríssima da glória do Todo-poderoso”; é por isso que “nenhuma mancha se pode introduzir nela”, porque “ela é o esplendor da luz eterna e o espelho imaculado da atividade de Deus, imagem da sua bondade” (Sb 7,25ss). E nós a chamamos Sabedoria de Deus, como dissemos acima, ela que não tem seu ser substancial a não ser naquele que é o princípio de todas as coisas e do qual também ela nasceu. Ora, porque ele é essa sabedoria, ele que é por natureza o Unigênito, por essa razão é chamado de Filho único (Jo 1,18).

6. Vejamos agora como é que se deve compreender esse nome “imagem de Deus invisível” (Cl 1,15) para assim entender bem como é que Deus é chamado com razão “Pai” de seu Filho (Mt 11,27; Cl 1,3; Hb 1,5; Rm 15,6). Em primeiro lugar, consideremos o que é que os homens costumam chamar imagem. Chamamos por vezes imagem àquilo que pode ser pintado ou esculpido em algum material, como madeira ou pedra; outras vezes, chamamos imagem àquele que nasceu de quem o gerou, quando seus traços não negam em nada a semelhança entre o gerado e aquele que o gerou. Creio que o primeiro exemplo se pode aplicar àquele que foi feito “à imagem e semelhança de Deus” (Gn 1,26), o homem, o que examinaremos com mais cuidado, se Deus nos ajudar, quando formos explicar essa passagem do Gênesis.

O segundo exemplo pode se reportar à imagem que é o Filho de Deus, do qual estamos falando, inclusive segundo aquilo que é imagem invisível do invisível, tal como dizemos, segundo a Escritura, que Set, filho de Adão, é a sua imagem. De fato está escrito: “E Adão gerou Set, à sua imagem e segundo a sua aparência” (Gn 5,3). Tal imagem implica a unidade de natureza e de substância entre o pai e o filho. Ora, se “tudo o que faz o Pai do mesmo modo o faz o Filho” (Jo 5,19), enquanto o Filho faz todas as coisas tal como o Pai, a imagem do Pai se forma no Filho, que dele nasceu como um ato da sua vontade que procede da sua inteligência. Assim me parece que a vontade do Pai deve ser suficiente para fazer existir o que o Pai quer. No seu ato de querer, não usa, com efeito, nenhum outro meio a não ser a decisão da sua vontade. É assim que o ser substancial do Filho é gerado por ele.

Todos os que não reconhecem nada de não gerado, isto é, de não nascido, a não ser Deus Pai, devem aceitar essa ideia. É preciso realmente prestar atenção para não cair nessas fábulas absurdas dos que imaginam projeções e submetem a natureza divina a

partilhas, dividindo o Pai em partes; a mais leve suposição desse gênero a propósito da natureza não corporal é não somente a maior impiedade, mas até a maior loucura, pois a rigor é absolutamente impossível entender que haja divisão da natureza não corporal na sua substância. É preciso, antes, pensar que assim como a vontade procede da inteligência sem destacar nela nenhuma parte, e sem ser dela separada nem dividida, da mesma maneira se deve entender que o Pai gerou o Filho, que é verdadeiramente a sua imagem, tanto que, sendo ele mesmo invisível por natureza, ele gerou também uma imagem invisível.

O Filho é Palavra, e por essa razão não se deve conceber nele nada de sensível; ele é sabedoria, e na sabedoria não se deve suspeitar nada de corporal; “ele é a luz verdadeira que ilumina todo homem que vem a este mundo” (Jo 1,9), mas não tem nada em comum com a luz do sol. Nosso Salvador é, pois, “a imagem do Deus invisível”, o Pai (Cl 1,15); “verdade” (Jo 14,6) ele é sem dúvida para o Pai, mas, para nós, a quem ele revela o Pai, ele é “imagem”; por ela nós conhecemos o Pai, a quem “ninguém conhece a não ser o Filho e aquele a quem o Filho quis revelar” (Mt 11,27). Ele o revela quando ele mesmo é compreendido. Aquele que o compreendeu compreende também por consequência o Pai, segundo a sua própria palavra: “Quem me viu, viu também o Pai” (Jo 14,9).

7. Como, porém, citamos a palavra de Paulo falando de Cristo: “ele é o brilho da glória de Deus e a marca expressa da sua substância” (Hb 1,3), vejamos como devemos entendê-la. Segundo João (1Jo 1,5), “Deus é luz”. O Filho único é, portanto, o esplendor dessa luz, procedendo dele sem separação, como brilho dessa luz, iluminando a totalidade das criaturas (Jo 1,9). De acordo com o que explicamos acima acerca do modo como ele é o caminho que conduz ao Pai, da maneira como ele é Palavra para interpretar os segredos da Sabedoria e os mistérios do conhecimento e mostrá-los às criaturas racionais, do modo como ele é também verdade, ou vida e ressurreição, nós devemos, por conseguinte, compreender do mesmo modo a função do brilho; é pelo brilho que se reconhece e se percebe o que é a luz em si mesma. Esse brilho se oferece aos olhos frágeis e fracos dos mortais com mais brandura e suavidade, e como que lhes ensina pouco a pouco, e os acostuma a suportar a claridade e a luz quando afasta deles tudo o que se intromete e impede a visão, segundo a palavra do Senhor: “tira a trave do teu olho” (Mt 7,5); portanto, torna-os capazes de receber a glória da luz, e desse modo também ele age como “mediador”, entre os homens e a luz (1Tm 2,5).

8. O Apóstolo, porém, não diz só “esplendor da glória”, mas “figura e expressão da sua substância” e da sua existência (Hb 1,3); por isso não me parece inútil examinar como além da substância e da existência de Deus – quer se lhe chame substância, quer subsistência – se define outra coisa, que é a “figura da substância”. Ora, não seria precisamente porque o Filho de Deus, chamado sua Palavra e sua Sabedoria, que só ele conhece o Pai e o “revela a quem ele quer” (Mt 11,27), isto é, aqueles que se tornam capazes de receber a sua Palavra e a sua Sabedoria, faz compreender e reconhecer Deus, não será por essa razão que dele se diz que é a figura e a expressão da sua substância ou subsistência? Como a Sabedoria delinea em primeiro lugar em si mesma os traços que

ela quer revelar aos outros e que fazem com que eles reconheçam e compreendam Deus, ela é chamada “marca e expressão da substância de Deus”.

Para fazer compreender ainda melhor como o Salvador é representação da substância ou da subsistência de Deus, tomemos um exemplo que, sem significar completamente nem exatamente aquilo de que falamos, no entanto vamos apresentar para explicar que “o Filho, que tinha a forma de Deus, se aniquilava” (Fl 2,6-7), e quer nos mostrar, pelo seu próprio ato de se aniquilar, “a plenitude da divindade” (Cl 2,9). Vamos supor que tenha sido feita uma estátua tão grande que pudesse conter toda a terra e que devido à sua imensidão ninguém a pudesse enxergar, e que outra estátua fosse feita, em tudo parecida com a primeira, pela forma dos seus membros, os traços do rosto, o aspecto e a matéria, com exceção da imensidão do tamanho, com a finalidade de permitir àqueles que não pudessem ver a estátua enorme de ficarem convencidos, ao verem esta, que tinham visto a primeira; ela conservaria, de fato, e sem nenhuma diferença, todos os traços dos membros e do rosto, o aspecto e a matéria; de modo análogo, o Filho, se aniquilando ao abandonar a igualdade com o Pai, e nos mostrando o caminho para conhecê-lo, tornou-se “marca impressa da figura da sua substância”; desse modo, nós, que éramos incapazes de olhar a glória da luz pura que se encontra na grandeza da divindade, alcançamos um meio de perceber a luz divina, graças à vista do brilho, porque ele se faz brilho para nós. A comparação das estátuas, no nível das coisas materiais, só a devemos admitir para mostrar que o Filho de Deus, tendo se introduzido na pequenez de um corpo humano, indicava, pela analogia dos seus atos e do seu poder, a grandeza imensa e invisível de Deus Pai, que estava nele; é o que ele dizia aos seus discípulos: “Quem me viu, viu o Pai” (Jo 14,9), e: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10,30). É preciso entender, do mesmo modo, a expressão seguinte: “O Pai está em mim, e eu no Pai” (Jo 10,38).

9. Vejamos agora que sentido é preciso dar ao que lemos na Sabedoria de Salomão; ele diz da Sabedoria que ela é “sopro do poder de Deus, e *aporroia*, isto é, emanção puríssima da glória do Todo-poderoso, esplendor da luz eterna, espelho imaculado da atividade ou do poder de Deus e imagem da sua bondade” (Sb 7,25ss). Ao enunciar a respeito de Deus essas cinco definições, ele indica por meio de cada uma delas certos atributos próprios da sabedoria de Deus; com efeito, ele nomeia “o poder de Deus”, “a glória”, “a luz eterna”, “a atividade”, e “a bondade”. Ora, ele diz que a Sabedoria é sopro não da glória do Todo-poderoso, nem da luz eterna, nem da atividade do Pai, nem da sua bondade, porque o “sopro” não poderia ser conveniente, aplicado a nenhum desses termos; mas ele diz com perfeita exatidão que a Sabedoria é “o sopro do poder de Deus”. É preciso, pois, entender pelo poder de Deus aquilo pelo qual ele é forte, pelo qual ele institui, contém e governa todas as coisas, visíveis e invisíveis, pelo qual ele atende a todos dos quais ele toma cuidado em sua providência, e a todos os quais está como que unido. Portanto, esse sopro, ou, por assim dizer, a força de todo este poder, tão grande e imenso, existe como em um ser próprio; sem dúvida ela procede do poder como a vontade da inteligência, mas também a vontade de Deus se faz poder de Deus. Existe um segundo poder de Deus, existindo por si mesmo um poder, como diz a palavra

da Escritura, do poder primeiro e não gerado de Deus, tirando deste o que ele é: e não houve tempo em que não tivesse existido.

Porque se alguém quisesse fazer entender que primeiro ela não existiu, e que depois ela passou a existir, que explique qual a razão por que o Pai, que lhe deu existência, não o fez antes. E se fixarmos como um começo o momento em que esse sopro proveio do poder de Deus, colocaremos de novo a questão: por que não antes, esse começo assim suposto? E assim, sempre perguntando pelo que se passou antes, e sempre remontando nossas interrogações cada vez mais acima, chegaremos a compreender que, se Deus sempre pôde e quis, nunca poderia acontecer nem haveria causa para que ele não possuísse sempre o bem que queria. Isso demonstra que o sopro do poder de Deus existiu sempre sem ter outro princípio a não ser o próprio Deus. Nem convinha que houvesse outro início a não ser o próprio Deus, do qual tem o nascimento e o ser. Como, porém, o Apóstolo diz que “Cristo é o poder de Deus” (1Cor 1,24), devemos nós dizer que o sopro é o poder de Deus, mas é o poder que veio do poder.

10. Examinemos também o que quer dizer “Ela é uma emanção puríssima da glória do Todo-poderoso” (Sb 7,25). Consideremos primeiro o que é a glória do Todo-poderoso, e veremos depois o que é sua emanção. O pai não pode ser o que é se não houver filho, nem pode o senhor ser o que é sem propriedades ou servos; da mesma forma, não se pode dizer que Deus é Todo-poderoso se não houver sobre quem exerça seu poder; por isso, para que Deus se mostre Todo-poderoso, é preciso que exista o todo. Se, de fato, alguém supõe que se passaram séculos ou períodos de tempo, seja qual for o nome que se lhes dê, durante os quais aquilo que foi feito ainda não tinha sido feito, certamente mostrará que, nesses séculos ou períodos, Deus não era Todo-poderoso, e que depois ele se tornou Todo-poderoso quando começou a ter sobre quem exercer seu poder. E assim vai parecer que Deus progrediu, que ele passou do menor ao maior, se realmente não se duvida que é melhor ser onipotente do que não ser.

Não parece absurdo supor que Deus não tinha o que lhe convinha ter, e que depois progrediu até o obter? Se nunca houve tempo em que era Todo-poderoso, é preciso necessariamente que subsistisse tudo aquilo pelo qual ele é Todo-poderoso, e que sempre tivesse tido sobre quem exercer o poder, e que governasse tudo como um rei ou príncipe. Disso falaremos mais longamente nos devidos lugares, nos quais vamos tratar das criaturas. Mas agora, já que se trata da sabedoria, creio ser necessário notar, mesmo que brevemente, de que maneira a sabedoria é uma *aporroia* ou emanção puríssima da glória do Todo-poderoso, não seja o caso que a designação de Todo-poderoso pareça anterior ao nascimento da Sabedoria pelo qual tem o nome de Pai, porque a Sabedoria, isto é, o Filho de Deus, é essa emanção puríssima da glória do Todo-poderoso. Quem tal quisesse supor que entenda o que a Escritura diz claramente: “Tudo foi feito na sabedoria” (Sb 103,24), e o que ensina o Evangelho: “Tudo foi feito por ele e sem ele nada foi feito” (Jo 1,3). Que compreenda, pois, que a designação de Todo-poderoso não pode ser em Deus anterior à de Pai: pois é pelo Filho que o Pai é Todo-poderoso.

Mas porque a Escritura diz que há uma glória do Todo-poderoso da qual a Sabedoria

é uma emanção, é preciso compreender que a Sabedoria também está associada à glória da onipotência, pela qual se diz que Deus é Todo-poderoso. Pela Sabedoria, Cristo, possui Deus o domínio sobre todas as coisas, não só pela sua autoridade de dominador, mas, ainda, pela submissão espontânea dos súditos. E para que se saiba que a onipotência do Pai e a do Filho são uma e a mesma, tal como ele é um e o mesmo com o Pai, Deus e Senhor, escuta o que João diz sobre isso no Apocalipse: “Eis o que diz o Senhor, aquele que é, que era e que virá, o Todo-poderoso” (Ap 1,8). Aquele que virá pode ser outro a não ser Cristo? Da mesma forma que ninguém deve se espantar que o Salvador seja Deus, já que o Pai é Deus, assim também sendo o Pai Todo-poderoso, ninguém deve se admirar que também se diga do Filho de Deus que ele é onipotente. De modo semelhante, é verdadeiro o que ele mesmo diz ao Pai: “Todas as coisas que são minhas são tuas, o que é meu é teu, e todas as coisas que são tuas são minhas e nelas sou glorificado” (Jo 17,10). Se verdadeiramente tudo o que é do Pai é de Cristo, e entre o que é do Pai está a onipotência, sem dúvida o Filho Único deve ser onipotente, para que tudo o que tem o Pai também o Filho tenha. “E sou glorificado neles”, ele diz; com efeito, “ao nome de Jesus todo joelho se curvará nos céus, na terra e nos infernos e toda língua confessará que Jesus é o Senhor na glória de Deus Pai” (Fl 2,10-11). Portanto, a própria sabedoria de Deus é uma emanção pura e límpida da glória de Deus enquanto ele é Todo-poderoso, e ela é glorificada como emanção da sua onipotência ou da sua glória.

Para compreender mais claramente o que é a glória da onipotência, acrescentemos ainda o seguinte. Deus Pai é Todo-poderoso porque ele possui o domínio sobre todas as coisas, o céu e a terra, o sol e a lua, as estrelas e tudo o que neles se contém. Ele exerce esse domínio pela sua palavra, pois que “ao nome de Jesus todo joelho se curvará entre os seres celestes, terrestres e dos infernos”. Ora, se todo joelho se dobra diante de Jesus, sem dúvida “tudo está submetido a Jesus” (1Cor 15,27), e é ele que exerce o domínio sobre tudo e por quem tudo está submetido ao Pai: tudo está submetido não por força e necessidade, mas por meio da Sabedoria, isto é, pela Palavra e pela Razão. É por isso que a sua glória está no próprio fato de que todas as coisas estão em suas mãos; e essa é a glória puríssima e límpidíssima da onipotência, quando pela razão e pela sabedoria, e não pela força ou pela obrigação, todas as coisas estão submetidas. Dizemos adequadamente que a glória da sabedoria é muito pura e límpida para a distinguir daquela que é chamada glória mas não o é de forma pura nem correta. Toda a natureza que é variável e pode mudar, mesmo que seja glorificada pelas obras da justiça e da sabedoria, pelo fato mesmo de que ela possui a justiça e a sabedoria de modo acidental, e que o que é acidental pode decair, não pode ter uma glória autêntica nem límpida. Mas à sabedoria de Deus, se Filho Único, que em tudo é invariável e imutável, possuindo todo bem de modo substancial, sem possibilidade de mudança ou de alteração, pode, por essas razões, atribuir-se uma glória pura e autêntica.

11. Em terceiro lugar, a Sabedoria é chamada de esplendor da luz eterna: já explicamos acima a força dessa expressão, quando falamos da comparação com o sol e do esplendor

dos seus raios e, na medida da nossa capacidade, demonstramos como se devia compreender. Vamos apenas acrescentar um adendo. Aplicamos com exatidão o termo *perpétuo*, ou *eterno*, ao que não começou a existir e que não deixará de ser o que é. Foi o que exprimiu João quando disse “Deus é luz” (1Jo 1,5). A Sabedoria de Deus é de fato a irradiação da sua luz, não só como luz, mas como essa luz é eterna; assim a Sabedoria é, ao mesmo tempo, eterna e a irradiação da sua eternidade. Se se compreende bem isso, é claro que o ser substancial do Filho deriva do próprio Pai, mas de uma maneira que não é temporal, e sem nenhum começo a não ser o próprio Deus.

12. Mas a Sabedoria é ainda chamada “o espelho imaculado da *energeias*, isto é, da atividade divina”. Primeiro precisamos entender o que é essa atividade do poder de Deus. É por assim dizer uma força com a qual o Pai age quando cria, quando cuida, ou julga, ou dispõe e governa cada coisa a seu tempo. Assim como todos os movimentos e gestos de quem olha num espelho produzem uma imagem que se move e que age com os mesmos movimentos e os mesmos gestos, sem nenhuma alteração, assim a Sabedoria quer ser entendida quando é chamada de espelho imaculado do poder e da ação do Pai. Assim o Senhor Jesus Cristo, sabedoria de Deus, fala de si mesmo quando diz: “As obras que o Pai realiza o Filho as faz também” (Jo 5,19). E acrescenta: “O Filho não pode fazer nada por si mesmo, se não vê que o Pai o está fazendo”. O Filho não se distingue e não difere em nada do Pai pelo poder das suas obras, e a obra do Filho não é outra senão a do Pai, mas em tudo, por assim dizer, um só movimento. Por isso o Filho é chamado um espelho sem mancha, para fazer compreender que não há nenhuma dessemelhança entre o Pai e o Filho. Alguns dizem que é por uma similitude ou imitação, como do mestre pelo discípulo, ou dizem que o Filho executou na matéria corporal o que o Pai já formara nas substâncias espirituais – mas como podem assim concordar com o Evangelho que não diz que o Filho faz obras semelhantes, mas que de modo semelhante faz as mesmas coisas?

13. Resta-nos procurar o que é “a imagem da sua bondade”: convém dar-lhe, me parece, o mesmo sentido que expressamos antes a propósito da imagem que se forma no espelho. O Pai é, sem nenhuma dúvida, a primeira bondade; dela nasceu o Filho, que é, em todas as coisas, a imagem do Pai; portanto, é adequadamente que o chamamos imagem da bondade. Não há, de fato, no Filho outra bondade a não ser a que está no Pai. Por isso é que o Salvador diz, com razão, no Evangelho: “Ninguém é bom a não ser um só: o Pai” (Mc 10,18). Pelo que devemos entender que o Filho não tem outra bondade, a não ser somente a que está no Pai. E com todo o direito é chamado sua imagem, porque ele não vem de outro lugar a não ser dessa mesma bondade originante, para que não se veja no Filho outra bondade a não ser a que está no Pai, e não uma bondade dessemelhante ou diferente. Por isso a frase: “Ninguém é bom a não ser um só, Deus Pai” (Mc 10,18) não deve soar como se fosse blasfêmia, como se nela víssemos uma negação da bondade de Cristo ou do Espírito Santo; mas, tal como dissemos antes, é preciso atribuir ao Pai a bondade originante, da qual o Filho é nascido e o Espírito Santo procede, reproduzindo certamente em suas naturezas a bondade dele, que é a

fonte de onde o Filho nasce e o Espírito Santo procede.

Se na Escritura o termo bom se aplica a outros seres, quer seja um anjo, ou homem, ou criado, ou tesouro, ou um bom coração ou uma boa árvore, tudo isso é dito em sentido amplo, de uma bondade que o é por acidente, não substancialmente.

Seria um trabalho considerável, para outra obra e outra ocasião, reunir todas as denominações, por exemplo: as de Luz verdadeira, Porta, Justiça, Santificação, Redenção e grande número de outras, e delas expor as causas, os valores, os sentimentos pelos quais elas designam o Filho. Mas nos contentamos com o que deixamos exposto, e passamos a outro assunto.

3. Espírito Santo

1. Continuando agora, vamos procurar o que brevemente podemos dizer do Espírito Santo. Todos aqueles que, de algum modo, creem que existe uma Providência confessam um Deus não gerado que criou e governa todas as coisas, e reconhecem que ele é o Pai do universo. Que há um Filho não somos nós os únicos a afirmar, embora isso pareça estranho e incrível para os que são considerados filósofos, tanto gregos como de outras nações. Contudo, essa doutrina parece ser difundida até por alguns deles, quando asseguram que tudo foi criado pela Palavra ou pela Razão de Deus. Mas nós, que temos fé na doutrina dele, que é para nós certamente inspirada por Deus, acreditamos que não é possível falar do Filho de Deus de maneira mais evidente e mais divina e dela dar conhecimento aos homens a não ser somente por meio da sua Escritura, inspirada pelo Espírito Santo, isto é, o Evangelho e os escritos apostólicos, e também a Lei e os Profetas, como o próprio Cristo afirmou. Quanto ao ser substancial que é o Espírito Santo, ninguém pode ter dele a menor noção, a não ser aqueles que conhecem a Lei e os Profetas, ou que professam a fé em Cristo. Pois, embora ninguém possa dignamente falar de Deus Pai, é contudo possível adquirir alguma compreensão dele a partir das criaturas visíveis e do que a inteligência humana capta naturalmente, o que pode ser confirmado pelas Santas Escrituras. E quanto ao Filho de Deus, se bem que ninguém conheça o Filho a não ser o Pai, a mente humana apreende, contudo, das divinas Escrituras, não só pelo Novo Testamento, mas, ainda, pelo Antigo, o que é preciso pensar sobre ele, relacionando a Cristo, de modo figurado, as ações dos santos, que nos dão a conhecer a natureza divina e também a natureza humana que ele assumiu.

2. Numerosas passagens das Escrituras nos ensinam que há um Espírito Santo. Assim Davi no Salmo 50: “não me retires teu Espírito Santo”; e Daniel: “O Espírito Santo que está em ti” (Dn 4,8). Abundantes testemunhos do Novo Testamento nos ensinam, quando relatam que o Espírito Santo desceu sobre Cristo (Mt 3,16) e quando o Salvador soprou sobre os apóstolos depois da Ressurreição lhes dizendo: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 22,22). A Maria o anjo anunciou: “O Espírito Santo virá sobre ti” (Lc 1,35). Paulo ensina: “Ninguém pode dizer Jesus Cristo se não for pelo Espírito Santo” (1Cor 12,3). E, nos Atos dos Apóstolos, pela imposição das mãos dos apóstolos, o Espírito

Santo era dado no batismo (At 8,18). Tudo isso nos ensina a grande autoridade e dignidade que tem o Espírito Santo enquanto ser substancial, de tal modo que o batismo da salvação não pode ser realizado a não ser pela altíssima autoridade da Trindade, isto é, pela invocação do Pai, do Filho e do Espírito Santo; e assim ao Pai não gerado e ao seu único Filho se associa o nome do Espírito Santo. Não é de se espantar de quanta seja a majestade do Espírito Santo, quando se vê que “aquele que fala mal do Filho do Homem poderá esperar perdão, mas aquele que blasfemar contra o Espírito Santo não terá perdão nem nesse mundo nem no outro” (Mt 12,32)?

3. Tudo foi criado por Deus e não há ser que não tenha recebido dele a sua existência: o que é comprovado por numerosas passagens de toda a Escritura e permite refutar e rejeitar as falsas afirmações de alguns, tanto a respeito da matéria coeterna com Deus como das almas que seriam não geradas, tendo Deus posto nelas não tanto a existência quanto a qualidade e ordenamento da vida. Porque, no pequeno livro do Pastor, o anjo da penitência, redigido por Hermas, está escrito: “Crê antes de mais que há um só Deus que tudo criou e ordenou; que, quando nada existia, tudo fez; que contém todas as coisas e não é contido por nenhuma. Encontram-se afirmações semelhantes no Livro de Enoque. Mas, até o presente, não podemos encontrar nas Santas Escrituras nenhuma palavra dizendo que o Espírito Santo fosse feito ou criado, nem sequer daquele modo que acima ensinamos. Salomão falou da Sabedoria, ou, segundo as explicações que nós demos, da Vida, da Palavra e das outras denominações do Filho de Deus. O Espírito de Deus que se movia sobre as águas no princípio da criação do mundo, tal como está escrito, não creio que seja outro senão o Espírito Santo, tal como posso compreender, e mostramos ao expor essa passagem³ não conforme à narrativa, mas segundo a compreensão espiritual.

4. Alguns dos nossos predecessores observaram a propósito do Novo Testamento que, nos lugares onde o Espírito é designado sem um adjetivo indicando de que espírito se trata, é preciso entender o Espírito Santo. Por exemplo: “O fruto do Espírito é a caridade, a alegria, a paz etc.” (Gl 5,22); e, da mesma forma: “Embora tendo começado no Espírito, concluí agora pela carne” (Gl 3,3). Pensamos que essa distinção também pode ser aplicada ao Antigo Testamento. Por exemplo: “Aquele que dá o Espírito ao povo que está sobre a terra e o Espírito aos que a pisam” (Is 42,5). Sem dúvida, aquele que pisa a terra com os pés, isto é, o que é terrestre e corporal, participa do Espírito Santo, recebendo-o de Deus. Um sábio hebreu dizia que os dois serafins que Isaías descreve com seis asas, e que dizem em alta voz um ao outro: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus Sabaoth” (Is 6,3), devem ser entendidos como sendo o Filho Único e o Espírito Santo. Pensamos que, do mesmo modo, deve-se aplicar a Cristo e ao Espírito Santo o que é dito no Cântico de Habacuc: “No meio dos dois vivos, ou de duas vidas, serás conhecido” (Hab 3,2). Todo o conhecimento sobre o Pai pela revelação do Filho é conhecido no Espírito Santo, de tal modo que um e outro, chamados pelo profeta vivos ou vidas, são os fundamentos da ciência a respeito de Deus Pai. Tal como é dito do Filho: “Que ninguém conhece o Pai a não ser o Filho e aquele a quem o Filho o revelou”

(Mt 11,27; Lc 10,22), assim o Apóstolo fala do Espírito Santo ao dizer: “Deus se revelou a nós pelo seu Espírito: porque o Espírito tudo penetra, mesmo as profundezas de Deus” (1Cor 2,10). Mas, outra vez no Evangelho, o Salvador, mencionando as doutrinas divinas mais profundas, que seus discípulos ainda não podiam entender, assim disse aos apóstolos: “Tenho ainda muito a vos dizer, mas que, por enquanto, ainda não podeis compreender; assim que vier o Espírito Santo Paráclito, que do Pai procede, ele vos ensinará todas as coisas, e vos lembrará aquilo que eu vos disse” (Jo 16,12-13). É preciso, portanto, pensar que, assim como o Filho, que só ele conhece o Pai, e o revela a quem quer, assim o Espírito Santo, que só ele penetra as alturas de Deus, revela Deus a quem quer.

Não se deve, pois, pensar que o Espírito também conhece pela revelação do Filho. De fato, se o Espírito Santo conhecesse o Pai pela revelação do Filho, ele passaria da ignorância ao conhecimento, o que é realmente ímpio e tolo, pois reconheceria o Espírito Santo, mas lhe atribuiria a ignorância. De fato, não era antes algo distinto do Espírito Santo, que progrediu até chegar a ser o Espírito Santo. É como se nos atrevêssemos a dizer que então, quando ele não era o Espírito Santo, ignorava o Pai, que depois que recebeu o conhecimento dele se tornou o Espírito Santo; pois, se assim fosse, nunca tal Espírito Santo poderia ser considerado na unidade da Trindade – isto é, na imutabilidade do Pai e do seu Filho – a não ser que ele mesmo sempre tenha sido o Espírito Santo. Empregamos estes termos, “sempre” e “tenha sido”, ou qualquer outro termo, com significado temporal, mas é preciso tomá-los de modo simples e com ressalvas, pois, mesmo que sejam palavras com significados temporais, exprimindo as coisas de que falamos num discurso de tipo temporal, ultrapassam por sua natureza toda compreensão do sentido temporal.

5. Parece correto investigar quais são as causas pelas quais quem é regenerado por Deus para a sua salvação precisa do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, não podendo ser salvo senão por toda a Trindade, e por que não se pode participar do Pai ou do Filho sem o Espírito Santo. Discutindo tais coisas, sem dúvida seria preciso atribuir uma ação especial ao Espírito Santo, e também especial ao Pai e ao Filho. Penso, pois, que a ação do Pai e do Filho se exerce tanto sobre os santos como sobre os pecadores, sobre os homens racionais e sobre os animais mudos, e mesmo sobre aqueles que não têm alma, absolutamente sobre tudo o que existe. A ação do Espírito Santo não se estende de nenhum modo sobre os que não têm alma, nem sobre aqueles que, tendo alma, são mudos; nem sequer se encontra naqueles que, sendo racionais, estão do lado do mal e de nenhum modo se voltam para as coisas melhores. Julgo que a ação do Espírito Santo só se exerce sobre aqueles que se voltam para o bem e caminham nas vias de Jesus Cristo, isto é, aqueles que agem no bem e permanecem em Deus.

6. Uma vez que a ação do Pai e do Filho se exerce sobre os santos e sobre os pecadores, ela se manifesta em todos os seres racionais que participam na Palavra de Deus, isto é, na Razão, e por isso geram e levam consigo como que as sementes da Sabedoria e da Justiça, que é Cristo. Daquele que verdadeiramente é, e que disse por Moisés: “Eu sou o

que é” (Ex 3,14), todos os seres trazem participação. Essa participação do Pai chega a todos, justos ou pecadores, seres racionais e não racionais, e absolutamente a tudo o que existe. O apóstolo Paulo mostra de certo que todos têm participação em Cristo, quando diz: “Não digas no teu coração: quem subirá ao céu, isto é, para fazer descer Cristo? Ou: quem descerá ao abismo, isto é, para chamar Cristo dos mortos? Mas o que diz a Escritura: a Palavra está perto de ti, na tua boca e no teu coração” (Rm 10,6-8). Por aqui se significa que Cristo está em todos os corações por ser Palavra e Razão, por cuja participação os seres são racionais. O texto do Evangelho: “Se eu não tivesse vindo e não lhes tivesse falado, eles não teriam pecado, mas agora não têm desculpas para seu pecado” (Jo 15,22); para os que sabem explicar até quando o homem não tem pecado, e a partir de que idade fica submetido ao pecado, é evidente e claro como pela participação na Palavra e na Razão se diz que os homens podem pecar, isto é, a partir do momento em que se tornaram capazes de compreensão e de conhecimento, quando a razão, posta no interior deles mesmos, trouxe o discernimento do bem e do mal. Quando começaram a saber o que é o mal, se o fazem tornam-se culpados de pecado. É isso que quer dizer: “Os homens não têm desculpa do seu pecado: a palavra ou razão divina começou a lhes mostrar no coração o discernimento do bem e do mal, para que assim pudessem escapar ao mal e se proteger contra ele; quem conhece o bem e não o faz, diz ele, tem o pecado (Tg 4,17). Assim também nenhum homem está fora da comunhão com Deus, e desse modo ensina o Evangelho pela boca do Salvador: o reino de Deus, quando vem, não se deixa observar, e não se diz: está aqui ou ali; mas o reino de Deus está dentro de vós (Lc 17,20-21). É preciso ver se não se encontra o mesmo significado nessa palavra do Gênesis: “Ele soprou no seu rosto um sopro de vida e o homem foi feito uma alma viva” (Gn 2,17). Se se entende que isso foi dado a todos os homens em geral, todos os homens têm participação em Deus. Mas se essa palavra deve entender-se do Espírito de Deus, já que o próprio Adão, segundo parece, o profetizou de alguns, não a podemos aplicar de modo geral, mas somente a alguns eleitos.

7. Enfim, nos tempos do dilúvio, quando todo o ser carnal pervertera o caminho de Deus, está escrito que Deus disse como se se tratasse de indignos e pecadores: “O meu Espírito não ficará com esses homens para sempre, pois são carnis” (Gn 6,3). Isso manifesta claramente que o Espírito de Deus se afasta de todos os indignos. Também está escrito nos *Salmos*: “Tu lhes tirarás teu Espírito, e eles se enfraquecerão e retornarão à sua terra. Enviarás a eles o teu Espírito e serão criados e renovarás a face da terra” (Sl 103,29-30). Isso se aplica claramente ao Espírito Santo, a fim de que, quando são retirados e destruídos os pecadores e os indignos, ele mesmo crie um novo povo e renove a face da terra, quando, com a graça do Espírito, eles, deixando o homem velho e as suas ações, se conduzirão daí em diante segundo uma vida nova. Por isso se diz com razão que o Espírito Santo habita não nos que são carnis, mas naqueles com os quais a terra foi renovada (Sl 103,30). O Espírito Santo era, por essa razão, transmitido pela imposição das mãos dos apóstolos, depois da graça e da renovação trazidos pelo batismo (At 8,18; Tt 3,5). O próprio Salvador – depois da ressurreição, quando as antigas realidades já tinham passado e que tudo tinha sido feito de novo (2Cor 5,17), porque ele

mesmo era o homem novo (Ef 2,15) e o primeiro a renascer dos mortos (Cl 1,18) – disse aos seus apóstolos, igualmente renovados pela fé na ressurreição: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 20,22). É certamente o que nosso Senhor e Salvador indicava no Evangelho quando repudiava que o vinho novo fosse posto em odres velhos, mas ordenava que esses odres se fizessem novos (Mt 9,17), isto é, quando prescrevia aos homens uma conduta conforme essa vida nova (Rm 6,4), para que pudessem receber o vinho novo, quer dizer, a novidade da graça do Espírito Santo.

Dessa maneira, a ação do poder de Deus, Pai e Filho, se estende sem distinção a toda criatura, mas achamos que só os santos possuem a participação no Espírito Santo. É por isso que está dito: “Ninguém pode dizer – Jesus é o Senhor – a não ser no Espírito Santo” (1Cor 12,3). E somente uma vez os apóstolos mereceram ouvir: “Recebereis o poder quando o Espírito Santo vier sobre vós” (At 1,8). Por isso é que acho correto que aquele que pecou contra o Filho do Homem seja digno de perdão, porque aquele que participa da Palavra, ou da razão, se deixar de viver racionalmente, será tido como quem caiu na ignorância ou na tolice e que pode, portanto, merecer perdão; mas aquele que já foi digno de participar no Espírito Santo e voltou atrás é considerado como tendo, pelo próprio fato da sua ação, blasfemado contra o Espírito Santo.

Ninguém pense que, ao dizer que o Espírito Santo é concedido aos eleitos enquanto os benefícios e ações do Pai e do Filho chegam até os bons e os maus, os justos e os injustos, nós colocamos o Espírito Santo acima do Pai e do Filho e lhe atribuímos uma dignidade mais alta: dizer isso seria algo inconsequente. O que nós descrevemos foi o caráter próprio da sua graça e da sua ação. Mais ainda: na Trindade, não se pode falar de maior ou menor, pois que uma única fonte de divindade mantém o universo pela Palavra e Razão, e santifica pelo Espírito da sua boca tudo o que é digno de santificação tal como está escrito no Salmo: “Pela palavra do Senhor os céus foram estabelecidos e pelo Espírito da sua boca todo o seu poder” (Sl 32, 6). Ela é, portanto, uma operação principal de Deus Pai além daquela pela qual concede a todos os seres existir conforme a natureza. Há também um ministério principal do Senhor Jesus Cristo para aqueles a quem ele confere ser racionais por natureza, pelo qual lhes concede que sejam bem naquilo para que existem. Há ainda outra graça do Espírito Santo atribuída àqueles que dela são dignos, pelo ministério de Cristo, pela ação do Pai segundo o mérito dos que se tornaram capazes. É o que indica muito claramente o apóstolo Paulo, mostrando que há uma só e a mesma potência na Trindade, quando diz: “Há diferenças nos dons, mas o Espírito é o mesmo; há distinções nas ações, mas é um mesmo o Deus que faz todas as coisas em todos. A cada um é dado manifestar o Espírito conforme o que é conveniente” (1Cor 12,4-7). Assim ele explica com clareza que, na Trindade, não há nenhuma separação, mas que o que é chamado dom do Espírito vem do ministério do Filho e é operado por Deus Pai: “É tudo obra de um só e mesmo Espírito, repartindo a cada um conforme quer” (1Cor 12,11).

8. Feitas, pois, essas colocações acerca da unidade do Pai e do Filho com o Espírito Santo, voltemos ao assunto que tínhamos começado a discutir. Deus Pai dá a todos os

seres a existência, mas a participação de Cristo segundo a palavra ou pela razão é o que os faz racionais. Segue-se daí que eles são dignos de louvor ou de culpa porque são capazes de virtude, ou de maldade. Em consequência, vem a graça do Espírito Santo, pois já que por natureza não são santos pela participação nela se tornam santos. De fato, receberam em primeiro lugar do Pai a existência, depois a racionalidade pela Palavra, em terceiro lugar a santidade pelo Espírito Santo; e os que foram santificados pelo Espírito Santo tornam-se, por sua vez, capazes de receber Cristo como justiça de Deus (1Cor 1,30); e os que mereceram chegar a esse grau pela santificação recebida do Espírito Santo obtêm ainda o dom da sabedoria pelo poder da ação do Espírito Santo. Penso que é o que Paulo afirma quando diz que a alguns é dada a palavra da sapiência, a outros, a palavra do conhecimento segundo o mesmo Espírito (1Cor 12,8). E, designando cada uma das variedades de dons, refere todas elas à fonte universal, quando diz: “São diferentes as operações, mas é um só o Deus que em tudo age em todas elas” (1Cor 12,6). Por onde a ação do Pai que dá existência a todos aparece mais brilhante e mais magnífica quando cada um, ao participar em Cristo no que ele é sabedoria, e no que é conhecimento e santificação, se aperfeiçoa e sobe em seu progresso a graus superiores. Santificado pela participação no Espírito Santo, torna-se cada vez mais puro e íntegro, recebe mais dignamente a graça da sabedoria e o conhecimento, repudiando todas as manchas de impureza e ignorância, e delas expurgado chega a tal progresso na pureza e na integridade que o que recebeu de Deus como existência chega a ser digno de Deus que dá o ser de maneira pura e perfeita; e tão digno se torna o que existe como aquele que lhe deu tal ser. Assim, aquele que é como o quer quem o criou compreenderá pela ação de Deus que seu poder existe para sempre e permanece para sempre. Para que isso se produza e para as criaturas aderirem sem fim e sem separação possível àquele que é, a obra da sabedoria é ensiná-los e conduzi-los à perfeição pelo Espírito Santo que os confirma e continuamente os santifica, única condição possível para que recebam Deus. Desse modo, a ação contínua do Pai, do Filho e do Espírito Santo sobre nós é exercida em cada um dos graus de progresso, apenas alcançando, eventualmente, uma intuição da vida santa e feliz; nela, se lá chegarmos após muitas lutas, deveremos permanecer sem nunca ser saciados por esse bem, mas, quanto mais dessa felicidade recebermos, mais o desejo de a possuir se ampliará e aumentará em nós ao captarmos e alcançar cada vez com maior ardor o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Porém, se alguma vez algum dos que foram constituídos no mais alto grau de perfeição for tomado pela saciedade, não me parece que ele vá deixá-la de repente, ou que cairá de vez, mas por partes e pouco a pouco; pode acontecer, no caso de uma breve queda, que logo se recupere e retorne a si mesmo; não é, portanto, um desastre completo, mas pode voltar sobre os seus passos até o estágio anterior, restabelecendo o que perdera pela sua negligência.

4. A degradação e a queda

1. Para explicar essa degradação ou queda dos que se comportaram com negligência,

vamos utilizar uma comparação que não parece absurda. Suponhamos que alguém tenha adquirido pouco a pouco certa competência ou habilidade, como a geometria ou a medicina, até chegar à perfeição, formando-se demoradamente pelo ensinamento que recebeu e pela prática, até possuir completamente a dita disciplina – não lhe pode com certeza acontecer que seja perito ao adormecer e acorde ignorante. Não é agora o momento de evocar ou de recordar os acidentes que podem acontecer em virtude de lesão ou de fraqueza física, que não vêm a propósito para esse tipo de exemplo ou comparação. Conforme o que propusemos, esse geômetra ou médico, enquanto se prepara na sua ciência e se exercita nos métodos, conserva o conhecimento da disciplina; mas, se não a exerce e se negligencia a prática, vai esquecendo e perdendo umas poucas coisas, e depois outras mais numerosas, e, desse modo, ao fim de muito tempo, tudo se vai no esquecimento e desaparece completamente da memória. Pode certamente acontecer que, quando a decadência está no início e a falta de prática pouco o desgastou, que se recomponha, retome as coisas recentemente esquecidas, e relembre o que tinha deixado por um descuido ainda restrito. Apliquemos agora o que dissemos àqueles que se entregam ao conhecimento e à sabedoria de Deus, cujo saber e prática ultrapassam incomparavelmente todas as restantes disciplinas, e, conforme a comparação proposta, consideremos o que é a aquisição desse conhecimento e o que é a sua perda, sobretudo quando entendemos o que o Apóstolo diz dos perfeitos, que, face a face, contemplarão a glória de Deus, tendo desvelado os mistérios.

2. Tratamos desse assunto, ainda que brevemente, porque vinha a propósito do que dizíamos sobre os benefícios que recebemos do Pai, do Filho e do Espírito Santo, a Trindade que é a fonte da santidade; ao expor a questão, fizemos uma digressão, tocando de leve o problema da alma porque se apresentou alguma proximidade ao falar da natureza racional. Mas, em certo lugar, trataremos com mais oportunidade esse tema, ao falarmos de todas as naturezas racionais, que se dividem em três gêneros e espécies – se Deus no-lo conceder, por Jesus Cristo e o Espírito Santo.

3. A esse poder bem-aventurado e que é soberano (*archikéen*) sobre todas as coisas nós chamamos Trindade. É o Deus bom e o benigno Pai de todas as coisas, ao mesmo tempo *euergetikèe dynamis* (poder benfazejo) e *deemiourgikée* (demiúrgico), isto é, o que faz o bem, cria e providencia. É absurdo, e ao mesmo tempo ímpio, pensar que, nem que fosse por um instante, os poderes de Deus poderiam estar inoperantes. Nem de longe se deve suspeitar que esses poderes, que antes de mais permitem pensar dignamente a respeito de Deus, tenham permanecido imóveis e tenham cessado, por um momento que fosse, de produzir obras que são dignas dele. Com efeito, não se pode pensar que, estando em Deus, ou melhor, sendo Deus, elas tenham sido impedidas, por algo de fora delas, ou, ao contrário, que, sem encontrar obstáculos, tenham tido preguiça de agir e de produzir obras dignas delas, ou tenham negligenciado fazê-lo. É por isso que não se pode acreditar que tenha havido nem um só momento em que esse poder benfazejo não tenha feito o bem. Portanto, ele sempre teve beneficiários dos seus produtos e das suas criações, e, na sua benfeitoria, distribui os benefícios de modo ordenado e segundo os

méritos em virtude da sua providência. Por conseguinte, parece que não houve nenhum momento em que Deus não tenha sido criador, benfeitor e providente.

4. Mas, nesse ponto, a inteligência humana fica abalada e constrangida, incapaz de entender como é que, uma vez que Deus sempre existe, também as criaturas tenham subsistido por assim dizer sem começo, quando, por outro lado, é preciso, sem dúvida, acreditar que elas foram feitas e criadas por Deus. Como sobre essa questão lutam entre si os pensamentos e as inteligências humanas, apresentando-se argumentos muito razoáveis e fortes de parte a parte, e, vendo-os, cada um os força para o seu lado, nos ocorreu, de nossa parte, embora possamos compreender apenas de modo limitado e breve, aquilo que sem perigo para a fé se pode confessar: Deus Pai sempre existiu, e sempre também seu Filho Único, ao qual chamamos Sabedoria, conforme expressamos acima. Essa Sabedoria é aquela que sempre alegrava Deus quando ele concluiu o mundo – para que entendamos por aqui que Deus sempre se alegra. Nessa Sabedoria, portanto, que estava sempre com o Pai, estava a criação sempre presente, tal como descrita e formada, e nunca houve momento em que a prefiguração daquilo que havia de vir não se encontrasse na Sabedoria.

5. Assim, malgrado a nossa fraqueza, parece que pensamos piedosamente a respeito de Deus, sem aceitar que as criaturas sejam não geradas e coeternas com Deus, nem, ao contrário, que Deus, nada tendo feito de bem anteriormente, em certo momento tenha mudado e se tenha posto a fazer o bem: pois esta palavra da Escritura é verdadeira: “Tudo tu fizeste na Sabedoria” (Sl 103,24). Se tudo, absolutamente, foi feito na Sabedoria, e como a Sabedoria sempre existiu, tudo o que à continuação foi feito substancialmente se encontrava na Sabedoria prefigurado e pré-formado. Era o que Salomão pensava e entendia, me parece, quando dizia no Eclesiastes: “O que é que foi feito? Aquilo que será. E o que é que foi criado? Aquilo mesmo que vai ser criado. Não há nada de novo sob o sol. Se alguém se põe a dizer: eis o que é novo – isso já existiu nos séculos que nos precederam” (Ecl 1,9-10). Se, portanto, cada coisa que está debaixo do sol já existiu nos séculos que nos precederam, pois que nada há de novo sob o sol, sem dúvida nenhuma todos os gêneros e espécies sempre existiram, e talvez mesmo os indivíduos. De todo modo, é verdade o que fica demonstrado: Deus não começou um dia a ser criador, como se não o tivesse sido antes.

5. As naturezas racionais

1. Depois desta breve dissertação que, na medida das nossas forças, expusemos acerca do Pai, do Filho e do Espírito Santo, convém falar a seguir um pouco sobre as naturezas racionais e as suas espécies, as diferentes ordens e funções dos poderes santos e dos malignos, e também dizer algumas poucas coisas sobre os que estão de algum modo entre os bons e os maus poderes, e se encontram em situação de luta e de combate. Nas Santas Escrituras, lemos numerosos nomes para designar certas ordens e funções, tanto

dos santos como das potências contrárias: vamos enumerá-las e, na medida do possível, procuraremos discutir seu significado.

Existem santos anjos de Deus que Paulo chama “os espíritos encarregados dos ministérios a favor daqueles que herdarão a salvação” (Hb 1,14). O mesmo venerável Paulo enumera alguns cuja origem desconheço: “Tronos e Dominações, Principados e Potências” (Cl 1,16) e, depois de as ter enumerado, pensando que além dessas há outras, e também outras funções e outras ordens de seres racionais, ele diz do Salvador que ele está acima de “todo Principado, Potência, Virtude e Dominação e sobre todo nome que seja dito não somente neste mundo, mas também no futuro” (Ef 1,21). Por aí ele mostra seguramente que, além daqueles que celebrou e que são nomeados neste mundo, ainda há outros que não foram nomeados, nem talvez entendidos por ninguém; e outros que nem são deste mundo, mas o serão no futuro.

2. É preciso a seguir saber que tudo o que é racional e se afasta dos limites e dos decretos da razão certamente cai no pecado, pela desobediência àquilo que é reto e justo. Assim, toda criatura racional é suscetível de receber louvor ou acusação: louvor se, seguindo a razão que há nela, progride para o que é melhor; acusação se se afasta da regra de conduta do bem; é por isso que ela é justamente submetida aos castigos e suplícios. É assim que se deve pensar a respeito do próprio diabo e daqueles que o seguem e são chamados os seus anjos. Vamos então expor os seus nomes, para que se saiba do que é que vamos falar.

Os nomes de Diabo, Satã e Maligno são empregados em muitas passagens da Escritura para designar aquele que é descrito como o inimigo de Deus. Fala-se também dos “anjos do diabo” (Mt 25,41) e do príncipe deste mundo (Jo 12,31), termo do qual não se pode ainda dizer com clareza se se aplica ao diabo ou a outro. Há os Príncipes deste mundo cuja sabedoria será destruída (1Cor 2,6); não me parece fácil definir se esses príncipes são os mesmos que os “Principados contra os quais devemos lutar “ (Ef 6,12) ou se são outros. Depois desses principados, são citadas certas Potências contra as quais devemos lutar e travar combate, mas também o devemos fazer contra os “Príncipes deste mundo e os que governam as trevas”. Paulo nomeia ainda os espíritos de maldade no espaço. E que dizer dos espíritos malignos e dos demônios impuros de que falam os Evangelhos (cf. Lc 7,21; Mt 10,1)? Há ainda seres que são chamados com um nome semelhante – os celestes –, mas deles se diz que dobram o joelho, ou devem dobrar-se ao nome de Jesus (Fl 2,10), como também os terrestres e os dos infernos, que Paulo enumera por essa ordem.

Neste contexto em que discutimos as naturezas racionais, não podemos deixar de falar de nós, os homens, que seguramente somos chamados também animais racionais; não se pode passar em silêncio que diversas ordens são nomeadas entre nós, os homens, quando se fala da parcela do Senhor, de Jacó, seu povo, de Israel, parcela da sua herança (Dt 32,9), e que as outras nações são chamadas a parte dos anjos, porque, quando o Altíssimo dividia as nações e dispersava os filhos de Adão, fixou as fronteiras dos povos segundo o número dos anjos de Deus (Dt 32,8). E é por isso que é preciso examinar a

questão da alma humana junto com as outras naturezas racionais.

3. Uma vez que são mencionados tantos e tão notáveis nomes de ordens e de funções designando certamente seres substanciais, é preciso perguntar se Deus, autor e criador de todos eles, fez alguns santos e bem-aventurados, para que não pudessem receber o que lhes é contrário, e a outros fez capazes de virtude bem como de maldade; ou deve-se supor que fez alguns de tal modo que sejam completamente incapazes de virtude, e outros tais que não podem receber a maldade, mas somente possam permanecer na bem-aventurança, e a outros os fez tais que possam assumir um ou outro desses estados. Para que os próprios nomes nos movam a começar a investigação, consideremos se os santos anjos, desde que existem, sempre foram santos, continuam sendo e o serão para sempre, e se neles o pecado nunca teve lugar, ou se nunca o terá. Vejamos então se aqueles que são chamados Santos Principados, desde que foram criados por Deus, se puseram a exercer, com apoio divino, o seu principado sobre outros que lhes fossem submetidos, e estes fossem tais que, para serem seus súditos e sujeitos, assim tivessem sido criados e feitos. Do mesmo modo com respeito às chamadas Potestades: foram criadas aptas para exercer isso – um poder – ou há aí um mérito, uma recompensa pela sua virtude que as conduziu a esse poder e a essa dignidade? Assim também com os chamados Tronos (ou Sedes): mereceram eles receber essa estabilidade na bem-aventurança junto com sua substância, de modo que a possuam pela exclusiva vontade do Criador? E as chamadas Dominações receberam o poder de dominar não pelo exercício do mérito delas, mas foi-lhes dado como uma prerrogativa da sua criação, sendo-lhes de certo modo natural e inseparável?

Se entendemos que se pode julgar que os santos Anjos e as santas Potestades, e os benditos Tronos e as gloriosas Potências e as magníficas Dominações possuem substancialmente os seus poderes, dignidades e glórias, segue-se, parece que sem dúvida, que de modo semelhante se devem entender aqueles que são nomeados nas funções contrárias. É preciso, pois, pensar que esses Principados contra os quais temos de lutar receberam essa orientação pela sua vontade, que os fez se opor e resistir a todo tipo de bem não porque se tenham afastado do bem por causa do seu livre-arbítrio, mas no mesmo instante em que começaram a existir como seres substanciais. De modo semelhante, também nas Potestades e nas Potências a maldade não é mais recente nem posterior à substância. Nos que foram chamados governantes e príncipes do mundo das trevas aquilo pelo qual governam e dirigem as trevas não o receberam de uma decisão perversa, mas de uma condição necessária. Pela razão somos obrigados a entender e aceitar essas consequências nos espíritos maldosos, nos espíritos malignos e nos demônios imundos. Mas, se parece absurdo pensar assim acerca dos poderes maus e inimigos, é certamente absurdo atribuir necessariamente ao Criador a causa da maldade deles sem pôr em causa a decisão do seu livre-arbítrio; não seremos, então, forçados a reconhecer a mesma coisa nos poderes bons e santos, isto é: que o bem não é neles algo de substancial, pois já demonstramos com evidência que o é de Cristo e do Espírito Santo apenas, e seguramente do Pai. Com efeito, explicamos que não há na natureza da Trindade nenhuma composição, pois o que é dela não o é por acidente. Há, pois, que

entender que, nas criaturas, os poderes de principado e domínio que exercem sobre outros se devem a suas ações e movimentos e aos seus méritos, e não pelas condições peculiares em que são constituídos, e é assim que se elevam acima daqueles sobre os quais exercem poder.

4. Porém, para não parecer que respondemos a questões tão importantes e difíceis apenas pela argumentação racional, e constranger os leitores à aceitação apenas por conjecturas, vejamos se podemos tomar das Sagradas Escrituras algumas afirmações que tornem as nossas respostas mais dignas de crédito e autoridade. Apresentamos primeiro o que a Escritura Santa contém a propósito dos poderes do mal; continuaremos a nossa pesquisa sobre os outros poderes de acordo com as luzes que o Senhor se dignar nos conceder, para decidir em questões tão difíceis, o que é o mais próximo da verdade ou o que é que se deve pensar segundo as regras da verdadeira religião.

Encontramos realmente no profeta Ezequiel duas profecias que foram escritas para o governante de Tiro. Delas, a primeira (Ez 28,1-10) pode parecer, quando ainda não se escutou a segunda, que diz respeito a um homem que foi dirigente de Tiro. Por isso, de momento, não tratamos dela; mas é com certeza evidente que a segunda não se deve entender a respeito de um homem, mas de um poder superior, que caiu do alto e foi rejeitada para lugares inferiores e os mais malignos; por isso o vamos tomar como exemplo para mostrar claramente que os poderes inimigos e malignos não foram compostos assim por natureza nem criados como tais, mas que eles caíram do melhor para o pior e se voltaram para o mais malvado; desse modo, aqueles poderes bem-aventurados não são assim por natureza, de tal modo que não possam receber o que é contrário, se o quiser, ou se fica negligente e não cuida do seu estado de bem-aventurança com toda a cautela. Se aquele que é chamado governante de Tiro é referido entre os santos sem mancha, estabelecido no paraíso divino, ornado de uma coroa brilhante e belíssima, se este, digo, era assim, como pode ser considerado inferior a alguns dos santos? Ele é representado como uma coroa brilhante e belíssima, perambulando sem mancha no paraíso de Deus: pode-se imaginar que, sendo assim, ele não era um desses poderes santos e bem-aventurados que estão certamente na vida feliz? E não se deve julgar que não estão revestidos de nenhuma honra a não ser essa mesma?

Vejamos o que nos ensinam as palavras dessa profecia: “E aconteceu que a palavra do Senhor se fez ouvir a mim nesses termos: Filho do homem, entoa uma lamentação sobre o rei de Tiro e diz-lhe: eis o que diz o Senhor Deus – tu foste o selo da semelhança e uma bela coroa nas delícias do paraíso de Deus. Foste adornado com todas as espécies de pedras e gemas preciosas, foste revestido de sardônica, de topázio, de esmeralda, de diamante, de safira, de jaspe, embutidos em prata e ouro, de ágata, de ametista, de crisólito, de berilo e ônix; teus tesouros e cofres ficaram cheios de ouro para ti mesmo. Depois do dia em que foste criado com os Querubins, te coloquei na montanha santa de Deus. Andaste no meio de pedras de fogo, nos teus dias eras sem mancha, desde que foste criado, até que as iniquidades foram encontradas em ti. Pela amplitude do teu comércio encheste os cofres com iniquidades, pecaste, foste ferido e rejeitado da

montanha divina. Do meio das pedras de fogo o Querubim te expulsou. Teu coração inchou por causa da magnificência, tua disciplina corrompeu-se pela beleza. Por causa da multidão dos teus pecados, te joguei por terra na frente dos reis; dei-te como espetáculo e desprezo por causa da multidão dos teus pecados e iniquidades. Poluíste os lugares sagrados com o teu comércio. Farei sair fogo de ti mesmo para te consumir, te reduzirei a cinza e poeira na terra para que todos te vejam. Chorarão por ti todos os que te conheciam entre os povos. Tu te tornaste objeto de perdição e não subsistirás na eternidade” (Ez 28,11-19).

Uma vez que o profeta assim se exprimiu, poderá aquele que ouviu: “Foste o selo da semelhança e uma bela coroa nas delícias do paraíso de Deus” e “depois do dia em que foste criado com os Querubins, te coloquei na montanha santa de Deus”, interpretar em sentido tão frouxo que opine que se pode tratar de um homem ou santo qualquer ou mesmo do rei de Tiro? E o que poderiam ser essas pedras de fogo, no meio das quais um homem andava? Que pensar desse que era sem mancha desde o dia da criação e no qual depois se encontraram injustiças a ponto de ter sido jogado por terra? Isso, aliás, quer dizer que ele não se encontrava na terra, pois que foi atirado sobre a terra manchando o que nela era sagrado. Essas palavras da profecia de Ezequiel sobre o rei de Tiro referem-se a um poder adverso, como já demonstramos; elas manifestam claramente que esse poder era antes santo e bem-aventurado, que ele caiu dessa bem-aventurança quando nela se encontrou a iniquidade, que ela foi jogada por terra e que não era assim por natureza nem criação; por isso pensamos que elas são ditas a respeito de um anjo, que tinha recebido por função o governo da nação dos tírios, e que tinha, ao que parece, recebido o encargo de cuidar das suas almas. De qual Tiro se trata, e o que pensar a respeito das almas dos tírios, se é uma cidade situada nas regiões da província da Fenícia, ou se será outra cidade da qual a que conhecemos é uma figura, e as almas dos tírios são daquela Tiro, ou devem-se entender de modo espiritual os habitantes de uma outra Tiro? Mas não é aqui o momento de procurar saber, não aconteça que se trate o assunto de passagem, quando há nele tantas coisas importantes e tão obscuras que precisaríamos investigar, mas que exigem um trabalho específico e um esforço particular.

5. Por outro lado, encontramos o mesmo ensinamento a respeito de outro poder contrário no profeta Isaías: “Como é que Lúcifer caiu do céu, ele que surgia com a aurora? Ele foi quebrado e abatido sobre a terra, ele que atacava todas as nações. Disseste para ti mesmo: subirei ao céu, acima das estrelas do céu colocarei o meu trono, me sentarei sobre um monte mais alto que todas as grandes montanhas do norte, subirei às nuvens, serei semelhante ao Altíssimo. Agora, pelo contrário, serás mergulhado no Hades e nas profundezas da terra.. Aqueles que te virem ficarão admirados por tua causa, e dirão: eis o homem que incomodava a terra toda, que derrubava os reis, que de toda a terra fez um deserto, que destruiu as cidades e que não libertou os que se encontravam na prisão. Todos os reis das nações foram dormir respeitados, cada um em sua casa; mas tu serás arremessado nas montanhas como um morto abominável, no meio de numerosos mortos que foram trespassados pela espada e desceram ao inferno. Como

uma veste suja e endurecida de sangue não é pura, assim tu também não serás limpo porque arrasaste a minha terra e massacrate o meu povo. Tu, semente de maldade, não permanecerás no tempo eterno. Prepara os teus filhos para serem mortos pelos pecados de seu pai, para que eles não ressurgam e não possuam a terra em herança e encham a terra de guerras. Levantar-me-ei contra eles, diz o Senhor Sabaoth, e farei desaparecer o nome deles e os restos da sua semente” (Is 14,12-22). Sem dúvida isso mostra claramente que ele caiu do céu, aquele que antes era Lúcifer e se levantava com a aurora. Se, como alguns pensam, ele era da natureza das trevas, como é que antes era chamado de Lúcifer? E como poderia levantar-se com a aurora se não houvesse nele nenhuma luz? Mas é o Senhor que nos ensina sobre o diabo, dizendo: “Eis que vejo Satã caindo do céu como um raio” (Lc 10,18): portanto, alguma vez ele fora luz. Mas o nosso Senhor, que é a verdade, comparou a sua vinda gloriosa com nada menos que o poder do raio, quando disse: “Assim como o raio brilha no alto do céu e vai até o mais alto do céu, assim será a vinda do Filho do Homem” (Mt 24,27). E, apesar disso, o compara ao raio e diz que ele caiu do céu, que tivera lugar entre os santos, participou daquela luz da qual todos os santos participam, essa luz que faz os anjos de luz e pela qual o Senhor diz que os apóstolos são a luz do mundo (Mt 5,14). Da mesma maneira, ele era anteriormente luz antes de ter prevaricado e de ter caído neste lugar, antes que a sua glória não se tornasse poeira, o que é próprio dos ímpios, como diz o profeta, pelo que é chamado príncipe deste mundo, ou seja, dessa habitação terrestre; ele exerce o poder principal sobre aqueles que o seguiram na sua malícia, porque o mundo todo – aqui digo mundo para este lugar terrestre – está entregue ao poder do maligno (1Jo 5,19), isto é, desse apóstata. Quem seja esse apóstata ou trãnsfuga é o Senhor que o diz por Jó: “Trazes no anzol o dragão apóstata” (Jó 40,25), ou seja, o fugitivo.⁴ Portanto, é certo que por esse dragão se entende o diabo.

Se, portanto, os poderes contrários são chamados de trãnsfugas, e se se diz que outrora foram sem mancha, não é próprio de ninguém, a não ser do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ser substancialmente imaculado, mas em toda a criatura a santidade é algo accidental, que, por isso, pode acontecer e pode deixar de ser; esses poderes contrários alguma vez foram imaculados, e conviveram com aqueles que ainda permanecem imaculados; isso mostra que ninguém é imaculado substancialmente ou por natureza, nem é substancialmente impuro. Segue-se que depende de nós e de nossas ações ser santos e bem-aventurados, ou cair na malignidade e na perdição por desatenção e negligência; de tal modo que um progresso por assim dizer excessivo no mal, se alguém se descuidou a esse ponto, o faça chegar a tal estado que se torne naquilo que foi dito do poder adversário.

6. Do fim, ou da consumação

1. O fim ou consumação parece indicar que as realidades chegaram à sua perfeição e acabamento. Aqui há um aviso: aquele que deseja ler estas linhas e conhecer estas coisas para compreender realidades de tal modo árduas e difíceis deve se aplicar com uma mente perfeitamente bem instruída. Pois, se está acostumado a estas questões, tudo lhe

parecerá vão e supérfluo; mas se já chegar com o ânimo cheio de preconceitos e de prevenção baseado em outras doutrinas vai julgar que são coisas heréticas, contrárias à fé da Igreja; mas o que o levará a isso não será tanto a sua razão quanto a prevenção do seu ânimo. Dizemos isso com muito receio e cautela, antes de mais como algo a questionar e discutir do que como algo certo e definido. Indicamos acima quais os itens que são claramente definidos pelo dogma; assim o fazemos, creio, na medida de nossa capacidade, quando falamos da Trindade; mas, do que vamos tratar agora, mais do que definir, será, tanto quanto possível, nos exercitar.

Haverá fim e consumação do mundo quando cada um for submetido às penas merecidas pelos seus pecados, mas, quando é que cada um vai pagar pelo que merece, só Deus sabe. Pensamos que a bondade de Deus reunirá em Cristo toda a criação num único final, depois de ter reduzido e submetido até os inimigos. É o que diz a Santa Escritura: “O Senhor diz a meu Senhor: senta-te à minha direita até que eu faça dos teus inimigos um assento para os meus pés” (Sl 110,1). Se o sentido dessa palavra profética nos parece pouco claro, aprendamos com o que o apóstolo Paulo diz mais abertamente: “É preciso que Cristo reine até que tenha colocado todos os seus inimigos sob os seus pés” (1Cor 15,25). Se nem essa clara afirmação do apóstolo foi suficiente para nos ensinar o que quer dizer – colocar os inimigos sob os seus pés –, escuta o que ele diz a seguir: “É preciso que tudo lhe seja submetido”? Que submissão é essa pela qual todas as coisas devem estar submetidas a Cristo? Parece-me que se trata da mesma submissão pela qual nós aceitamos ser-lhe submetidos, e pela qual lhe são submetidos os apóstolos e todos os santos que seguiram a Cristo. Essa palavra, “submissão”, pela qual nos submetemos a Cristo, para aqueles que se submetem, indica a salvação que vem de Cristo. Davi dizia: “A minha alma não será submissa a Deus? Pois é dele que vem a minha salvação” (Sl 61,2).⁵

2. Vemos o que é o fim quando todos os inimigos serão submetidos a Cristo, quando o último inimigo – a morte – for destruído, e quando o reino for entregue a Deus Pai por Cristo, a quem tudo estiver submetido; digo que é desse fim que olhamos para o começo das coisas. Com efeito, o fim é sempre semelhante ao começo,⁶ e por isso, assim como o fim é um para todas as coisas, assim deve entender-se que o princípio de tudo é um. Como esse fim único é para numerosos seres, assim a partir de um começo único há muitas diferenças e variedades que, por sua vez, pela bondade de Deus, pela submissão a Cristo e pela unidade no Espírito Santo, retornam à unidade semelhante à do início; são todos aqueles que “em nome de Jesus dobram o joelho” (Fl 2,10), dando assim testemunho da sua submissão, entre os seres celestes, terrestres e os dos infernos: essas três categorias designam todo o universo, ou seja, aqueles que, a partir de um começo único, comportando-se de maneira diferente de acordo com os seus próprios movimentos, foram distribuídos em diversas ordens, conforme o seu mérito; a bondade não estava neles de modo substancial como está em Deus, no seu Cristo e no Espírito Santo. Só nessa Trindade, autora de todas as coisas, está a bondade de modo substancial. Todos os outros seres têm uma bondade acidental e que pode decair,

portanto, estão na bem-aventurança quando participam da santidade, da sabedoria e da própria divindade.

Contudo, se descuidam dessa participação e não se ocupam dela, então se torna cada um a causa da sua própria queda e decadência por culpa da sua preguiça – um mais cedo, outro mais tarde, uns mais e outros menos. E porque, tal como dissemos, essa queda ou decadência, que afasta cada um do seu estado, se produz com grande diversidade segundo os movimentos da inteligência e da vontade que fazem pender para baixo, um mais levemente, outro mais fortemente, nisso o julgamento da Providência divina é justo porque atinge cada um conforme a diversidade das ações na medida do seu afastamento e da sua perturbação. Certamente entre os que permaneceram no estágio inicial, que nós descrevemos semelhante ao fim que há de vir, alguns deles recebem o grau de Anjos no ordenamento e governo do universo, outros o de Poderes, outros o de Principados, outros o de Potências, por onde exerce seu poder sobre aqueles que precisam que alguém os domine (1Cor 11,10); outros na ordem dos Tronos, tendo o encargo de julgar e dirigir aqueles que disso precisam; e outros a Dominação, certamente sobre os que servem; tudo isso lhes é concedido pela Divina Providência conforme um julgamento equitativo e justo, de acordo com o seu mérito e o seu progresso que os fazem crescer na participação e na imitação de Deus. Mas aqueles que se afastam do estado da primeira bem-aventurança, não, porém, de modo ainda irremediável, estão submetidos às ordens santas e bem-aventuradas, que descrevemos antes, para serem governados e dirigidos, a fim de que, se se servem da ajuda deles, e se se reformam de acordo com as suas instruções e salutares doutrinas, possam voltar e ser restabelecidos no seu estado bem-aventurado. Tanto quanto posso julgar, é com estes que foi constituída essa ordem do gênero humano que, seguramente no século futuro ou nos séculos que virão, quando houver, como diz Isaías, um céu novo e uma nova terra (Is 65,17; 66,22), será restabelecido nessa unidade que o Senhor Jesus promete quando diz a Deus Pai a respeito dos seus súditos: “Eu te peço não apenas por eles, mas por todos aqueles que acreditarão em mim pela tua palavra, a fim de que todos sejam um como eu sou um contigo, Pai, e tu em mim, para que eles sejam um em nós” (Jo 17,20-21). E, continuando, repete: “Para que eles sejam um, como nós somos um, eu neles e tu em mim, para que eles se realizem na unidade” (Jo 17,22-23). Também o apóstolo Paulo o confirma: “Até que alcancemos todos a unidade da fé para formar o homem perfeito, segundo a plena maturidade de Cristo” (Ef 4,13). Do mesmo modo, o Apóstolo nos exorta a uma unidade semelhante a essa, quando, nessa presente vida, nos encontramos na Igreja, na qual certamente está a figura do reino que há de vir, dizendo: “A fim de que todos digam as mesmas coisas, e que não haja cismas entre vós, para que sejais perfeitos num só e mesmo pensamento, numa só e mesma opinião” (1Cor 1,10).

3. É preciso saber, contudo, que alguns daqueles que caíram da unidade daquele começo se entregaram, como dissemos, a tal indignidade e maldade, que se tornaram indignos daquela instrução e formação que foram dadas ao gênero humano por meio da carne com o auxílio dos poderes celestes para que fossem educados e instruídos; mas, ao contrário, são eles os adversários e opositores dos que se formam e educam. Daí vêm as

lutas e os combates que enchem toda a vida dos mortais, porque vêm contra nós as investidas e os ataques daqueles que, sem nenhum remorso, caíram de um estado superior, aqueles que são chamados de diabo e os seus anjos, e todas as outras ordens más que o Apóstolo citou a propósito dos poderes malignos.

Por outro lado, será que algumas dessas ordens que agem sob domínio do diabo e obedecem à sua maldade poderão alguma vez no futuro voltar à bondade, porque se mantêm nelas a faculdade do livre-arbítrio? Ou, pelo contrário, a malignidade permanente e inveterada não se transformaria, pelo hábito, de certo modo numa espécie de natureza? Tu, que estás lendo, julga se é possível que, de alguma maneira, seja no mundo das realidades visíveis e temporais, seja no das realidades invisíveis e eternas, essa parte da criação ficará separada da unidade e da concórdia final. Entretanto, nos mundos das realidades visíveis e temporais, como no das realidades invisíveis e eternas, todos são dispostos numa ordem segundo sua racionalidade e o grau e dignidade dos seus méritos. Assim é que uns nos primeiros tempos e outros nos segundos e alguns até nos últimos, passando pelos tormentos maiores e mais graves, e mesmo contínuos, suportados por assim dizer durante muitos séculos, são reformados pelos castigos mais duros e restabelecidos, sendo instruídos primeiro pelos Anjos e depois também pelos poderes dos graus superiores; desse modo são levados de degrau em degrau às realidades superiores e chegam àquelas que são invisíveis e eternas, exercendo de certo modo cada uma das funções dos poderes celestes como numa espécie de instrução. Daqui, me parece, decorre uma consequência: cada natureza racional pode, passando de certa ordem a outra, chegar a todas através de cada uma, e a cada uma através de todas, uma vez que cada ser, por causa da faculdade do livre-arbítrio, é capaz de vários tipos de progresso ou de recuo, conforme suas ações e esforços.

4. Uma vez que Paulo diz que há realidades visíveis e temporais e, além destas, outras invisíveis e eternas, procuramos saber como é que aquelas que se veem são temporais: será por que elas não mais existirão de modo nenhum em toda a extensão dos espaços e séculos que hão de vir, cuja dispersão e divisão a partir do começo único serão reintegradas num só e único fim e semelhança, ou por que a forma exterior das realidades visíveis passará sem que sua substância seja de nenhum modo corrompida? Paulo parece confirmar nossa segunda solução quando diz: “a forma exterior do mundo passará” (1Cor 7,31). E Davi também parece dizer a mesma coisa com as palavras: “Os céus perecerão, mas tu permanecerás: todos serão como roupa usada, e tu os trocarás como se fossem um manto, como se troca de roupa” (Sl 101,27). Se os céus se modificarem, aquilo que muda certamente não perece: e se a forma exterior deste mundo passa não se vê aí uma destruição completa, nem uma perda de substância material, mas certa mutação de qualidade e transformação da forma exterior. Quando Isaías diz, profetizando: “que haverá um céu novo e uma nova terra” (Is 65,17), sugere sem dúvida uma interpretação parecida. Porque a renovação do céu e da terra, a mudança da forma exterior deste mundo, a transformação dos céus, sem dúvida, são preparados por aqueles que caminham nessa via que nós mostramos antes, e se dirigem para um fim bem-aventurado no qual os próprios inimigos, segundo está escrito, serão submetidos, e nesse

fim se diz que Deus será tudo em todas as coisas (1Cor 15,28). Poderá alguém supor que, nesse final, a natureza material, isto é, a corporal, desaparecerá completamente; mas para mim é absolutamente impossível conceber como é que tão numerosos e tão notáveis seres substanciais poderiam viver e subsistir sem corpos, pois só da natureza de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, é que se pode compreender como próprio que exista sem substância material e sem a associação de um apoio corporal. Quem sabe, porém, alguém diria que no fim a substância corporal será tão límpida e purificada que se pode imaginá-la como se fosse éter, como possuindo uma pureza e uma transparência celestiais. Mas o mais certo é que só Deus, e aqueles que são seus íntimos por Cristo e pelo Espírito Santo, sabe como tais coisas acontecerão.

7. Os incorporais e os corporais

1. O que acima discurremos foi exposto sob a forma de um desenvolvimento de caráter geral: tratamos e discutimos as naturezas racionais mais pela compreensão da ordem intelectual do que por definição doutrinal, depois de ter falado, na medida das nossas forças, do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Vejamos agora o que convém a seguir tratar segundo a nossa doutrina, isto é, de acordo com a fé da Igreja.

Todas as almas, todas as naturezas racionais, foram feitas ou criadas, quer sejam santas, ou más; todas, pela sua própria natureza, são incorporais: mesmo que assim sejam, nem por isso deixam de ter sido feitas; de fato, tudo foi feito por Deus por meio de Cristo, como João o ensina no seu Evangelho da maneira mais geral: “No princípio era a Palavra e a Palavra estava junto de Deus e a Palavra era Deus. Ela estava no princípio junto de Deus. Tudo foi feito por ela e sem ela nada foi feito” (Jo 1,1-3). Descrevendo tudo o que foi feito segundo as espécies, os números e as ordens, o apóstolo Paulo se exprime assim para mostrar que tudo foi feito por intermédio de Cristo: “E tudo foi criado nele, o que está no céu e o que está na terra, o visível e o invisível, quer sejam Tronos, Dominações, Principados e Potestades, tudo foi criado por meio dele, e nele, e ele é antes de todos, ele é a cabeça” (Cl 1,16-18). Ele afirma, portanto, claramente, que tudo foi feito e criado em Cristo e por meio de Cristo, quer seja o visível que é corporal, quer o invisível, que não é senão, creio eu, os poderes incorporais e substanciais. Em seguida, ele enumera, segundo me parece, as espécies dos seres que declarou, em geral, corporais ou incorporais, isto é, os Tronos, Dominações, Principados, Potestades e Poderes.

2. Tudo o que precede dissemos com a intenção de chegar de modo ordenado a uma investigação bem argumentada sobre o sol, a lua e as estrelas: será conveniente contá-los entre os Principados porque deles se diz que foram feitos para comandar (*in arxas*) ao dia e à noite; ou deve-se pensar que o seu principado sobre o dia e a noite é apenas para cumprir a função de iluminar, sem, contudo, ter nesse governo e função o mesmo poder dos Principados? Quando se diz, porém, que “tudo foi feito por seu intermédio e que nele tudo foi criado, o que está no céu e o que está na terra” (Cl 1,16), não se pode

duvidar que os seres que estão no firmamento, termo que certamente designa o céu “onde estão colocados”, segundo a Escritura, “esses luminares”, sejam contados entre os seres celestes. Assim, uma vez que tudo foi feito ou criado, e que, nesses que são feitos, nada exista que não receba o bem ou o mal e que de ambos não seja capaz, o que a nossa discussão mostrou com evidência, como julgar coerente a opinião de alguns, até dos nossos, a respeito do sol, da lua ou das estrelas, que eles seriam incapazes de conversão e de passar para o lado oposto? Alguns pensaram isso dos santos anjos e até houve hereges que julgaram assim sobre as almas que entre eles são chamadas de naturezas espirituais. Vejamos primeiro o que a razão permite encontrar a propósito do sol, da lua e das estrelas para avaliar se é verdadeiro, segundo certas opiniões, que eles sejam alheios à mudança; mas antes comecemos por verificar, na medida do possível, o que diz a Escritura. Com efeito, Jó parece mostrar não só que as estrelas poderiam ser sujeitas ao pecado, mas até que elas não são puras do contágio do pecado. De fato está escrito: “Nem as estrelas não são puras à sua vista” (Jó 25,5). Não se deve entender isso do brilho dos seus corpos, como se disséssemos: esta roupa não está limpa. Porque, se assim fosse entendido, a ofensa se referiria ao Criador, porque ele seria acusado da imundície que fosse encontrada nos seus corpos. Com efeito, se o seu zelo não permitir aos astros assumir um corpo mais luminoso, ou se pela sua indolência tiverem um corpo menos puro, por que se culparia as estrelas de não serem puras, se não são louvadas quando puras?

3. Mas, para compreender isso mais claramente, é preciso primeiro procurar se é conveniente entendê-los como seres animados e racionais; depois, se as suas almas vieram a existir ao mesmo tempo que os seus corpos, ou se parece que lhes são anteriores; e, ainda, se, na consumação do mundo, perderão seus corpos e, tal como nós que cessamos de viver, também eles deixarão de iluminar o mundo. Ainda que essa busca pareça de certo modo audaciosa, contudo, como o que nos instiga é o esforço de captar a verdade, não parecerá absurdo perscrutar e tentar tudo o que nos for possível com a graça do Espírito Santo.

Pensamos que os astros devem ser considerados como dotados de alma porque deles se diz que recebem ordens de Deus, o que só pode ser feito a seres vivos racionais. Diz de fato o mandamento: “Eu ordenei a todas as estrelas” (Is 45,12). Que preceitos são esses? Certamente aquele que cada astro, seguindo sua ordem e seu curso, fornece ao mundo a quantidade de luz que lhe é determinada. Os astros que chamamos planetas movem-se segundo determinadas ordens, os fixos (*aplanêis*), segundo outras. Isso mostra com muita clareza que nenhum corpo pode se mover sem ter alma e que os seres animados nunca podem estar sem movimento. Mas das estrelas, que se movem com tanta ordem e razão, que de nenhum modo se vê que o seu curso possa ser impedido, como não seria a maior falta de inteligência dizer que tal ordem, que tal cumprimento da disciplina e da razão seriam realizados e executados por irracionais? É certo que Jeremias (Jr 51,17-25) chama a lua de rainha do céu; se as estrelas são animadas e racionais, sem dúvida é de crer que também nelas haverá progressos e recuos. O que diz Jó: “as estrelas não são puras à sua vista” (Jó 25,5) parece indicar um significado desse tipo.

4. Uma vez que a argumentação dessa discussão conclui que os astros são seres animados e racionais, é preciso ver se receberam as almas junto com os corpos, no momento em que, segundo a Escritura, “Deus fez duas grandes luminárias, uma maior para governar o dia e outra menor para governar a noite, e também as estrelas” (Gn 1,16); ou se o espírito lhes foi inserido não na criação dos corpos, mas de fora, uma vez criados os corpos. Pela minha parte, presumo que o espírito lhes foi inserido de fora (*extrinsecus*),⁷ mas valerá a pena mostrá-lo a partir da Escritura. Parece difícil afirmá-lo por meio de conjeturas; e certamente é mais difícil fazê-lo pelo testemunho da Escritura do que por modo de conjetura, que também é viável. Pois se se prova que a alma do homem, seguramente inferior à dos astros, porque é a alma do homem, não foi feita junto com o corpo, mas efetivamente foi inserida desde fora (*extrinsecus*), com mais razão é esse o caso das almas dos seres animados que são chamados celestes. Porque, no que diz respeito ao homem, como teria sido feita junto com o corpo a alma daquele que no ventre materno já suplantava o irmão, isto é, Jacó⁸ (Gn 25,22ss)? Ou como foi feita, ou modelada com o corpo a alma daquele que, ainda no ventre da mãe, se encheu do Espírito Santo (Lc 1,41)? Falo de João, que se exaltou de alegria no seio da mãe e se agitava, tomado de grande entusiasmo, porque a voz da saudação de Maria tinha chegado ao ouvido de Isabel, sua mãe. Como teria sido feita e modelada com o corpo a alma daquele de quem se diz que é conhecido de Deus antes de se formar no seio e santificado por ele antes de sair do útero? A ser assim pareceria que Deus enche alguém do Espírito Santo sem julgamento nem consideração dos seus méritos e o santifica sem motivo. Como então escapar do que é dito: “Há injustiça em Deus? Longe disso” (Rm 9,14). Ou deste outro: “Deus discrimina as pessoas?” (Rm 2,11). Chegaria a essa conclusão a defesa que assevera que as almas existem ao mesmo tempo que os seus corpos. O que se pode conjeturar em comparação com a condição humana pode se aplicar com mais argumentos aos seres celestes: a própria razão do homem e a autoridade da Escritura parece que o comprovam.

5. Vejamos, portanto, se podemos encontrar na Santa Escritura algum significado desse tipo que se aplique aos seres celestes. Assim se expressa o apóstolo Paulo: “A criatura está sujeita à vaidade, contra a vontade, por causa daquele que a submeteu, porém na esperança de que a própria criação será libertada da servidão da corrupção para chegar à liberdade gloriosa dos filhos de Deus” (Rm 8,20ss). A qual vaidade, vos pergunto, a criação está submetida, e de que criação, de que vontade contrariada, e de que esperança se trata? De que modo seria a criatura libertada da servidão da corrupção? Mas, em outro lugar, o apóstolo diz: “A expectativa das criaturas aguarda a revelação dos filhos de Deus” (Rm 8,19). E assim em outro lugar: “Não somente nós, mas, ainda, toda a criação geme e sofre até agora” (Rm 8,22). É preciso, pois, procurar em que consiste tal gemido e essas dores. Vejamos, pois, primeiro, qual é a vaidade à qual a criação está submetida. É minha opinião que a vaidade não é distinta dos corpos, pois, mesmo que sejam etéreos, contudo, os corpos dos astros são materiais. É por isso, me parece, que Salomão

apostrofa toda a natureza corporal por ser pesada e de algum modo retardar o vigor do espírito: “Vaidade das vaidades, tudo é vaidade”, diz o Eclesiastes: “Olhei e vi tudo o que está sob o sol, eis que tudo é vaidade” (Ecl 1,2.14).

A criação está submetida a essa vaidade, e de modo principal essa criação que certamente possui no mundo, por sua função, a maior e mais eminente autoridade, ou seja, o sol, a lua e as estrelas, das quais se diz que estão submetidas à vaidade, porque foram postas em corpos e destinadas ao ofício de iluminar, em benefício do gênero humano. “E foi contra a vontade que esta criação foi submetida à vaidade” (Rm 8,20). De fato, não foi pela sua vontade que ela recebeu o serviço a prestar à vaidade, mas porque assim o quis aquele que a isso a sujeitava, por causa daquele que a sujeitou, prometendo àqueles que estavam contra a vontade submetidos à vaidade que, depois de terem cumprido as funções dessa obra magnífica, seriam libertados de tal servidão da corrupção e da vaidade, quando chegasse o tempo da gloriosa redenção dos filhos de Deus. Aceita a esperança, e aguardando que a promessa se cumpra, toda a criação agora geme no afeto que tem por aqueles que ela ajuda, e com eles sofre com paciência, esperando o que lhes foi prometido. Vejamos se essa outra palavra de Paulo não pode se aplicar àqueles que, de mau grado, mas segundo a vontade daquele que os submeteu e na esperança das promessas, foram submetidos à vaidade: “Preferia partir, ou retornar, para estar com Cristo, porque é muito melhor” (Fl 1,23). Penso que também o sol poderia dizer: “Preferia partir, ou retornar, para estar com Cristo, porque é muito melhor”. Paulo ainda acrescenta: “Mas é mais necessário ficar neste corpo por causa de vós” (Fl 1,24). Também o sol poderia dizer: ficar neste corpo celeste luminoso é mais necessário por causa da revelação dos filhos de Deus. Pode-se pensar e dizer o mesmo a respeito da lua e das estrelas.

Vejamos agora o que é a liberdade da criação, a extinção da servidão. Quando Cristo tiver transmitido o Reino de Deus a seu Pai, então também todos esses seres animados, já tornados membros do Reino de Cristo, serão entregues ao Pai para que reine sobre todos, e como Deus será tudo em todos e os astros farão parte de todos, Deus será neles como em todos.

8. Os anjos

1. Penso que é preciso argumentar de forma semelhante a respeito dos anjos e não ter por casual que a tal anjo tenha sido atribuída tal função, por exemplo, a Rafael o encargo de tratar e curar, a Gabriel a supervisão das guerras, a Miguel o cuidado das orações e das súplicas dos mortais. Não se pense que eles mereceram tais ofícios por outros motivos que não fossem os seus méritos, seu zelo e virtudes que manifestaram antes da organização desse mundo. Foi então que, na ordem dos arcanjos, foi atribuído a cada um este ou aquele ofício; outros mereceram ser inscritos na ordem dos anjos e agir sob a autoridade de tal ou qual arcanjo, de tal ou qual chefe ou príncipe de sua ordem. Tudo isso, dissemos, não se produziu fortuitamente nem sem discernimento, mas, por um

juízo de Deus muito bem adaptado e justo, foram dispostos e ordenados em função dos méritos segundo seu julgamento e sua aprovação: de tal maneira que a este anjo foi confiada a Igreja dos Efésios, a outro a de Esmirna, tal anjo foi o de Pedro, e tal outro foi o de Paulo; e assim por diante, a cada um dos menores que estão na Igreja foi atribuído um anjo daqueles que continuamente veem a face de Deus mas também aquele que deve ser o anjo que rodeia por todos os lados os que creem em Deus. Não se deve imaginar que tudo isso se tenha produzido por acaso e fortuitamente, nem que eles tenham sido feitos assim por natureza, para não acusar aqui o Criador de parcialidade: mas deve-se acreditar que a decisão foi tomada em função dos méritos e virtudes, dos poderes e talentos de cada um, pelo justíssimo e imparcial governador do universo, que é Deus.

2. É preciso ter cuidado para não cair nas fábulas ineptas e ímpias daqueles que imaginam naturezas espirituais diferentes, tanto entre os seres celestes como entre os humanos, obras de criadores diferentes, porque lhes parece absurdo – e de fato é absurdo – atribuir a um só e mesmo Criador a origem de naturezas diferentes entre os seres racionais; mas ignoram a causa dessa diversidade. Dizem, com efeito, que não lhes parece coerente que um só e mesmo Criador atribua, não havendo causa nos méritos, a uns o poder de dominação e lhes submeta os outros, que a uns dê o principado e faça os demais sujeitos desses principais. Tudo isso, seguramente, segundo penso, é refutado e convencido de falsidade pela argumentação do raciocínio desenvolvido acima: a origem das diversidades e das diferenças de cada criatura mostra-se na vivacidade ou na preguiça dos seus movimentos para a virtude ou para a maldade, e não provém da parcialidade daquele que tudo dispõe.

Mas, para compreender mais facilmente que assim é entre os celestes, tomemos como exemplo o que se passou e passa entre os homens, para perceber a coerência a partir dos seres visíveis como é nos invisíveis. Concordam que sem dúvida Paulo e Pedro eram naturezas espirituais. Sabe-se, porém, que Paulo cometeu muitos atentados contra a religião, que perseguiu a Igreja de Deus, e que Pedro pecou gravemente quando, à pergunta da porteira, respondeu sob juramento que não sabia quem era Cristo. Como é que consideram que esses homens, que eram como espirituais, caíram em tais pecados, enquanto têm por costume afirmar constantemente que uma boa árvore não pode produzir maus frutos (Mt 7,18)? Se de fato uma boa árvore não pode produzir maus frutos e se, segundo eles, Paulo e Pedro vinham de uma raiz de árvore boa, como pensar que eles tenham carregado frutos tão maus? Responderão, segundo suas habituais invenções, que não foi Paulo que perseguiu, mas não sei quem, que estava em Paulo; e que não foi Pedro quem negou, mas outro que estava em Pedro. Por que então Paulo, que em nada teria pecado, diz: “Não sou digno de ser chamado apóstolo, porque persegui a Igreja de Deus” (1Cor 15,9)? Por que Pedro chorou ele mesmo com tanta amargura, se foi outro que pecou? E assim se refutam tais inépcias.

3. Nossa opinião é que, na realidade, em todas as criaturas racionais não há nada que não seja capaz tanto do bem como do mal. Porém, ao dizer que não há nenhuma criatura que

não possa receber o mal, não afirmamos que necessariamente toda criatura tenha recebido o mal, isto é, que tenha sido feita má: pois, quando se diz que toda natureza humana recebeu a capacidade de navegar, não é por isso que todo homem navegará; do mesmo modo, todo homem pode aprender a arte da gramática ou da medicina, mas isso não quer dizer que todo homem seja médico ou gramático; de modo semelhante, se dizemos que não há natureza que não possa receber o mal, não se indica necessariamente por isso que ela tenha recebido o mal; inversamente, não há natureza que não seja capaz de receber o bem, mas isso não prova que, por essa razão, toda natureza tenha recebido o bem. Nossa opinião, com efeito, é que o próprio diabo não era incapaz do bem, mas do fato de que ele podia ter recebido o bem não se segue que ele o quisesse, nem que tenha praticado a virtude. Tal como nos ensinaram os exemplos dos profetas que apresentamos, uma vez ele foi bom, quando se encontrava no paraíso de Deus, convivendo com os querubins. Ele tinha a faculdade de receber a virtude ou a maldade, mas, ao afastar-se da virtude, se voltou para o mal com todo o seu espírito; assim, as outras criaturas, possuindo essa dupla faculdade, com seu livre-arbítrio, fugiram do mal e aderiram ao bem.

Não há, portanto, natureza incapaz de receber o bem ou o mal a não ser Deus, fonte de todos os bens, e a de Cristo, já que ele é a Sabedoria, e a Sabedoria não pode de modo nenhum receber a estupidez; ele é também a justiça, e com certeza a justiça nunca poderá receber a injustiça; ele é a palavra ou razão, que de modo nenhum pode vir a ser irracional; mas também é luz, e certamente as trevas não podem apoderar-se da luz. De modo semelhante, a natureza do Espírito Santo, que é santa, não pode sofrer mancha, porque é santa por natureza, ou de modo substancial. Mas toda outra natureza que é santa tem a sua santificação pelo que recebeu do Espírito Santo, ou por ele foi inspirada para se santificar, não sendo assim por natureza, mas de modo accidental, pelo que pode perder o que alcançou. Pode-se ter assim uma justiça accidental, donde se segue que pode ser perdida. Pode-se também ter sabedoria por acidente, mas está em nosso poder, pelo nosso zelo e pelo mérito da vida, pela prática da sabedoria, tornar-se sábio, e se lhe aplicamos empenho, participamos sempre na sabedoria, e assim será, mais ou menos, conforme os méritos da vida e o peso do nosso esforço. Porque a bondade de Deus, de acordo com o que lhe é próprio, convida todos os seres e os atrai para o fim feliz, onde cessam e desaparecem as dores, tristezas e gemidos de toda espécie.

4. Pelo que me parece, creio que a discussão precedente terá mostrado suficientemente que não é sem discernimento nem por um acaso fortuito que os Principados têm o seu principado, e que cada uma das outras ordens recebeu a sua função, pois pelos seus méritos é que obtiveram o seu grau de dignidade, embora esteja além da nossa competência indagar, nem saber, quais teriam sido os atos que os fizeram merecedores de chegar a essa ordem. Basta saber isso para mostrar a imparcialidade e a justiça de Deus, porque, segundo a frase do apóstolo Paulo, Deus não discrimina as pessoas (Rm 2,11), mas, pelo contrário, distribui todas as coisas segundo os méritos e progressos de cada um. Os Anjos recebem suas funções apenas por seus méritos, e as Potestades exercem o poder devido a seus progressos, e os que são chamados Tronos, isto é, os que

têm poder sobre o julgamento e o governo, só administram por seus méritos, as Dominações não dominam contra seus méritos; essa é a primeira, suprema e eminente ordem da gloriosa variedade de funções da criação nos seres celestes racionais.

É preciso com certeza pensar o mesmo dos poderes adversos que se apresentam em tais condições de lugares e de funções, de tal modo que sua posição como Principados, Potências, Dirigentes do mundo das trevas, ou espíritos de maldade, ou espíritos malignos, ou demônios impuros, eles não a possuem de modo substancial como se tivessem sido criados como tais, mas segundo seus avanços e seus progressos no crime obtiveram esses graus na malignidade. Essa é a segunda ordem da criação racional que de tal modo se precipitou no mal que nem quer se converter, embora possa, porque o furor do crime é voluptuoso e dá prazer.

A terceira ordem da criação racional é formada pelos espíritos que Deus julgou aptos para preencher o gênero humano, ou seja, as almas dos homens, entre os quais vemos alguns cujos progressos os elevaram à altura da ordem dos anjos, aqueles que se tornaram filhos de Deus ou da ressurreição, eles que, deixando as trevas, preferiram a luz e foram feitos filhos da luz, ou aqueles que, tendo ultrapassado todas as lutas, ficaram pacíficos, fizeram-se filhos da paz e filhos de Deus, ou aqueles que, mortificando os membros terrestres e transcendendo não só a natureza corporal, mas também os movimentos ambíguos e frágeis da alma, se apegaram ao Senhor, transformaram-se totalmente em espíritos, para estar sempre com ele em um só espírito, com ele julgando todas as coisas, até que cheguem ao grau dos perfeitos espirituais que tudo discernem e que não podem mais ser julgados por ninguém porque sua inteligência é iluminada na plenitude e na santidade pela Palavra e pela Sabedoria.

Somos certamente de opinião que não se deve aceitar de modo nenhum o que alguns, divagando, discutem acerca daquelas almas que podem atingir tal grau de degradação que, esquecidas da sua natureza racional e da sua dignidade, vão ao ponto de se precipitarem na categoria dos seres irracionais animados, ou seja, bichos e gado; para isso vão buscar argumentos fictícios nas Escrituras, apoiando-se, por exemplo, no preceito de condenar e lapidar, junto com a mulher, o animal com o qual ela se teria unido contra a natureza; ou de mandar lapidar também o touro que marra; ou sobre a história da burra de Balaão que falou, por Deus lhe ter aberto a boca, quando “uma besta de carga respondendo com voz humana, apesar de não falar, denunciou o devaneio do profeta” (2Pd 2,16). Tudo isso não só não aceitamos como refutamos e rejeitamos como afirmações contra a nossa fé. Quando, porém, a seu tempo, tivermos refutado e rejeitado essa perversa doutrina, mostraremos como se deve compreender as passagens das Escrituras Santas que eles invocaram.

¹ *Espírito*: tanto o termo grego *pneuma* como o hebraico *ruah*, que se traduzem por “espírito”, significam originariamente “sopro” ou “aragem”. (N.T.)

² Orígenes aceita esse apócrifo, mas já Eusébio de Cesareia, na *História Eclesiástica* (III, 3 e 25), diz que não é genuíno; pode haver confusão com outro apócrifo, o livro de *Atos de Paulo e Tecla*. (N.T.)

3 *Comentário ao Gênesis*, do qual restam apenas fragmentos. (N.T.)

4 Nessa passagem, as versões e traduções são muito variáveis, e a *Vulgata* de Jerônimo não concorda com a versão dos *Setenta* (LXX), nem sequer quanto ao número de versículos. (N.T.)

5 A *apokatástasis* é consequência da bondade de Deus (I,8,3): submissão não violenta nem forçada, mas espontânea, inspirada pela razão e pela sabedoria (I,2,10; III,5,6-8). A universalidade da *apokatástasis* era para Orígenes uma certeza ou uma grande esperança? Anteriormente, Orígenes afirmara sobre a *apokatástasis*: “Dizemos isso com muito receio e cautela, antes de mais como algo a questionar e discutir do que como algo certo e definido”. Portanto, para o Alexandrino, não era uma certeza. Acreditou-se no passado que Orígenes professasse a doutrina segundo a qual a restauração universal comportaria a salvação final do demônio. Essa opinião é recusada veementemente por Orígenes em torno do ano 230 contra alguns que lhe atribuíam, em sua *Carta aos amigos de Alexandria*. Considerando a especificidade do *Peri Archōn*, o pensamento de Orígenes é uma procura, tratando frequentemente duas opiniões antitéticas, sem dirimir a questão abordada de maneira definitiva.

6 Herdado da filosofia grega, esse adágio determina as doutrinas da preexistência e da *apokatástasis*: *Sobre os Princípios* II,1,1; II,1,3; III,6,3. Segundo os comentadores, devemos entender tal princípio com certa relatividade, de modo que não podemos tomá-lo literalmente e de forma absoluta, como se devêssemos excluir todo progresso entre o *início* e o *fim*.

7 É uma afirmação da preexistência das almas, que provém do platonismo (*Fedro* 247 b). Para Orígenes, aqui tem como objetivo responder aos marcionitas (*Sobre os Princípios* II,8,3-4; II,9,6-7; III,3,5). Poderíamos perguntar-nos se a tradução *spiritus* não está errada em relação ao vocabulário de Orígenes, que Rufino normalmente respeita: seria preciso *mens* ou *animus*, traduzindo *nous* (= Intelecto) e não *spiritus*, que se traduz com o termo *pneuma*.

8 Os exemplos são invocados em uma perspectiva antignóstica e antideterminista; o destino terrestre dos homens depende dos méritos ou deméritos da preexistência.

2º LIVRO

O MUNDO E AS CRIATURAS

1. O mundo

1. Se bem que tudo o que tratamos no livro anterior diz respeito ao mundo e ao seu ordenamento, parece que agora é conveniente voltar em particular a alguns pontos que tratam do mundo em si mesmo, ou seja, seu início e seu fim, o que, entre o começo e o fim, dispõem as fases da divina providência, ou o que se pode supor das coisas antes do mundo ou depois do mundo.

A primeira coisa que aparece com evidência é que todo o seu estado se compõe, na sua variedade e diversidade, de naturezas racionais mais próximas do divino, e de diferentes corpos, mas ainda de animais que não falam, bichos selvagens, bestas, pássaros e tudo o que vive nas águas, e também de diversos lugares, o céu ou os céus, a terra, a água, e ainda o ar que está entre o céu e a terra, ou o que chamam éter, enfim, tudo o que procede e nasce da terra. Sendo tão grande a variedade do mundo, e tal diversidade nos próprios seres animados racionais, que parecem ser o motivo de toda a variedade e diversidade que existem nos outros seres, pode-se encontrar outra causa para a existência do mundo, sobretudo se considerarmos o fim que tudo restaurará ao estado inicial, segundo as discussões do livro precedente? Se tudo foi dito de modo coerente, pode-se encontrar outra causa que não seja a diversidade e variedade das ações e das quedas daqueles que caíram da unidade e da concórdia iniciais,⁹ estado primitivo da sua criação por Deus, que se afastaram do estado de bondade do começo por suas perturbações e anseios de suas mentes, e dividiram essa bondade única e indistinta de sua natureza em várias qualidades das mentes, em decorrência da diversidade das suas tendências?

2. Mas Deus, com a habilidade inefável da sua sabedoria, transforma e restaura todas as coisas, seja qual for o modo como se produziram, para utilidade e proveito comum do todo; essas mesmas criaturas, tão afastadas umas das outras pela diversidade dos seus ânimos, ele as reconduz de certo modo a um único acordo, nas suas atividades e intenções para, apesar da diversidade dos seus atos mentais, chegar ao cumprimento e à perfeição do único mundo e dirigir a própria variedade das mentes a um só e perfeito fim. É de fato único o poder que abrange e mantém toda a diversidade do mundo, e recolhe à unidade os movimentos variados, para impedir que tão imensa obra do mundo seja destroçada pelas divisões dos ânimos. É por isso que pensamos que Deus, pai de todas as coisas, para salvar todas as criaturas pelo inefável meio da sua palavra e sabedoria, dispôs cada coisa de tal maneira que cada espírito, mente, ou seja como for que se chamem os seres racionais subsistentes, apesar da liberdade da vontade, não seja constringido a fazer senão o que lhe ordena o ato da sua inteligência, pois, do contrário,

parece que lhe seria retirada a faculdade do livre-arbítrio, e a qualidade da sua natureza seria totalmente modificada; mas ele preparou os diversos movimentos das suas intenções de modo adequado e com utilidade para assegurar a harmonia de um único mundo; assim, uns precisam de ajuda, outros podem ajudar, e outros levantam lutas e combates para os que têm condições de progredir e ficar mais firmes depois da vitória, recuperando e assegurando sua condição pelas dificuldades e esforços.

3. Apesar de o estado do universo ser composto de diversas funções, não se deve julgar que ele esteja em desacordo e discrepância consigo mesmo; mas tal como em nós muitos membros se adaptam num só corpo, reunidos por uma só alma, assim também julgo que se pode compreender o mundo inteiro como um imenso e enorme animal, sustentado como que por uma alma pelo poder e razão divinos. Creio que se pode ler na Santa Escritura essa indicação, onde diz pelo profeta: “Não é verdade que eu preencho o céu e a terra? Diz o Senhor” (Jr 23,24). E também: “O céu é o meu trono e a terra o assento dos meus pés” (Is 66,1). E ainda essas palavras do Salvador quando proíbe jurar “nem pelo céu, que é o trono de Deus, nem pela terra que ela é o assento dos seus pés” (Mt 5,34). Do mesmo modo diz Paulo, pregando aos atenienses: “Nele nós vivemos, nos movemos e existimos” (At 17,28). Como compreender que em Deus vivemos, nos movemos e somos, senão porque ele encerra e mantém todo o mundo pelo seu poder? Como compreender que o céu seja o trono de Deus e a terra o assento dos seus pés, como afirma o próprio Salvador, senão porque no céu e na terra o seu poder preenche o universo, conforme as suas palavras: “Não é verdade que eu preencho o céu e a terra?” Não creio que haja nenhuma dificuldade, em face do que apresentamos, em aceitar que Deus, Pai de todos pelo seu poder, preencha e contenha plenamente o mundo universo. Mas, como a discussão anterior mostrou que as diversas ações e as variadas opiniões das criaturas racionais fossem a causa da diversidade do mundo, é preciso ver se não convém também a este mundo um fim semelhante ao seu começo. Não é de duvidar, de fato, que ele terá seu fim numa grande diversidade e variedade e que essa variedade, surpreendida nesse estado pelo fim do mundo, seria causa e ocasião das diversidades que caracterizarão o outro mundo que virá depois deste, sendo o fim deste mundo o início do mundo futuro.

4. Se, no decurso desta discussão, encontramos essas coisas, parece agora conveniente tratar do que é a natureza corpórea, já que a diversidade do mundo não pode subsistir sem corpos. A própria realidade mostra que a natureza corporal sofre mudanças diversas e variadas para poder transformar-se em todas as coisas: assim, por exemplo, a madeira transforma-se em fogo, o fogo, em fumaça, e a fumaça, em ar; também o óleo, que é líquido, se transforma em fogo. Não se encontra a mesma causa de mudança nos próprios alimentos, tanto dos homens como dos animais? Porque, seja o que for que tomarmos como alimento, muda-se na substância do nosso corpo. Não seria difícil explicar como é que a água se muda em terra ou em ar, e o ar, por sua vez, em fogo, e o fogo, em ar, ou o ar, em água, mas aqui basta somente mencioná-lo para discutir a natureza da matéria corporal. Entendemos por matéria o substrato dos corpos, isto é,

aquilo pelo qual os corpos subsistem com as qualidades que lhes são marcadas e inerentes. São quatro as qualidades: a quente, a fria, a seca e a úmida. Essas quatro qualidades, inseridas na *hylē*, isto é, na matéria, matéria que por sua vez é diferente das sobreditas qualidades, produzem os diversos tipos de corpos. Contudo, essa matéria, embora enquanto tal seja desprovida de qualidades, nunca pode ser encontrada sem qualidades.

Portanto, essa matéria é em quantidade e qualidade de tal modo suficiente para todos os corpos do mundo como Deus se quis dela servir para criar quaisquer formas e espécies que desejasse, quando dele recebe as qualidades que lhe quer impor; não entendo como tantos homens pensaram que ela era incriada, isto é, não feita pelo próprio Criador de tudo, mas a descreveram como tendo uma natureza e poder de origem fortuitas. Admiro-me que estes acusam os que negam que Deus seja o criador e providência dessa universalidade, argumentando contra eles por serem ímpios, porque supõem a grande obra do universo sem artífice e sem quem o sustente, quando eles mesmos incorrem em acusação semelhante de impiedade quando dizem que a matéria é incriada e coeterna com o Deus incriado. Se seguimos o seu raciocínio e supomos, por exemplo, que a matéria não existia – como eles dizem ao afirmar que Deus não podia fazer nada se nada existisse –, sem dúvida Deus seria inativo,¹⁰ não tendo matéria para trabalhar, matéria que eles pensam não ser o resultado da sua providência, mas o produto do acaso; e eles creem que o que se tivesse produzido por acaso poderia ser suficiente para a importância de tão grande obra e para receber o seu poder, e que pela sua sabedoria essa matéria poderia diferenciar-se e ser ordenada para formar um mundo. Isso me parece totalmente absurdo e próprio de homens que ignoram tudo do poder e da inteligência da natureza incriada. Mas, para poder considerar com mais atenção a explicação dessas coisas, concedamos por um momento que a matéria não existia e que Deus, quando nada existia, deu existência ao que quis. Que se deve pensar? Que essa matéria, que Deus faria, que ele trazia à existência pelo seu poder e sabedoria, para que exista o que antes não era, fosse melhor, ou superior, ou de outro gênero, ou, pelo contrário, inferior e pior, ou semelhante e idêntica, a essa que tais pessoas chamam incriada? Penso que qualquer um compreenderá que nem uma matéria melhor nem uma pior teria podido receber as formas e as espécies deste mundo, se ela não fosse tal qual essa mesma que as recebeu. Não se mostra, pois, ímpio dizer que é incriado aquilo que, se se crê criado por Deus, se verá sem dúvida que é igual ao que é dito incriado?

5. Para acreditar que tais coisas se apoiam na autoridade das Escrituras, eis como no *livro dos Macabeus*, quando a mãe dos sete mártires exorta um dos seus filhos a suportar os suplícios, se confirma essa doutrina, pois ela diz: “Peço-te, meu filho, olha para o céu, para a terra e tudo o que neles se contém, e que, à sua vista, saibas que Deus fez tudo isso quando antes não existia” (2Mc 7,28). E no livro do *Pastor*, no primeiro preceito, se diz: “Acredita primeiro que há um só Deus que tudo criou e dispôs, e fez que a partir do nada tivessem existência todas as coisas” (Hermas 1,1). Talvez também a isso se refira o que se diz no livro dos Salmos: “Ele disse e tudo se fez, ordenou e tudo foi

criado” (Sl 148,5). Essas palavras: “disse e tudo se fez” parecem aplicar-se à substância do que é; mas, quando se diz: “ordenou e tudo foi criado”, parece ser dito das qualidades que dão forma à substância.

2. A eternidade da natureza corporal

1. Acerca desse tema, alguns se perguntam se a associação e proximidade que existe entre as naturezas racionais e a matéria corporal não se poderia entender do mesmo modo que o Pai gera o Filho e enuncia o Espírito Santo – não como se não existissem antes, mas porque o Pai é origem e fonte do Filho e do Espírito Santo, e neles não se pode pensar nada de um antes e depois. Para fazer uma busca mais completa e cuidadosa desde o início da discussão, passam por outro problema e se perguntam se essa mesma natureza corporal que serve de suporte à vida das inteligências espirituais e racionais e sustenta seus movimentos perdura na mesma eternidade com eles, ou se, ao contrário, se extinguirá e será completamente destruída. Para captar a questão em detalhe, parece que é preciso primeiro procurar se é possível que as naturezas racionais sejam totalmente não corporais quando alcançam o cume da santidade e da bem-aventurança, o que me parece muito difícil e quase impossível; ou se é necessário que estejam sempre unidas a corpos. Se se pudesse mostrar a razão que funda a possibilidade de essas almas ficarem completamente desprovidas de corpos pareceria coerente que a natureza corporal fosse criada a partir do nada por intervalos de tempo: tal como foi feita quando não existia, assim ela cessaria de ser quando sua função já não fosse útil.

2. Se é realmente impossível fazer tal afirmação, isto é, sustentar que uma natureza poderia viver sem corpo, uma natureza que não fosse a do Pai, do Filho e do Espírito Santo, é necessário pela razão tirar a consequência obrigatória de que é preciso compreender que as naturezas racionais foram criadas como o que é principal, mas que a substância corporal parece se distinguir delas somente pela opinião ou pela mente, e que ela foi feita para elas ou depois delas e que nunca elas viveram ou vivem sem ela porque a vida incorporeal corretamente se atribui como privilégio da Trindade. Como já dissemos acima, essa substância material tem uma natureza apta a se transformar de todas as coisas em tudo: quando é empregada pelos seres inferiores, toma a forma de um corpo mais espesso e mais sólido e por aí se distinguem as espécies visíveis e variadas do mundo; mas, quando serve aos seres mais perfeitos e bem-aventurados, brilha no esplendor dos corpos celestes e adorna com a veste do corpo espiritual os anjos de Deus e os filhos da ressurreição, com os quais chega à perfeição o estado variado e diverso do único mundo.

Se, porém, se quer discutir esse assunto mais completamente, será preciso perscrutar as Escrituras divinas com mais atenção e diligência, com todo o respeito e reverência diante de Deus, para ver se, talvez, se possa encontrar sobre tais coisas um sentido secreto e escondido; ou, quando se reunirem muitos testemunhos deste tipo, que, no que está oculto e obscuro, o Espírito Santo se mostre aos que são dignos.

3. O começo do mundo e suas causas

1. É preciso, ainda, procurar saber se antes desse mundo existiu outro mundo, e, nesse caso, se ele foi semelhante a este, ou um pouco superior, ou inferior; ou se não houve mesmo mundo nenhum, mas um estado semelhante ao fim que, pensamos nós, virá depois de todas as coisas, quando o Reino será entregue a Deus Pai. Se, por outro lado, esse estado não foi o fim de outro mundo, isto é, daquele depois do qual este começou, então a queda das naturezas intelectuais, na sua diversidade, decidiu Deus criar este mundo de modo variado e diverso. Na minha opinião, entendo ainda que é preciso se perguntar se depois deste mundo haverá algum tratamento e correção, certamente mais ásperos e dolorosos para aqueles que se tenham recusado a obedecer à Palavra de Deus; mas para aqueles que nesta vida se dedicaram a essas coisas e limpam suas mentes, eles consistirão numa instrução e educação nas realidades inteligíveis que os farão chegar a uma compreensão mais rica e variada da verdade, tornado-os capazes de receber a sabedoria divina; e se o fim de todas as coisas sobrevirá imediatamente, ou se, para corrigir e emendar aqueles que têm necessidade, virá outro mundo parecido com este, ou, então, melhor, ou muito pior; e, seja qual for o mundo depois deste, quanto durará – e se existirá mesmo; e se alguma vez não haverá mundo nenhum, ou se alguma vez não houve nenhum mundo; ou se houve ou haverá muitos, e se haverá um mundo inteiramente igual e em tudo idêntico a outro.

2. Para fazer ver com mais clareza se a matéria corporal subsiste somente por intervalos, e se, do mesmo modo que antes de existir não era, se desaparecerá e não existirá, vejamos primeiro se é possível alguém viver sem corpo. Se de fato algo pode viver sem corpo, todas as coisas podem viver sem corpo, pois o tratado anterior mostrou que tendem a um mesmo fim. Portanto, se todos os seres podem ser desprovidos de corpos, sem dúvida não haverá mais substância corporal, porque não terá serventia. Mas, como entendemos o que diz o Apóstolo naquela passagem em que discute a ressurreição dos mortos: “É preciso que o que é corruptível se revista de incorrupção, e que o que é mortal se revista de imortalidade. Quando o que é corruptível se tiver revestido de incorrupção e o que é mortal de imortalidade, então se cumprirá a palavra que está escrita: a morte foi absorvida na vitória. Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu ferrão? Com efeito, o ferrão da morte é o pecado, a força do pecado é a lei”¹¹ (1Cor 15,53-56). Tal parece ser, portanto, o pensamento do Apóstolo. Mas quando ele diz: isso é corruptível, aquilo é mortal, como se fosse algo que se pode tocar e mostrar, a que pode aplicar-se, se não à matéria corporal? Portanto, essa matéria do corpo, agora corruptível, se revestirá de incorrupção, quando a alma perfeita, instruída pelas doutrinas da incorrupção, tiver começado a utilizá-la.

Não nos admiremos de chamar vestimenta do corpo a alma perfeita aqui chamada de incorrupção por causa da Palavra e da Sabedoria de Deus. Com efeito, daquele que é o Senhor e Criador da alma, Jesus Cristo, se diz que é uma veste para os santos, conforme

as palavras do Apóstolo: “Revesti-vos do Senhor Jesus Cristo” (Rm 13,14). Como Cristo é uma veste para a alma, assim, por certa razão fácil de entender, a alma é chamada veste do corpo. Ela é seu ornamento, que esconde e cobre sua natureza mortal. Assim, aquilo que se diz: “É preciso que o que é corruptível se revista de incorrupção”, é como se dissesse: é preciso que essa natureza corruptível do corpo receba a veste da incorrupção, que é a alma que tem em si a incorrupção, porque certamente ela se revestiu de Cristo, Sabedoria e Palavra de Deus. Quando esse corpo, que um dia possuiremos numa forma mais gloriosa, participar da vida, chegará ao que é imortal, de tal modo que se tornará incorruptível. O que é mortal é por isso mesmo corruptível, mas não se pode dizer que o que é corruptível seja por isso mesmo mortal. Dizemos que a pedra e a madeira são corruptíveis, mas daí não se segue que se possam chamar mortais, pois nunca tiveram vida. Contudo, dizemos que o corpo que participa da vida é mortal, porque pode ser afastado da vida, e de fato o é, e, sob outro ponto de vista, também dizemos que é corruptível.

Considerando em primeiro lugar a condição geral da matéria corporal da qual a alma se serve (seja qual for a quantidade em que tal matéria se encontre, atualmente na qualidade carnal, mas mais tarde noutra qualidade sutil e mais pura, chamada espiritual), diz de modo admirável o Apóstolo: “É preciso que o que é corruptível se revista de incorrupção”. E depois diz, considerando a condição especial do corpo: “é preciso que o que é mortal revista a imortalidade” (1Cor 15,53). A incorrupção e a imortalidade serão diferentes da Sabedoria, da Palavra e da Justiça de Deus, que formam a alma, a vestem e ornamentam? É assim que se diz que o que é corruptível reveste a incorrupção e o que é mortal reveste a imortalidade. Mesmo que sejam grandes nossos progressos, por enquanto, o que é corruptível ainda não se revestiu de incorruptibilidade, e o que é mortal ainda não se vestiu de imortalidade, porque conhecemos em parte, e em parte profetizamos, e porque vemos através de um espelho, num enigma, aquilo que parece que entendemos (cf. 1Cor 13,9); por isso se diz que: “é preciso que o que é corruptível se revista de incorrupção e o que é mortal de imortalidade, porque sem dúvida se prolonga demais a nossa instrução no corpo, até que os próprios corpos que nos envolvem mereçam a incorrupção e a imortalidade pela Palavra de Deus, pela sua sabedoria e perfeita justiça”.

3. Contudo, aqueles que pensam que as criaturas racionais podem viver sem corpos, podem neste ponto argumentar. Se é verdade que o que é corruptível revestirá a incorrupção e o que é mortal a imortalidade, e que no fim a morte será absorvida, isso não quer dizer senão a completa destruição da natureza material, sobre a qual a morte podia ter certa ação, uma vez que a acuidade intelectual dos que estão no corpo parece embotada pela natureza da matéria corporal. Se são despojados do corpo, escapam aos embaraços causados por esse gênero de perturbações. Porém, como não podem desembaraçar-se de repente de todo revestimento corporal, pensa-se que devem primeiro permanecer em corpos mais sutis e puros, que já não podem ser vencidos pela morte nem feridos pelo agulhão da morte; desse modo, a natureza material vai se esbatendo

progressivamente, a morte será absorvida e finalmente destruída, e seu agulhão será totalmente repellido pela graça divina da qual a alma se tornou capaz, merecendo obter a incorrupção e a imortalidade. Então será dito por todos: “Ó morte, onde está a tua vitória? Onde está, morte, o teu agulhão? Porque o agulhão da morte é o pecado” (1Cor 15,55). Se todas essas coisas parecem bem argumentadas, só nos resta acreditar que um dia estaremos num estado incorporeal. Se isso se aceita e se está dito que todos serão submetidos a Cristo, é preciso que essa asserção também seja aplicada a todos aos quais se estende a submissão a Cristo, porque todos aqueles que estão submetidos a Cristo estarão no fim também submetidos a Deus Pai, a quem, segundo a Escritura, Cristo transmitirá o Reino, e assim parece que cessará o uso dos corpos. Cessando, voltará ao nada onde antes estava.

Vejamos, porém, o que acontece aos que assim argumentam; se a natureza corporal for destruída, parece que será necessário restaurá-la e criá-la uma segunda vez; parece de fato impossível que as naturezas racionais, às quais nunca foi retirada a faculdade do livre-arbítrio, possam de novo ficar sujeitas a certas mudanças, com a permissão de Deus, não seja caso que, se ficassem sempre em estado de imobilidade, esqueçam que a sua manutenção no estado final de bem-aventurança vem da graça de Deus e não da sua virtude. Essas mudanças sem dúvida acarretariam a variedade e a diversidade dos corpos, que sempre adornam o mundo, porque nunca um mundo poderá ser composto de outra coisa a não ser da variedade e diversidade, e isso de modo nenhum pode ser feito sem a matéria corporal.

4. Quanto aos que defendem a sucessão de mundos equivalentes e em tudo semelhantes, não sei sobre que fundamentos se apoiam. Com efeito, se nos representamos um mundo perfeitamente semelhante a outro, será de tal modo que Adão e Eva farão de novo o que já fizeram, que haverá de novo o dilúvio, que o mesmo Moisés fará sair outra vez do Egito uma população de seiscentos mil; Judas vai trair o Senhor pela segunda vez, Paulo vai segurar outra vez as roupas dos que apedrejavam Estêvão, e tudo o mais que se passou nesta vida acontecerá de novo. Não vejo com que argumento isso possa sustentar-se, se as almas agem com livre-arbítrio e seus progressos ou seus recuos procedem conforme o poder de suas vontades. As almas não são determinadas a fazer ou a desejar isto ou aquilo por um movimento que retorna a si mesmo segundo os mesmos ciclos depois de tantos séculos, mas elas se dirigem, no decurso de seus atos, lá para onde tendem livremente suas disposições.

Tais afirmações são como as de alguém que quisesse garantir que fosse possível deitar à terra grande quantidade de grãos de trigo, e que um segundo lançamento seja em tudo igual ao primeiro, que cada grão reencontre os mesmos lugares, segundo a mesma ordem e as mesmas figuras que aquelas que formavam quando foram dispersos antes; considerando a quantidade inumerável de grãos, é absolutamente impossível que tal aconteça, mesmo que se recomeçasse essa operação indefinida e continuamente ao longo de incontáveis séculos. Parece-me igualmente impossível que um outro mundo possa ser restabelecido na mesma ordem e do mesmo modo no que toca ao nascer, morrer e agir; podem existir diversos mundos, mas com mudanças consideráveis, de tal modo que se

possa atribuir a causas evidentes que o estado de um mundo é melhor do que o de outro, ou, conforme os casos, pior ou equivalente.¹² Confesso minha ignorância: não sei em que medida e de que modo isso possa acontecer, e, se alguém puder me explicar de boa vontade, aprenderei.

5. Na verdade, este mundo, segundo se diz, chegou depois de muitos séculos, e ele mesmo é chamado de século. O santo Apóstolo ensina que Cristo não sofreu no século que precedeu este, nem naquele que veio antes do anterior, e nem sei se poderia contar quantos os séculos anteriores em que ele não sofreu. Direi, pois, as palavras que Paulo usou para que isso se possa entender: “Agora, uma só vez, na consumação dos séculos, ele se manifestou para repelir o pecado, fazendo-se vítima” (Hb 9,26). De fato, ele só diz uma vez que se fez vítima e se manifestou no fim dos séculos para repelir o pecado.

Mas depois deste século, que, segundo Paulo, foi feito como a consumação dos outros séculos, virão outros séculos, o que aprendemos também claramente pelo mesmo Paulo: “A fim de mostrar aos séculos que não há de vir as riquezas superabundantes da sua graça pela bondade que tem conosco” (Ef 2,7). Ele não disse: no próximo século; nem: em dois séculos; mas: nos séculos que não há de vir; donde suponho que esta palavra indica uma multidão de séculos.

As criaturas deste mundo podem entender-se nos séculos; mas as outras, que ultrapassam e transcendem as criaturas visíveis, há alguma coisa maior do que os séculos; se assim for, é preciso entender o que se passará talvez na restauração de todas as coisas, quando o universo chegará ao seu fim perfeito, e haverá provavelmente que perceber uma realidade superior ao século, na qual se produzirá a consumação de tudo. O que me leva a acreditar nisso é a autoridade da Santa Escritura, que diz: “Neste século e mais além” (Sl 113,26; Tb 13,18).¹³ Por essa expressão, “mais além”, quer compreender, sem dúvida, alguma coisa mais do que um século. Repare-se no que diz o Salvador: “Eu quero que, onde eu estiver, estes estejam comigo” (Jo 17,24), e também: “Como tu e eu somos um, para que também estes estejam conosco” (Jo 17,21), e vê se ele não parece mostrar uma realidade maior do que o século ou os séculos, talvez até maior do que os séculos dos séculos, a saber: o que haverá quando todas as coisas não estiverem mais neste século, mas Deus seja tudo em todos.

6. Depois de ter discutido, conforme a nossa capacidade, o que pertence à ordem deste mundo, não parecerá inconveniente procurar o que quer dizer o termo “mundo”, que frequentemente se encontra nas Santas Escrituras com significações diversas. O que em latim chamamos *mundus*, em grego diz-se *kosmos*; contudo, a palavra não significa apenas mundo, mas também ornamento. De fato, quando Isaías repreende as mulheres nobres de Sião, diz: “Em lugar do ornamento de ouro da cabeça, terás a calvície por causa das tuas obras” (Is 3,17); aí ornamento se diz com a mesma palavra que mundo, isto é, *kosmos*. Diz-se também que, na indumentária do Sumo Sacerdote, estava contida a explicação do mundo, conforme o que se encontra na *Sabedoria* de Salomão: “Nas vestes do sacerdote estava o mundo inteiro” (Sb 18,24). Chama-se também mundo este

nosso orbe terrestre com seus habitantes, conforme diz a Escritura: “O mundo inteiro está sob o poder do maligno” (1Jo 5,19). Clemente, discípulo dos apóstolos, lembra os antípodas, aqueles que são chamados pelos gregos de *antíchthonas*, e outras partes do globo terrestre onde nenhum de nós pode chegar, nem nenhum dos que lá habitam pode vir até nós, e também lhes chama mundos, quando diz: “O oceano não pode ser atravessado pelos homens, tal como os mundos que estão do outro lado e são governados pelas mesmas disposições do soberano Deus” (1Clem 20,8). Chama-se ainda mundo este universo composto pelo céu e pela terra, como diz Paulo: “O estado deste mundo passará” (1Cor 7,31). Com razão, nosso Senhor e Salvador designa também um mundo que não é o visível e que é verdadeiramente difícil de descrever e de caracterizar. De fato, ele diz: “Eu não sou deste mundo” (Jo 17,14). Como se fosse de algum outro mundo, afirma: “não sou deste mundo”. Acabamos de dizer que é difícil de explicar o que é este mundo, não seja o caso que alguns não encontrem aí pretexto para entender que com isso afirmamos a existência de certas imagens que os gregos chamam ideias; mas é completamente alheio ao nosso modo de pensar falar de um mundo não corpóreo que só tem consistência na fantasia ou em pensamentos escorregadios; e não vejo como é que podem afirmar que daí vem o Salvador ou que para lá irão os santos. Contudo, não se duvida de que o Salvador não nos indique algo mais brilhante e esplêndido que o mundo presente, e que, para desejá-lo, convide e exorte aqueles que creem nele. Mas é incerto se tal mundo que nos quer sugerir está separado deste, muito afastado dele pelo lugar, pela qualidade e pela glória, ou se apenas o ultrapassa em glória e em qualidade, mas ficando contido dentro dos limites deste mundo – o que me parece mais verossímil; e me parece que não cabe nos pensamentos e mentes dos humanos. Contudo, o que Clemente sobre isso nos parece indicar quando diz: “O oceano não pode ser atravessado pelos homens do mesmo modo que os mundos que estão além dele”, falando no plural dos mundos que estão além dele e que se representam como dirigidos e governados pela mesma providência de Deus supremo, parece nos lançar alguns germes de compreensão, sugerindo que todo o universo, de tudo o que é e subsiste, das realidades celestes e supracelestes, terrestres e infernais, forma no sentido geral um só mundo perfeito no qual e pelo qual se supõe que os outros, se os há, estão contidos.

Por isso, alguns sustentam que os globos da lua, do sol e dos outros astros chamados planetas são, cada um, chamados mundos; mas também querem chamar mundo no sentido próprio o globo que os ultrapassa, e que é chamado fixo (*aplanē*). Invocam, como testemunha dessa asserção, o livro do profeta Baruc,¹⁴ que claramente fala de sete mundos ou céus. Querem que, acima dessa esfera que dizem ser fixa, haja uma outra que, sendo imensa em sua grandeza, em seu abraço inefável, contém os espaços de todas as outras esferas de modo magnífico, tal como para nós o céu contém tudo o que está abaixo dele. Assim todas as coisas estariam no interior dessa esfera, da mesma maneira que a nossa terra está sob o céu. O que as santas Escrituras chamam, cremos, boa terra e terra dos vivos (Sl 26,13) tem como céu aquele de que falamos antes, o céu no qual, segundo a palavra do Salvador, estão escritos, ou foram escritos, os nomes dos santos, e este céu encerra e abraça esta terra que o Salvador no Evangelho prometeu aos pacíficos

e aos bondosos (Mt 5,5-9). Esses tais querem que a nossa terra, cujo primeiro nome era “árida” (Gn 1,10), tenha tirado o seu nome dessa outra, tal como o firmamento, o nosso céu, foi designado pelo mesmo termo que esse céu. Trataremos dessa questão mais completamente quando procurarmos o sentido de: “No princípio fez Deus o céu e a terra” (Gn 1,1). Outro céu e outra terra são indicados e não o que foi feito, segundo a Escritura, dois dias depois – a árida, depois chamada terra.

Certamente, alguns dizem deste mundo que ele é corruptível porque foi feito, mas que, no entanto, ele não se corrompe, porque mais forte e mais poderosa do que a corrupção é a vontade de Deus, que a fez e mantém, para que a corrupção não o domine. Seria, porém, mais exato pensar nisso a respeito desse mundo a que chamamos esfera fixa (*aplanē*), porque pela vontade de Deus ele não é em nada sujeito à corrupção, pois não recebeu as causas da corrupção. Na realidade, esse mundo pertence aos santos, aqueles que foram completamente purificados, e não aos ímpios, como o nosso. Talvez se possa dizer, no que se refere a este assunto, o que diz o Apóstolo: “A nós que não olhamos para o que se vê, mas para o que não se vê, porque o que se vê é temporal, e o que não se vê é eterno; sabemos com efeito que, se a nossa morada terrestre, em que habitamos, se dissolve, temos uma edificação feita por Deus, uma casa não construída pelas mãos, eterna, nos céus” (2Cor 4,18-5,1). E em outro lugar diz: “Pois verei os céus, obra de teus dedos” (Sl 8,4); e Deus declara pelo profeta, a respeito de tudo o que é visível: “A minha mão fez tudo isso” (Is 66,2), e afirma ainda que essa casa eterna, prometida aos santos nos céus, não foi feita pela mão, mostrando que há sem dúvida uma diferença entre a criação do que se vê e a do que não se vê. Pois não se entende do mesmo modo o que diz sobre o que se vê, e sobre o que não se vê. Porque o que é invisível não só não se vê, mas também não se pode ver – o que em grego se diz *asōmata*, quer dizer, incorporais. As coisas das quais Paulo diz que não se veem, por natureza podem ser vistas, mas, pelo que ele expõe, isso ainda não é possível para aqueles que receberam a promessa.¹⁵

7. Esboçamos conforme pudemos entender essas três opiniões sobre o fim de todas as coisas e a felicidade suprema; que cada leitor julgue por si mesmo, com diligência e cuidado, se pode aceitar e escolher uma delas. Está escrito que se supõe que a vida não corporal seja possível quando tudo for submetido a Cristo e por Cristo a Deus Pai, quando Deus for tudo em todos; ou então, quando tudo tendo sido submetido a Cristo e por Cristo a Deus, com quem as naturezas racionais formarão um só espírito, uma vez que elas são espíritos, também a substância corporal associada a espíritos excelentes e puríssimos brilhará, mudada em um estado etéreo segundo a qualidade e os méritos daqueles que a assumem, segundo esta palavra do Apóstolo: “Também nós seremos mudados” (1Cor 15,22); ou ainda que, quando a condição das coisas que se veem tiver passado, toda corruptibilidade tendo sido rejeitada e purificada e todo o estado deste mundo, onde se diz que se encontram as esferas dos planetas, tendo sido ultrapassado e superado, é acima da esfera dita fixa que a morada dos piedosos e dos bem-aventurados será estabelecida, como numa terra boa e terra dos vivos, que os pacíficos e os

moderados receberão por herança. Dela é o céu que envolve e contém esta terra como num espaço mais magnífico, e também o que é chamado céu, no seu primeiro sentido; nesses céu e terra terão lugar estável o fim de tudo e a perfeição final e completa; lá estarão, nesses céus, ou reinos dos céus, os que o merecerem, depois de terem sido corrigidos e purificados de seus delitos; e quando tudo tiver sido cumprido e expiado, também os que obedeceram à Palavra de Deus e se mostrarem capazes e merecedores de receber a Sabedoria que seguiram. Assim se cumprirão as palavras: “Bem-aventurados os moderados, porque em herança receberão a terra” e “bem-aventurados os pobres em espírito, porque herdarão o reino dos céus” (Mt 5,3.5), e o que diz o salmo: “e te exaltarei para que a terra seja tua herança” (Sl 36,34). Para esta terra diz-se descer, para aquela terra que está no alto diz-se subir. Parece assim que, para os progressos dos santos, se abre um caminho desta terra para esses céus; parece que não deverão ficar nesta terra, mas apenas habitá-la, para passar em seguida, quando tiverem feito algum progresso, à herança do reino dos céus.

4. O Deus da Lei e dos profetas é o mesmo que o Pai do Senhor Jesus Cristo

1. Agora que tratamos esses assuntos segundo a ordem requerida e o mais resumidamente possível, resta-nos, conforme nossa primeira intenção, refutar aqueles que pensam que o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo não é o mesmo Deus que respondia a Moisés sobre as questões da Lei e enviava os profetas, o Deus dos patriarcas: Abraão, Isaac e Jacó. É preciso primeiro nos confirmar nessa doutrina da fé. Consideremos, portanto, o que é muitas vezes dito no Evangelho e referido em relação com cada um dos atos do Nosso Senhor e Salvador: “Para que se cumpra o que foi dito pelo profeta” (Mt 2,15; 4,14...), por tal ou qual profeta, porque é evidente que se trata dos profetas de Deus, que fez o mundo. Em consequência, conclui-se que aquele que enviou os profetas também predisse o que se devia com antecedência dizer sobre Cristo. Não se duvida de que isso não foi predito por quem lhe fosse estranho, mas pelo seu próprio Pai. E o fato de que o Salvador e os seus apóstolos frequentemente tomam exemplos do Antigo Testamento não indica senão a autoridade que o Salvador e seus discípulos conferiam aos antigos.

Esta frase do Salvador exortando os seus discípulos ao que é melhor: “Sede perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito, ele que faz levantar-se o sol sobre os bons e os maus e chover sobre justos e injustos” (Mt 5,48), sugere a todo o homem, mesmo ao de pouca inteligência, como uma ideia por demais evidente, que ele não propõe para imitação pelos seus discípulos outro Deus a não ser o criador do céu, aquele que distribui as chuvas. Aquele que nos diz que devemos rezar “Pai nosso que estais nos céus” será que não quer nos mostrar outra coisa a não ser Deus, que devemos procurar no que há de melhor no mundo, ou seja, nas suas criaturas? E, quando deu excelentes preceitos sobre os juramentos, e que disse que não se devia jurar “nem pelo céu, que é o trono de

Deus, nem pela terra, que é o assento dos seus pés”, não está claramente de acordo com as palavras proféticas: “O céu é o meu trono, e a terra, o assento dos meus pés” (Is 61,1)? Quando expulsa do templo os vendedores de bois, ovelhas e pombas e derruba as mesas dos cambistas dizendo: “Levem tudo isto daqui e não façam da casa de meu Pai uma casa de comércio” (Jo 2,16), sem dúvida chamava Pai àquele a cujo nome Salomão tinha construído o magnífico templo. E também o que diz: “Não lestes o que Deus disse a Moisés – eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaac, e o Deus de Jacó? Com efeito, ele não é o Deus dos mortos, mas dos vivos” (Mt 22,32), ensinando-nos muito claramente que ao Deus dos patriarcas, porque eles eram santos e viviam como tais, chama Deus dos vivos, esse Deus que tinha dito pelos profetas: “Eu sou Deus e não há outro Deus além de mim” (Is 46,9). Porque o Salvador, sabendo que o Deus de Abraão é aquele de quem está escrito na Lei, e que é o mesmo que aquele que diz: “Eu sou Deus e não há outro Deus além de mim”, reconhecendo como seu Pai aquele que ignora outro Deus acima dele; como dizem os hereges, ele diz então um absurdo ao declarar seu Pai aquele que ignora esse Deus superior. Mas, se não o ignora, mas engana dizendo que não há outro Deus além dele, é um absurdo ainda maior ver Cristo reconhecer um mentiroso como seu Pai. De tudo isso se conclui que ele não reconhece outro Pai a não ser o Deus que fez e criou todas as coisas.

2. Seria demorado demais se recolhêssemos dos Evangelhos todas as passagens em que se ensina que o Deus da Lei e o dos Evangelhos é o mesmo. Prestemos brevemente atenção, porém, a essa passagem dos atos dos apóstolos que mostra Estêvão e os apóstolos dirigindo suas preces ao Deus que fez o céu e a terra e que falou pela boca dos seus santos profetas, chamando-o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, o Deus que tirou seu povo da terra do Egito. Essas palavras sem dúvida dirigem o nosso pensamento para a fé e o amor no Criador por aqueles que aprenderam tais coisas a seu respeito com piedade e fidelidade. O próprio Salvador, quando lhe perguntaram qual era o maior mandamento da Lei, assim respondeu: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, com toda a alma e toda a inteligência. O segundo mandamento é semelhante: amarás teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22,36-40). E acrescentou: “Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os profetas”. Como é que – àquele que ensinava e convidava para ser seu discípulo – ele recomenda este preceito antes de todos os outros, este preceito que sem dúvida convida a amar o Deus da Lei, já que tudo isso foi dito pela Lei nos mesmos termos (Dt 6,5; Lv 19,18)? Suponhamos, porém, apesar dessas provas tão evidentes, que tenha sido de não sei que outro deus que o Salvador tenha dito “amarás o Senhor com todo o teu coração” e as outras coisas de que falamos. Se a Lei e os profetas são obra do Criador, isto é, no dizer dos hereges, de outro deus que não aquele que apresentam como o Deus bom, como conciliar com isso o que Cristo acrescenta, que a Lei e os profetas dependem desses dois mandamentos? Como o que é alheio e distante de Deus pode depender de Deus? Quando Paulo diz: “Dou graças ao meu Deus, que sirvo de consciência pura, como meus antepassados” (2Tm 1,3), mostra claramente que não veio até Cristo para ir a um Deus novo. Como devem esses antepassados de Paulo ser entendidos, a não ser como aqueles de quem ele mesmo diz:

“Hebreus, e eu também, israelitas, e eu também” (2Cor 11,22). Mas o próprio prefácio da sua Carta aos Romanos não mostra com cuidado, àqueles que sabem compreender as cartas de Paulo, qual é esse Deus que Paulo anuncia? Com efeito, ele diz: “Paulo, servidor de Jesus Cristo, chamado apóstolo, escolhido para o Evangelho de Deus, que Deus prometeu nas santas Escrituras a respeito do seu Filho, esse Filho que se fez carne pela semente de Davi, que predestinou como Filho de Deus em poder segundo o Espírito de santificação pela ressurreição dos mortos, Nosso Senhor Jesus Cristo” (Rm 1,1-4). Pode-se ainda citar esta palavra: “Não colocar a focinheira no boi que pisa o grão: mas Deus se preocupa com os bois! Onde é que ele o diz a nós? Para nós isso está realmente escrito, porque aquele que lavra deve lavrar com a esperança e aquele que pisa na eira com a esperança de recolher” (Dt 25,4; 1Cor 9,9-10). Paulo quer evidentemente mostrar aqui o que o Deus que dá a Lei disse para nós, isto é, para seus apóstolos: “Tu não colocarás focinheira no boi que pisa o grão”, porque não era com os bois que ele se preocupava, mas com os apóstolos que pregavam o Evangelho de Cristo.

Em outra passagem, diz o mesmo Paulo ao considerar as promessas feitas pela Lei: “Honra teu pai e tua mãe, que é o primeiro mandamento da promessa, para que tudo te corra bem e tenhas longa vida na terra, a boa terra que te dará o Senhor teu Deus” (Ef 6,2). Aqui ele declara sem dúvida que aceita a Lei, como também o Deus da Lei e suas promessas.

3. Mas como às vezes os defensores dessa heresia têm o costume de enganar com sofismas capciosos os corações dos mais simples, não acho fora de propósito expor os seus raciocínios usuais, para refutar seus enganos e mentiras. Dizem eles que está escrito: “Nunca ninguém viu Deus” (Jo 1,18). Ora, esse Deus que Moisés anunciou, o próprio Moisés o viu, e antes dele, os patriarcas; mas aquele que o Salvador anuncia absolutamente ninguém o viu. Perguntemos então se aquele que reconhecem como Deus e que eles dizem que não é o Deus Criador, eles creem que é visível, ou invisível. Se disserem que é visível, reprovaremos por um lado que contradigam a Escritura que chama o Salvador “imagem do Deus invisível, primogênito de todas as criaturas” (Cl 1,15); e por outro lado, que caiam no absurdo de dizer que Deus tem corpo. Porque nada pode ser visto senão pela sua forma, grandeza e cor, que é o próprio dos corpos. E se afirma que Deus é corpo, conseqüentemente Deus seria feito de matéria, uma vez que todos os corpos são feitos de matéria; mas se ele fosse feito de matéria, Deus seria, segundo eles, como a matéria é corruptível, também corruptível. Perguntamos então de novo: a matéria foi feita, ou é incriada, isto é, não feita? E se eles disserem que não foi feita, isto é, que não é criada, questionaremos: se Deus é uma parte da matéria, e o mundo outra parte? Se responderem que a matéria foi feita, sem dúvida reconhecem que aquele a quem chamam Deus foi feito, o que certamente nem a doutrina deles nem a nossa admitem.

Dizem, porém: Deus é invisível. Mas o que decidis? Se dizeis que é invisível por natureza, não será visível nem pelo Salvador. Mais ainda, o Deus Pai de Cristo pode ser visto porque, segundo a Escritura, “quem viu o Filho viu também o Pai” (Jo 14,9). Essa palavra, que vos incomoda tanto, nós a entendemos não tanto pela visão, mas pela

compreensão. Aquele que compreendeu o que é o Filho, compreendeu o que é o Pai. É assim que entendemos que Moisés viu Deus, não o vendo com os olhos carnis, mas compreendendo-o pela visão do coração e o sentido da inteligência, e mesmo assim só em parte. De fato, está claramente expresso que “não a face, mas por detrás me verás” (Ex 33,23). Tudo isso se deve compreender segundo o mistério que convém às palavras divinas, certamente rejeitando e desprezando essas historietas de comadres, obras de ignorantes que fantasiam um Deus com rosto e costas. Que ninguém nos atribua um pensamento ímpio quando dizemos que Deus não é visto nem pelo Salvador, mas que considere a distinção que devemos usar para tratar com os hereges. Dissemos de fato que uma coisa é ver e ser visto, e outra coisa é entender e ser entendido, ou conhecer e ser conhecido. Ver e ser visto é próprio dos corpos, e não pode ser aplicado adequadamente às relações recíprocas entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Porque a natureza da Trindade excede as capacidades da vista, ao mesmo tempo que concede a todos os seres corporais, isto é, a todas as outras criaturas, a possibilidade de ver nas suas relações recíprocas; mas a uma natureza não corporal, e sobretudo a uma natureza intelectual, só convém o entender e ser entendido, conforme essa palavra do Salvador: “Ninguém conhece o Filho a não ser o Pai, nem o Pai a não ser o Filho, e aquele a quem o Filho quiser revelar” (Mt 11,27). Ele, muito claramente, não disse: “Ninguém vê a não ser o Filho”, mas: “Ninguém conhece a não ser o Filho”.

4. Mas, se por causa do que diz o Antigo Testamento, acerca de Deus que se encoleriza, ou se arrepende, ou experimenta outra paixão humana, os hereges pensam ter com que nos refutar, pois afirmam que devemos pensar em Deus como perfeitamente impassível e isento de todo sentimento desse tipo, é preciso mostrar-lhes que, mesmo nas parábolas evangélicas, se encontram expressões semelhantes, como o exemplo daquele que plantou uma vinha e a alugou a colonos, os quais mataram os servos que ele enviou, e acabaram assassinando até o filho que ele tinha enviado, e dele se diz que entrou em cólera, lhes retirou a vinha, mandou assassinar esses maus agricultores, e confiou a vinha a outros colonos, dispostos a lhe entregar os frutos no devido momento (Mt 21,33-41). Podemos citar também esses cidadãos que, depois que o pai de família partiu para receber seu reino, enviaram emissários atrás dele dizendo: não queremos que reine sobre nós; e quando ele voltou depois de ter recebido o reino, o pai de família irritado mandou-os matar na sua presença e destruiu sua cidade pelo fogo (Lc 19,11-27). Mas nós, quando lemos, quer no Antigo quer no Novo Testamento, que se fala da cólera de Deus, não tomamos à letra o que se diz, mas procuramos ali uma compreensão espiritual, para pensar a respeito de Deus o que se deve entender de forma digna. Quando comentamos o versículo do Salmo 2: “Então lhes falará em sua ira, e os aterrorizará com o seu furor” (Sl 2,5), mostramos conforme pudemos como isso devia ser entendido.

5. O justo e o bom

1. Mas, uma vez que alguns se perturbaram porque os líderes dessa heresia parecem ter

separado o justo do bom, declarando que o justo é uma coisa e que o bom é outra, e também aplicaram essa distinção à divindade, afirmando que o Deus Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo é bom e que o Deus da Lei e dos profetas é justo mas não é bom, creio que é preciso responder a essa questão o mais brevemente que puder.

Pensam, com efeito, que a bondade é um sentimento tal que deseja o bem para todos, mesmo se o beneficiado é indigno dele e não merece obter o bem; parece-me, porém, que eles não usaram corretamente tal definição pensando que aquele a quem acontece algo de doloroso e triste não recebe o bem. Consideram a justiça como um sentimento que retribui a cada um conforme o seu mérito. Mas também aqui não interpretam corretamente o sentido da sua definição. Com efeito, pensam que é justo fazer o mal aos maus e o bem aos bons, isto é, segundo a definição deles, o justo parece que não desejaria o bem para os maus, mas está animado de certo rancor contra eles; e recolhem dessa forma tudo o que podem encontrar nas narrativas do Antigo Testamento, por exemplo, o castigo do dilúvio e dos que nele desapareceram, a devastação de Sodoma e Gomorra por uma chuva de fogo e enxofre, a morte no deserto por causa dos pecados de todos os que deixaram o Egito, de tal modo que nenhum pôde entrar na terra das promessas a não ser Josué e Caleb. Juntam as palavras de misericórdia e de piedade do Novo Testamento, em que o Salvador ensina os seus discípulos, e que parecem declarar que “Ninguém é bom a não ser um só, Deus Pai” (Mc 10,18), e desse modo se atrevem a chamar bom o Deus e Pai do Salvador Jesus Cristo, ao mesmo tempo que afirmam que o Deus do mundo é outro e o chamam de justo, mas não lhes agradou chamá-lo bom.

2. Sobre isso julgo que primeiro se deve examinar se eles podem, de acordo com a sua definição, mostrar que o Criador é justo quando castiga, pelo que merecem tanto os que morreram na época do dilúvio, como os sodomitas, como aqueles que saíram do Egito, quando vemos por vezes que são cometidos crimes muito mais revoltantes do que aqueles dessas pessoas que foram suprimidas, sem que se veja que tais pecados tenham recebido a pena que merecem. Dirão então que se tornou bom aquele que antes era justo? Ou pensarão talvez que ele ainda é justo, mas suporta pacientemente as faltas dos homens, porém não era justo quando aniquilava os menores inocentes e as crianças de peito junto com os gigantes cruéis e ímpios? Mas eles pensam assim porque não querem entender nada além da letra; aliás, que mostrem como é que, segundo a letra, é justo imputar os pecados dos pais aos filhos, e depois deles aos filhos dos filhos até a terceira e quarta geração. Nós não compreendemos essas palavras à letra, mas, como Ezequiel nos ensinou que se trata de uma parábola, procuramos o significado intrínseco dessa parábola.

Eles devem mostrar como esse Deus é justo, retribuindo a cada um segundo os seus méritos – ele que castiga os terrestres e o diabo – se eles nada tivessem cometido digno de castigo; de fato, segundo esses hereges, eles não poderiam ter feito nada de bom, porque tinham natureza má e predisposta à perdição. Pois, quando dizem que ele é juiz, parece que não é tanto juiz das ações, mas das naturezas, porque uma natureza má não faz o bem, nem uma boa faz o mal. Além disso, se aquele que dizem que é bom é bom para todos, com certeza também o é para os que estão destinados à perdição: então

como é que não os salva? Se não o quer, não será bom, se o quer e não pode, não será todo-poderoso. Ouçam antes nos Evangelhos o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo preparando o fogo para o diabo e os seus anjos. Como é que uma ação punitiva e triste, segundo o sentido que eles lhe dão, poderia parecer obra do bom Deus? Mas é o próprio Salvador, Filho do Deus bom, que declara nos Evangelhos: “Se estes sinais e estes prodígios tivessem sido cumpridos em Tiro e Sidon, há muito tempo eles teriam feito penitência no cilício e na cinza” (Mt 11,21). E quando ele se aproximou dessas cidades e penetrou no território delas, porque, pergunto, se recusou a entrar nas cidades, e de lhes manifestar, em abundância, sinais e prodígios, se estava seguro de que diante disso elas teriam feito penitência no cilício e na cinza? E, porque certamente não o fez, abandonou essas cidades à perdição, a elas que não eram de natureza má e perdida, conforme a palavra do próprio Evangelho, já que diz que elas poderiam se arrepender. E também se encontra numa parábola evangélica: “O rei, entrando na sala para ver os comensais que tinham sido convidados, viu alguém que não estava com as roupas nupciais, e disse-lhe: amigo, como é que entraste sem a roupa de núpcias? Disse, então, aos criados: atem-lhe as mãos e os pés e joguem-no lá fora na escuridão, onde haverá choros e ranger de dentes” (Mt 22,11-13). Eles que nos digam quem é esse rei que entra para ver os convivas e que, encontrando entre eles alguém com roupas desprezíveis, ordenou aos criados que o atassem e atirassem para as trevas exteriores: será aquele a quem chamam Deus justo? Como é que ele mandou convidar os bons e os maus sem ter dito antes aos seus enviados que procurassem saber quais os méritos deles? É por aí que não são só os sentimentos do justo que são avaliados, ou, como eles dizem, de qualquer um que retribua de acordo com os méritos, mas também a benignidade para com todos, sem distinções. Se essa passagem se deve entender do Deus bom, isto é, de Cristo ou do Pai de Cristo, que outra coisa se faz senão criticar o Deus justo? Mais ainda: acusam eles o Deus da Lei de outra coisa a não ser o que faz aquele que, depois de ter convidado o homem por meio dos seus criados, que tinha enviado a chamar os bons e os maus, ordena, por causa do vestuário sujo, que lhe atem as mãos e os pés e o atirem nas trevas exteriores?

3. Esses testemunhos, cobertos pela autoridade das Escrituras, devem ser suficientes para refutar o que os hereges costumam objetar. Mas não parece despropositado discutir um pouco com eles tirando conclusões por raciocínio. Perguntemos-lhes, pois, se sabem qual é entre os homens a natureza da virtude e da maldade e se lhes parece correto falar de virtudes em Deus ou, como pensam, nos dois deuses. Digam também se a bondade lhes parece uma virtude (creio que não terão dúvidas em reconhecê-lo) e também o que dizem da justiça. Creio que nunca irão disparatar ao ponto de negar que a justiça é uma virtude. Portanto, se a virtude é um bem, e a justiça uma virtude, sem dúvida a justiça é a bondade. Se disserem que a justiça não é um bem, então terá de ser um mal, ou indiferente. Se dizem que a justiça é um mal, penso que seria tolice responder-lhes: iria parecer que estava a responder a discursos insensatos, ou a homens com a mente perturbada. Como é que se pode pensar que retribuir o bem com o bem seja um mal, se até eles o reconhecem? Se dizem que é indiferente, segue-se que, sendo a justiça

indiferente, também a temperança, a prudência e todas as outras virtudes deverão ser tidas como indiferentes. E quando Paulo nos diz: “Se há uma virtude, se há alguma coisa digna de louvor, prestai atenção ao que aprendestes, recebestes e ouvistes de mim ou vistes em mim” (Fl 4,8), o que podemos lhe responder?

Digam então, examinando as divinas Escrituras, o que é cada virtude, e que não procurem esquivar-se dizendo que o Deus que retribui a cada um segundo seus méritos lhes dá mal pelo mal com raiva dos maus; e que não é porque os pecadores precisam ser tratados com remédios mais rigorosos, e que por isso ele lhes aplica o que, com vistas na sua correção, parece que agora os faz sofrer. Eles não leem o que está escrito sobre a esperança daqueles que morreram no dilúvio, esperança da qual Pedro assim diz na sua primeira carta: “Cristo morreu segundo a carne, mas foi vivificado segundo o espírito. Neste espírito, ele foi pregar aos espíritos que eram mantidos na prisão, aqueles que antes eram incrédulos, quando Deus esperava com paciência enquanto Noé construía a arca; na arca um pequeno número, isto é, oito pessoas, foram salvas pela água; também a vós, de modo semelhante, ele salva pelo batismo” (1Pd 3,18-21). A propósito de Sodoma e Gomorra, que eles nos digam se acreditam que as palavras proféticas vêm de Deus, de quem se conta que fez cair sobre eles uma chuva de fogo e de enxofre. Que é que o profeta Ezequiel diz dessas cidades? “Sodoma será restaurada no seu antigo estado” (Ez 16,55). Castigando os que mereciam o castigo não o fez ele para seu bem? Ele disse à Caldeia: “Tu tens carvões de fogo, senta-te sobre eles, que vão te servir de auxílio” (Is 47,14). A propósito dos que caíram no deserto, que os hereges escutem o que é relatado no Salmo 77, que no título é atribuído a Asaf: “Quando ele os matava então eles o procuravam” (Sl 78,34). Ele não disse que uns eram mortos e outros procuravam, mas que aqueles que eram mortos de tal modo eram sua ruína que, atingidos pela morte, procuravam Deus. Tudo isso mostra que o Deus justo e bom, o Deus da Lei e dos Evangelhos, é um só e mesmo Deus, que faz o bem com justiça e castiga com bondade, porque nem o bem sem o justo, nem o justo sem o bem, podem indicar a dignidade da natureza divina. Obrigados pelos artifícios deles, acrescentemos ainda o que se segue. Se o justo não é o bem, uma vez que o mal é contrário ao bem e o injusto ao justo, sem dúvida o injusto é diferente do mau; e, se para vós, o justo não é o bom, também o injusto não será o mau; e ainda: se o bom não é o justo, assim o mau não será o injusto. Como então não vai parecer absurdo que o mau seja o contrário do Deus bom, mas que ninguém seja o contrário do Deus justo, que eles apresentam inferior ao bom? A Satã, que é chamado o maligno, não corresponde quem possa ser chamado de injusto. Que situação é essa? Voltemos ao ponto de partida. Eles não poderão dizer que o mau não é também injusto, e que o injusto é mau. Mas, se nesses contrários, há uma ligação indissolúvel entre a injustiça e o mal, e entre o mal e a injustiça, sem dúvida o bom será indissociável do justo, e o justo do bom; da mesma forma que dizemos que a maldade e a injustiça são uma só e a mesma coisa ruim, assim também sustentamos que a bondade e a justiça são uma só e a mesma virtude.

4. Mas eles nos reconduzem outra vez às palavras da Escritura ao colocar a sua famosa questão; dizem eles que está escrito: “uma árvore boa não pode produzir maus frutos,

nem uma árvore má, maus frutos: pelo seu fruto se reconhece a árvore” (Mt 7,18; 12,33). Perguntam: de que se trata? Manifesta-se a natureza da árvore da lei pelos seus frutos, isto é, pelas suas palavras e mandamentos. Se achamos que a lei é boa, podemos com certeza acreditar que aquele que a deu é também o Deus bom; mas se ela é mais justa do que boa, pensaremos que seu Deus é um legislador justo. O apóstolo Paulo disse sem rodeios: “Portanto, a lei é boa e o santo mandamento é justo e bom” (Rm 7,12). Fica claro que Paulo não estudou pelos escritos daqueles que separam o justo do bom, mas tinha sido ensinado por esse Deus, e iluminado pelo seu Espírito, que é ao mesmo tempo santo, bom e justo; falando por esse Espírito, dizia que o mandamento da lei é santo, justo e bom. Para mostrar com mais evidência que no mandamento há ainda mais bondade do que santidade e justiça, repete a palavra falando somente da bondade no lugar das três: “Então o que é bom para mim é a morte? De modo nenhum!” (Rm 7,13). Porque ele sabia que a bondade é o gênero das virtudes, a justiça e a santidade são as espécies desse gênero e, por isso, quando acima ele tinha falado do gênero e das espécies, ao retomar esse assunto volta só para o gênero. Mas, no que se segue, diz: “Pelo bem o pecado produziu em mim a morte” (Rm 7,13). Conclui assim pelo gênero o que antes tinha exposto pelas espécies. É preciso compreender da mesma maneira as palavras: “O homem bom pronuncia o bem que sai do bom tesouro do seu coração; e o homem mau, do seu mau tesouro profere o mal” (Lc 6,45). Também aqui o autor tomou o gênero bom ou mal mostrando sem nenhuma dúvida que no homem bom há justiça, temperança, prudência, piedade e tudo o que pode ser dito ou entendido como bom. De modo semelhante, ele falou do homem mau, que seria certamente injusto, impuro, ímpio e tudo o que compõe o homem mau nos seus diversos elementos. Assim como sem tais ruindades não se pode imaginar um homem mau, nem poderia ser mau, também sem aquelas virtudes certamente ninguém pode ser tido por bom.

Ainda lhes resta o que o Senhor disse no Evangelho e que para eles é como um escudo favorável e o têm como se fosse deles: “Ninguém é bom a não ser Deus Pai” (Mc 10,18). Dizem que aí está o termo próprio do Pai de Cristo, diferente do Deus criador do universo, que nunca foi chamado de bom. Vejamos então se no Antigo Testamento o Deus dos profetas, o criador do mundo, o legislador, não é chamado de bom. O que dizem os salmos? “Como é bom o Deus de Israel para os corações retos!” (Sl 72,1). E também: “Diga agora Israel que ele é bom, que a sua misericórdia dura pelos séculos” (Sl 117,2). Nas Lamentações de Jeremias está escrito: “Bom é o Senhor para quem nele confia, para a alma que o procura” (Lm 3,25). Assim como no Antigo Testamento é muitas vezes chamado bom, nos Evangelhos o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo é também chamado justo. Com efeito, no Evangelho de João, Nosso Senhor reza ao Pai nestes termos: “Pai justo, o mundo não te conheceu” (Jo 17,25). E se disserem que ele chamava Pai ao criador do mundo por causa da sua encarnação, e que era a ele que chamava justo, essa afirmação fica excluída pelo que se segue: “O próprio mundo não te conheceu”. Segundo eles, o mundo só ignora o Deus bom, pois reconhece com toda verdade o seu criador, segundo estas palavras do mesmo Senhor, quando diz: “O mundo ama o que é seu” (Jo 15,19). Portanto, é evidente que aquele que eles creem ser

o Deus bom nos Evangelhos é chamado justo. Havendo tempo, poderiam reunir-se muitos testemunhos mostrando que no Novo Testamento o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo é chamado justo, e que, no Antigo Testamento, o criador do céu e da terra é chamado bom, para que de uma vez por todas os hereges se envergonhem do que dizem.

6. Como o Salvador revestiu a natureza humana

1. Depois disso, é tempo de voltar à encarnação de Nosso Senhor e Salvador para ver como ele se fez homem, e como viveu entre os homens. Com a grande fraqueza da nossa capacidade, consideramos a natureza divina, mais pelo exame das suas obras do que pela nossa inteligência; perscrutamos assim mesmo as suas criaturas visíveis, e contemplamos pela fé as invisíveis, pois que a fragilidade humana não pode ver tudo com os olhos, ou tudo abranger pela razão; de fato, nós homens somos, entre todos os seres racionais, o ser animado mais fraco e frágil; superiores são os que se encontram no céu ou acima do céu. Resta-nos procurar o intermediário ou mediador entre todas as criaturas e Deus, aquele que o apóstolo Paulo chama o primogênito de todas as criaturas (Cl 1,15). Vemos, de fato, que as santas Escrituras nos falam da sua majestade, que ele é chamado “imagem de Deus invisível e primogênito de todas as criaturas, que nele todas as coisas foram criadas, as visíveis e as invisíveis, os Tronos, as Dominações, os Principados, as Potências; tudo foi criado nele e por ele; ele é antes de todas as coisas e tudo subsiste nele” (Cl 1,15-17), que é a cabeça de todas, sendo o único cuja cabeça é Deus Pai, conforme o que está escrito: “A cabeça de Cristo é Deus” (1Cor 11,3). Vemos, além disso, que está escrito: “Ninguém conhece o Pai a não ser o Filho, e ninguém conhece o Filho a não ser o Pai” (Mt 11,27). Quem pode realmente conhecer o que é a Sabedoria senão aquele que a gerou? Quem pode claramente saber o que é a Verdade a não ser o Pai da Verdade? Quem pode perscrutar toda a natureza da sua Palavra, natureza que vem de Deus, e a natureza do próprio Deus, a não ser o próprio Deus, junto do qual estava a Palavra? Devemos aceitar com certeza que essa Palavra, que se deve chamar Razão, que essa Sabedoria, essa Verdade, mais ninguém a conhece a não ser o Pai. Dela está escrito: “Penso que no mundo não cabem os livros que seriam escritos” (Jo 21,25), sobre a glória e a majestade do Filho de Deus. Porque é impossível colocar por escrito o que diz respeito à glória do Salvador.

Depois de tantas e tão importantes considerações acerca da natureza do Filho de Deus, ficamos estupefatos e com grande admiração vendo que essa natureza que ultrapassa todas as outras, deixando a condição da sua majestade, se fez homem e viveu entre os homens, como atesta a graça infundida em seus lábios, como dele dá testemunho o Pai celeste e como o confirmaram os próprios sinais e vários prodígios operados pelos poderes dos seus atos. Antes de se fazer presente manifestando-se pelo corpo, enviou os profetas como precursores anunciando a sua vinda; depois da sua ascensão aos céus, mandou circular por toda a terra os santos apóstolos cheios do poder da sua divindade, homens inexperientes e ignorantes vindos do meio dos publicanos e dos pescadores, para reunir de todas as nações e de todos os povos uma multidão de

homens piedosos que acreditam nele.

2. Mas, depois de todas essas maravilhas e grandezas, a capacidade de admiração da inteligência humana fica completamente ultrapassada, e a fragilidade do entendimento mortal não vê como poderia pensar e compreender que esse poder tão grande da majestade divina, essa Palavra do próprio Pai, essa Sabedoria de Deus, na qual foram criadas todas as coisas visíveis e invisíveis, tenha podido, como devemos crer, se circunscrever àquele homem que surgiu na Judeia, e que a Sabedoria divina tenha entrado no ventre de uma mulher, tenha nascido tão pequeno, e emitido vagidos como qualquer recém-nascido ao chorar; que depois tenha sido tão perturbado pela morte, como se relata e ele mesmo reconhece: “Minha alma está triste até a morte” (Mt 26,38), e que finalmente tenha sido levado à morte considerada a mais indigna, mesmo que tenha ressuscitado três dias depois. Vemos nele ora certos traços humanos que parecem não se distinguir em nada da comum fragilidade dos mortais, ora traços tão divinos que não são adequados a mais ninguém a não ser à primeira e inefável natureza da divindade: assim o entendimento humano, por causa da sua limitação, fica em suspenso e abalado por tal estupefação que não sabe para onde se dirigir, o que sustentar, nem para onde se voltar. Pensa em Deus, e vê o mortal. Se julga que é o homem, vê que ele venceu o reino da morte e que volta de entre os mortos com seus troféus. É por isso que se deve contemplar com temor e reverência como se mostra num só e mesmo ser a verdade de cada natureza, a fim de não pensar nada de menos digno e apropriado sobre esse ser substancial divino e inefável, nem julgar, ao contrário, que suas ações sejam a ilusão de falsas imaginações. Expor essas coisas a ouvidos humanos e explicá-las por palavras excede em muito as possibilidades dos nossos méritos, do nosso talento e discurso. Julgo até que ultrapassa as medidas dos santos apóstolos; a explicação desse mistério passa talvez além dos maiores poderes de todas as criaturas celestes.

Vamos agora expor essa questão em poucas palavras, mais o que a nossa fé contém do que o que poderia ser afirmado pela razão humana; apresentaremos o assunto como suposições nossas e não como afirmações estabelecidas, e o fazemos não por excesso de audácia, mas porque a continuação do desenvolvimento o pede.

3. O Filho Unigênito de Deus, por quem, como nos ensinou a discussão anterior, tudo de fato foi feito, o visível e o invisível, tudo fez e tudo ama, como atesta a Escritura. Porque, enquanto do Deus invisível ele mesmo é a imagem invisível, a todas as criaturas racionais concedeu que, de modo invisível, participassem nele, tanto quanto cada criatura aderisse a ele pelo sentimento do amor. Mas como a faculdade do livre-arbítrio colocou variedade e diversidade entre as almas, umas têm um amor mais ardente pelo seu autor, e outras um amor mais fraco e exíguo; essa alma, da qual Jesus diz: “Ninguém me tira a minha alma” (Jo 10,18), aderindo a ele desde o início da sua criação e depois, de um modo inseparável e indissociável, como à Sabedoria e à Palavra de Deus, à Verdade e à verdadeira Luz, e toda ela recebendo-o todo, ela que entra na sua luz e no seu esplendor, fez-se com ele de modo eminente um só espírito, tal como o Apóstolo prometeu àqueles que a deviam imitar: “Aquele que se junta ao Senhor é um só espírito com ele” (1Cor

6,17). Dessa substância da alma, servindo de intermediário entre Deus e a carne, pois não era possível que a natureza de Deus se mesclasse com a carne sem mediador, nasce, como dissemos, o Deus-homem (*theánthrōpos*)¹⁶ – sendo essa substância uma intermediária, pois para ela não era contra a natureza assumir um corpo. E também não era contra a natureza que essa alma, substância racional, pudesse contemplar Deus, porque, como já vimos, ela já se tinha mudado nele, como na Palavra, na Sabedoria e na Verdade. É por isso que, de pleno direito, porque ela estava toda no Filho de Deus, e, inversamente, nela cabia totalmente o Filho de Deus, ela é chamada, com a carne que assumiu, Filho de Deus, e poder de Deus, Cristo e Sabedoria de Deus; por sua vez, o Filho de Deus, por quem tudo foi criado, é chamado Jesus Cristo e Filho do Homem. Pois dizemos que o Filho de Deus morreu, isto é, por sua natureza, que de fato podia sofrer a morte; e é chamado Filho do Homem, aquele que se anuncia que deverá vir na glória de Deus Pai com os santos anjos. Por essa razão, em toda a Escritura, a divina natureza é designada com termos humanos, e a natureza humana é adornada com os títulos reservados a Deus. Mais do que em outros casos, nesse se pode dizer o que está escrito: “Serão dois numa só carne” e “daqui em diante já não serão dois, mas uma só carne” (Gn 2,24; Mt 19,5-6). Porque a Palavra de Deus está muito mais com a sua alma numa só carne do que o que se pode pensar do marido com sua mulher. Mas a quem é mais adequado ser um só espírito com Deus do que a essa alma que se juntou tão bem a Deus pelo amor que de pleno direito dela se pode dizer que faz com ele um só espírito?

4. A perfeição do amor e a sinceridade de uma afeição pura fizeram a união inseparável dessa alma com Deus, de tal modo que não foi por acaso nem resultado de um favor pessoal que essa alma foi assumida, mas vem do mérito das suas virtudes; escuta o que sobre isso diz o profeta: “Amaste a justiça e odiaste a iniquidade, por isso Deus, o teu Deus, te ungiu com o óleo da alegria de preferência aos vossos companheiros” (Sl 44,8). Por causa do mérito do seu amor, ela é ungida com o óleo da alegria, isto é, a alma, com a Palavra de Deus, torna-se Cristo. De fato, ser ungido pelo óleo da alegria não quer dizer outra coisa senão ser cheio do Espírito Santo. O que diz a respeito dos “companheiros” indica que a graça do Espírito não lhe foi dada como aos profetas, mas que nela a Palavra de Deus estava plenamente de modo substancial, segundo o Apóstolo: “Em quem habita corporalmente a plenitude da divindade” (Cl 2,9). Enfim, não se diz somente: “Tu amaste a justiça”, mas “e odiaste a iniquidade”; odiar a iniquidade remete ao que a Escritura disse de Cristo: “Não cometeu pecado e não se encontrou malícia na sua boca” (Is 53,9); e ainda: “foi tentado em todas as coisas, de modo semelhante a nós, mas sem pecado” (Hb 4,15). Mas o próprio Senhor disse: “quem de vós me acusa de pecado?” (Jo 8,46), e também diz de si mesmo: “Vem aí o príncipe deste mundo e não encontra nada em mim” (Jo 14,30). Tudo isso indica que nele não havia nenhuma ideia de pecado. O profeta exprime ainda com mais clareza que nenhum pensamento de iniquidade entrou nele, quando diz: “antes que a criança pudesse chamar o seu pai ou a sua mãe se desviou da iniquidade” (Is 8,4).

5. Se isso parece difícil a alguém, porque mostramos antes que há em Cristo uma alma

racional, e que repetimos muitas vezes em nossas argumentações que a natureza das almas é perfeitamente capaz de receber o bem e o mal, resolveremos essa dificuldade da maneira seguinte. Não se pode duvidar que a natureza dessa alma fosse a de todas as almas, pois não lhe poderíamos chamar alma se não fosse verdadeiramente uma alma. Como, porém, está ao alcance de todos escolher entre o bem e o mal, essa alma, a de Cristo, tão bem escolheu amar a justiça que, em consequência da imensidão do seu amor, aderiu a ela de maneira inconvertível e inseparável, de tal modo que a firmeza dos seus propósitos, a grandeza do seu afeto, e o calor inextinguível do seu amor afastaram qualquer desejo de mudança e de reversão, e assim o que se encontrava na vontade se transformou em natureza em decorrência de longo hábito; tal foi o caso, devemos acreditar, da alma humana e racional de Cristo, que não teve nenhum pensamento nem nenhuma possibilidade de pecado.

6. Para explicá-lo mais completamente, não será fora de propósito usar também uma comparação, se bem que num assunto tão árduo e difícil não seja fácil servir-se de exemplos satisfatórios. Portanto, e sem prejudicar o que queremos dizer: o ferro é um metal capaz de receber o frio e o calor; se, portanto, uma massa de ferro ficar continuamente no fogo, recebendo-o em todos os seus poros e veios e ficando toda em fogo, se o fogo não se afastar nem ela se separar do fogo, não diríamos que essa massa, que por natureza é ferro, posta no fogo e continuamente ardente, nunca poderia receber o frio? Mais ainda, e mais verdadeiro, dizemos que toda ela se tornou fogo, e muitas vezes constatamos com nossos olhos que assim é nos fornos, porque nela não se vê nada mais senão fogo, e se alguém tentar tocá-la, não sentirá a força do ferro, mas a do calor. De modo semelhante, essa alma que, como o ferro no fogo, se encontra sempre na Palavra, sempre na Sabedoria, sempre em Deus, tudo o que ela faz, tudo o que ela pensa, tudo o que ela compreende é Deus. E é por isso que não se pode dizer que ela é conversível, nem mutável, porque, sempre inflamada, ela possui irrefragavelmente a inconvertibilidade pela sua união com a Palavra de Deus.

Podemos pensar que a todos os santos chega certo calor da Palavra de Deus, mas nessa alma é preciso acreditar que o próprio fogo divino repousa de modo substancial, fogo do qual aos outros chega um pouco de calor. Enfim, a frase: “Deus, teu Deus, te ungiu com o óleo da alegria mais do que aos teus companheiros” (Sl 44,8) mostra que essa alma foi ungida com o óleo da alegria, isto é, a Palavra de Deus, e da Sabedoria, de maneira diferente dos outros participantes, os santos profetas e apóstolos. Destes se diz que correram no odor dos seus perfumes, mas essa alma era o vaso que continha o próprio perfume: todos os profetas e os apóstolos se tornariam dignos de participar na sua fragrância. Mas como o odor do perfume não é a mesma coisa que a sua substância, assim o Cristo é diferente dos que nele participam. O vaso que contém a substância do perfume não pode de maneira nenhuma receber um cheiro ruim; mas os que participam do seu odor ficam suscetíveis a ser atingidos pelos maus cheiros quando dele se afastam demais; de modo semelhante, não pode Cristo receber um odor contrário, ele que era como que o próprio vaso que continha a substância do odor; mas os que dele participavam e que estavam próximos ao vaso não só participam do odor como podem

recebê-lo.

7. Creio que o profeta Jeremias entendia qual era a natureza da Sabedoria divina em Cristo, e qual a natureza que ele assumira para salvação do mundo, quando disse: “O Espírito do nosso rosto, Cristo Senhor, dele dizemos que à sua sombra vivemos entre as nações” (Lm 4,20). Pois, como a sombra do nosso corpo é inseparável do corpo e recebe e reproduz sem desvio os movimentos e os gestos do corpo, penso que também, para designar assim as ações e movimentos dessa alma que aderiu a Cristo sem separação possível e fazia tudo segundo seu impulso e sua vontade, lhe chamou sombra do Cristo Senhor, sombra sob a qual vivemos entre as nações. Porque no mistério que ele assumiu vivem os povos, quando, imitando essa alma pela fé, chegam à salvação. Davi, ao dizer: “lembra-te da minha humilhação, Senhor, da humilhação que me fizeram passar no lugar do teu Cristo” (Sl 88,51), me parece que quer dizer a mesma coisa. Pensa Paulo de modo diferente quando diz: “Nossa vida está escondida com Cristo em Deus” (Cl 3,3)? E, noutro lugar: “Procurais uma prova daquele que fala em mim, Cristo?” (2Cor 13,3). Mas agora diz que Cristo está escondido em Deus. O sentido de tudo isso indica apenas o que é significado pelo profeta com a sombra de Cristo, como dissemos acima, mas também pode ser que ultrapasse a compreensão da mente humana. Mas, nas Escrituras divinas, encontram-se muitos outros textos com alusões à sombra, como o que diz Gabriel a Maria no Evangelho segundo Lucas: “O Espírito do Senhor virá a ti e o Poder do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra” (Lc 1,35). Ao falar da Lei, o Apóstolo diz que os que têm a circuncisão na carne “prestam culto segundo a semelhança e a sombra das realidades celestes” (Hb 8,5). E noutro lugar se diz: “A nossa vida na terra não é uma sombra?” (Jó 8,9). Se, portanto, a lei dada na terra é sombra, e se toda a nossa vida sobre a terra é sombra, e se vivemos entre as nações na sombra de Cristo, é preciso ver se a verdade de todas essas sombras não será conhecida na grande revelação, quando todos os santos merecerão contemplar a glória de Deus, as causas e a verdade das coisas, já não “através de um espelho e em enigma, mas face a face” (1Cor 13,2). Tendo recebido pelo Espírito Santo uma garantia dessa verdade, o Apóstolo dizia: “mesmo se alguma vez conhecemos Cristo segundo a carne, agora já não o conhecemos” (2Cor 5,16). Isso foi o que nos ocorreu ao tratar de questões tão difíceis como a Encarnação e a divindade de Cristo. Mas, se alguém puder encontrar algo melhor e confirmar o que ele diz com afirmações mais explícitas das santas Escrituras, que lhe prestem mais atenção do que ao que eu disse.

7. O Espírito Santo

1. Depois do que expusemos no início deste livro acerca do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme o assunto pedia, pareceu-nos conveniente voltar a esses pontos e mostrar que o mesmo Deus é o criador e artífice do mundo e o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo; quer dizer que o Deus da Lei e dos profetas, e o dos Evangelhos são um só e mesmo Deus. Depois, a propósito de Cristo, foi preciso demonstrar que aquele que

antes fora apontado como a Palavra e a Sabedoria de Deus tinha sido feito homem; resta-nos voltar, tão brevemente quanto possível, ao Espírito Santo.

Chegou, portanto, a oportunidade de discutir um pouco, conforme pudermos, sobre o Espírito Santo que Nosso Senhor e Salvador no Evangelho segundo São João chamou o Paráclito. Assim como há um só e mesmo Deus e um só e mesmo Cristo, assim há um só e mesmo Espírito Santo, que estava tanto nos profetas como nos apóstolos, entre os que acreditaram em Deus antes da vinda de Cristo, e aqueles que por Cristo se refugiaram em Deus. Se, como entendemos, os hereges ousaram falar de dois Deuses e de dois Cristos, nunca ouvimos dizer que alguém tenha anunciado dois Espíritos Santos.

Como poderiam afirmar isso a partir das Escrituras, ou que distinção poderiam fazer entre um Espírito Santo e outro Espírito Santo? Isso supondo que se possa encontrar uma definição ou descrição do Espírito Santo. Pois mesmo que se conceda a Marcião e a Valentim que se possam introduzir distinções na divindade e descrever de modo diferente a natureza do bom e a do justo, como é que se podem cogitar e inventar distinções para introduzir no Espírito Santo? Creio que não podem encontrar nada que indique nenhuma diferença.

2. Pelo nosso lado, pensamos que toda criatura racional pode participar nele como na Sabedoria de Deus e na Palavra de Deus, sem que se possam fazer distinções. Vejo também que o principal advento do Espírito Santo entre os homens se produziu, segundo a Escritura, depois da Ascensão de Cristo ao céu, mais do que antes da sua vinda. De fato, antes o dom do Espírito Santo só era concedido aos profetas e a alguns poucos dentre o povo que ocasionalmente o merecessem. Depois da vinda do Salvador, cumpriu-se a Escritura no que tinha sido dito pelo profeta Joel: “Nos últimos dias, acontecerá que difundirei o meu Espírito sobre toda a carne e que eles profetizarão” (Jl 3,1), e no mesmo sentido está escrito: “Todas as nações te servirão” (At 2,17; Sl 71,11). Portanto, pela graça do Espírito Santo, eis o fato que, junto com outros muitos, admiravelmente se manifestou: o que está escrito nos profetas e na Lei de Moisés, que apenas um pequeno número, os próprios profetas e porventura algum dentre o povo, então entendia, ultrapassando o sentido corporal, ou seja, compreendia a Lei e os profetas num sentido superior e espiritual; mas agora há incontáveis multidões de crentes, que, sem poder – ao menos não todos – explicar de maneira ordenada e clara a coerência da compreensão espiritual, estão todos, porém, persuadidos de que a circuncisão, o descanso do sábado e o derramamento do sangue dos animais não se devem compreender no sentido corporal, nem as respostas que sobre essas coisas Deus deu a Moisés. Não há dúvidas de que é o poder do Espírito Santo que inspira a todos.

3. Há numerosas maneiras de entender Cristo, pois se bem que ele seja, certamente, a Sabedoria, não age nem realiza os poderes da Sabedoria em todos, mas somente naqueles que, nele, se dedicam à Sabedoria; pois também o médico, quando é chamado, não se comporta com todos como médico, mas somente para com aqueles que, tendo compreendido que estão doentes, apelam para a sua benevolência para recuperar a saúde. Penso o mesmo do Espírito Santo no qual se encontra toda a natureza dos dons.

Com efeito, a uns é concedida pelo Espírito Santo a palavra da sapiência, a outros, a palavra do conhecimento, a outros, a fé, e assim, em cada um daqueles que podem recebê-lo o próprio Espírito, toma a forma e se faz compreender do modo que precisa aquele que mereceu ter participação nele. Mas, sem assinalar essas distinções e diferenças, alguns, ouvindo que no Evangelho foi chamado Paráclito, não refletindo na atividade e no papel que o fazem ser chamado Paráclito, o comparam a não sei que vis espíritos e tentaram desse modo perturbar as Igrejas de Cristo, a ponto de gerar divisões notáveis entre os irmãos. Mas o Evangelho o apresenta com tão grande poder e majestade que mostra que os apóstolos ainda não teriam podido entender o que o Salvador queria lhes ensinar, a não ser quando o Espírito Santo veio. Foi ele que, difundindo-se nas suas almas, os iluminou sobre a sua natureza e a fé na Trindade. Mas a incapacidade da inteligência desses hereges impede-os não só de expor com coerência o que é exato, mas, ainda, de prestar ouvidos ao que nós dizemos; pensam da divindade do Espírito Santo coisas inferiores à sua dignidade, e entregam-se ao erro e ao engano, mais corrompidos por espíritos errados do que instruídos pelos ensinamentos do Espírito Santo, conforme disse o Apóstolo: “Seguindo a doutrina dos espíritos demoníacos que proíbem o casamento”, para a perdição e ruína de muitos “e obrigam inoportunamente a abster-se de alimentos” (1Tm 4,1-3) para seduzir as almas dos inocentes com a aparência de uma observância mais austera.

4. Devemos, portanto, deixar estabelecido que o Espírito Santo é o Paráclito e que ele ensina verdades mais grandiosas do que podemos explicar, verdades que são, por assim dizer, inefáveis e que, ao homem, não é concedido dizer, isto é, que a palavra humana é incapaz de revelar (2Cor 12,4). Essa expressão, “não é concedido dizer”, pensamos que Paulo a emprega em vez de “não é possível”, como quando diz “tudo é permitido mas nem tudo é conveniente, tudo é permitido mas nem tudo constrói” (1Cor 10,23). Aquilo que para nós é possível, porque o podemos ter, diz ele que é permitido. O Paráclito, que se diz do Espírito Santo, vem do termo “consolação” (*parákleesis* diz-se em latim *consolatio*); de fato, quem mereceu participar do Espírito Santo pelo conhecimento dos mistérios inefáveis recebe sem dúvida consolação e alegria no coração. E então, quando tiver conhecido, por revelação do Espírito Santo, as causas de tudo o que é feito, por que e como é feito, a sua alma jamais poderá ser perturbada nem receber nenhum sentimento de tristeza; nada mais o assustará, quando aderir à Palavra de Deus e à Sabedoria, e confessar o Senhor Jesus por inspiração do Espírito Santo.

Mas, já que mencionamos o Paráclito e que expusemos, na medida das nossas forças, como se deve compreender esse termo a seu respeito, digamos que também o nosso Salvador é chamado Paráclito quando a Epístola de João diz: “Se um de nós pecou, temos um Paráclito junto do Pai, Jesus Cristo, o justo, que é ele mesmo a expiação dos nossos pecados” (1Jo 2,1-2). Vejamos se essa designação de Paráclito, quando aplicada ao Salvador, pode significar algo diferente de quando aplicada ao Espírito Santo. Aplicada ao Salvador Paráclito parece querer dizer intercessor, e os dois sentidos, de consolador e de intercessor, existem no grego *paracleto*. Por causa da frase seguinte, “ele é, ele mesmo, a expiação dos nossos pecados”, parece que, quando aplicado ao Salvador

paráclito, deve entender-ser como *intercessor*, porque se diz que ele intercede junto ao Pai por nossos pecados. Aplicado ao Espírito Santo, *paráclito* deve significar *consolador*, porque ele consola as almas às quais abre e revela o sentido do conhecimento espiritual.

8. Sobre a alma

1. A sequência dos assuntos nos pede agora que procuremos saber em geral o que é a alma, a começar pelos seres inferiores para chegar aos superiores. Ninguém hesita em dizer, creio eu, que em todos os seres animados há alma, mesmo naqueles que vivem nas águas. Essa é a opinião geral de todos, e ela apoia-se na santa Escritura, quando ela diz: “Deus fez os grandes cetáceos e todas as almas dos animais que rastejam, produzidos pelas águas conforme os seus gêneros” (Gn 8,21). Isso se confirma pela razão comum pelos que dão uma definição de alma em termos exatos. De fato, a alma é definida como uma substância *phantastikē* e *hormētikē* [princípio das imaginações e das impulsões], o que, em latim, mesmo que não fique tão bem explicado, pode talvez traduzir-se por sensível e móvel [princípio de sensibilidade e de movimento]. Essa definição é perfeitamente adequada a todos os animais, mesmo os que estão nas águas, e a mesma definição também se aplica convenientemente às aves. A Escritura acrescenta a autoridade de uma outra sentença, quando diz: “Não comereis sangue, porque em toda a carne o seu sangue é a sua alma, e não deveis comer a alma com as carnes” (Lv 17,14). É bem claro que aqui se indica que o sangue em todos os animais é a sua alma. Mas se alguém perguntar, já que diz que a alma de toda carne é o seu sangue, o que dizer das abelhas, vespas e formigas, das ostras e mariscos que estão nas águas e de quaisquer outros que não têm sangue, mas muito claramente são animais, responda-se que, tal como nos outros animais há a força e o vigor do sangue vermelho, nesses animais, do mesmo modo, há aquele líquido que neles está, mesmo que seja de outra cor; pouco importa a cor, desde que seja a substância vital. Na opinião geral, não há dúvidas sobre serem animais os jumentos e outros animais de carga. As divinas Escrituras também o deixam claro na sentença dita por Deus: “Que a terra produza a alma viva de acordo com o seu gênero, os quadrúpedes, répteis e bichos da terra segundo os seus gêneros” (Gn 1,24). No que diz respeito ao homem, mesmo que não haja nenhuma dúvida nem quem levante a questão, ainda há a Escritura divina que afirma que “Deus soprou na face dele um sopro de vida e o homem foi feito uma alma viva” (Gn 2,7).

Falta perguntar, a respeito da ordem dos anjos, se eles têm almas, ou se eles são almas, e o mesmo dos outros poderes divinos e celestiais e das potências contrárias. Na divina Escritura, nunca encontramos confirmação sobre se os anjos e os outros espíritos divinos e ministros de Deus têm almas ou se diz que são almas; a maioria, porém, pensa que eles são seres animados. A propósito de Deus, encontramos que assim está escrito: “Sobre aquele que tiver comido sangue eu colocarei a minha alma e o arrancarei do seio do seu povo”, e noutra lugar: “vossas oferendas, os sábados e os dias solenes não me agradam. Minha alma detesta vossos jejuns, feriados e dias festivos” (Is 1,13-14). E no

Salmo 21, diz-se de Cristo – pois é certo e atestado pelo Evangelho que esse salmo é como que pronunciado pela sua pessoa –: “Tu, Senhor, não afastes o teu socorro, vigia em minha defesa. Livra minha alma da espada, e a minha única vida do poder do cão” (Sl 21,20-21). E há ainda muitos outros testemunhos sobre a alma de Cristo encarnado.

2. Mas, considerando o argumento da encarnação, se afasta qualquer dúvida a propósito da alma de Cristo; pois do mesmo modo que teve um verdadeiro corpo, teve uma verdadeira alma. É, porém, difícil de pensar e de expor como é que se deve compreender o fato de que, nas Escrituras, se trata de uma alma de Deus, pois já antes confessamos que sua natureza é simples, sem mistura nem composição; contudo, seja como for que se entenda, às vezes parece que se está falando da alma de Deus – pois da de Cristo nem se duvida. Por isso, não creio que é absurdo dizer ou pensar do mesmo modo sobre os santos Anjos e outros Poderes celestes, desde que a definição de alma que demos acima pareça adequada a eles. Quem poderá negar que eles possuem percepções racionais e movimento? Se, portanto, dissermos que essa definição da alma como uma substância dotada de percepção racional e de movimento é correta, então parece que ela se adapta também aos Anjos. Que há neles, além de percepção racional e movimento? Ora, os seres que têm a mesma definição sem dúvida têm a mesma substância. É verdade que o apóstolo Paulo fala de um homem animal (1Cor 2,14) que, segundo ele, não pode captar o que diz respeito ao espírito de Deus; e diz também que o ensinamento do Espírito Santo a esse homem parece loucura, e que ele não pode compreender o que é objeto de discernimento espiritual. Mas, segundo ele, em outra passagem, um corpo animal é semeado e ressuscita um corpo espiritual (1Cor 15,44), ele mostra também que, na ressurreição, do justo não haverá nada de animal naqueles que merecerão a vida dos bem-aventurados. É por isso que procuramos saber se haveria uma substância que seria imperfeita por ser alma. E ainda perguntaremos quando essas coisas começarem a ser discutidas cada uma por si, se ela é imperfeita porque decaiu da perfeição, ou se Deus a fez assim como é. Com efeito, se o homem animal não se apercebe do que concerne ao Espírito de Deus, e se, porque é animal, não pode receber a compreensão de uma natureza superior, ou seja, da divina, talvez seja por isso que Paulo, querendo nos ensinar mais claramente o que é que nos permite compreender as realidades do Espírito, as realidades espirituais, relaciona e associa com o Espírito Santo mais a mente do que a alma. Creio que é o que demonstra quando diz: “Rezarei em espírito, rezarei também na inteligência; em espírito cantarei salmos, e cantarei salmos pela mente” (1Cor 14,15). Ele não diz: “rezarei na alma”, mas no espírito e na mente; e não diz “cantarei salmos na alma”, mas cantarei salmos em espírito e na mente.

3. Pode-se, porém, perguntar se é a mente que reza e canta salmos com o espírito, e se é ela que percebe a perfeição e a salvação, como pode Pedro dizer: “recebemos como objeto da nossa fé a salvação das nossas almas”? (1Pd 1,9). Se a alma não ora e não canta salmos com o espírito, como é que ela pode esperar a salvação? Ou então, quando chegar a bem-aventurança, não será mais chamada alma? Vejamos, porém, se não podemos responder desta maneira: assim como o Salvador veio salvar o que estava

perdido e que, uma vez salvo, o que antes era tido como perdido já não está perdido, assim também talvez o que é salvo é chamado alma, e quando foi salva foi designada pelo termo que se aplica à sua parte mais perfeita. Mas alguns creem poder acrescentar o seguinte: antes de perecer, quando era outra coisa, não perdida (que nem sei o que era), e que existirá seguramente quando já não estiver perdida, assim também a alma, da qual se diz que se perdeu, pode ser que, antes de se perder, fosse outra coisa, e é por isso que se vai dizer que a alma, quando for libertada da perdição, poderá de novo ser o que era antes de perecer, e era chamada alma. Mas o próprio significado do termo *alma* tal como se diz em grego, a alguns dos que investigam mais detalhadamente, pareceu que teria outro sentido, que tem interesse. Porque a palavra divina diz que Deus é fogo: “O nosso Deus é um fogo devorador” (Dt 4,24; Hb 12,29). E, da substância dos Anjos, afirma: “Aquele que fez, dos seus enviados, espíritos, e dos seus ministros um fogo ardente” (Sl 103,4; Hb 1,7). E em outro lugar: “O Anjo do Senhor apareceu numa chama de fogo no arbusto” (Ex 3,2). Mais ainda: recebemos o mandamento de ser “ardentes no espírito” (Rm 12,11), por onde sem dúvida se mostra que a palavra divina é quente como o fogo. Mas o profeta Jeremias ouviu, daquele que lhe respondia: “Eis que eu pus as minhas palavras na tua boca como fogo” (Jr 1,9); assim como Deus é fogo, que os Anjos são a chama de fogo e que os santos ardem em espírito, assim, ao contrário, daqueles que caíram do amor de Deus, e certamente esfriaram na sua caridade por ele, deles se diz que se tornaram frios. De fato diz o Senhor: “Por causa da multiplicação da iniquidade, a caridade de muitos vai esfriar” (Mt 24,12). Na Escritura, sempre se descreve que todas as coisas, sejam quais forem, que têm a ver com o poder do adversário, são frias. Com efeito, o diabo é chamado serpente e dragão: pode haver algo mais frio? Diz-se que o dragão reina nas águas; e também há referência a um dos espíritos malignos que o profeta designa como marinho. Noutra lugar diz o profeta: “Lançarei a espada santa sobre o dragão, a serpente que foge, sobre o dragão, serpente perversa, e a espada o matará” (Is 27,1). E outra vez: “Mesmo que se afastasse dos meus olhos e descresse às profundezas do mar, eu daria ordens ao dragão para que os mordesse” (Am 9,3). Em Jó (41,25) se diz que o dragão é o rei de todos os que estão nas águas. O profeta anuncia que da região boreal virão males sobre todos os que habitam a terra. Mas Bóreas designa na Escritura o vento frio, como escreve a Sabedoria (Sir 43,20): “Bóreas é o vento frio”, o que sem dúvida se deve entender do diabo. Se, portanto, as realidades santas são chamadas de fogo, luz, ardor, e se as realidades contrárias são frias, da caridade nos pecadores se diz que esfria; podemos então nos perguntar se a palavra alma, que em grego se diz *psychē*, não seria dita para significar o esfriamento de um estado mais divino e melhor, isto é, que a alma se teria resfriado do seu calor natural e divino para receber o estado e a denominação que tem atualmente.¹⁷ Podemos, agora, procurar nas Escrituras a palavra alma com sentido positivo, e se é difícil encontrá-lo. Com sentido negativo ocorre frequentemente, como: “Uma alma má perde aquele que a possui” (Sir 6,4), e: “A alma que peca, ela mesma vai morrer” (Ez 18,4), depois de ter dito: “todas as almas são minhas, tanto a do filho como a do pai” (Ez 18,4). Parece que seria lógico acrescentar: a alma que age na justiça será salva, a alma que peca é a que morrerá. Mas o que nós

vemos é que a Escritura associou a alma à culpa e calou o que seria digno de louvor. É preciso agora ver se, tal como dissemos a partir do significado do termo, a *psychē*, isto é, a alma recebeu esse nome porque ela se tornou fria, perdendo o fervor dos justos e a participação no fogo divino, sem perder, contudo, a possibilidade de se restabelecer nesse estado de fervor em que estava no princípio. O profeta parece indicar um sentido semelhante quando diz: “Volta, minha alma, para o teu repouso” (Sl 116,7). Isso parece mostrar a todos que a mente, afastando-se do seu estado e da sua dignidade, tornou-se alma e assim é chamada; se ela se recuperar e se corrigir volta a ser mente. ¹⁸

4. Se assim for, parece-me que não se deve pensar que esse rebaixamento e queda da mente sejam iguais para todos, mas que há mais e menos nessa mudança em alma, e que algumas mentes conservam alguma coisa de seu vigor inicial, e outras nada, ou muito pouco. É por isso que se encontra quem, desde tenra idade, seja mais perspicaz, mas outros são mais lentos, e ainda há alguns que são tão obtusos que nasceram incapazes de aprender. Mas o que dissemos de mudança de mente em alma e de tudo o que se refere a esse assunto, que o leitor o discuta com cuidado e o estude pessoalmente, pois não nos parece que essas sejam aceitas como doutrinas confirmadas, mas para serem discutidas e investigadas. A isso que tratamos acrescente o leitor o que se segue: pode-se observar que, quando o Evangelho fala da alma do Salvador, as coisas que lhe atribui como alma e as que lhe atribui como espírito não são as mesmas. Quando o Evangelho menciona alguma emoção ou perturbação, indica-a como sendo a alma, por exemplo: “A minha alma agora está perturbada” (Jo 12,27), e: “A minha alma está triste até a morte” (Mt 26,38); e “Ninguém arrebatou a minha alma, sou eu que a deixo” (Jo 10,18). Mas o que ele confia às mãos do Pai não é a sua alma, mas o seu espírito (Lc 23,46) e, quando diz que a carne está doente, ele não diz que a alma está pronta, mas que o espírito está pronto (Mt 26,41). Portanto, parece que a alma é algo intermediário entre a carne enferma e o espírito pronto.

5. Pode ser, porém, que, sobre os temas que já tratamos, alguém nos diga: como é que se pode falar da alma de Deus? Responderemos assim: tudo o que de corporal se atribui a Deus – dedos, mãos, braços, olhos, boca, pés – não designa, com esses nomes de membros corporais, algo conforme com os nossos membros humanos, mas certos poderes de Deus. Assim também se indica, com esse nome de alma de Deus, alguma outra coisa que se deve supor. Se podemos nos permitir continuar falando sobre esse assunto podemos, talvez, por alma de Deus entender o seu Filho único. Com efeito, tal como a alma está inserida em todo o corpo e tudo faz mover, opera e realiza todas as coisas, assim o Filho único de Deus, sua Palavra e sua Sabedoria, inserido nele, atinge e alcança todo o poder de Deus. Talvez para indicar esse mistério é que, nas Escrituras, Deus é representado ou descrito como um corpo. Deve-se considerar se não se pode ainda entender o Filho único como a alma de Deus, porque veio ele próprio a este lugar de aflição e desceu a este vale de lágrimas e ao lugar da nossa humilhação, como diz o salmo: “Porque tu nos humilhastes no lugar da aflição” (Sl 43,20). Além disso, sei que alguns, comentando o que diz o Salvador no Evangelho: “A minha alma está triste até a

morte” (Mt 26,38), o interpretaram dos apóstolos, pois ele teria dito que eles eram sua alma, como melhores do que o resto do corpo. Uma vez que se diz que a multidão dos crentes é o corpo do Salvador, disseram que se devia entender os apóstolos como se fossem a sua alma porque são melhores do que o resto da multidão.

Expusemos tudo isso, a respeito da alma racional, conforme pudemos, mais para ser discutido pelos leitores do que como doutrinas estabelecidas e definidas. A respeito das almas dos animais e dos outros seres mudos é suficiente o que antes dissemos de modo geral.

9. Do mundo, dos movimentos das criaturas racionais, boas ou más, e das suas causas

1. Vamos retomar a ordem da discussão que nos propusemos, considerando o início da criação, e vejamos o começo da ação criadora de Deus tal qual a mente pode compreender. É preciso pensar que, nesse início, Deus fez as criaturas racionais ou intelectuais, seja qual for o nome que se possa dar ao que acima chamamos mentes, de acordo com o número que julgou suficiente. É certo que ele os fez segundo um número que ele mesmo tinha definido antes: não se deve pensar como aqueles que querem que se pense que esse número não tem fim, porque onde não há fim não há possibilidade de compreensão nem de determinação. Se fosse assim, o que foi feito não poderia ser nem abrangido nem governado por Deus. Porque aquilo que por natureza é infinito é incompreensível. Além disso, a Escritura diz que Deus criou todas as coisas com número e medida (Sb 11,20), e é por isso que o número se adaptará bem às criaturas racionais ou inteligências, criadas em quantidade conveniente para poderem ser governadas, dirigidas e abrangidas pela providência de Deus. Na verdade, a medida aplica-se bem à matéria corporal; em todo o caso, é preciso acreditar que ela foi criada por Deus em quantidade suficiente para poder suprir os planos divinos de ordenamento do mundo. Esses são, pois, os seres que se supõe tenham sido criados por Deus no início, antes de todas as coisas. Cremos que tudo isso está naquele princípio que Moisés apresenta de modo implícito, quando diz: “No princípio, fez Deus o céu e a terra” (Gn 1,1). Não fala certamente do firmamento nem da terra seca, mas daquele céu e da terra dos quais tomaram depois os seus nomes os céus e a terra que nós vemos.

2. Mas essas naturezas racionais são necessariamente suscetíveis de alteração e de mudança, porque, como dissemos atrás, foram feitas no início, foram criadas e antes não existiam; elas não existiam, e começaram a existir. Com efeito, fosse qual fosse a potência que estava inerente à sua substância, não lhes era inerente por natureza, mas como um benefício do Criador. O que elas são não está nelas como próprio e eterno, mas foi concedido por Deus. Não foi sempre assim, e o que uma vez foi concedido pode ser retirado, ou regressar. A causa dessa regressão estará nele se os movimentos da sua alma não forem conduzidos de maneira conveniente e digna de aprovação. Porque o

Criador concedeu às inteligências criadas por ele movimentos voluntários e livres para que o bem nelas se tornasse próprio, quando elas o conservam por sua própria vontade; mas a preguiça e o tédio perante o esforço de conservar o bem, e a aversão e negligência com respeito aos valores superiores foram o começo de um afastamento com relação ao bem. Ora, afastar-se do bem e cair no mal é a mesma coisa, pois é certo que o mal é a carência do bem. Acontece, pois, que, à medida que há um retraimento do bem, chega-se ao mal na mesma proporção. Por conseguinte, cada inteligência, ao negligenciar o bem em suas ações, seja de forma ampla, ou restrita, era atraída no sentido contrário do bem, que é com certeza o mal. Parece que o Criador do universo tomou, desse modo, certos germes, e causas da variedade e diversidade, para criar o mundo variado e diversificado, conforme a diversidade das mentes, isto é, das criaturas racionais – diversidade que, me parece, foi produzida pela causa que acima dissemos. Quando dizemos diverso e variado, é isso mesmo que queremos assinalar.

3. Vamos agora chamar mundo a tudo o que está acima dos céus, ou nos céus, ou na terra, ou no que chamam mundo inferior, e em todos os lugares que de algum modo existem, junto com aqueles que se dizem habitar nesses lugares: a esse todo, portanto, chama-se mundo. Nesse mundo, há seres ditos supracelestes, habitando nas moradas da beatitude maior, e revestidos de corpos mais celestes e mais luminosos; entre eles encontram-se muitas diferenças, como, por exemplo, o que diz o apóstolo: “A glória do sol é uma, outra, a da lua, e outra a das estrelas, porque uma estrela difere da outra em glória” (1Cor 15,41). Há também seres terrestres, e entre eles não pequenas diferenças, como entre os próprios homens: uns deles são bárbaros, outros, gregos, e entre os bárbaros uns são mais selvagens e ferozes, e outros mais pacíficos. Alguns obedecem a leis muito aceitáveis, outros, a leis desprezíveis e rudes, e há os que seguem costumes tão desumanos e ferinos que nem são leis. E há uns que desde a infância vivem em estado de humilhação e sujeição e são educados como escravos, ou são postos sob o poder de senhores, ou de príncipes, ou de tiranos, mas há os que recebem uma educação mais liberal e racional; há os que são saudáveis, e uns quantos que desde a primeira idade já são enfermos, privados da vista, do ouvido, ou da palavra, ou porque já nasceram assim, ou porque perderam esses sentidos logo após o nascimento, ou sofreram algo semelhante já na idade adulta. Para que me serve expor e enumerar as calamidades das misérias humanas, das quais uns estão isentos e outros são atingidos por elas, se cada um pode, até em si mesmo, considerá-las e avaliá-las uma por uma? Há também potências invisíveis às quais é confiada a direção do que há na terra; e podemos acreditar que mesmo entre elas existem não pequenas diferenças, tal como entre os homens.

É certo que o apóstolo Paulo fala também dos seres dos lugares inferiores, e sem dúvida entre eles se pode procurar uma variedade semelhante. Parece supérfluo estender essa investigação aos animais sem fala, aos pássaros e aos que habitam nas águas, já que é certo que não devemos considerá-los como seres originais, mas como derivados secundários.

4. Tudo o que foi feito, por Cristo e em Cristo foi feito, como diz o apóstolo Paulo de

modo muito explícito: “Porque nele e por ele tudo foi criado, o que está no céu, o que está na terra, as realidades visíveis e as invisíveis, sejam Tronos, Dominações, Principados ou Potestades: tudo foi criado nele e por ele” (Cl 1,16). Do mesmo modo, João o expõe no seu Evangelho dizendo: “No princípio era a Palavra, e a Palavra estava junto de Deus e a Palavra era Deus. Ela estava no princípio junto de Deus. Tudo foi feito por ela e sem ela nada foi feito” (Jo 1,1-3). Nos salmos também está escrito: “Tudo foi feito segundo a Sabedoria” (Sl 103,24). Uma vez que Cristo, assim como é Palavra e Sabedoria, é também Justiça, segue-se sem dúvida que o que foi feito na Palavra e na Sabedoria deve também dizer-se que o foi pela Justiça que é Cristo. Por isso, naquilo que foi feito não se deve ver nada de injusto, ou de fortuito, mas deve-se ensinar que tudo está de acordo com as normas da equidade e da justiça. Estou certo de que o modo pelo qual tão grande variedade de coisas e tanta diversidade, com tão perfeita justiça e equidade, se pode entender não é pela inteligência humana nem pela palavra, a não ser que se implore a Palavra, a Sabedoria e a Justiça que é o Filho Unigênito de Deus e que prostrados supliquemos que se digne difundir em nossos pensamentos a sua graça, para iluminar o que é obscuro, abrir o que está fechado e revelar o que é secreto. É preciso que sejamos de tal modo ao pedir, ao procurar, e ao bater à porta, que no pedir sejamos merecedores de receber, ao procurar encontremos, e ao bater à porta nos mandem abrir. Portanto, para entender como é que toda essa variedade do mundo e essa diversidade se fundam nas razões da justiça, parece que não podemos confiar em nosso entendimento, mas no auxílio dessa mesma Sabedoria que criou o universo e nessa justiça que cremos presente em todas as criaturas; e, se por enquanto não conseguimos afirmar nada, confiaremos na sua misericórdia para tentar investigar e examinar. Por isso, disse acima “razão de justiça” num sentido genérico, pois procurar a causa particular de cada ser é próprio de quem não tem experiência, e julgar que sabe é demência.

5. Quando dizemos que o mundo, com toda a sua diversidade, tal como a expusemos acima, foi feito pelo Deus que afirmamos ser bom, justo e equânime, muitos objetam que não convém à justiça de Deus ao criar o mundo dar a uns a morada nos céus e não somente uma morada melhor, mas um grau de existência superior e mais glorioso, conceder a outros o principado, a outros atribuir os poderes e as dominações, oferecer a outros os eminentes tronos dos tribunais celestes, que outros brilhem de modo mais resplandecente e cintilem com o esplendor dos astros, que seja outra a glória do sol, diferente da da lua, diferente ainda da das estrelas, e que uma estrela não seja, em sua glória, igual à outra. Assim nos objetam principalmente os que vêm das escolas de Marcião, de Valentim e de Basíides, que sustentam que as naturezas das almas são distintas. Resumindo tudo, e para ser breve: se ao Deus criador não falta a vontade de realizar obra tão boa, nem a capacidade de o fazer, o que é que o pode ter levado a criar as naturezas racionais, da qual ele é a causa da existência, de modo que umas estejam em condição superior, e outras no segundo ou terceiro escalão, e muitas até bem inferiores e degradados? Esses hereges nos objetam depois, a propósito dos seres terrestres, que alguns recebem ao nascer uma parte mais feliz, por exemplo: um é gerado por Abraão e nasce pela promessa, um outro é de Isaque e Rebeca; este, ainda no seio

da mãe, suplanta o seu irmão, e dele se diz que antes de nascer é o amado de Deus; ou há ainda aquele que nasce entre os hebreus, é educado na lei de Deus, ou o que está entre os gregos, em que há homens sábios e de não pouco saber, mas outro entre os etíopes que têm o costume de comer carne humana, ou nos citas, que têm o parricídio quase como uma lei, ou junto aos táurios, que imolam os hóspedes. Dizem-nos, pois: se, ao nascer, há uma variedade de condições tão variadas e diversas, nas quais a faculdade do livre-arbítrio não intervém, pois ninguém escolhe por si mesmo onde vai nascer, nem entre quem, nem em que condições, se, portanto, dizem eles, isso não é causado pela diversidade da natureza das almas, isto é, pelo fato de que uma alma de natureza má seja destinada a nascer num povo de natureza má, e as boas, nos bons, que nos resta senão atribuir essas coisas ao imprevisível e ao acaso? Se aceitamos essa solução, o mundo não terá sido feito por Deus, e não será preciso acreditar que ele é regido pela Providência; conseqüentemente, não há porque esperar, ao que parece, que Deus julgue os nossos atos individuais. Que verdade pode haver nisso? Só o pode saber quem esquadrinha todas as coisas, mesmo as divinas mais altas.

6. Mas nós, simples humanos, para não alimentar com o nosso silêncio a arrogância dos hereges, daremos às objeções deles as respostas que nos ocorrerem na medida das nossas forças. Já mostramos antes, e muitas vezes, pelas afirmações que fomos buscar às divinas Escrituras, que o Deus criador do universo é bom, justo e todo-poderoso. Quando ele criou o que quis criar, isto é, as criaturas racionais, não o fez por nenhuma outra causa a não ser ele mesmo, isto é, pela sua bondade. Como não havia nele – a causa do que ia ser criado – nem variedade, nem mudança, nem incapacidade, ele os fez todos iguais e idênticos, pois não havia nele nenhuma causa de variação e de diversidade. Como, porém, as próprias criaturas racionais receberam a faculdade do livre-arbítrio, a liberdade da sua vontade convidou cada uma a progredir pela imitação de Deus, ou a arrastou na regressão por causa da sua negligência; essa questão já a demonstramos muitas vezes e voltaremos a demonstrar no seu lugar. E isso foi, como já o dissemos antes, causa da diversidade entre as criaturas racionais, sem que isso venha da vontade ou da decisão do Criador, mas das escolhas da liberdade própria. Deus, porém, que já considerava justo governar as suas criaturas de acordo com os méritos delas, dispôs as diversidades das inteligências na consonância de um só mundo, como se fosse uma casa em que houvesse não só recipientes de ouro e prata, mas também de madeira e de argila, uns para uso mais nobre, outros para uso de coisas desprezíveis; e ele decorou a casa utilizando os diversos vasos que são as almas, ou mentes. Creio eu que é daí que vêm as causas da diversidade deste mundo, porque a divina Providência governa cada um segundo a variedade das suas ações e das intenções dos seus propósitos. Desse modo, nem o Criador pode parecer injusto, porque dispôs cada um conforme seus méritos de acordo com as causas antecedentes; nem se pode pensar que seja resultado do acaso a felicidade ao nascer, ou a desgraça ou qualquer outra condição possível; e também não é preciso acreditar em vários criadores criando almas de naturezas diferentes.

7. Contudo, não me parece que a Santa Escritura se tenha calado completamente a

respeito desse segredo. Quando discute acerca de Esaú e Jacó, o apóstolo Paulo diz: “Quando ainda não tinham nascido nem tinham ainda feito nada de bem ou de mal, para que se mantivesse o propósito da escolha que Deus fizera, não foi por motivo das suas obras, mas pela vontade daquele que os chamou, que se disse: o mais velho servirá o mais novo. De fato está escrito: eu amei Jacó, e detestei Esaú” (Rm 9,11-13). E a seguir, Paulo responde a si mesmo nestes termos: “O que diremos? Que há injustiça em Deus?” (Rm 9,14). Para nos oferecer motivo para procurar e perscrutar sobre essas coisas, e de como elas são feitas não sem razão, responde a si mesmo dizendo: “Longe disso!”. Parece-me que as mesmas perguntas que se põem a respeito de Esaú e de Jacó podem se estender a todos os seres celestiais e às criaturas terrestres e às infernais: “Quando ainda não tinham nascido nem tiveram ainda feito nem o bem nem o mal”, o que se pode dizer de modo semelhante de todos os outros seres. Na opinião desses hereges, quando ainda não tinham sido criados e que não tinham feito ainda nem o bem nem o mal e, como aqueles pensam, a fim de que se mantivesse a decisão e propósito de Deus, uns foram feitos seres celestes, outros, terrestres, e outros, infernais, não em consequência das suas obras, mas pela vontade daquele que os chamou. Se fosse assim, o que diríamos? Que em Deus existe injustiça? De modo nenhum. Portanto, examinando com cuidado as Escrituras acerca de Esaú e Jacó, encontramos que não há injustiça da parte de Deus quando, antes do nascimento e antes que tivessem feito alguma coisa nesta vida presente, diz-se que o mais velho servirá o mais novo; e também se encontra que não há injustiça no fato de Jacó ter suplantado seu irmão no ventre da mãe quando pensamos que, pelos méritos de uma vida, certamente anterior, foi amado por Deus e com razão até ser colocado à frente do seu irmão. Pode-se pensar também assim das criaturas celestes, se repararmos que essa diversidade não é o estado inicial da criatura, mas que, devido a causas antecedentes, o Criador prepara para cada um uma função e um serviço diferentes conforme a dignidade do seu mérito: isso decorre certamente do fato de que cada um, porque foi criado por Deus como inteligência ou como espírito racional, adquiriu para si mais ou menos méritos em razão das ações da inteligência e dos sentimentos espirituais, e assim se tornou amável ou odiável para Deus. Porém, alguns dos que mais mereceram receberam como ofício, para ordenar o estado do mundo, sofrer com os outros e prestar serviço a seus inferiores, a fim de participar na paciência do Criador segundo as palavras do Apóstolo: “Com efeito, a criação foi submetida à vaidade contra sua vontade, mas por causa daquele que a submeteu, na esperança” (Rm 8,20).

Considerando o que diz o Apóstolo quando fala do nascimento de Esaú e Jacó: “Há injustiça em Deus? De modo nenhum!” (Rm 9,14). Parece-me correto aplicar essa mesma afirmação a todas as criaturas, pois, como já dissemos acima, a justiça do Criador deve manifestar-se em todas. Isso seria mostrado mais claramente, creio eu, se cada ser celeste, terrestre ou infernal levasse em si, antecedendo o seu nascimento corporal, a causa dessas diferenças. De fato, tudo foi criado pela Palavra de Deus e pela Sabedoria e foi ordenado pela sua Justiça. Ele cuida de todos os seres pela graça da sua misericórdia, exorta-os a se deixarem tratar por todos os remédios possíveis e convida-os

à salvação.

8. Tal como mostraremos mais adiante, se Deus quiser, não há dúvidas de que, no dia do julgamento, os bons serão separados dos maus e os justos dos injustos, e que cada um será distribuído de acordo com o seu mérito pelo juízo de Deus para os lugares de que for digno; parece-me, porém, que algo de semelhante já foi feito. É preciso acreditar que Deus age e governa sempre todas as coisas conforme seu juízo. É o que ensina o Apóstolo quando diz: “Numa casa grande, encontram-se não somente vasos de ouro e de prata, mas também vasos de madeira e de argila, uns para uso mais digno, outros para usos desprezíveis” (2Tm 2,20-21), e acrescentando: “Se alguém for purificado, será um vaso santificado para uso digno, útil ao Senhor e disposto para todas as tarefas boas”, mostra sem dúvida que aquele que foi purificado nesta vida estará preparado para toda obra boa no futuro, mas aquele que não se purificou será, na medida da sua impureza, um vaso destinado ao uso desprezível, isto é, um vaso indigno. Pode-se, portanto, compreender que esses vasos racionais tenham antes sido purificados, isto é, que eles se tenham, ou não, purificado eles mesmos, e que por essa razão cada um desses vasos obteve, na medida da sua pureza ou impureza, tal lugar, tal região, tal condição para nascer ou para fazer alguma coisa neste mundo. Deus, que provê a tudo nos menores detalhes, pelo poder da sua Sabedoria que discerne tudo quanto governa pelo seu juízo, dispôs todas as coisas segundo uma distribuição muito equitativa, a fim de que cada um seja socorrido, e que haja sobre ele um cuidado vigilante. Aqui se manifesta seguramente o ponto de vista da equidade, porque a desigualdade das condições respeita a justa distribuição segundo os méritos. A avaliação exata desses méritos, para cada um, com verdade e clareza, só Deus a conhece, com a Palavra que é seu Filho Único e com o Espírito Santo.

10. A ressurreição

1. Uma vez que o assunto de que tratamos nos chamou a atenção para o julgamento futuro, e para o castigo e suplícios dos pecadores, e que as santas Escrituras e a pregação eclesiástica contêm advertências, vejamos o que se deve pensar acerca do tempo do julgamento, do fogo eterno, das trevas exteriores, da prisão e da fornalha e de outros tormentos semelhantes que estão preparados para os pecadores. Mas, para lá chegar conforme uma ordem conveniente, parece-me que é preciso falar da ressurreição para saber de que natureza vai ser o castigo, ou qual o descanso e a felicidade; sobre tudo isso já discutimos mais completamente em outros livros que escrevemos sobre a ressurreição e neles expusemos a nossa opinião. Contudo, não vai parecer fora de propósito retomar aqui em poucas palavras a questão, por causa do andamento das ideias, e sobretudo porque alguns, principalmente entre os hereges, encontram ocasião de escândalo na fé da Igreja, pensando que a nossa fé na ressurreição é estúpida e completamente insensata. No meu entender, deve-se lhes responder deste modo: se eles também reconhecem que há uma ressurreição dos mortos, que nos respondam: o que morre não é o corpo? Então

é o corpo que ressuscitará. Diga, depois, se utilizaremos corpos, ou não. Penso que eles não podem recusar a ressurreição do corpo, e que, na ressurreição, nós nos serviremos de corpos, porque o apóstolo Paulo disse: “um corpo animal foi semeado, e um corpo espiritual ressuscitará” (1Cor 15,44). Qual é a consequência? Se é certo que usaremos corpos e que os corpos que caíram são os que se levantarão, segundo a pregação apostólica – pois não se diz propriamente levantar se não daquilo que antes caiu –, não há nenhuma dúvida de que serão esses corpos que se levantarão para nós nos revestirmos com eles na ressurreição. Uma afirmação está ligada com a outra, porque, se os corpos ressuscitam, é sem dúvida para nos revestir, e se é necessário, como de fato é, estarmos em corpos, não deveremos estar em outros corpos a não ser nos nossos. Se é verdade que os corpos ressuscitarão, e que ressuscitarão espirituais, não há dúvida de que o farão após terem rejeitado a corrupção e posto de lado a mortalidade, para que se diga que ressuscitaram dos mortos, se não ia parecer em vão e inútil que alguém ressuscitasse dos mortos para morrer outra vez. Pode-se compreender isso com mais evidência se se considera cuidadosamente qual é a qualidade do corpo animal que, semeado na terra, é restaurada na qualidade do corpo espiritual. O próprio poder e a graça da ressurreição tiram o corpo espiritual do corpo animal, enquanto o fazem passar da indignidade à glória.

2. Como, porém, há hereges que se acham muito sabedores e sábios, lhes perguntaremos se todos os corpos possuem uma aparência externa, isto é, se têm uma disposição visível. Se eles disserem que há corpos que não têm nenhuma aparência visual vão parecer os mais ignorantes e insensatos dos homens. Ninguém o pode negar, a não ser que tenha sido afastado de toda instrução. Se eles disserem, como é correto, que todo corpo tem uma forma determinada, perguntaremos se podem mostrar e descrever um corpo espiritual, o que, certamente, de modo nenhum poderão fazer. Então lhes perguntaremos quais são as características que distinguem os que ressuscitam. Como é que mostrarão a verdade disto que foi dito: “A carne das aves é uma, distinta da dos peixes; há corpos celestes, e corpos terrestres; uma é a glória do sol, e outra a da lua, e outra, ainda, a das estrelas, porque as estrelas diferem entre si na glória, e assim será na ressurreição dos mortos” (1Cor 15,39-42). Que nos mostrem, a partir dos corpos celestes, as diferenças de glória entre os que ressuscitam, e, se se esforçaram de alguma maneira para encontrar outras razões para as diferenças que existem entre os corpos celestes, pediremos que nos indiquem também, por comparação com os corpos terrestres, que diferenças se encontram na ressurreição. O que nós entendemos é que o apóstolo, querendo descrever as diferenças que há entre os que ressuscitam na glória, ou seja, os santos, tomou uma comparação com os corpos celestes, dizendo: “a glória do sol é uma, e a da lua é outra, e outra, ainda, a das estrelas”. E, por outro lado, querendo nos ensinar quais são as diferenças entre os que não estão purificados quando chegam à ressurreição, isto é, os pecadores, toma um exemplo dos terrestres, dizendo: “A carne das aves é uma, distinta da dos peixes”. Está certo comparar os seres celestes com os santos e os terrestres com os pecadores. Tudo isso seja dito contra os que negam a ressurreição dos mortos, isto é, a ressurreição dos corpos.

3. Dirigimo-nos agora a alguns dos nossos, que, pela sua pouca inteligência, ou pela fraqueza da explicação, apresentam uma concepção baixa e medíocre da ressurreição dos corpos. Perguntamos como é que entendem que, graças à ressurreição, o corpo animal será mudado no futuro em espiritual; como é que pensam que o que foi semeado na enfermidade ressuscitará na força, e que o que é semeado na baixeza ressuscitará na glória, que o que é semeado na corrupção passará à incorrupção. Se eles acreditam no que diz o Apóstolo, que, ressuscitando o corpo na glória, na força e na incorruptibilidade daí para diante já se tornou espiritual, parece absurdo e contra o entender do Apóstolo dizer que de novo se manchará com as paixões da carne e do sangue, quando o Apóstolo diz claramente: “A carne e o sangue não possuem o reino de Deus e a corrupção não possuirá a incorrupção” (1Cor 15,50). E como entendem esta outra palavra do Apóstolo: “Todos seremos mudados” (1Cor 15,51). Essa mudança deve-se esperar de acordo com a norma que explicamos antes e que nos permite sem dúvida esperar da graça divina algo digno. Pensamos que se passará da mesma maneira que com o grão de trigo, ou de outras plantas, que, semeado na terra, seguindo o exemplo que dá o Apóstolo, recebe de Deus o corpo que Deus quer depois que esse grão de trigo morre na terra. Devemos supor que os nossos corpos também cairão na terra como o grão. Há neles um princípio que mantém a substância corporal; mesmo que os corpos estejam mortos, corrompidos e dispersos, esse princípio, que permanece intacto na substância do corpo, pela ação da Palavra de Deus, levantará os corpos da terra, os reconstituirá, restaurará, do mesmo modo que a força que está no grão de trigo, depois da corrupção e da morte, restaura e reconstitui o grão no corpo da palha e da espiga. Assim, para aqueles que merecerão obter o reino dos céus como herança, essa razão seminal que se encontra no corpo a ser reparado, aquela da qual falamos acima, sob as ordens de Deus refaz um corpo terrestre e animal em um corpo espiritual que poderá habitar nos céus. Mas aqueles que forem inferiores, ou mesmo de mérito muito baixo, e mais ainda os que forem os últimos e os reprovados, receberão a glória e a dignidade do corpo em proporção à dignidade da alma e da vida de cada um, porém, de tal maneira que o corpo dos que são destinados ao fogo eterno e aos suplícios ressuscitará certamente incorrupto em consequência da transformação operada pela ressurreição, para que os suplícios não possam corrompê-lo nem destruí-lo.

4. Se é assim com a qualidade dos corpos que ressuscitarão dos mortos, vejamos o que significa a ameaça do fogo eterno. No profeta Isaías, encontra-se a indicação de que o fogo que castiga é próprio de cada um: “Andai na luz do vosso fogo e na chama que acendestes para vós mesmos” (Is 50,11). Essas palavras parecem mostrar que cada um dos pecadores acende para si mesmo a chama de um fogo que lhe é própria, em vez de ser mergulhado num outro fogo que tivesse sido aceso antes por outrem, ou que existisse antes dele. A alimentação e matéria desse fogo são os nossos pecados, que o apóstolo Paulo chama lenha, feno e palha (1Cor 3,12). Quando há abundância de alimentos no corpo, os alimentos cuja qualidade ou quantidade nos são contrários geram febres de natureza e duração diversas, uma vez que os excedentes acumulados fornecem a essas

febres matéria e estímulo; essa quantidade de matéria, acumulada por vários excessos, é causa da gravidade da doença ou da sua prolongação; a meu ver, tal é também a alma quando acumulou nela uma multidão de más obras e abundância de pecados, pois toda essa acumulação de males ferve no momento apropriado para seu suplício e se incendeia para seu castigo. Por outro lado, quando a inteligência, ou a consciência, lembrando-se, pelo poder divino, de todos os atos cujas marcas e forma se imprimiram nela quando pecava, tudo o que ela fez de mal e de vergonhoso, e, ainda, tudo o que ela cometeu de ímpio, verá, assim, de algum modo, exposta diante dos seus olhos a história de cada um de seus crimes; então a consciência fica agitada e como que espicaçada pelos seus próprios ferrões e torna-se para si mesma a acusadora e testemunha. No meu entender, o apóstolo Paulo teve uma ideia semelhante quando disse: “Os nossos pensamentos se acusam uns aos outros ou se defendem no dia em que Deus julgar as ações secretas dos homens segundo o meu Evangelho por Jesus Cristo” (Rm 2,15-16). Daqui se pode entender que, no que diz respeito à própria substância da alma, os maus sentimentos dos pecadores geram eles mesmos certos tormentos.

5. Para que o entendimento dessas coisas não te pareça difícil demais, podemos considerar as paixões viciosas que costumam tomar conta das almas, por exemplo, quando se inflamam de amor, ou quando ficam enraivecidas com o fogo da inveja ou do ciúme, ou se agitam com a loucura da raiva, ou se consomem numa imensa tristeza – e vê-se como alguns, julgando insuportáveis os excessos do mal, preferiram sofrer a morte a suportar tal espécie de tormentos. Pode-se com certeza perguntar se aqueles que se enredaram nos males daqueles vícios de que falamos acima nunca tiveram aqui nesta vida nenhuma emenda e dessa maneira deixaram o mundo – será para eles suficiente castigo continuar a ser torturados pelos efeitos malignos das paixões – cólera, ira, loucura, tristeza –, já que nenhum remédio nesta vida mitigou o seu veneno mortal; ou, tendo-se mudado as suas paixões, deverão sofrer os castigos comuns aos outros. Julgo que também se pode pensar noutro tipo de suplícios: quando os membros são rasgados e arrancados das suas articulações, o corpo sofre tormentos imensamente dolorosos; assim também a alma, quando se encontra separada da ordem, da organização e também da harmonia que Deus lhe deu na criação para lhe permitir bem agir e experimentar sentimentos úteis, e não encontra em si mesma a consonância e o acordo dos movimentos racionais, pensaremos que ela sofre a pena e o tormento dessa ruptura interior e que ela se ressentido do suplício da sua inconstância e desordem. Mas, quando a separação e o desgarramento da alma forem postos à prova pelo fogo que lhe será aplicado, sem dúvida ela será consolidada e restabelecida na sua união interior.

6. Há ainda muitas outras coisas que nos escapam e que só o médico das nossas almas conhece. Com efeito, para curar os corpos das doenças contraídas pela comida e pela bebida, por vezes, é necessário a cura com remédios amargos e ásperos, ou mesmo, quando a natureza do mal o exige, temos necessidade de sentir a dureza do ferro e sofrer duras operações, quanto mais, nos casos em que esses remédios são impotentes perante a gravidade da doença, em último lugar o fogo queima o mal: com mais razão se deve

pensar que Deus, nosso médico, para destruir os males nas nossas almas, contraídos em decorrência de nossos vários pecados e crimes, usa para nos cuidar de castigos desse tipo, aplicando mesmo o suplício do fogo aos que perderam a saúde da alma.

Dessas coisas, encontram-se imagens nas santas Escrituras. De fato, no Deuteronômio, a palavra divina ameaça os pecadores com castigos como as febres, calafrios, icterícia, e de atormentá-los com tremores nos olhos, alienação mental, paralisia, cegueira e doenças dos rins. Se alguém tiver tempo para escolher em toda a Escritura as menções feitas aos males com que os pecadores são ameaçados sob designações de doenças corporais, esse encontrará que, com essas alusões, estão figurados os vícios e os suplícios das almas. Para nos fazer compreender que Deus age para com aqueles que caíram e pecaram da mesma maneira que os médicos aplicam remédios aos enfermos para que recuperem a saúde pelos seus cuidados, podemos ver um sinal, de acordo com o profeta Jeremias (Jr 25,15-16), na ordem de oferecer o cálice da fúria divina a todas as nações, para que elas bebam, que fiquem transtornadas e o vomitem. E o profeta os ameaça dizendo que aquele que não quiser beber não será purificado. É preciso, portanto, compreender que a fúria da vingança divina aproveita à purificação das almas. Isaías ensina também que o castigo infligido pelo fogo deve ser entendido como um remédio que se aplica, quando ele diz de Israel: “O Senhor lavará as impurezas dos filhos e das filhas de Sião e limpará o sangue que está no meio deles com um espírito de julgamento e um espírito que queima” (Is 4,4). Fala também dos caldeus: “Senta-te sobre as brasas, serão para ti um auxílio” (Is 47,14), e noutro lugar diz: “Deus os santificará no fogo ardente” (Is 66,16). Eis o que diz no profeta Malaquias: “O Senhor se sentará e derreterá seu povo como ouro e prata, derreterá, e purgará, e fundirá os purificados filhos de Judá” (Ml 3,3).

7. Dos intendentos desonestos, diz o Evangelho que serão cortados ao meio e que uma parte deles será colocada entre os infiéis (Lc 12,46) como se essa parte não pertencesse, e tivesse de ser enviada para outro lugar; aqui sem dúvida indica o modo como são castigados aqueles que, me parece, devem ter o espírito separado da alma. Se por esse espírito se deve entender como sendo de natureza divina, isto é, o Espírito Santo, pensaremos que isso se diz do dom do Espírito Santo, quer tenha sido dado pelo batismo, quer pela graça do Espírito; quando alguém recebeu o dom da palavra de sabedoria, ou da palavra do conhecimento ou de qualquer outro dom, se ele não foi bem administrado, se foi enterrado no chão, ou envolvido num pano, certamente o dom do Espírito é separado da alma, e a parte que fica, isto é, a substância da alma, é colocada entre os infiéis, afastada e separada desse espírito com o qual ela deveria ter se unido ao Senhor para ser um só espírito com ele. Mas, se isso não é para se entender do Espírito de Deus, mas da própria natureza da alma, o que se diz da parte superior é o que foi feito à imagem e semelhança de Deus, e a outra parte é aquela que ela assumiu depois por causa da queda do livre-arbítrio, contrariamente à natureza da sua primeira condição e da sua pureza; essa parte, no que é amiga da matéria corporal e por ela amada, será punida recebendo o destino dos infiéis. Essa divisão pode ainda entender-se num terceiro sentido: cada um dos fiéis, mesmo o menor na Igreja, segundo a Escritura, é assistido por

um anjo, e o Salvador relata que esse anjo vê continuamente a face de Deus; e esse anjo, que de certo modo era um só com aquele de quem era o tutor, é-lhe retirado por Deus segundo o que está dito, se se torna indigno pela desobediência; e então à parte, isto é, à parte da natureza humana, arrancada da sua parte divina, lhe é assinalado um lugar entre os infiéis, porque não conservou fielmente os conselhos do anjo que Deus tinha colocado junto dele.

8. Quanto às trevas exteriores: elas não designam, na minha opinião, um lugar escuro num espaço privado de luz, mas o estado daqueles que são mergulhados nas trevas de uma ignorância profunda, totalmente fora da luz que vem da razão e do entendimento. Também se pode considerar se essa expressão não significaria outra coisa: tal como os santos na ressurreição, uma vez tornados luminosos e gloriosos, receberão os corpos nos quais viveram de maneira santa e pura quando habitavam nessa vida, assim os ímpios que nesta vida amaram as trevas do erro e a noite da ignorância serão revestidos, depois da ressurreição de corpos sombrios e obscuros, para que as trevas da ignorância que neste mundo tinham ocupado o interior da inteligência deles no futuro apareça no exterior pela veste corporal. De modo semelhante se deve pensar do cárcere. Essas coisas que dissemos em poucas palavras devem ser suficientes por agora, para que se respeite a ordem dos assuntos.

11. As promessas

1. Vejamos agora brevemente o que pensar das promessas. Certo é que nenhum animal pode ficar completamente ocioso e imóvel, mas deseja se remexer, agir sempre e querer alguma coisa, seja de que modo for; penso que essa é, de modo evidente, a natureza das coisas animadas. Com mais forte razão, o homem, animal racional, tem sempre necessidade de se mover e de agir. Se alguém se esquece de si mesmo e ignora o que lhe convém, toda a sua atenção se voltará para os usos corporais e se envolverá com todos os movimentos sensuais e com os prazeres do corpo; mas se é alguém que procura se ocupar com o bem comum e cuidar dele, servirá à república e cumprirá as ordens dos magistrados e tudo o mais que parece contribuir para a utilidade comum. Contudo, se é capaz de compreender o que está acima das realidades corporais e se dedicar à sabedoria e ao conhecimento, sem dúvida aplicará toda a sua atividade a estudos desse tipo, para procurar a verdade e conhecer as causas e a natureza das coisas. Da mesma forma que nesta vida alguém considera como bem máximo o prazer do corpo, e outro o cuidado do bem comum, outro ainda trabalha no estudo das realidades intelectuais, assim também nós procuramos se naquela vida que é a verdadeira vida, que se diz que está escondida com Cristo em Deus, isto é, nessa vida eterna, nossa condição e nosso modo de ser serão de algum modo semelhantes a esses.

2. Alguns, recusando de certo modo o esforço da inteligência e aplicando-se de modo superficial ao sentido da lei, comprazendo-se, sobretudo, nos deleites e de algum modo na libido, discípulos só da letra, julgam que se precisa esperar o cumprimento futuro das

promessas na sensualidade e na luxúria corporal. E é por isso que desejam reencontrar na ressurreição um corpo carnal que lhes permita para sempre comer, beber e realizar todos os atos que são próprios da carne e do sangue, não aceitando a opinião do apóstolo Paulo sobre a ressurreição do corpo espiritual. A consequência disso é que acrescentam no futuro a capacidade de se casar e procriar filhos mesmo depois da ressurreição; imaginam que Jerusalém será reedificada como uma cidade terrestre, com pedras preciosas nas suas fundações, paredes construídas com jaspe, e muralhas adornadas com cristais, cercada de pedras variadas e bem escolhidas: jaspe, safira, calcedônia, esmeralda, sardônica, ônix, crisólito, crisopraso, jacinto e ametista. Julgam que terão lá os servos estrangeiros como criados dos seus prazeres, como lavradores e vinhateiros, e pedreiros para reconstruir sua cidade demolida e desmoronada; pensam que lhes serão oferecidos os produtos das nações para comer, e que serão os senhores das riquezas dos outros, de tal modo que até os camelos de Madian e de Efa virão lhes trazer ouro, incenso e pedras preciosas. Empenham-se em confirmar tudo isso com a autoridade dos profetas, pelas promessas feitas a Jerusalém, pois está dito que os que servem a Deus comem e bebem, porém que os pecadores têm fome e sede, que os justos ficarão alegres e os ímpios na vergonha. Invocam do Novo Testamento a palavra do Senhor, que promete aos discípulos encontrar alegria no vinho: “Não mais beberei dele até que beba um vinho novo convosco no reino do meu Pai” (Mt 26,29). Ainda acrescentam que o Salvador proclama bem-aventurados os que agora têm fome e sede, prometendo-lhes ser saciados; e trazem muitos outros textos da Escritura, sem perceber que eles devem ser entendidos de modo figurado e espiritual. Então julgam que serão reis e príncipes, como os deste mundo, entendendo isso segundo as dignidades, hierarquias e autoridades que há na terra, seguramente por causa da palavra evangélica: “Terás autoridade sobre cinco cidades” (Lc 19,19). Em resumo: querem que tudo aquilo que esperam do cumprimento das promessas seja exatamente semelhante ao modo de ser desta vida, isto é, que o que é agora, seja outra vez. É assim que pensam os que creem em Cristo, mas entendem as Escrituras à maneira dos judeus, sem presumir nada que seja digno das promessas divinas.

3. Mas os que recebem as interpretações das Escrituras segundo o que pensaram os apóstolos esperam que o que alimentará os santos será o pão da vida que sustenta a alma com a comida da verdade e da sabedoria, ilumina a inteligência e tira a sede com o cálice da divina sabedoria, conforme o que diz a Escritura: “A Sabedoria preparou a mesa, imolou as vítimas, misturou seu vinho na bacia e proclama em alta voz: vinde a mim, comi os pães que preparei para vós, e bebei o vinho que para vós misturei” (Pr 9,2-5). Sustentada por esses alimentos da Sabedoria, a inteligência se restabelece na sua integridade e na sua perfeição, no estado em que o homem foi criado no início, à imagem e semelhança de Deus. Assim, mesmo aquele que deixar esta vida com poucos conhecimentos, mas apresentar obras dignas de aprovação, poderá ser instruído nessa Jerusalém, cidade dos santos, isto é, receberá ensinamento e formação e se tornará uma pedra viva, uma pedra preciosa e seleta, porque terá sofrido com coragem e constância as lutas desta vida e os combates pela religião; e lá ele conhecerá de modo mais

verdadeiro e claro o que já lhe terá sido dito aqui: “O homem não vive somente de pão, mas de toda palavra que sai da boca de Deus” (Mt 4,4). Deve entender-se que os príncipes e os dirigentes são os que comandam os inferiores, os instruem, ensinam e os formam no conhecimento das realidades divinas.

4. Mas, se essas coisas não parecem inspirar um desejo adequado nas mentes que mantêm essas esperanças materiais, retomemos o assunto e perguntemos em que medida é natural, e está incutido na alma, o desejo da realidade, para descrever depois, pela via de uma interpretação coerente, como é a forma desse pão de vida, a qualidade desse vinho e a função dos Principados. Assim como nos ofícios manuais o pensamento tem a ideia do que deve ser feito, como fazer, e com que finalidades, e depois é que as mãos o executam, assim também, no que se refere às obras divinas, que foram feitas por Deus, é preciso pensar que a ideia e a compreensão do que ele fez e que nós vemos permanecem escondidos. Quando, com os nossos olhos, vemos os objetos feitos pelo artesão, se algum deles nos parece especialmente bem-feito, logo queremos vivamente saber de que modo e com que habilidade foi feito, e para que usos; muito mais, e acima de qualquer comparação, sentimos um desejo ardente e inefável de conhecer os princípios das obras de Deus, que nós vemos. Esse desejo, esse amor, sem dúvida acreditamos que foi Deus que o incutiu em nós. Assim como o olho, pela sua natureza, procura a luz e a visão, como o nosso corpo pela sua natureza deseja comida e bebida, assim a nossa inteligência tem nela um desejo que lhe é próprio e natural de conhecer a verdade divina e as causas das coisas. Não recebemos de Deus esse desejo para que ele não deva nem possa nunca ser satisfeito; se fosse assim, se nunca pudesse obter o que deseja, seria em vão que Deus criador teria posto o amor da verdade em nossa inteligência. É por isso que aqueles que nesta vida piedosamente se dedicaram a estudar a religião à custa de muito trabalho, certamente não compreendendo mais do que umas poucas coisas dos numerosos e imensos tesouros do conhecimento divino, contudo, pelo simples fato de ocupar nisso o seu entendimento e a sua mente, e se ultrapassar a si mesmos pelo desejo, recebem daí muito proveito, porque se voltam para o gosto e o amor da busca da verdade, e se tornam mais preparados para receber a instrução futura. De modo parecido, quando se quer pintar uma imagem, se antes de traçar as linhas da figura definitiva se desenha um esboço com traço leve e se preparam as indicações adequadas para receber os rostos que serão pintados por cima, é evidente que a figuração esboçada será suscetível de receber as cores verdadeiras. Isso vale também para o conhecimento da verdade se, nesse caso, o esboço e a prefiguração forem desenhadas por Nosso Senhor Jesus Cristo nas tabuinhas do nosso coração. Foi talvez por isso que se disse “àquele que tem ser-lhe-á dado mais e acrescentado” (Mt 25,29). É certo, pois, que, no futuro, será acrescentada a beleza da imagem perfeita àqueles que nesta vida já têm algum tipo de rascunho da verdade e do conhecimento.

5. Julgo que era isso que dizia aquele que assim exprimiu seu desejo: “Estou coagido numa alternativa, desejando morrer para ficar com Cristo, o que seria muito melhor” (Fl 1,23). Ele já sabia que iria conhecer as razões de tudo o que se passa sobre a terra

quando retornasse a Cristo: o que se refere ao homem, sua alma e sua inteligência, os elementos que compõem o homem, o que é o espírito principal, o que é o espírito que age, e também o espírito vital, e o que é a graça do Espírito Santo que é dada aos fiéis. Compreenderá então o significado de Israel, da diversidade das nações, e o que querem dizer as doze tribos de Israel, e de cada grupo em cada tribo. Compreenderá ainda a razão de ser dos sacerdotes, dos levitas e das diferentes classes sacerdotais, e de que modo isso estava em Moisés; até saberá qual é a verdade dos jubileus e das semanas de anos perante Deus. Verá também a razão dos dias de festa e dos dias de repouso, das causas dos sacrifícios e das purificações. Constatará a razão das purificações dos diversos tipos de lepra e dos que sofrem de fluxo seminal. Conhecerá a identidade, a quantidade e a natureza dos poderes bons e dos poderes contrários, e por que aqueles têm afinidades com os homens, e estes, por inveja, os combatem. Verá ainda a natureza das almas, a diversidade dos seres animados, quer sejam animais aquáticos, pássaros, ou animais selvagens, a causa que divide cada gênero em tantas espécies, os objetivos do Criador, o significado escondido que a Sabedoria dá a esses seres. Conhecerá também por que certas raízes e ervas estão associadas a determinados poderes, e, ao contrário, por que outras ervas e raízes deles estão privadas; também a razão de ser dos anjos apóstatas, e por qual causa eles podem lisonjear em certas coisas aqueles que não os desprezam com toda a sua fé, e ser para eles causa de erro e de perdição. Aprenderá os julgamentos da divina Providência acerca de cada um desses seres, sobre o que acontece aos homens e não é resultado da sorte ou do acaso, mas de uma razão tão bem examinada e tão estrita que não perde de vista nem o número dos cabelos não somente dos santos, mas, ainda, de todos os homens: essa razão da Providência estende-se até aos dois passarinhos que são vendidos por uma moeda, quer se entenda os dois passarinhos no sentido espiritual, ou à letra. Agora ainda fazemos perguntas sobre esses assuntos, mas, depois, lá no alto, deles teremos uma visão clara.

6. Depois de tudo isso, é preciso pensar que não pouco tempo decorrerá para que, depois da sua morte, seja mostrado aos homens que disso são dignos e o mereceram, a razão do que se passa sobre a terra para que o entendimento de todos esses mistérios e a graça de um conhecimento completo os façam gozar de uma alegria indescritível. O ar que está entre o céu e a terra não está vazio de seres animados, e de animados racionais, conforme diz o Apóstolo: “Por algumas vezes vivestes em pecado, segundo os tempos deste mundo, segundo aquele poder que governa estes ares, o espírito que age nos filhos da desobediência” (Ef 2,2), e de novo ele diz: “Seremos abduzidos nas nuvens ao encontro de Cristo nos ares e assim estaremos sempre com o Senhor” (1Ts 4,17); sendo assim, é preciso pensar que os santos ficarão aí por algum tempo para de duas maneiras conhecer a razão do que se passa nos ares. Disse “de duas maneiras”, isto é, quando estávamos na terra, vimos os animais e as árvores, constatamos as diferenças e também as grandes diversidades entre os homens; porém, ao vê-las, não sabíamos as razões delas, apenas fomos levados, à vista dessa diversidade que percebemos, a investigar e perscrutar a diversidade de todos esses seres que foram criados tão diferentes e governados de maneira tão variada. Tendo concebido na terra o gosto e o amor por esse

conhecimento depois da morte, receberemos a ciência e a compreensão dele, se as coisas acontecerem como desejamos; quando tivermos o saber completo das suas razões, então compreenderemos de duas maneiras o que vimos sobre a terra. Da estadia nos ares pode-se falar, portanto, de modo semelhante. De fato, é minha opinião que os santos, ao deixarem esta vida, permanecerão num lugar situado na terra, aquele que a divina Escritura chama Paraíso, como se fosse num lugar de instrução, ou, por assim dizer, um auditório ou uma escola das almas, para serem instruídos acerca de tudo o que viram na terra, e para receberem também algumas indicações sobre o que verão depois; certamente nesta vida receberam alguma ideia das realidades futuras, mas ainda em parte, através de um espelho, em enigma; elas serão reveladas aos santos de maneira mais clara e mais luminosa nos lugares e tempos convenientes. Se alguém tem mesmo o coração puro, a mente mais limpa e o pensamento mais treinado, progredirá mais rapidamente, e depressa subirá ao espaço aéreo e chegará aos reinos dos céus através do que poderíamos chamar as moradas de cada lugar, a que os gregos chamaram *sfairas*, isto é, globos, e que a Escritura divina chama céus. Em cada uma ele perceberá primeiro o que lá se passa e depois a própria razão do que acontece, e assim percorrerá pela ordem cada coisa, na esteira daquele que adentrou os céus, Jesus, Filho de Deus, ele que disse: “Quero que lá onde eu estiver, estejam estes comigo” (Jo 17,24). Ele dá uma ideia dessa diversidade de lugares quando diz: “Há muitas moradas junto de meu Pai” (Jo 14,2). Quanto a ele, está em toda a parte e percorre todas as coisas; não o compreendamos mais naquela exiguidade que para nós e perante nós ele assumiu, isto é, nos estreitos limites que o encerraram quando estava na Terra entre os homens, com um corpo como o nosso, e que pode fazer pensar que ele está circunscrito num só lugar.

7. Quando os santos chegarem, por assim dizer, aos lugares celestes, então contemplarão a natureza dos astros um por um, e saberão se eles são seres animados ou alguma outra coisa. Mas eles compreenderão também as razões das obras de Deus, porque ele mesmo as revelará. Então, como a seus filhos, ele revelará as causas das coisas e o poder da criação, lhes ensinará por que tal estrela fica colocada em tal lugar do céu e por que está separada de outra por tal intervalo; se ela estivesse, por exemplo, mais próxima, quais teriam sido as consequências, e, se ela estivesse mais longe, o que teria acontecido? Ou, se essa estrela fosse maior do que a outra, como teria sido diferente o universo, pois tudo teria tomado outra figura. Assim, pois, tendo percorrido a ciência da natureza dos astros e das relações dos seres celestes, chegarão ao que não se vê, às realidades invisíveis que só conhecemos de nome. O apóstolo Paulo ensinou-nos que elas são numerosas, mas não podemos fazer a mesma conjectura sobre a sua natureza e as suas diferenças. Desse modo, a natureza racional, crescendo pouco a pouco, não como ela crescia nesta vida, quando estava na carne, ou em corpo e alma, mas pela mente e o pensamento, chega, como uma inteligência já perfeita, ao perfeito conhecimento, sem que os sentimentos carnis lhe façam mais obstáculos, mas, desenvolvida pelo conhecimento intelectual, ela contempla sempre na sua pureza e, por assim dizer, face a face, as causas das coisas; ela adquire assim a perfeição, primeiro da que lhe permite a ascensão, em seguida daquela que permanece, e ela tem como alimento a contemplação das coisas e o que as causa.

Assim como nesta vida corporal primeiro crescemos no corpo, e nos primeiros anos a quantidade suficiente dos alimentos nos serve para crescer, mas depois, quando atingimos a estatura adequada à medida do nosso crescimento, já não usamos o alimento para crescer, mas para viver e nos conservar na vida pela comida, assim, segundo creio, quando a mente chega à perfeição, ela se alimenta, ela usa os alimentos que lhe são próprios e lhe convêm à medida que não há falta nem excesso. Em tudo é preciso entender como alimento a contemplação e a compreensão de Deus segundo as medidas que lhe são próprias e convêm à natureza que foi feita e criada; é preciso que aqueles que começam a ver Deus, isto é, a compreendê-lo na pureza do seu coração, observem essas medidas.

[9](#) Ver o comentário de Henri Crouzel & Manlio Simonetti, *Origène. Traité des Principes* II (Livres I et II), Paris: Éditions Du Cerf, 1978: “O anatematismo II de 553 condena a proposição segundo a qual os seres racionais teriam formado uma unidade com o Logos. Desejou-se compreender daí que, para Orígenes, sua unidade inicial teria compreendido também o Logos, e isso contribuiu à confusão, frequente entre os especialistas de Orígenes, entre o mundo das inteligências preexistentes. Ora, os anatematismos de 553 não visam Orígenes, mas os origenistas do século VI, os isocristas, e são em boa parte citações literais de Evágrio Pôntico. Para Orígenes, é a alma humana preexistente unida ao Verbo que está ligada à unidade das inteligências preexistentes... O Logos faz parte do mundo divino e não diretamente do mundo da criação racional” (131-132).

[10](#) O tema do Deus ocioso é a consequência extrema do dogma helenístico da impassibilidade de Deus.

[11](#) A lei põe em evidência o pecado. (N.T.)

[12](#) Ver o comentário de Henri Crouzel & Manlio Simonetti, *Origène. Traité des Principes* II (Livres I et II): “A diferença essencial do mundo estoico e do mundo de Orígenes é que o determinismo físico do primeiro é substituído por uma dinâmica espiritual e moral, a escolha entre o bem e o mal determinando os movimentos do mundo... Para Orígenes, os seres racionais foram criados por Deus em número determinado desde o início e eles são também os atores deste drama ou desses dramas sucessivos: eles são figurados aqui pelos grãos de trigo” (147-148).

[13](#) Crouzel refere essa citação aos *Salmos*, e Harl, a *Tobias*, mas as traduções comuns, a *Vulgata* e os *Setenta*, não dizem “et adhuc”, ou “mais além”, mas “na eternidade”; aliás, Tobias, na *Vulgata* tem essa frase em 13,23, e os *Setenta* em 13,18. (N.T.)

[14](#) *Apocalipse grego de Baruc*: na versão ainda existente, fala só de cinco mundos. (N.T.)

[15](#) Esta distinção é sublinhada pela identidade do invisível e do incorporeal: *Sobre os Princípios* I, *Prefácio* 8-9; I,7,1; IV,3,15. O texto comentado aqui na nota parece supor que esta terra é visível por natureza, o que supõe nos bem-aventurados certa corporeidade, mas invisível aos mortais. Comparar a nossa passagem com II,11,7. Não há contradição: “o termo *noētós* é sempre aplicado ao mundo das ideias, razões e mistérios contidos no Verbo-Sabedoria”: corresponde à “ideia”, não “ser espiritual”. Para esse último, encontramos habitualmente em Orígenes o vocábulo *noerós*. Os bem-aventurados chegam, portanto, à contemplação do Mundo inteligível contido no Verbo. Orígenes distingue claramente o mundo inteligível das ideias e o das inteligências, preexistentes ou glorificadas (cf. Henri Crouzel & Manlio Simonetti, *Origène. Traité des Principes* II (Livres I et II), 153-154).

[16](#) Orígenes é o primeiro a usar a expressão “Deus-Homem”, que seria incorporada definitivamente no vocabulário da teologia. O Alexandrino introduz o conceito da alma de Jesus e vê nessa alma preexistente (que desce ao seio de Maria na Encarnação) o laço de união entre o *Logos* infinito e o corpo finito de Cristo: o *Logos* assumiu um corpo verdadeiro.

[17](#) A afinidade entre *psychē*, alma, e *psychros*, frio, é feita de forma diferente em outros autores, tanto filósofos como teólogos, e nem sempre tem o caráter pejorativo que lhe dá Orígenes. (N.T.)

[18](#) Aqui o leitor moderno sente-se desconcertado, pois Orígenes organiza o seu pensamento em torno do esquema da queda das almas e de seu reerguimento. A queda aqui admitida implica a crença na preexistência das almas, que procede de Platão, mas que Orígenes lia também em escritos judaicos. Em um desígnio de salvação, Cristo também realizou por amor um movimento de *descida* (*kénosis*; cf. Fl 2) e de *reerguimento* (*ressurreição*).

3º LIVRO

PREFÁCIO DE RUFINO

Na Quaresma, traduzi os dois primeiros livros do *Peri Archōn*, não só porque tu insististe, mas até me constrangias. Porém, como nesses dias, tu mesmo, santo irmão Macário, estavas mais perto e mais disponível, trabalhei bastante; esses dois últimos livros, contudo, demoramos mais para concluir, pois, habitando na outra extremidade da cidade, mais raramente vens nos incitar ao trabalho. Mas se te lembras da advertência que fiz no primeiro prefácio, a saber: que alguns vão se indignar de ver que em nenhum ponto criticamos Orígenes, depressa constataste, penso eu, o resultado. Pois, se essa parte da obra de tal modo irritou os demônios que incitam as línguas dos homens a falar mal quando Orígenes ainda não tinha revelado todos os segredos deles, que julgas acontecerá no futuro quando ele revelar todos os meios escondidos e ocultos deles para se insinuar nos corações humanos e enganar as almas fracas e frágeis? Então verás por toda a parte a confusão, a agitação se alastrar, difundirem-se gritarias por toda a cidade para pedir a condenação daquele que tentou mostrar a luz que emite a lâmpada do Evangelho e pôs em fuga as trevas diabólicas da ignorância. Mas quem deseja exercitar-se nas ciências divinas conservando a regra da fé católica não se impressiona.

Devo advertir que observamos aqui a mesma norma que usamos nos livros anteriores, não traduzindo aquilo que parece contrário ao que o autor exprimiu noutros lugares, ou que é contra a nossa fé, omitindo-o como se tivesse sido inserido por outros, ou adulterado. Se alguma novidade ele disse a respeito das criaturas racionais, como estudo e exercício, já que nisso não se encontra nada de essencial para a fé, não o omiti nem nestes livros nem nos precedentes, pois me parece que é dessa maneira que se deve responder a não poucas heresias, a não ser quando ele às vezes quis repetir nos últimos livros o que já tinha dito nos primeiros, e achei conveniente fazer alguns cortes, por razão de brevidade. Mas aquele que ler estas páginas com o desejo de aproveitar e não de difamar, fará melhor se pedir a pessoas competentes que lhe expliquem. É mesmo absurdo deixar que os gramáticos lhe expliquem os versos fingidos dos poetas e as fantasias ridículas das comédias e pensar que se pode aprender sem mestre e sem comentador o que se diz de Deus, dos poderes celestes, e do universo, onde se refutam os erros perversos dos filósofos pagãos e dos hereges, e assim acontece que os homens, na sua temeridade e ignorância, preferem condenar o que é difícil e obscuro a aprender a compreendê-lo pelo estudo continuado.¹

1. Sobre o livre-arbítrio

1. Parece-nos que é desse modo que se deve pensar acerca das promessas divinas quando projetamos a nossa inteligência para a contemplação do século eterno e sem fim e que contemplamos a sua alegria e felicidade infáveis.

A pregação eclesiástica contém a doutrina do justo juízo de Deus, doutrina que, quando se crê que é verdadeira, exorta os ouvintes a viver bem e a fugir de todos os modos do pecado; mas como, quando aqueles que a ouvem evidentemente concordam em dizer que o que é digno de louvor ou de reprovação depende de nós, permiti que me alongue um pouco, em separado, sobre o livre-arbítrio, problema que se encontra entre os mais relevantes.

A fim de compreender o que é o livre-arbítrio, é preciso explicar esta noção, de tal modo que o objeto desta pesquisa seja exposto com exatidão quando ela ficar clara.

2. Entre os seres que se movem há uns que são a própria causa do seu movimento, e há outros que só se movem por algo externo. Movem-se apenas a partir de fora aqueles objetos que podemos transportar, como as madeiras, as pedras e todos os materiais que se mantêm pela sua coesão. Por agora, não chamemos de movimento ao fluxo dos corpos, porque não temos necessidade disso para o nosso assunto. Têm em si mesmos a causa do seu movimento os animais, as plantas e, em resumo, tudo o que subsiste devido à sua natureza e tem alma. Dizem que também os veios metálicos e, além disso, o fogo têm seu próprio movimento, e talvez até as fontes de água.

Entre os que têm em si mesmos a causa do seu movimento, diz-se que uns são movidos a partir de si mesmos, e os outros por si mesmos: a partir de si mesmos são os seres inanimados, e por si mesmos os que têm alma. Os seres que têm alma são movidos por si mesmos porque se produz neles uma representação que provoca o impulso. Mais ainda, em certos animais as representações que se formam provocam o impulso, e a natureza imaginativa aciona o impulso de modo ordenado; assim, na aranha, a representação de tecer produz-se e dela se segue o impulso para tecer, provocado, de modo ordenado, pela natureza imaginativa, pois o animal nada recebeu a não ser essa natureza imaginativa. A mesma coisa se produz na abelha para fabricar a cera.

3. Mas o animal racional, além da natureza imaginativa, possui a razão que julga as representações, recusa umas e aceita outras, para que o ser vivo se conduza de acordo com elas. É por isso, porque a razão possui na sua natureza os meios de ver o bem e o mal, que nós utilizamos para ver o bem e o mal e assim escolher o bem e recusar o mal, que somos dignos de louvor se praticamos o bem, e dignos de reprovação, no caso contrário. Não esqueçamos, porém, que, em certos animais, se encontra uma natureza ordenada a atividades superiores às dos outros animais; e nestes parece que o sentido deles se aproxima do racional, como nos cães farejadores e nos cavalos de guerra. Mas um estímulo que vem de fora e que provoque tal ou qual representação, segundo todos atestam, não depende de nós. Quanto a julgar se se deve servir desta ou daquela maneira daquilo que foi produzido, isso é obra somente da razão que está em nós e que, a partir dessas ocasiões, fortifica em nós os impulsos que nos arrastam para o bem e o conveniente, ou, ao contrário, nos afastam dele.

4. Se alguém pretender que o estímulo exterior é tal que é impossível enfrentá-lo, quando ele se produz desse modo, ele que reflita nas suas próprias paixões e nos seus

movimentos para ver se não se produz aí um consentimento, um assentimento, uma inclinação da inteligência para tal atitude por causa da força dos argumentos. Para aquele que decidiu, por exemplo, conservar a continência e abster-se de união sexual, não será a aparição de uma mulher, provocando o agir contra a sua intenção, que será a causa decisiva do abandono das suas decisões; de fato, ele pratica a libertinagem porque consentiu completamente na excitação e na doçura do prazer, não querendo lhe resistir nem ratificar a sua resolução. Mas aquele que está mais preparado e exercitado procede de modo diferente: quando sobrevêm essas excitações e provocações, a razão, fortificada e formada no exercício e na meditação, tendo chegado pela instrução à firmeza na sua caminhada pelo bem, ou pelo menos próxima de lá chegar, afasta as excitações e enfraquece os desejos.

5. Mas, quando isso se produz, se acusamos os estímulos exteriores e nos sentimos absolvidos de qualquer acusação, afirmando que somos como a madeira e as pedras, que são movidas por forças do exterior, isso não é nem verdadeiro nem honesto; quem assim faz tem a seguinte razão: falsificar a noção de livre-arbítrio. Se lhe perguntássemos o que é o livre-arbítrio, responderia: quando nada do exterior me empurra na direção oposta àquela que decidi.

Do mesmo modo é contrário à evidência acusar somente a nossa constituição natural porque o ensino e a educação se encarregam dos destemperados e dos mais selvagens e os transformam, desde que obedeçam às suas exortações; é tal o efeito da exortação e da conversão que muitas vezes os mais incontinentes se tornam melhores do que aqueles que antes não pareciam incontinentes por natureza e que os mais selvagens chegam a tal ponto de mansidão, que aqueles que nunca se mostravam assim tão selvagens parece que o são, quando os comparamos a um daqueles que se converteram à suavidade. Vemos ainda outros, muito serenos e respeitáveis, que se extraviam e decaem desse equilíbrio e dessa respeitabilidade para se converterem à desordem; muitas vezes, é na idade madura que eles começam a viver na intemperança e se atiram no desregramento, quando já passou o tempo da juventude, que, por natureza, é mais instável. A razão mostra que os acontecimentos do exterior não dependem de nós, mas que compete a nós nos servir deles desta ou daquela maneira, tomando a razão para analisar e examinar como convém proceder em face de cada acontecimento externo.

6. A nossa obra é viver bem, e é o que Deus requer de nós, não como obra sua nem de nenhum outro, ou do destino, como alguns pensam, mas como obra nossa; é o que testemunha o profeta Miqueias nestes termos: “Se a ti, homem, foi anunciado o que é o bem, ou o que Deus te pede, não é nada senão exercitar o juízo, amar a misericórdia e estar pronto para seguir o Senhor teu Deus” (Mq 6,8). E assim Moisés: “Diante de ti, pus o caminho da vida e o caminho da morte: escolhe o bem e caminha nessa via” (Dt 30,19), ou ainda Isaías: “Se o quereis e se me escutais, comereis os bens da terra; mas, se não o quereis e não me escutais, uma espada vai vos devorar, pois assim falou a boca do Senhor” (Is 1,19-20). E nos Salmos: “Se o meu povo me escutasse e se Israel tivesse andado nos meus caminhos, eu teria reduzido a nada os seus inimigos” (Sl 80,14-15).

Isso supõe que escutar e andar nos caminhos do Senhor está ao alcance do povo. E também o Salvador, quando diz: “Eu vos digo que não argumenteis contra o mentiroso” (Mt 5,39) e “aquele que se irrita contra seu irmão será julgado e condenado” (Mt 5,22); e “se alguém olha para uma mulher com desejo, já cometeu adultério no seu coração” (Mt 5,28). E por todos os outros mandamentos que ele dá, afirma que está em nosso poder cumprir os preceitos e que seremos justamente condenados se transgredirmos. É por isso, diz, que “aquele que ouve as minhas palavras e as observa será comparado a um homem sensato que construiu a sua casa sobre a pedra (...). Aquele que escuta, mas não cumpre, é semelhante a um louco que construiu a sua casa na areia (...)” (Mt 7,24-26). Quando diz aos que estão sentados à sua direita: “vinde a mim, benditos de meu Pai (...) porque eu tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber” (Mt 25,34-35), ele lhes dá claramente estas promessas como se eles fossem a causa desses louvores, e, ao contrário, os outros são reprovados pela sua falta, quando diz: “Ide, malditos, para o fogo eterno” (Mt 25,41).

Vejamos de que modo Paulo também nos fala como aos que têm o livre-arbítrio que é causa de condenação ou de salvação: “Desprezas a riqueza da sua bondade, da sua paciência e da sua longanimidade, ignorando que essa bondade de Deus te conduz ao arrependimento? Em função da dureza da impenitência do teu coração, acumulas para ti a cólera no dia da cólera da revelação e do julgamento, junto de Deus, que retribuirá a cada um segundo as suas obras; será dada a vida eterna àqueles que, pela perseverança em cumprir o bem, procuram a glória, a honra e a incorrupção; porém, cólera e fogo aos que teimam em obedecer não à verdade, mas à injustiça. Tribulação e angústia para toda pessoa humana que faz o mal, primeiro o judeu, depois o grego; glória, honra e paz a todos os que fazem o bem, primeiro ao judeu, depois ao grego” (Rm 2,4-10). Encontram-se nas Escrituras inumeráveis afirmações muito claras sobre o livre-arbítrio.

7. Algumas passagens do Antigo e do Novo Testamento parece que vão no sentido contrário, isto é, como se ser salvos ou condenados não dependesse de nós, nem de observarmos os mandamentos ou infringi-los; vamos, por isso, expor essas passagens uma por uma e apresentar as soluções para que, partindo dos casos expostos, cada um possa escolher os textos que lhe parecem contradizer o livre-arbítrio e examinar a sua solução. Muitos se impressionam pelo que respeita ao faraó, sobre quem Deus anuncia várias vezes: “Eu vou endurecer o coração do faraó” (Ex 4,21). Se ele foi endurecido por Deus e se peca por causa desse endurecimento, a causa do pecado não está nele, e se for assim o faraó não tem livre-arbítrio. Dirá alguém que, da mesma maneira, aqueles que se perderam não têm livre-arbítrio, e que não é por sua causa que eles se condenam. E o que se diz em Ezequiel – “Tirarei deles o coração de pedra e lhes darei um coração de carne, a fim de que caminhem nos meus mandamentos, e que cumpram as minhas prescrições” (Ez 11,19-20) – levará talvez alguns a pensar que é Deus que concede que se caminhe nos mandamentos e cumpra as prescrições, retirando os obstáculos, que é o coração de pedra, para colocar no seu lugar o coração de carne, que é melhor.

Examinemos também a passagem evangélica em que o Salvador responde aos que lhe perguntam por que é que ele fala à multidão em parábolas: “para que, diz ele, vendo não

vejam, e ouvindo não ouçam nem compreendam, não seja caso que se convertam e que sejam perdoados” (Mt 13,10; Mc 4,12-13). Também se encontra em Paulo: “Não é obra do que quer nem do que corre, mas de Deus misericordioso” (Rm 9,16). E ainda: “O querer e o agir vêm de Deus” (Fl 2,13). Mais ainda: “Ele tem, pois, piedade de quem ele quer, e endurece quem ele quer. Tu me dirás então: de que te queixas? Quem resiste à sua vontade? Quem és tu, homem, para responder a Deus? O que foi feito dirá àquele que o fez: porque me fizeste assim? Será que o oleiro que trabalha o barro não tem o poder de fazer um vaso para uso nobre, e outro para uso desprezível, a partir da mesma massa?” (Rm 9,18-21). Por si mesmos, esses textos podem perturbar a multidão e fazer crer que o homem não tem livre-arbítrio, mas que Deus salva ou perde quem ele quer.

8. Vamos começar pelo que se diz a respeito do faraó e de Deus que o endurece para impedi-lo de deixar partir o povo; examinaremos ao mesmo tempo esta palavra do Apóstolo: “Terá piedade de quem ele quer e endurecerá quem ele quer” (Rm 9,18). Examinemos o que dizem alguns heterodoxos. Eles se servem desses textos para quase suprimir o livre-arbítrio, argumentando que há naturezas perdidas, incapazes de salvação, e outras que estão salvas e são incapazes de se perder; dizem eles que o faraó era de uma natureza perdida, e endureceu por causa disso, porque Deus tem piedade dos espirituais e endurece os terrestres. Perguntamos se o faraó era de natureza terrestre; quando responderem, lhes diremos que aquele que tem uma natureza terrestre desobedece totalmente a Deus. Se desobedece, que necessidade existe de endurecer o seu coração, e isso não apenas uma, mas várias vezes? Mas, se lhe era possível ser persuadido, teria sido de fato persuadido, como se não fosse terrestre, porque fora convencido pelos prodígios e sinais; porém, Deus precisava da repetição da desobediência dele para manifestar suas maravilhas em vista da salvação de muitos; por essa razão, Deus endureceu o coração dele.

Esta é a primeira resposta a dar-lhes para refutar o que eles supõem: que a natureza do faraó era perdida. É preciso dizer-lhes a mesma coisa a respeito das palavras do Apóstolo. O que é que Deus endurece? Os perdidos? Mas o que lhes aconteceria se não tivessem sido endurecidos? Ou eles serão certamente salvos como se não tivessem uma natureza perdida? De quem é que Deus tem piedade? Não é daqueles que serão salvos? E que necessidade teriam eles de uma segunda misericórdia, se tivessem sido criados desde o princípio como devendo ser salvos, e devendo, pela sua natureza, estar na completa bem-aventurança? Se não for assim, se receberem a perdição caso não forem objeto da misericórdia, Deus terá piedade deles para que não recebam o que os espera – a perdição – e cheguem ao lugar dos que são salvos. É isso que podemos lhes responder.

9. Pode-se objetar àqueles que pensam ter compreendido a palavra “endureceu” o que segue: que é que Deus fez para lhes endurecer o coração e com que objetivo procedeu assim? Examinem, pois, a noção de Deus que, segundo a sã doutrina, é justo e bom, mas, se não a aceitam, conceda-se-lhes, por enquanto, que ele é somente justo. Eles que nos mostrem como é que aquele que é justo e bom, ou somente justo, pode parecer que agiu com justiça ao endurecer o coração daquele que morrerá porque endureceu, e como

é que aquele que é justo pode ser causa de perdição e desobediência ao castigar aqueles que endureceu e constrangeu à desobediência. Por que é que ele critica o faraó nestes termos: “Tu, que não queres deixar partir o meu povo, eis que eu vou ferir todos os primogênitos do Egito e o teu primogênito” (Ex 4,23; 9,17ss; 12,29) e tudo o mais que, segundo a Escritura, Deus disse ao faraó por intermédio de Moisés? É preciso que aquele que acredita que as Escrituras são verdadeiras e que Deus é justo, lute, se é sábio, para mostrar como compreender claramente que Deus é justo ao proferir tais palavras. Porque, se alguém se colocar como acusador e, de cabeça erguida, afirmar que o Criador é mau, teremos de lhe responder com outras razões.

10. Mas como eles dizem que o consideram justo e para nós ele é justo e bom ao mesmo tempo, examinemos como é que aquele que é justo e bom endurecia o coração do faraó. Vejamos se, a partir de um exemplo que o Apóstolo utilizou na Carta aos Hebreus, podemos mostrar como é que, numa mesma ação, Deus tem misericórdia de um e endurece o outro, não com o propósito de endurecê-lo, mas com a boa intenção que tem por efeito endurecer por causa do substrato de malícia que constitui o mal que está neles e é por isso que se diz que ele endurece o que está endurecido.

Diz ele que “a terra que bebeu a chuva que caiu sobre ela e produz uma erva útil àqueles para os quais foi cultivada recebe a bênção de Deus; se ela produz espinhos e cardos, é rejeitada e está próxima da maldição, destinada a ser queimada” (Hb 6,7-8). Há, pois, uma única ação, a da chuva; a partir dessa única ação, que é a da chuva, a terra cultivada produz frutos, e a que não é cuidada e é estéril produz espinhos. Podia parecer uma calúnia colocar na boca daquele que faz chover as seguintes palavras: fui eu quem produziu os frutos e os espinhos que estão na terra. Mas, se é injurioso, contudo, é verdadeiro, pois, se não houvesse chuva, não teria havido frutos nem espinhos; porém, se ela cai no tempo desejado, e com medida, uns e outros serão produzidos. Com efeito, quando ela produz espinhos e cardos, a terra que bebeu a chuva que caiu sobre ela é desprezada e fica próxima da maldição. O benefício da chuva caiu, portanto, na terra pior, e como o solo estava descuidado e inculto, produziu espinhos e cardos. Assim, portanto, os prodígios realizados por Deus são como a chuva, as diversas vontades são como a terra cultivada e a negligenciada, sendo pela sua natureza única como uma só terra.

11. É como se o sol tomasse a palavra e dissesse: eu torno líquido, e eu seco – quando liquefazer e secar são estados contrários; contudo, ele não mentiria por causa da base comum, pois o mesmo calor que torna líquida a cera é o que seca a lama. Assim a mesma ação que se produziu por meio de Moisés revelou o endurecimento do faraó por causa da sua maldade, e a docilidade dos egípcios que se tinham misturado com os hebreus e partiam de viagem com eles. E o que está escrito: que pouco a pouco o coração do faraó se suavizou a ponto de dizer: “Não ireis longe, caminhareis três dias e deixareis vossas mulheres” (Ex 8,27-28) e todas as outras palavras que ele disse, entregando-se, pouco a pouco, aos prodígios, mostram que os milagres agiam sobre ele, mas sem o levar a decidir tudo. Isso não teria acontecido se a frase “endurecerei o

coração do faraó” tivesse sido cumprida por Deus, no sentido que entende a maioria.

Não é despropositado explicar tais palavras a partir do uso comum da linguagem. Muitas vezes, os bons patrões dizem aos criados, mal-acostumados pela sua bondade e paciência: “Fui eu que te tornei mau”; e: “Sou eu a causa dos teus erros”. É preciso compreender o modo habitual e a força do que se diz, e não caluniar, por meio de uma interpretação errada, o que quer dizer essa palavra. Realmente, Paulo, que examinou essas coisas claramente, diz ao pecador: “Tu desprezas a riqueza da sua bondade, da sua paciência e da sua longanimidade, ignorando que a bondade de Deus te conduz à penitência? Conforme a dureza e a impenitência do teu coração, acumulas para ti mesmo a cólera no dia da cólera e da revelação, e do justo juízo de Deus” (Rm 2,4-5). O que o Apóstolo diz ao pecador, que seja dito ao faraó: pode-se pensar que se refere a ele de uma maneira perfeitamente adaptada, pois, segundo a dureza e a impenitência do seu coração, ele acumula para si mesmo a cólera. Tal dureza não seria assim revelada nem seria tão manifesta se os milagres não tivessem sido realizados, ou mesmo, no caso de terem sido realizados, se não tivessem sido tão numerosos e tão grandes.

12. Mas, como tais explicações parecem difíceis de aceitar, e um tanto forçadas, vejamos, a partir das palavras proféticas, o que dizem aqueles que experimentaram a grande bondade de Deus, tendo decerto levado uma vida bela, mas depois pecaram: “Por que nos transviastes, Senhor, para longe do teu caminho? Por que endureceste o nosso coração para o impedir de temer o teu nome? Volta-te para nós por causa dos teus servos, por causa das tribos que são a tua herança, a fim de que herdemos um pouco da tua santa montanha” (Is 63,17). E em Jeremias: “Tu me enganaste, Senhor, e eu fui enganado; tu prevaleceste, e ganhaste” (Jr 20,7). Mas estas palavras: “porque endureceste o nosso coração para o impedir de temer o teu nome?”, ditas por aqueles que imploram piedade, significam, se as entendemos no sentido moral: por que nos poupastes a esse ponto, sem nos repreender pelos nossos pecados, mas nos abandonando até que nossos pecados se acumulassem? Portanto, Deus deixa a maior parte sem castigo, a fim de que os modos de cada um sejam examinados a partir do seu livre-arbítrio, e que os melhores se revelem nas provas a que forem submetidos. Os outros que não se esconderam à vista de Deus – pois ele “tudo sabe antes que aconteça” (Dn 13,42) –, como seres racionais, encontrarão mais tarde o caminho da cura, pois não teriam tido consciência do benefício divino se não se tivessem condenado a si mesmos, o que lhes é de proveito para que tomem consciência do que cada um é, e da graça que vem de Deus. Aquele que não tomou consciência da sua própria fraqueza e da graça divina, se vamos em seu socorro antes que ele faça a experiência de si mesmo e que ele se condene a si mesmo, pensará que o socorro que lhe vem da graça celeste é obra sua. O que, gerando presunção e orgulho, será causa da sua queda; em nosso entender, é o que acontece ao diabo que se atribuiu a si mesmo o que tinha quando era irrepreensível: “Aquele que se eleva será rebaixado, e o que se abaixa será elevado” (Lc 14,11). Repare-se que, por causa disso, “as realidades divinas se esconderam aos sábios e aos inteligentes, a fim de que, diz o Apóstolo, nenhuma carne se orgulhe diante de Deus. E elas são reveladas aos pequenos” (Lc 10,21; 1Cor 1,29), aqueles que, desde a primeira

infância, alcançaram as realidades superiores e que se lembram que não é tanto pelos seus esforços quanto por um benefício inefável de Deus que atingiram tal nível de bem-aventurança.

13. Aquele que é abandonado, o é, pois, em razão de um julgamento divino, e não é sem razão que Deus tem paciência com certos pecadores, porque será para eles um benefício, considerando a imortalidade da alma e a eternidade sem fim, não receber imediatamente o auxílio para sua salvação, mas de lá serem conduzidos mais lentamente depois de terem sofrido muitos males. Por vezes, os médicos, quando suspeitam de que há um veneno oculto no corpo, adiam a sua cura, em vez de curarem rapidamente; fazem assim porque querem curar com mais segurança, e pensam que é melhor manter por mais tempo o paciente com inflamações e dores para que ele possa recuperar a saúde de modo mais sólido, em vez de lhe dar rapidamente forças aparentes, expondo-o desse modo a recaídas posteriores e a melhoras apressadas e passageiras. Desse modo age Deus, que conhece os segredos dos corações e que sabe o que vai acontecer: permite, talvez pela sua paciência, e também pelos acontecimentos externos, fazer sair o mal escondido, para purificar o que tem em si, por causa da sua negligência, as sementes do pecado; mantendo o pecador nos males por mais tempo, faz com que essas sementes venham à tona, ele as vomita, e, tendo sido purificado da sua maldade, pode então alcançar a regeneração. Pois Deus governa as almas não só na perspectiva dos cinquenta anos, por assim dizer, da vida terrena, mas também na da perpetuidade sem fim, porque ele tornou incorruptível a natureza inteligente, que é semelhante a ele, e a alma racional não se afasta dos seus cuidados, como nesta vida.

14. Vamos usar uma imagem tirada do Evangelho. Trata-se de uma pedra coberta com uma camada superficial de terra: a semente que nela cai brota rapidamente, mas, como não tem raiz, o sol, quando se levanta, a queima e resseca. Essa pedra é a alma humana, endurecida pela negligência e petrificada pela maldade. Ninguém recebe de Deus um coração de pedra, mas ele se torna assim pela maldade. Por exemplo: se alguém criticasse um lavrador por não atirar logo os grãos sobre a terra, ao ver que outra terra pedregosa já recebeu as sementes e que elas brotaram, ele responderia: mais tarde, vou semear essa terra, depois de ter lá colocado algo que segure o grão, pois para ela é preferível que eu faça isso mais tarde e com mais segurança, como o mostra o caso daquela que recebeu a semente muito cedo e ficou na superfície. Ficaríamos convencidos de que o lavrador falou de modo razoável e agiu com competência. Assim também o grande cultivador de toda a natureza adia o que é prematuro, para que não se torne superficial. Suponhamos, porém, que um de nós faz esta objeção: por que então uma parte das sementes cai nesta alma que é comparada à terra coberta com pouca terra? É preciso responder que é preferível para ela, porque ela deseja com ânsia demais as realidades superiores e não se preocupa de andar na via que leva a elas, e de obter o que deseja; assim, tendo dessa forma reconhecido a sua falta, esperará com paciência para receber mais tarde do lavrador, com muito tempo, os cuidados conforme à sua natureza.

Dir-se-á que as almas são inumeráveis, inumeráveis seus modos de ser e em grande

número os seus movimentos, propósitos, projetos e impulsos; mas só um os governa de modo excelente, aquele que conhece os momentos, os auxílios adequados, os comportamentos e caminhos, o Deus e Pai do universo, aquele que sabe como conduzir o faraó através de tantos acontecimentos e mesmo quando ele é engolido pelo mar, porque isso não põe fim ao que Deus tem a fazer com o faraó: submergiu, mas nem por isso foi destruído, “pois na mão de Deus estamos nós mesmos, com nossas palavras, toda a nossa prudência e os conhecimentos que colocamos em nossas obras” (Sb 7,16). Escrevemos essas coisas conforme pudemos para justificar estes textos: “O coração do faraó foi endurecido” (Ex 10,20) e “Teve piedade de quem ele quis e endureceu a quem ele quis” (Rm 9,18).

15. Vejamos agora este texto de Ezequiel: “Retirarei seus corações de pedra e lhes darei corações de carne para que caminhem nos meus mandamentos e que observem minhas ordens” (Ez 11,19). Se é Deus quem, quando quer, retira os corações de pedra, e no seu lugar põe os corações de carne para nos permitir cumprir as suas ordens e respeitar os seus mandamentos, não é em nós que está o poder de afastar a maldade. Dizer, com efeito, que os corações de pedra são retirados não significa senão que a malícia que endurece alguém é retirada quando Deus quer. E dizer que é colocado um coração de carne para que se caminhe segundo as ordens de Deus e que se guardem os seus mandamentos será outra coisa senão tornar-se dócil, e não resistente à verdade, e praticar as virtudes? Se é Deus que promete fazê-lo, se, antes que ele retire os corações de pedra, nós não podemos pô-los de lado, é evidente que não está em nós o afastar a maldade; e se não somos nós que agimos para colocar em nós um coração de carne, mas se é obra de Deus, não depende de nós viver virtuosamente, mas será inteiramente uma graça de Deus.

É isso que diz aquele que suprime o que está ao nosso alcance, apoiando-se no sentido literal. Mas nós responderemos que é preciso entendê-lo da seguinte forma: quando alguém, ignorante e mal instruído, mas consciente dos males que sofre, seja em decorrência das exortações de um mestre, seja de outra forma por si mesmo, se entrega àquele que pode, a seu juízo, conduzi-lo à educação e à virtude, e que esse mestre lhe promete retirar a sua ignorância e lhe dar instrução, ele não quer dizer com isso que aquele que se confia aos seus cuidados não tem nada a fazer para ser instruído e se afastar da falta de educação a não ser apresentar-se para ser cuidado; o mestre promete apenas melhorar aquele que o deseja. É dessa maneira que a Palavra divina promete àqueles que dela se aproximam tirar-lhes a maldade – que ela chama coração de pedra –, não quando eles resistem, mas quando se entregam ao médico dos doentes. De modo semelhante, encontram-se nos Evangelhos doentes que vão ao Salvador, pedindo para receber a cura, e que são tratados. Recobrar a vista, por exemplo, se se considera o pedido, feito com fé, de poder ser curado, é obra dos doentes, mas, se se considera o restabelecimento da visão, é obra de nosso Salvador. É assim que a Palavra de Deus promete dar o conhecimento àqueles que se aproximam dela, retirando o coração de pedra e endurecido, isto é, a maldade, a fim de que se possa caminhar nos preceitos divinos e cumprir os mandamentos divinos.

16. No Evangelho, havia depois o que o Senhor explicava por que ele falava em parábolas aos de fora “para que, vendo, não vejam e, ouvindo, não compreendam, não seja caso que se convertam e sejam perdoados” (Mt 13,10-13; Mc 4,12). E o opositor dirá: pois que, de todos os modos, se, ao ouvir o ensinamento mais claro, estes se convertem, e de tal maneira se convertem que se tornam dignos de receber a remissão dos pecados, mas, se não está no poder deles ouvir as palavras mais claras, mas depende daquele que ensina (e é por isso que o mestre não lhes anuncia mais claramente, não seja caso que eles o compreendam), então não está ao alcance deles o serem salvos. Se é assim, não temos livre-arbítrio para a salvação ou a condenação. Poderíamos justificar essa passagem de um modo convincente se não se tivesse acrescentado: “Não seja caso que eles se convertam e que sejam perdoados” – nesse caso, o Senhor não queria que aqueles que não deviam ser homens decentes e bons pudessem compreender as realidades mais místicas, e que era por isso que lhes falava em parábolas. Mas o que lá está é: “não seja caso que eles se convertam e sejam perdoados” – e a sua defesa fica mais difícil.

Primeiro, é preciso chamar a atenção dos heterodoxos para essa passagem, porque eles ficam procurando no Antigo Testamento palavras como essas para mostrar – a tanto eles se atrevem – a crueldade do Criador, sua vontade de se vingar e de retribuir o mal com o mal, seja qual for o nome que eles dão a tal comportamento, apenas para dizer que não há bondade naquele que cria. Mas eles não examinam o Novo Testamento da mesma maneira e honestamente, pois não anotam as passagens semelhantes àquelas que eles julgam repreensíveis no Antigo Testamento. É evidente que, tal como eles dizem a propósito do texto citado antes, o Salvador não se exprime com clareza para que não aconteça que os homens se convertam e mereçam então receber a remissão dos pecados; em si mesma essa afirmação não é menos grave do que aquelas que eles apontam no Antigo Testamento. Se eles procuram justificar o que está no Evangelho, é preciso dizer-lhes que, ao considerá-lo como não repreensível, eles se comportam de maneira diversa perante problemas semelhantes: no que se refere ao Novo Testamento, eles não se escandalizam, mas procuram uma justificação; no que se refere às afirmações análogas encontradas no Antigo Testamento, seria então preciso justificá-las como as do Novo, mas eles as criticam, enquanto nós demonstramos, em vista dessas semelhanças, a necessidade de pensar que todas as Escrituras são obra de um só Deus. Mas vamos tentar justificar, tanto quanto possível, o texto proposto.

17. Dizíamos, no caso do faraó, que, às vezes, para os que caíram em dificuldades por sua iniciativa, e estão em via de se curar, não é bom sair rapidamente do tratamento, e se curar depressa, pois ficam afastados daquilo pelo qual caíram, e então não dão importância ao mal, considerando-o fácil de curar, e, se por não cuidarem de o evitar, voltarem a cair nele, nele permanecerão. É por isso que, em casos semelhantes, o Deus eterno, que conhece o que está oculto, ele “que tudo conhece antes que aconteça” (Dn 13,42), na sua bondade, adia a vinda do auxílio, que, de outro modo, seria rápido demais e, por assim dizer, socorre-os não os socorrendo, porque isso é o que lhes será benéfico.

É provável que o Salvador, conhecendo no interior aqueles de fora, via que, mesmo entendendo claramente o que era dito, não seriam firmes na sua conversão; por isso o Senhor fez com que eles não entendessem distintamente as palavras mais profundas, não fosse o caso que, ao obter o perdão, curados e convertidos depressa demais, desprezassem como leves e fáceis de curar as feridas da maldade, e nelas recaíssem em seguida. Talvez, sofrendo então o castigo dos pecados anteriores contra a virtude que abandonaram, não tenham alcançado ainda o tempo conveniente em que, depois de terem sido privados da vigilância divina, e saciados pelos males que eles mesmos cometeram, mais tarde serão chamados a uma penitência mais sólida, e não voltarão a cair tão depressa nos males em que tinham caído antes, quando ultrajavam a dignidade do bem e se entregavam às coisas piores. Aqueles que estão fora, por comparação com os de dentro, não se encontrando totalmente afastados dos de dentro, enquanto estes entendem claramente, entendem de modo obscuro por que lhes falam em parábolas; mesmo assim entendem. Outros que não os de fora, aqueles que são chamados “os de Tiro”, mesmo que se tenha previsto que eles “já tivessem feito penitência sentados no saco e na cinza” (Mt 11,21), se o Salvador se tivesse aproximado mais deles, não entenderiam nem o que os de fora entendem, como seria de esperar, porque estão longe da dignidade dos de fora; mas em outra oportunidade, depois que seu destino se torne mais suportável do que o daqueles que não acolheram a Palavra – a propósito deles é que se menciona “os de Tiro” – tendo escutado num momento mais adequado, farão uma penitência mais consistente.

Vê se, além do nosso trabalho de busca, não lutamos também para nos conservar piedosos diante de Deus e do seu Cristo, procurando explicar completamente, em matérias tão importantes, a providência variada de Deus, quando se encarrega da alma imortal. A respeito daqueles que são repreendidos, pode-se perguntar se eles não tiraram proveito à vista dos milagres e da audição das palavras divinas; os de Tiro teriam feito penitência se tais coisas lhes fossem feitas e ditas; portanto, alguém pode se perguntar por que então o Senhor lhes pregou, se foi para a desgraça deles, colocando à conta deles uma falta maior ainda? Respondemos que Deus, conhecendo as disposições de todos os que acusam a sua providência, e que não creem nela porque não lhes foi dado ver a visão que concedeu a outros, e porque ela não se dispõe a lhes fazer entender o que outros entenderam para seu bem, quis convencê-los de que a resposta deles não era convincente, e lhes deu o que eles queriam, ao reprovar sua maneira de governar. Mas, depois de terem recebido a reprovação, nem por isso ficaram menos contumazes na extrema impiedade, porque mesmo assim eles não se entregaram ao que poderia lhes ser benéfico. Não deixam de lado a sua ousadia, mas, alertados por esse fato, aprenderão que, por vezes, no interesse de alguns, Deus tarda e adia, não concedendo que vejam nem ouçam o que a visão e a audição manifestariam ainda mais: a gravidade e o peso do pecado daqueles que não acreditaram depois de revelações tão grandes.

18. Vejamos agora a que se refere a frase: “Não é, pois, daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus misericordioso” (Rm 9,16). Os adversários dizem: se não é obra daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus, que faz misericórdia, a salvação

não vem de nossa vontade, mas da nossa natureza, obra daquele que assim nos criou, ou daquele que tem misericórdia quando quer. Nós lhes perguntaremos: Querer o bem é bom ou mau? E correr para atingir o fim quando alguém se apressa em direção ao bem é louvável ou repreensível? Se disserem que é repreensível, responderão contrariamente à evidência, porque os santos querem, e correm, e é evidente que, ao fazê-lo, não fazem nada de repreensível. Se eles disserem que é bom querer o bem e correr para o bem, nós perguntaremos como é que a natureza perdida pode querer o bem. Pois é como uma árvore má que carrega bons frutos, visto que querer o bem é bom. Dirão, em terceiro lugar, que querer o bem e correr para o bem está entre os indiferentes e que não é nem louvável, nem ruim. A isso é preciso responder que, se querer o bem e correr para o bem é indiferente, seus contrários são também indiferentes, a saber: desejar o que é mau e correr para o que é mau. Mas desejar o mal e correr para o mal não são coisas indiferentes, portanto, desejar o bem e correr para o bem não são indiferentes.

19.² À frase: “Não é, pois, a obra daquele que quer nem daquele que corre, mas a de Deus, que faz misericórdia” (Rm 9,16), penso que podemos dar a justificativa seguinte. Diz Salomão no livro dos salmos – é dele o cântico “elevações” do qual apresentamos estas palavras – “Se o Senhor não constrói a casa, em vão trabalham os que a constroem, se o Senhor não guarda a cidade, em vão a vigiou o guarda” (Sl 126,1). Ele não nos dissuade de construir, e não nos ensina aqui a não vigiar para guardar a cidade que está em nossa alma, mas ensina que o que é construído sem Deus e o que não está sob sua guarda é construído em vão e guardado sem resultado, pois é com razão que Deus é descrito como o mestre da construção, e o Senhor do universo como o que comanda os que guardam a cidade. É como se disséssemos: essa construção não é obra do construtor, mas de Deus; ou: se essa cidade não sofreu nada dos seus inimigos, não se deve atribuir o sucesso ao seu guarda, mas ao Deus do universo; contudo, teríamos razão se se subentendesse que o homem fez alguma coisa, mas que o sucesso deve ser referido com ações de graças a Deus, que tudo realizou. Da mesma maneira, como o querer humano não é suficiente para atingir o fim, nem o fato de correr como atletas para obter o troféu do convite celeste vindo de Deus em Jesus Cristo – com efeito, com a assistência divina é que isso se realiza –, com justiça está escrito: “Não é, pois, daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus misericordioso”. Pode-se invocar como exemplo o que está escrito como se fosse um trabalho agrícola: “Fui eu que plantei, Apolo que regou, mas Deus é que fez crescer, de tal modo que nem o que planta nem o que regou não são nada, mas Deus que faz crescer” (1Cor 3,6). Em nosso entender, seria faltar ao respeito a Deus dizer que, se os frutos amadureceram, seria obra do cultivador ou daquele que rega, quando a obra é de Deus. De modo semelhante, no que se refere à nossa perfeição, não se pode dizer que não tenhamos feito nada, contudo, o acabamento não é nosso, mas Deus é que fez a maior parte. E para que se acredite com mais clareza naquilo que dizemos, tomemos o exemplo da arte do piloto. Por comparação à ação dos ventos que sopram, à serenidade do ar, ao brilho dos astros, tudo isso colaborando para a salvação dos navegantes, que importância tem a arte do piloto

para retornar ao porto? Os próprios pilotos muitas vezes com prudência se atrevem a concordar que salvaram o navio, mas tudo atribuem a Deus: isso não quer dizer que nada tenham feito, mas que a parte da Providência é sem comparação muito maior do que a da habilidade. No que se refere à nossa salvação, a parte de Deus é incomparavelmente maior do que a nossa. Creio que é por isso que está dito: “Não é, pois, daquele que quer, nem daquele que corre, mas do Deus misericordioso” (Rm 9,16). Se se devesse compreender a frase: “Não é, pois, daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus misericordioso”, como fazem os nossos opositores, os mandamentos seriam supérfluos e não haveria motivo para Paulo distribuir a reprovação aos que caíram, o louvor aos que se comportam bem, e legislar para as Igrejas: em vão nós nos aplicamos a querer os bens melhores, em vão corremos. Mas não, não é em vão que Paulo o aconselha, a uns censura e a outros aprova, não é em vão que nos dedicamos a querer os melhores bens e a nos esforçar por alcançar os bens superiores. Os nossos contraditores é que não compreenderam do que se trata nessa passagem.

20. Em seguida vem: “O querer e o agir vêm de Deus” (Fl 2,13). Dizem alguns: se o querer vem de Deus, e o agir vem de Deus, mesmo que desejemos o mal, e se agimos mal, isso vem de Deus para nós, e, se é assim, não somos senhores de nós mesmos. De igual modo, quando queremos os melhores bens e quando agimos bem, não somos nós que executamos essas ações louváveis, mas como é de Deus que vem o querer e o agir, embora pareça que nós o fazíamos, foi Deus quem nos concedeu o fazê-lo: assim, até nisso não temos autonomia. A isso é preciso dizer que a palavra do Apóstolo não diz que o querer mal vem de Deus e que o querer bem vem de Deus, e também não diz para fazer o bem ou o mal, mas o querer em geral ou o agir em geral. Tal como é de Deus que temos a nossa natureza de seres vivos e de homens, assim também o querer em geral, como acabei de dizer, e o fato genérico de se mover. Porque somos vivos, temos a faculdade de nos mover, e, por exemplo, de agitar tais membros, mãos ou pés; não está aí uma razão para dizer que temos de Deus o caráter específico das nossas ações, por exemplo, de agitar um membro para bater, para matar ou para roubar os bens alheios; trata-se somente do seu caráter genérico de nos mover, que recebemos de Deus; nós é que utilizamos essa faculdade para o pior ou para o melhor. Assim, nós recebemos de Deus o agir como seres vivos, e do Criador o querer, mas somos nós que nos servimos do querer, e de modo semelhante do agir, para o melhor e para o pior.

21. Outra palavra apostólica parece que nos leva a acreditar que não possuímos livre escolha, quando se antecipa a responder a si mesmo: “Ele tem, pois, piedade de quem ele quer, e endurece quem ele quer. Dirás então: Por que reclama? Por que se opôs à sua vontade? Mas, ó homem, quem és tu para responder a Deus? Aquilo que é feito dirá àquele que o faz: Por que me fizeste assim? O oleiro que trabalha a argila não tem o poder de fazer, a partir da mesma massa, um vaso para uso respeitável, e um outro para uso menos digno?” (Rm 9,18-21). Dirão: tal como o oleiro a partir da mesma massa faz vasos para uso respeitável e outros para uso menos digno, se Deus destina uns à salvação e outros à perdição, não está em nosso poder ser salvos ou nos perder: não temos livre-

arbítrio. Àquele que usa assim desse argumento, pergunta-se se ele pensa que o Apóstolo pode fazer afirmações contra si mesmo: creio que ninguém terá o atrevimento de o dizer. Se, portanto, o Apóstolo não faz afirmações contraditórias, como é que – segundo aquele que assim o entende – ele acusa com razão o fornicador de Corinto, ou aqueles que caíram sem se arrepender pelas ações de incontinência e de intemperança que cometeram? Como abençoará pelas suas ações boas aqueles que louva, como a família de Onesíforo, quando diz: “Que o Senhor faça misericórdia à família de Onesíforo porque muitas vezes me reconfortou e não teve vergonha das minhas cadeias, mas, tendo ido a Roma, me procurou ativamente e me encontrou: que o Senhor lhe conceda que encontre misericórdia junto dele nesse dia” (2Tm 1,16-18). Não é próprio do Apóstolo repreender o pecador digno de censura, e aprovar como louvável aquele que agiu bem, e, por outro lado, dizer, como se não estivesse em nós, que o Criador é responsável por um vaso ter sido feito para uso respeitável e outro para uso vulgar. Como pode ser verdade dizer que: “Todos nós compareceremos diante do tribunal de Cristo para que cada um receba segundo o que tiver feito por meio do seu corpo, seja no bem ou no mal” (2Cor 5,10), se aqueles que agiram mal o fizeram porque foram criados como vasos destinados a um uso vulgar, e se aqueles que viveram virtuosamente fizeram o bem porque desde o início foram feitos com essa finalidade, como vasos destinados a um uso honrado? Há ainda outra contradição no fato de ser da responsabilidade do Criador um vaso respeitável ou um vaso vulgar; assim o compreendem nossos objetores nas palavras que citamos, e pelo que nos é dito noutra lugar: “Numa casa grande, não há somente vasos de ouro e prata, mas vasos de madeira e de barro, uns para uso respeitável, outros para uso desprezível. Se alguém se purifica a si mesmo, será um vaso respeitável, santificado, útil ao Senhor, pronto para toda boa obra” (2Tm 2,20-21). Porque, se aquele que se purifica se torna um vaso para uso respeitável, e se aquele que olhou com indiferença a sua própria impureza se torna um vaso de desonra, a julgar por essas palavras, o Criador não é de modo nenhum responsável. Pois o Criador faz os vasos de honra e de desonra desde o princípio segundo a sua presciência, mas não é por ela que antecipadamente condena nem justifica; mas ele faz vasos de honra com aqueles que se purificam a si mesmos, e vasos de desonra daqueles que com indiferença olharam a sua própria impureza. Assim, é em consequência de causas precedendo a sua formação como vaso digno e vaso indigno que eles foram feitos, uns para a dignidade e outros para a indignidade.

22. Portanto, se admitimos de uma vez que há certas causas que precedem o fato de ser vasos dignos ou vasos indignos, não é despropositado pensar, no que se refere à questão das almas, que certas causas precederam Jacó ser amado e Esaú ser odiado; no que diz respeito a Jacó antes que se fizesse corpo, e a respeito de Esaú quando ainda estava no seio de Rebeca.³

Mostra-se também claramente que, no que se refere à natureza que serve de substrato, assim como o oleiro tem à sua disposição uma única espécie de argila, massa da qual vai tirar os vasos dignos e os indignos, Deus tem à sua disposição uma única

natureza que é subjacente a todas as almas, e, por assim dizer, uma só massa que é a das substâncias racionais, e foram as causas antecedentes que destinaram umas à honra e outras à desonra. Se quisermos olhar como advertência a palavra do Apóstolo: “Mas então quem és tu, ó homem, para contestar a Deus?” (Rm 9,20), ela talvez nos ensine que aquele que vive na confiança de Deus, que é fiel e vive no bem, não ficaria sujeito a ouvir: “Quem és tu para contestar a Deus?”. Seria como Moisés: “Moisés falava e Deus lhe respondia na sua própria voz” (Ex 19,19). Pois assim como Deus responde a Moisés, assim o santo responde a Deus. Quem não adquiriu uma confiança como essa, ou porque a perdeu, ou porque discute essas coisas por gostar de discutir e não por desejo de aprender, e que diz assim: “Então por que é que ele repreende? E quem pode resistir à sua vontade?” (Rm 9,19), merece essa advertência: “Mas então, ó homem, quem és tu para contestar a Deus?” (Rm 9,20).

23. Àqueles que vêm com a doutrina das naturezas e que aduzem essa frase para demonstrar a sua opinião, é preciso dizer o seguinte: se eles mantêm a afirmação de que de uma só massa procedem os perdidos e os salvos, e que há um mesmo autor para os perdidos e os salvos, não há naturezas diferentes nas almas; e se é bom aquele que cria não só os espirituais, mas os terrestres, já que as duas vão juntas, então é o mesmo o Criador de todos; mas é certamente possível que aquele que, em decorrência das suas ações boas, era um vaso respeitável, mas que não continuou a agir desse modo, de uma maneira adequada à sua qualidade de vaso respeitável, seja em outra época um vaso de desonra; de modo semelhante, pode acontecer que aquele que, pelo que houve antes desta vida, se tornou aqui embaixo um vaso indigno, se corrija e venha a ser na nova ordem um vaso digno, santificado e útil ao seu dono, preparado para toda obra boa. E talvez os israelitas de agora, porque não viveram de modo digno da sua origem nobre, não serão mais dessa estirpe, e, tendo sido vasos dignos, se tornaram indignos; e muitos daqueles que são agora egípcios ou idumeus, incorporando-se a Israel, entrarão na Igreja do Senhor por causa dos frutos nobres que irão produzir, e não serão mais contados como egípcios ou idumeus, mas serão israelitas. Desse modo, segundo as orientações da sua vontade, os seres racionais progridem do pior para o melhor, e outros caem do melhor no pior, e ainda outros ficam no bem, ou sobem do bem ao melhor, e chegam ao mais alto grau, e finalmente há outros que ficam no mal, ou, pelo aumento da sua maldade, se tornam de maus em piores.

Por isso,⁴ devemos julgar possível que alguns, depois de ter começado a cometer pequenos pecados, de tal modo neles alastrou a maldade e chegaram a tal progresso no mal que, pela medida da sua perversão, se tornam rivais dos poderes adversários; e, ao contrário, aqueles que passaram por toda espécie de possíveis correções, penosas e muito rigorosas, se algum dia puderam se arrepender, e se pouco a pouco procuraram um remédio para suas feridas, desfeita a maldade, puderam ser restabelecidos no bem. Portanto, pensamos que, como já dissemos muitas vezes, sendo a alma eterna e imortal, lhe é possível, através de muitos e infindáveis espaços de séculos imensos e diversos, ou descer do bem supremo até o mal mais inferior, ou então subir do último dos males até o

bem supremo.

24. No texto já citado, o Apóstolo não menciona a ação de Deus no caso de se tornar vaso de honra ou de desonra, mas tudo nos atribui, quando diz: “Se alguém se purificar a si mesmo, será um vaso destinado ao que é digno, santificado e útil para o seu dono, preparado para toda boa obra” (2Tm 2,21). Uma vez, ele não menciona a nossa própria ação, mas tudo parece atribuir a Deus, quando diz: “O oleiro que trabalha o barro tem o poder de fazer, a partir da mesma massa, tal vaso para uso respeitável, e outro para uso desprezível” (Rm 9,21). Mas não há contradição entre as duas afirmações, basta fazê-las entrar em acordo e das duas fazer uma só afirmação perfeita. Aquilo que vem de nós não é nada sem o conhecimento que Deus daquilo tem, e o conhecimento que daquilo tem Deus não nos obriga a progredir se nós mesmos não fazemos também alguma coisa na direção do bem. Nem o que nos é próprio é algo sem o conhecimento que Deus tem dele, e a capacidade de usar da liberdade com dignidade não pode destinar alguém à honra ou à desonra, nem a ação de Deus não pode destinar alguém à honra ou à desonra se ela não tem como matéria dessa diversidade a orientação da nossa vontade, conforme a tendência dela é para o melhor ou para o pior. Essa demonstração do livre-arbítrio deve ser suficiente.

2. As potências adversárias

1. Vejamos agora como é que, nas Escrituras, se diz que as potências adversárias e o próprio diabo combatem o gênero humano, provocando-o e incitando-o ao pecado. Em primeiro lugar, no livro do *Gênesis*, se relata que a serpente seduziu Eva; no livro da Ascensão de Moisés,⁵ que o apóstolo Judas menciona na sua Carta (Jd 1,9), o arcanjo Miguel diz, quando disputa com o diabo acerca do corpo de Moisés, que essa serpente, inspirada pelo diabo, foi a causa da prevaricação de Adão e Eva. Mas há alguns que também se perguntam qual é o anjo que do céu fala a Abraão nestes termos: “Agora eu sei que tu temes Deus e que por causa de mim tu não poupaste o teu querido e amado filho” (Gn 22,12). Está escrito com clareza que se trata de um anjo, que então afirma saber que Abraão temia Deus e não tinha poupado o seu amado filho, como diz a Escritura, mas não declarou que tinha sido por Deus, mas por ele, isto é, por aquele que assim falava. É preciso perguntar também de quem o *Êxodo* está falando quando diz que ele queria matar Moisés porque partia para o Egito. E, ainda, qual é o anjo chamado *exterminador* e aquele que no Levítico é chamado *apompaeus*, isto é, aquele que é o emissário e do qual diz a Escritura: “lançará uma sorte para o Senhor e outra sorte para o *apompaeus*”, isto é, para o que carrega (Lv 16,8). Mas está escrito no primeiro livro dos *Reis* que um espírito muito mau atormentava Saul (1Sm 18,10).⁶ No terceiro livro dos *Reis*, diz o profeta Miqueias: “Eu vi o Deus de Israel sentado no seu trono e toda a milícia do céu estava de pé em volta dele, à sua direita e à sua esquerda. E o Senhor disse: ‘Quem enganará Acab, rei de Israel, para que ele suba, e caia em Ramor-Galaad?’

E cada um respondia uma coisa. Mas um espírito se adiantou e ficou na frente do Senhor e disse: ‘Eu irei seduzi-lo’. Respondeu-lhe o Senhor: ‘Como o farás?’. Disse ele: ‘Irei e serei um espírito de mentira na boca de todos os seus profetas’. Disse-lhe: ‘Tu o seduzirás, pois, por certo, podes fazê-lo, vai então e faz de esse modo’. Então o Senhor colocou um espírito de mentira na boca de todos os teus profetas, e o Senhor chamou os males sobre ti” (1Rs 22,19-13, ou, no AT grego: 3Rs 18). Isso mostra claramente que um espírito escolheu com toda a sua vontade e propósito enganar e mentir e que Deus se serviu desse espírito para a morte de Acab, que merecia sofrer tudo isso. No primeiro livro dos Paralelipômenos, diz também: “Levantou-se o diabo Satã em Israel e incitou Davi a recensear o povo” (1Cr 21,1). Segundo os *Salmos*, um anjo maligno esmaga certas pessoas. No *Eclesiastes*, diz Salomão: “Se o espírito daquele que tem o poder se levantar contra ti, não deixes o teu lugar, porque a calma evita numerosos pecados” (Ecl/Qoh 10,4). Lemos em Zacarias que o diabo ficava à direita de Jesus⁷ e o importunava (Zc 3,1). Diz Isaías que a espada de Deus se levanta contra o dragão, a serpente maligna. Que direi de Ezequiel, profetizando claramente na sua segunda visão ao príncipe de Tiro a propósito de uma potência contrária, ele que também diz que o dragão vive nos rios do Egito? Todo o livro onde está escrito a respeito de Jó não fala de outra coisa senão do diabo, pedindo que lhe seja dado poder sobre tudo o que Jó possui, mesmo sobre seus filhos e sobre o seu corpo. E, contudo, ele é vencido pela paciência de Jó. Nesse livro, pelas suas muitas respostas, o Senhor nos instruiu sobre o poder desse dragão que é o nosso adversário. Do Antigo Testamento, é o que até agora se apresentou à nossa memória, afirmando que há poderes contrários mencionados nas Escrituras, que eles se opõem ao gênero humano e que finalmente serão punidos.

Vejam também, no Novo Testamento, a passagem onde Satã se aproxima do Senhor para tentá-lo. Muitos espíritos malignos e demônios impuros que possuíam as pessoas foram expulsos e postos em fuga pelo Senhor, e a Escritura diz que os corpos desses doentes foram libertados por ele. Mas Judas, quando o diabo tinha posto no seu coração a intenção de entregar Cristo, recebeu depois Satã todo inteiro; de fato, está escrito que “depois da comida, Satanás entrou nele” (Jo 13,27). E o apóstolo Paulo ensina-nos a não ceder espaço ao diabo, mas diz: “Revesti-vos com as armas de Deus, para poder resistir às astúcias do diabo” (Ef 6,11), querendo dizer que os santos têm de lutar “não contra a carne e o sangue, mas contra os principados, as potências, os dirigentes deste mundo de trevas, os espíritos de maldade nos céus” (Ef 6,12). Ele diz que o Salvador foi crucificado pelos príncipes deste mundo que serão destruídos e afirma que não fala segundo a sabedoria deles. Por tudo isso, a divina Escritura nos ensina que existem inimigos invisíveis em luta contra nós, e ela nos incita a nos armar contra eles. Por causa disso, os mais simples daqueles que creem no Senhor Cristo pensam que todos os pecados cometidos pelos homens se devem a essas potências adversárias que importunam as mentes humanas, porque se vê que nesse combate invisível esses poderes são os mais fortes, e que, se de fato o diabo não existisse, nenhum homem pecaria.

2. Mas, quando examinamos mais atentamente a razão, pensamos que não é assim, ao

considerar tudo o que vem claramente em nós pela necessidade corporal. Ou devemos supor que a fome e a sede são causadas em nós pelo diabo? Creio que ninguém ousaria afirmá-lo. Se ele não é para nós a causa da fome e da sede, o que dizer quando cada um chega à idade da virilidade e fica sujeito às excitações do calor natural? Se o diabo não é a causa da fome e da sede, conseqüentemente também não o é dos impulsos que vêm com a maturidade corporal, isto é, do desejo de procurar a união sexual. Na realidade, é certo que a causa não é sempre movida pelo diabo; do contrário, haveria que pensar que, se o diabo não existisse, os corpos não sentiriam as perturbações de tal desejo. Se, como se mostrou acima, o desejo de alimentos que os homens têm não vem do diabo, mas de uma apetência natural, continuemos as nossas considerações: se não houvesse o diabo, seria possível aos homens ter tal sabedoria no que concerne ao alimento que se impusessem uma disciplina que nunca passasse além da medida, isto é, para não tomar nem mais do que a situação pede, nem mais do que a razão o permite, e para que não aconteça mais aos homens pecar a respeito da medida de quantidade que se deve ter? Pela minha parte, não penso que, mesmo que não houvesse incitação do diabo para provocar o homem, tais coisas pudessem ser tão bem cumpridas que, ao tomar o alimento, ninguém passasse além da medida e da disciplina, a não ser que o tivesse aprendido através de um longo hábito e de uma grande experiência. Qual é a questão? No que se refere ao alimento e à bebida, poderíamos pecar mesmo sem a incitação do diabo, se estivéssemos na condição de ser pouco temperantes e pouco atentos; seria de esperar que não sofrêssemos algo de semelhante no que se refere ao desejo sexual e ao comportamento dos outros desejos naturais? Julgo que se pode estender o mesmo raciocínio a todos os outros movimentos naturais, quer se trate da cupidez, da cólera ou da tristeza, e em geral de tudo o que, pelo vício da intemperança, ultrapassa a proporção e a medida da natureza.

A razão é clara: assim como nas coisas boas a intenção humana só por si não é suficiente para a realização do bem e é o auxílio divino que conduz todas as coisas à perfeição; assim também no seu oposto recebemos o começo e como que a semente do pecado naquilo que por natureza usamos. Se tomamos nisso um prazer maior do que o conveniente, e se não resistimos aos primeiros movimentos da intemperança, então o poder do inimigo, aproveitando a oportunidade dessa falha inicial, nos excita e pressiona, esforçando-se por todas as formas para multiplicar em profusão os pecados; nós, os homens, é que fornecemos as ocasiões e os inícios dos pecados, mas são as potências inimigas que os propagam em número e extensão, e, se pudesse ser, sem nenhum limite. Assim, se cai na avareza por desejar algum dinheiro, depois, com o crescimento do vício, aumenta a cupidez. Mesmo depois, quando a paixão produziu a cegueira da mente, instigado e pressionado pelas potências inimigas, não se deseja o dinheiro, mas rouba-se, apodera-se dele pela violência e até pelo derramamento de sangue. Para nos assegurar com mais certeza de que esses vícios sem medida vêm dos demônios, é fácil de constatar que aqueles que estão oprimidos com amores imoderados, cóleras intempestivas, tristezas excessivas, não sofrem menos do que aqueles que nos seus corpos são possuídos pelos demônios. Há mesmo histórias que relatam que alguns enlouqueceram

por causa do amor, outros por causa da cólera, não poucos por tristeza, ou de uma excessiva alegria. No meu entender, isso acontece porque as potências contrárias, isto é, os demônios, tendo ocupado nas mentes deles o lugar que a intemperança lhes preparou, possuíram totalmente as suas faculdades, sobretudo quando a virtude nunca teve para eles o prestígio que os teria levado a resistir.

3. Portanto, há pecados que não vêm dos poderes adversários, mas têm origem nos movimentos naturais do corpo, como o apóstolo Paulo claramente afirma ao dizer: “a carne conspira contra o espírito, e o espírito contra a carne; opõem-se um ao outro para que não façais o que quereis” (Gl 5,17). Com efeito, se a carne conspira contra o espírito e o espírito contra a carne, temos às vezes uma luta contra a carne e o sangue, quer dizer, como homens que somos e caminhamos segundo a carne; mas não podemos ser tentados com tentações mais fortes que as humanas, pois de nós se diz: “Não sejamos atingidos por tentações que não sejam humanas. Pois Deus é fiel e não permitirá que sejais tentados além do que podeis suportar” (1Cor 10,13). Aqueles que dirigem os jogos de arena não deixam os que vêm combater se pôr a lutar uns contra os outros de qualquer maneira, ou ao acaso, mas examinam com atenção os corpos e as idades, comparam-nos de modo equilibrado, pondo uns ao lado dos outros, este com aquele e aquele com este, por exemplo, crianças com crianças, jovens com jovens, de tal modo que haja semelhança de idade e de força. Do mesmo modo se deve pensar da Providência divina: todos aqueles que vêm para as lutas da vida humana são governados pela sua justíssima moderação segundo a medida da virtude de cada um, que só é conhecida por aquele que vê por dentro os corações dos homens; assim, um combate contra tal carne, outro contra tal outra, este durante certo tempo, outro durante outro, este homem será submetido a tal excitação carnal que o impele para isso ou aquilo, e um outro para outra coisa; das potências inimigas, um terá de resistir a esta ou àquela, e outro a duas ou três ao mesmo tempo, umas vezes contra uma, outras de novo contra outra, a certa altura contra esta e noutra ocasião contra aquela, depois de tais atos, lutará contra umas, depois de outros atos, contra outras. Repara se não é isso que o Apóstolo indica ao dizer: “Deus é fiel, a ponto de não permitir que sejais tentados mais do que podeis suportar” (1Cor 10,13), isto é: que cada um é tentado no grau em que sua virtude lhe torna possível. Apesar do que dissemos, que por um justo juízo de Deus cada um é tentado tanto quanto o permite a sua força, nem por isso se deve acreditar que aquele que é tentado vai vencer de todos os modos; é assim com o lutador que, mesmo que se lhe tenha oposto um adversário de força equivalente, não poderá vencer de qualquer maneira. Com efeito, se a força dos lutadores não fosse igual, a palma do vencedor não seria justa, nem justa a derrota do vencido; é por isso que Deus permite que sejamos tentados, mas não mais do que o que podemos; somos tentados segundo as nossas forças. Contudo, não está escrito que Deus fará de tal modo que vamos conseguir sustentar a tentação, mas que possamos suportá-la, ou seja, ele nos dá o poder de suportá-la. Compete a nós empregar com diligência, ou com negligência, esse poder que ele mesmo nos deu. Não devemos ter dúvidas de que, em todas as tentações, tenhamos as forças de as suportar, desde que usemos convenientemente do poder que recebemos.

Não é a mesma coisa ter o poder de vencer, e vencer, como o indica com muitas precauções o próprio Apóstolo, ao dizer: “Deus nos dará os meios de poder suportar” (1Cor 10,13), e não: para suportar. Pois há muitos que não suportam e são vencidos pela tentação. Deus não dá o suportar, senão parece que não haveria nenhuma luta; mas o poder suportar.

Essa força de poder vencer que nos é dada, segundo a faculdade do livre-arbítrio, ou nós a empregamos com diligência e vencemos, ou com indolência e somos derrotados. Se nos fosse dado tudo para conseguir de todos os modos, isto é, para não ser vencido de maneira nenhuma, ficaria ainda, àquele que não pode ser vencido, algum motivo para disputar? Tem a palma algum mérito quando se retirou ao adversário a capacidade de vencer? Ao contrário, se nos for dada igualmente a todos a possibilidade de vencer, e se a maneira de utilizar essa possibilidade está em nosso poder – a saber, com diligência ou com negligência –, a derrota será com justiça do vencido, e a palma, do vencedor. Ao longo desta discussão que temos conduzido com nossas forças, me parece que surgiu, claramente, que há delitos que cometemos sob a pressão dos poderes malignos, e outros por incitação deles, quando nos provocam a certos excessos e faltas de moderação. Portanto, é preciso agora investigar como é que os poderes contrários operam em nós esse incitamento.

4. Constatamos que os pensamentos que vêm do nosso coração (memória de quaisquer ações passadas, ou reflexão sobre qualquer causa das coisas) vêm umas vezes de nós mesmos, outras são despertados pelos poderes contrários, e por vezes é Deus, e os santos anjos, que os põem em nós. Tudo isso pode parecer fantasia se não for provado pelo testemunho que vem da divina Escritura. Davi atesta os pensamentos que de nós nascem quando diz nos Salmos: “O pensamento do homem te louvará e o resto dos seus pensamentos celebrará para ti um dia de festa” (Sl 75,11). Dos que habitualmente vêm dos poderes contrários, testemunha Salomão no Eclesiastes deste modo: “Se o espírito daquele que tem o poder sobe em ti, não deixes o teu lugar, porque a cura sustará numerosos pecados” (Ecl 10,4). Também o apóstolo Paulo dá testemunho nestes termos: “Destruímos os pensamentos e todo o orgulho que se levanta contra o conhecimento de Cristo” (2Cor 10,5). Que vem de Deus também o atesta Davi nos Salmos: “Bem-aventurado o homem que em ti encontra apoio, Senhor, pois ele elevará a ti o seu coração” (Sl 83,6). E o Apóstolo diz: “Deus pôs no coração de Tito” (2Cor 8,16). Que algo possa ser sugerido pelos anjos, bons ou maus, aos corações dos homens, é indicado pelo anjo que acompanha Tobias e por estas palavras do profeta: “E o anjo que falava em mim respondeu” (Zc 1,14). O livro do Pastor afirma também que cada homem tem a companhia de dois anjos (Herma 6,2): quando os bons pensamentos sobem ao nosso coração, segundo ele, é o bom anjo que os sugere, mas, se são pensamentos contrários, são levantados pelo anjo mau. Barnabé ensina a mesma doutrina na sua carta quando fala das duas vias, a da luz e a das trevas, à frente das quais certos anjos são colocados: à via da luz, os anjos de Deus; à via das trevas, os anjos de Satã. Mas não se deve pensar que o que eles sugerem, bom ou mau, ao nosso coração, produza alguma coisa mais do que um movimento, ou um estímulo, que nos provoca para o bem ou para o

mal. Quando um poder maligno nos provoca para o mal, temos a possibilidade de afastar para longe de nós essas más sugestões, de resistir às suas persuasões perversas, e de não fazer nada de realmente culpável; e, ao contrário, também a de não seguir o poder divino que nos convida a agir melhor, e assim o poder do livre-arbítrio continua a salvo num caso e no outro.

Dizíamos acima que tanto a Providência divina quanto as potências contrárias podem também despertar em nós as recordações concernentes ao bem ou ao mal. O livro de Ester o mostra: Artaxerxes não se lembrava dos bons serviços prestados pelo santíssimo homem Mardoqueu, mas, quando à noite era atormentado com insônias, Deus inspirou a sua memória para que ele mandasse buscar os livros com os relatos das suas crônicas; posto então ao corrente dos serviços prestados por Mardoqueu, mandou enforcar seu inimigo Aman, e prestar-lhe homenagens magníficas, e assim salvou todo o povo santo que estava ameaçado por um perigo iminente (Ester 6-8). Pensamos que foi o poder contrário, o poder do diabo, que pôs na memória dos pontífices e dos escribas o que eles foram dizer a Pilatos: “Senhor, nós nos lembramos do que esse sedutor disse enquanto ainda vivia: ‘Depois do terceiro dia ressuscitarei’” (Mt 27,63). A ideia que Judas teve de entregar o Salvador não veio só da sua malvada inteligência: a Escritura atesta que o diabo tinha posto no seu coração o desejo de entregá-lo. Por isso é que Salomão deu um bom conselho, quando disse: “Protege o teu coração com toda a segurança” (Pr 4,23). Do mesmo modo, o apóstolo Paulo, quando diz: “Devemos dar mais atenção ao que ouvimos para não nos desviarmos” (Hb 2,1), e quando diz: “Não deis lugar ao diabo” (Ef 4,27). Por aí ele mostra que certas ações e certa negligência espiritual dão lugar ao diabo, o qual, uma vez que entrou em nosso coração, ou toma conta de nós, ou, pelo menos – se não pode possuí-la completamente –, suja a nossa alma lançando em nós seus raios inflamados; com eles umas vezes nos fere com uma ferida que vai até o mais fundo de nós, outras vezes apenas nos provoca. Acontece, raras vezes, quando se está protegido como que por uma fortaleza sólida, pelo escudo da fé, que alguns poucos conseguem apagar esses raios inflamados de tal modo que não se encontram mais vestígios da ferida. É isso que de fato se diz na Carta aos Efésios: “Não temos de lutar contra a carne e o sangue, mas contra os principados, os que dirigem este mundo de trevas, os espíritos de maldade que estão nos céus” (Ef 6,12). É preciso compreender desse modo a palavra “nós”, isto é: eu, Paulo, e vós, efésios, e todos aqueles que não têm de lutar contra a carne e o sangue: são eles que de fato têm de lutar contra os principados e potestades que dirigem este mundo das trevas; não como era o caso dos coríntios, onde havia que lutar contra a carne e o sangue, e não estavam sujeitos à tentação além da tentação humana.

5. Contudo, não se deve pensar que cada homem tenha de lutar contra tudo. No meu entender, é impossível que algum homem, por mais santo que seja, possa combater contra tudo ao mesmo tempo. Certamente, isso não pode acontecer, mas, se de algum modo acontecesse, é impossível que a natureza humana possa enfrentá-lo sem se destruir completamente a si mesma. Tal como se cinquenta soldados disserem que vão lutar contra outros cinquenta soldados, não se deve entender que cada um deles vai enfrentar

os outros cinquenta, mas cada um se expressará corretamente dizendo: nosso combate é contra cinquenta soldados, e todos são contra todos; assim também as afirmações do Apóstolo devem ser entendidas no mesmo sentido: que todos os atletas e soldados de Cristo têm de entrar e combater contra todos os poderes acima mencionados; todos vão combater, um contra um, e certamente do modo que o decidir o justo dirigente dessa luta, que é Deus. Penso, com efeito, que a natureza humana tem limites definidos, mesmo quando se trata de Paulo, de quem está escrito: “Este é para mim um vaso de eleição” (At 9,15), ou de Pedro, contra quem nada podem as portas do inferno, ou de Moisés, o amigo de Deus, pois cada um deles não poderia aguentar todo o batalhão dos poderes contrários ao mesmo tempo sem sofrer algum dano, a não ser que operasse neles o poder daquele que foi o único a dizer: “Tende confiança, fui eu que venci o mundo” (Jo 16,33). Por causa dele é que Paulo dizia confiante: “Tudo posso naquele que me fortifica, Cristo” (Fl 4,13), e ainda: “Trabalhei mais do que todos eles, não eu, mas a graça de Deus comigo” (1Cor 15,10).

Por causa desse poder, certamente não humano, que agia e falava nele, Paulo dizia: “Tenho a certeza de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados nem as potestades, nem as coisas presentes nem as futuras, nem a força, nem a altura, nem a profundidade nem nenhuma outra criatura não poderá nos separar do amor de Deus que está em Jesus Cristo Nosso Senhor” (Rm 8,38-39). Sou de opinião que a natureza humana por si mesma não poderia entrar em combate contra os anjos, contra as alturas e as profundezas, contra outras criaturas, mas, quando ela tiver sentido, o Senhor presente nela e aí habitando, dirá confiante no auxílio divino: “o Senhor é a minha luz e a minha salvação, a quem temerei? O Senhor é o protetor da minha vida, de que terei medo? Aqueles que querem me prejudicar para se alimentar das minhas carnes, os meus inimigos que me atormentam, enquanto se aproximam de mim, foram eles mesmos presas de fraqueza e caíram. Se formarem em combate contra mim, meu coração não temerá; se começarem uma batalha contra mim, é nele que vou esperar” (Sl 26,1-3). É por isso que eu penso que talvez nunca o homem possa vencer por si mesmo um poder contrário sem utilizar o auxílio divino. Por isso se diz que um anjo lutou com Jacó. De acordo com o que entendemos, não é a mesma coisa dizer que um anjo lutou com Jacó ou que um anjo lutou contra Jacó; mas esse anjo que estava com ele para sua salvação, que conhecia os seus progressos e até lhe deu o nome de Israel, luta com ele, quer dizer: está com ele na luta e o ajuda no combate, pois sem dúvida havia outro contra o qual Jacó lutava, contra o qual combatia. Assim, Paulo não nos diz que temos de lutar com os príncipes e poderes, mas contra os principados e potências. Consequentemente, se Jacó lutou, sem dúvida foi contra uma dessas potências, que, segundo a enumeração de Paulo, se opõem ao gênero humano e principalmente aos santos e combatem contra eles. Finalmente é por isso que a Escritura diz que ele lutou com o anjo e que ele ganhou força indo para Deus, para significar que o seu combate e a sua luta foram feitos com ajuda do anjo e que a palma da perfeição conduziu a Deus o vencedor.

6. Não se deve certamente pensar que tais combates se realizam por meio da força corporal e dos exercícios da arena, mas é uma luta de um espírito que enfrenta outro

espírito, tal como Paulo nos indica que nos espera um combate contra os principados e as potências, os dirigentes deste mundo de trevas. É preciso entender por isso um gênero de lutas em que se levantam contra nós toda espécie de danos, de perigos, de opróbrios, de acusações, e a intenção das potências adversas que os suscitam não é somente para nos fazer sofrer, mas de nos excitar a muita raiva, ou tristezas excessivas, ou aos limites do desespero, mas também, o que é mais grave, de nos empurrar, esgotados de cansaço e vencidos pelo desânimo, a nos queixar de Deus, como se ele não governasse a vida dos homens de uma maneira equânime e justa; e desse modo enfraquecer a nossa fé, fazer nos decair da esperança, forçar-nos a abandonar a verdade das doutrinas, e persuadir-nos a ter pensamentos ímpios a respeito de Deus. A Escritura relata coisas semelhantes a propósito de Jó, quando o diabo pediu a Deus que lhe desse poder sobre os bens dele. Ela nos ensina que nós não somos objeto de ataques fortuitos quando somos atingidos nos nossos bens por danos semelhantes, e que não é por acaso que um dos nossos é levado em cativeiro, ou que as casas se desmoronam esmagando pessoas amadas. Em tudo isso cada fiel deve dizer: “Tu não terias poder sobre mim, se não o tivesses recebido do alto” (Jo 19,11). Podes constatar que a casa de Jó não teria caído sobre os seus filhos se antes o diabo não tivesse recebido poder contra eles; que os cavaleiros não teriam irrompido em três assaltos para levar os camelos, os bois e o restante do seu gado e não tivessem sido incitados por esse espírito do qual se tinham feito servos obedecendo-lhe por sua vontade. Mesmo o que parecia fogo, ou que se julgava ser um raio, não teria caído sobre as ovelhas de Jó antes que o diabo tivesse dito a Deus: “Não rodeaste de fortificações tudo o que ele possui fora e tudo o que ele possui dentro etc.? Mas agora estende a mão e toca nos seus bens, e verás se ele dará graças na tua frente” (Jó 1,10-11).

7. Tudo isso mostra que o que acontece no mundo e que julgamos indiferente, seja funesto ou de outra natureza, não vem de Deus, mas também não se produz sem Deus, pois Deus não somente não impede as potências malignas e contrárias de realizar o que querem fazer, mas até o permite em certas condições de tempo e de pessoas; é assim que se diz do próprio Jó, que, em certo momento, estava prestes a cair sob o poder de outros e de ver a sua casa depredada pelos criminosos. É por isso que a Escritura divina nos ensina a acolher tudo o que nos acontece como vindo de Deus, sabendo que sem Deus nada se faz. Que as coisas sejam assim, isto é, que nada se faz sem Deus, não podemos pôr em dúvida, pois Nosso Senhor e Salvador proclama claramente: “Dois pássaros não se vendem por uma moedinha, e algum deles cai na terra sem a ordem de Nosso Pai que está nos céus?” (Mt 10,29). Precisamos nos estender um pouco acerca da luta que as potências adversárias movem contra os homens, e também sobre as infelicidades que afetam o gênero humano, isto é, as tentações desta vida, conforme diz Jó: “Não é tentação toda a vida do homem sobre a terra?” (Jó 7,1). Queríamos assim mostrar com mais clareza como é que isso acontece e o que se deve pensar, para o fazer de modo piedoso. Vejamos agora como os homens caem também no pecado do falso conhecimento e com que finalidade as potências contrárias se aplicam também neste ponto na luta contra nós.

3. As três formas de sabedoria

1. O santo Apóstolo, querendo nos dar um grande e profundo ensinamento sobre o conhecimento e a sabedoria, diz na primeira Carta aos Coríntios: “Mas nós falamos da sabedoria dos perfeitos, não da sabedoria deste mundo, nem dos príncipes deste mundo que são destruídos, mas falamos da sabedoria de Deus escondida no mistério, aquela que Deus destinou antes de todos os séculos para nossa glória, que nenhum dos príncipes desse mundo conheceu. Se eles a tivessem conhecido, jamais teriam crucificado o Senhor de majestade” (1Cor 2,6-8). Aqui, querendo mostrar quais são as diferentes sabedorias, ele escreve que há certa “sabedoria deste mundo” e certa “sabedoria dos príncipes deste mundo”, e que essa não é a “sabedoria de Deus”. Por essas palavras, “sabedoria dos príncipes deste mundo”, ele não quer dizer, creio eu, que existe uma sabedoria para todos os príncipes deste mundo, mas, me parece, indica que há uma sabedoria própria de cada um dos príncipes deste mundo. E ainda diz: “Falamos da sabedoria de Deus escondida no mistério, aquela que Deus, antes de todos os séculos, destinou para servir à nossa glória” (1Cor 2,7); esta é a sabedoria de Deus, que está escondida e que Deus não deu a conhecer em outras épocas e outras gerações aos filhos dos homens, tal como revelou agora aos seus santos apóstolos e profetas: é preciso perguntar se ele a identifica com a sabedoria de Deus que existia antes da vinda do Salvador, aquela que fazia Salomão ser sábio, enquanto o que ensina o Salvador é mais sábio do que Salomão, segundo a palavra do próprio Salvador: “Eis aqui quem é mais do que Salomão” (Mt 12,42), o que mostra, com efeito, que os discípulos do Salvador recebiam mais ensinamento do que tinha Salomão. Se se objeta que o Salvador sabia certamente mais, e, contudo, que ele não dava aos outros mais doutrina do que Salomão, como conciliar com isso, e como fazer concordar o que está dito com o que se segue: “A rainha do Sul se levantará no dia do juízo e condenará os homens desta geração, porque ela veio dos confins da terra para escutar a sabedoria de Salomão, e eis que aqui está quem é mais do que Salomão”? (Mt 12,42). Há, pois, uma sabedoria deste mundo e há talvez também uma sabedoria para cada um dos príncipes deste mundo. Dessa sabedoria de Deus único pensamos que se indica que ela agiu de modo menor junto dos homens da antiguidade e dos antepassados, mas que ela se revelou mais completamente em Cristo. Mas, dessa sabedoria de Deus, trataremos no devido lugar.

2. Uma vez que estamos falando das potências contrárias e da maneira como elas conduzem os combates pelos quais insinuam nas inteligências humanas um falso conhecimento e seduzem as almas quando estas pensam ter encontrado a sabedoria, parece-me necessário discernir e distinguir o que é a sabedoria deste mundo e o que é a sabedoria dos príncipes deste mundo, para que assim se possa melhor perceber quem são os pais dessa sabedoria, ou melhor, dessas sabedorias. Julgo, portanto, como dissemos antes, que a sabedoria deste mundo não é a mesma que as sabedorias dos príncipes deste mundo; é por essa sabedoria que se concebe e compreende o que é deste mundo. Nela

não há nada que nos possa dar uma ideia da divindade, nem da ordem do mundo, ou daquelas coisas que são mais excelentes, nem mesmo dos princípios de uma vida boa e feliz; mas ela é, por exemplo, como a arte poética, ou a gramática, ou a retórica, ou a geometria, ou a música, ao que se pode talvez acrescentar a medicina. Em todas estas, pode-se dizer que está presente a sabedoria do mundo. Entendemos por sabedoria dos príncipes deste mundo aquilo a que chamam filosofia secreta e oculta dos egípcios, a astrologia dos caldeus, a sabedoria dos indianos, que prometem o conhecimento das realidades superiores, e também as opiniões múltiplas e variadas dos gregos acerca da divindade. Vemos, pois, nas santas Escrituras, que há governantes sobre todas as nações; lemos em Daniel que há um governante no reino dos persas e um governante no reino dos gregos, e a lógica do seu texto mostra com evidência que não se trata de homens, mas de certas potências. No profeta Ezequiel, indica-se muito claramente que o príncipe de Tiro é uma potência espiritual. Os príncipes desse mundo e os outros do mesmo gênero, tendo cada um a sua sabedoria, professando as suas doutrinas e opiniões diversas, quando viram Nosso Senhor e Salvador na sua pregação prometer que tinha vindo a este mundo para destruir todas as doutrinas que provêm daquilo que falsamente é chamado conhecimento, ignorando quem estava oculto no seu íntimo, imediatamente lhe armaram ciladas. De fato, “os reis da terra se levantaram e os príncipes se reuniram contra o Senhor e contra o seu Cristo” (Sl 2,2). O Apóstolo, que lhes conhecia os ardis, e compreendera o que eles tinham maquinado contra o Filho de Deus, quando crucificaram o Senhor da glória, disse: “Falamos da sabedoria entre os perfeitos, sabedoria não deste mundo, nem dos príncipes deste mundo que foram destruídos, aquela que nenhum dos príncipes deste mundo conheceu. Se eles a tivessem conhecido, nunca teriam crucificado o Senhor de majestade” (1Cor 2,6-8).

3. Podemos perguntar-nos se essas sabedorias dos príncipes deste mundo, que eles se esforçam por incutir nos homens, lhes são apresentadas pelas potências contrárias com vistas a lhes armar ciladas e de prejudicá-los, ou se a sua origem é apenas o erro, quer dizer: os príncipes deste mundo não têm por finalidade causar prejuízos aos homens, mas eles pensam que essas sabedorias são verdadeiras, e é por isso que desejam ensinar aos homens o que eles acham que é verdadeiro; isso é o que me parece mais certo. Assim, por exemplo, os pensadores gregos e os dirigentes das muitas escolas, a partir do momento em que tomaram por verdade o erro de uma falsa doutrina, e que eles para si julgavam que era verdadeira, se esforçavam então por persuadir os outros de que o que eles pensavam é verdadeiro. Pode-se supor que é assim que agem os príncipes deste mundo, mundo no qual certas potências espirituais receberam em partilha o governo de certas nações e por isso são chamadas príncipes deste mundo. Há também, além desses príncipes, certas energias peculiares deste mundo, isto é, umas potências espirituais, com atividades próprias em que elas mesmas escolheram agir conforme seu livre-arbítrio, e entre elas encontram-se esses espíritos que agem na sabedoria deste mundo; por exemplo, uma energia ou potência particular inspira a poesia, outra, a geometria, e assim elas movem cada arte ou disciplina desse gênero. Por isso muitos gregos pensaram que não podia haver arte poética sem delírio; e as histórias deles contam que, por vezes,

aqueles a que chamam vates são de repente possuídos por um espírito delirante. Que dizer ainda daqueles a quem chamam adivinhos que, pela ação dos demônios que os governam, proferem oráculos em versos modulados com arte. Mas os que eles chamam bruxos ou feiticeiros às vezes, depois de terem invocado demônios sobre crianças pequenas, fazem-nas dizer poemas dignos de admirar e espantar todo mundo. Vejamos como se deve entender que essas coisas se passam: as almas santas e sem mancha, que se dedicaram a Deus com todo o amor e toda a pureza, que viveram afastadas de todo contato demoníaco, que se purificaram por uma grande abstinência e se instruíram em doutrinas piedosas e religiosas, adquiriram desse modo uma participação na divindade e mereceram receber a graça da profecia e de todos os outros dons divinos; do mesmo modo se deve pensar que aqueles que se entregam às potências contrárias pelo esforço da sua vida e pelo empenho em favor do que lhes é agradável recebem a sua inspiração e tornam-se participantes da sua sabedoria e doutrina. Segue-se daqui que se tornam sujeitos das ações deles, uma vez que se submeteram antes à sua escravatura.

4. A propósito daqueles que ensinam de Cristo coisas diferentes do que permite a orientação da Escritura, não é inútil examinar se é com uma finalidade hostil à fé em Cristo que as potências contrárias se esforçam por imaginar doutrinas fantasiosas e ímpias, ou se essas mesmas potências, tendo ouvido as palavras de Cristo, não puderam retirá-las do fundo das suas consciências, nem observá-las de modo puro e santo, por meio de instrumentos que lhes eram convenientes, e, por assim dizer, pelos seus próprios profetas, introduziram diversos erros contra a regra da verdade cristã. É mais certo pensar que essas potências apóstatas e trãsfugas, que se afastaram de Deus, inventam erros e enganos da sua falsa doutrina, quer por causa da própria maldade da sua mente e da sua vontade, quer por causa da inveja contra os que se preparam para subir pelo conhecimento da verdade ao mesmo nível de onde elas caíram, a fim de impedir que progridam.

Foi claramente mostrado por muitos indícios que a alma humana, enquanto está neste corpo, pode acolher as diversas energias, isto é, operações de espíritos diversos, tanto maus como bons. E os maus agem de duas maneiras: ou tomam posse completa e inteiramente da inteligência, a ponto de não deixar quem eles assediam compreender ou pensar seja o que for, como é o caso dos que vulgarmente são chamados energúmenos, e que vemos em estado de demência e loucura, semelhantes àqueles que, segundo o Evangelho, foram curados pelo Senhor; ou então, com intenção hostil, com o auxílio de ideias variadas e de persuasões funestas, depravando uma alma inteligente e sensata, como foi o caso de Judas, provocado ao crime de traição por instigação do diabo, segundo o testemunho da Escritura: “Quando então o diabo já tinha posto no coração de Judas Iscariotes a intenção de entregá-lo” (Jo 13,2). Recebemos a energia, ou operação do espírito bom, quando somos movidos e provocados ao bem, e quando a inspiração se dirige às realidades celestes e divinas. Foi assim que os santos anjos e o próprio Deus agiram nos profetas, convidando com santas sugestões, e exortando-os ao que é melhor, mas certamente deixando ao homem a liberdade de julgar se consente ou não seguir o convite que o chama para as realidades celestes e divinas. Por aqui se distingue

claramente quando a alma é movida pela presença de um espírito melhor; nesse caso, a inspiração que a incita não lhe faz sentir absolutamente nenhuma perturbação nem alienação da mente, e ela não perde o julgamento do livre-arbítrio; assim eram todos os profetas e os apóstolos que apresentavam as respostas divinas sem nenhuma perturbação da mente. Já mostramos antes por exemplos (III, 2, 4) como é que a memória do homem pode ser convidada pelas sugestões do bom espírito a lembrar-se do que é melhor, quando fizemos menção de Mardoqueu e Artaxerxes.

5. Parece-me, por isso, coerente investigar por que a alma humana tanto pode ser influenciada pelos espíritos bons quanto pelos maus. Suponho que as causas sejam anteriores ao nosso nascimento corporal, como indica o fato de João, agitando-se, e exultando no ventre da mãe, quando a voz da saudação de Maria chegou aos ouvidos de sua mãe Isabel, e como o declara o profeta Jeremias, que, antes de ser formado no útero da mãe, já era conhecido de Deus, e, antes de sair da matriz, foi por ele santificado, e, ainda criança, recebeu a graça da profecia; e, em contrapartida, mostrou claramente que alguns foram possuídos por espíritos inimigos desde pouca idade, isto é, nasceram já com um demônio; e outros foram adivinhos sendo ainda crianças, como o atesta a história; outros desde tenra idade sofreram ação do demônio Píton, ou seja, do ventríloquo. Aqueles que declaram, como o afirma nossa fé, segundo me parece, que a Providência divina rege tudo o que está no mundo e que não é culpada de nenhuma falta de injustiça, a tudo isso respondem: é preciso admitir que houve causas anteriores que, antes que as almas nascessem nos corpos, as tornaram culpadas em seus pensamentos e em seus movimentos, por quais deméritos são julgadas pela Providência divina. Porque a alma possui sempre o seu livre-arbítrio, quer esteja no corpo ou fora do corpo; a liberdade do arbítrio se move sempre para o bem ou para o mal, e nunca o senso da razão, isto é, a mente ou alma, pode ficar sem movimento, ou bom ou mau. Que esses movimentos fossem causa de méritos é verossímil, mesmo antes que agissem neste mundo; assim, segundo as causas e os méritos, desde o nascimento, ou melhor, por assim dizer, antes mesmo do nascimento, a divina Providência decidiu que padeceriam algo do bem, ou do mal.

6. Tudo isso se diz daquilo que parece acontecer aos homens desde o seu nascimento, e mesmo antes que surjam à luz do dia. De tudo aquilo que os vários espíritos sugerem à alma, isto é, aos pensamentos do homem, e a incita ao bem e ao mal, é preciso pensar que, às vezes, há causas anteriores ao nascimento corporal. Num momento, a inteligência vigilante, afastando dela o mal, atrai a ajuda dos bons espíritos; ou, pelo contrário, negligente e preguiçosa, ela não fica atenta e dá lugar aos espíritos que, como ladrões escondidos, conspirando suas artimanhas, invadem mentes humanas, quando veem que a preguiça lhes cedeu lugar, como diz o apóstolo Pedro: “Vosso adversário, o diabo, vos rodeia como leão rugindo, procurando a quem devorar” (1Pd 5,8). É por isso que se deve proteger de todos os modos o nosso coração, dia e noite, e não dar lugar ao diabo, mas fazer tudo o que é preciso para que os ministros de Deus, a saber, os espíritos enviados a serviço daqueles que são chamados para herdarem a salvação, encontrem em

nós um lugar e se alegrem de entrar e ser acolhidos em nossa alma: habitando em nós, ou seja, em nosso coração, eles nos dirigirão com melhores conselhos, se de fato encontrarem a morada do nosso coração ornada com a prática das virtudes e da santidade.

Sejam suficientes essas coisas, que, na medida das nossas forças, discutimos, sobre os poderes que se opõem ao gênero humano.

4. Se é verdade o que dizem que cada um tem duas almas

1. Uma vez que já falamos das tentações que são ditas mais do que humanas, das lutas que empreendemos contra os principados e potências, dos que dirigem este mundo de trevas, e dos espíritos de maldade que estão nos céus (Ef 6,12) e também daquelas que conduzimos contra os espíritos malignos ou demônios imundos, penso que agora não devo passar em silêncio as tentações que às vezes nascem da carne e do sangue, ou da sabedoria da carne e do sangue, que é chamada inimiga de Deus. Sobre isso creio que é preciso se perguntar se há em nós, homens compostos de alma e corpo, e também de um espírito de vida, alguma outra coisa que possua um estímulo que lhe seja próprio, e um movimento que nos provoque ao mal; é assim que alguns costumam se colocar a questão: se se deve dizer que há em nós duas almas, uma mais divina e celeste, e a outra, inferior; ou se é pelos corpos que nós somos atraídos e incitados para os males que ao corpo são agradáveis, uma vez que o corpo está certamente em oposição e inimizade com o espírito, e nós estamos ligados aos corpos, que por natureza são mortos e realmente inanimados – pois, de fato, é por nós, isto é, pelas nossas almas, que o corpo material é vivificado. Ou ainda, numa terceira solução, que segue a opinião de alguns filósofos, será que a nossa alma, uma pela sua substância, é composta de vários elementos, uma parte dita racional, e outra, irracional, sendo essa parte irracional dividida também em duas tendências: a da cupidez e a da cólera. Sabemos que essas três sobreditas opiniões concernentes à alma foram sustentadas por alguns. Dessas, como dissemos, não vejo que se possa confirmar pelo testemunho da divina Escritura aquela que, segundo certos filósofos gregos, defende a alma tripartite; quanto às duas restantes, podem se encontrar algumas afirmações nas letras divinas que parecem adaptar-se a elas.

2. Discutamos primeiro a opinião comum entre alguns segundo a qual há em nós uma alma boa e celeste e outra mais baixa e terrestre, e que a melhor é posta em nós vinda do céu, como aquela que deu a Jacó a palma da vitória sobre o seu irmão, quando ainda no seio materno lutava contra Esaú, que assim ele suplantava; ou aquela que em Jeremias foi santificada desde a matriz, e aquela que foi cheia do Espírito Santo em João desde o seio da mãe. Afirmam que a alma que eles chamam inferior foi semeada junto com o corpo a partir do sêmen corporal, e conseqüentemente nega que ela possa viver e subsistir sem o corpo; é por isso que muitas vezes lhe chamam carne. O que está escrito na Escritura: “A carne tem desejos contra o espírito” (Gl 5,17), não a entendem da carne, mas da alma que é propriamente falando a alma da carne. Tentam, contudo,

confirmá-lo pelo que está escrito no *Levítico*: “A alma de toda carne é o próprio sangue” (Lv 17,14). Uma vez que o sangue que está difundido em toda a carne é que lhe fornece a vida, dizem que essa alma, que é chamada a alma de toda a carne, se encontra no sangue. Segundo eles, estas palavras: “A carne combate contra o espírito, e o espírito contra a carne”, e o que está escrito: “A alma de toda a carne é o seu sangue”, designam por outras palavras a sabedoria da carne, uma espécie de espírito material, que não está submetido à lei de Deus, e não pode lhe estar submetido, porque possui vontades terrestres e desejos corporais. Pensam que o Apóstolo falou disso nestes termos: “Vejo nos meus membros outra lei que combate a lei da minha mente e me faz cativo da lei do pecado, que está nos meus membros” (Rm 7,23).

Pode-se contrapor a eles que isso se diz da natureza do corpo, morto segundo as propriedades da sua natureza própria, mas possuindo, segundo eles, um pensamento ou sabedoria inimiga de Deus, e que luta contra o espírito, como quando se pretende que a própria carne tenha de algum modo uma voz, que proclame que ela não quer ter fome, nem sede, que ela não quer sofrer, nem padecer seja de que modo for nenhum mal-estar, quer venha da abundância, quer da penúria. Mas tentarão resolver e atacar, mostrando que na alma há numerosas paixões que não vão buscar na carne a sua origem, e às quais, no entanto, o espírito se opõe: a ambição, a avareza, a inveja, o ciúme, o orgulho e tudo o que lhes é parecido. Vendo que a mente ou o espírito do homem têm de combatê-las, não atribuem a todos esses males outras causas além daquela de que falamos acima: uma alma como que corporal gerada pela transmissão do sêmen; costumam acrescentar à sua afirmação o testemunho do Apóstolo: “As obras da carne são evidentes: a fornicação, a impureza, a falta de pudor, a idolatria, a feitiçaria, as inimizades, as disputas, as invejas, as cóleras, as rixas, as divisões, as discórdias, os ciúmes, as bebedeiras, as orgias, e tudo o que se parece com elas” (Gl 5,19-21). Para eles, nem todos esses males tiram a sua origem do curso e deleite da carne, mas só parte deles, de tal modo que se pensa que todos esses movimentos existem por causa de uma substância que não possui alma, isto é, a carne. Mas esta outra frase do Apóstolo: “Vede, irmãos, de onde fostes chamados, pois não há entre vós muitos sábios segundo a carne” (1Cor 1,26), talvez tenda para esta solução: que parece haver, propriamente falando, uma sabedoria carnal e material diferente da sabedoria segundo o espírito, e não poderíamos chamá-la de sabedoria se não houvesse uma alma da carne que pudesse ser sábia com essa sabedoria dita da carne. Em seguida, acrescentam: “Se a carne combate contra o espírito e o espírito contra a carne, de tal maneira que nós não fazemos o que queremos” (Gl 5,17), quem são aqueles de quem se disse: “de tal modo que nós não fazemos o que queremos”? Eles dizem que é certo que não se trata do espírito, pois não é a vontade do espírito que é impedida; nem da carne, porque, se ela não tem alma própria, certamente não tem vontade. Só resta dizer que se trata da vontade dessa alma que pode ter uma vontade particular, opondo-se de fato à vontade do espírito. Sendo assim, é claro que a vontade dessa alma é como que um intermediário entre a carne e o espírito, servindo sem dúvida um dos dois e obedecendo àquele a quem ela escolheu obedecer; e quando essa alma se sujeitou aos deleites da carne, torna os homens carnais; mas, quando ela se junta ao

espírito, ela faz que o homem esteja no espírito, e por isso seja chamado espiritual. O Apóstolo parece que indica isso, quando diz: “Vós, porém, não estais na carne, mas no espírito” (Rm 8,9).

É preciso perguntar que vontade é essa que fica entre a carne e o espírito e que não é nem a vontade da carne nem a que se diz do espírito. É certo que tudo o que se diz pertencer ao espírito é vontade do espírito e que tudo o que é dito obra da carne é vontade da carne. Que é, pois, essa vontade da alma que é mencionada além das duas outras vontades, e à qual o Apóstolo não quer que obedeçamos quando diz: “A fim de que não façais o que quereis” (Gl 5,17)? Parece indicar que essa vontade não deve aderir a nenhum dos dois, a saber, nem à carne, nem ao espírito. Mas diremos que, se é melhor para a alma fazer a sua própria vontade do que a da carne, mais ainda é melhor para a alma fazer a vontade do espírito e não a sua. Como é que então o Apóstolo diz: “Para que vós não façais o que quereis”? Porque, no combate que se desenrola entre a carne e o espírito, não é certo que, de todos os modos, a vitória venha a ser do espírito; é claro que muitas vezes quem a obtém é a carne.

3. Mas já que chegamos a uma discussão tão aprofundada, na qual é necessário tocar todos os pontos que podem ser levantados de cada lado, vejamos se não se pode examinar a esse respeito se, tal como para a alma vale mais seguir o espírito quando o espírito venceu a carne, também – se bem que pareça pior seguir a carne combatendo contra o espírito e querendo atrair a si a alma –, contudo, poderia parecer mais útil à alma ser dominada pela carne do que ater-se às suas vontades próprias. Com efeito, quando ela fica com as suas vontades é que não é, conforme está escrito, nem quente, nem fria, mas permanece numa tepidez indiferente, e a sua conversão corre o risco de ser lenta e muito difícil. Mas, se ela adere à carne, às vezes saciada e cheia de males que ela sofre por causa dos vícios da carne, fatigada da luxúria e da voluptuosidade como se fossem fardos demasiado pesados, pode mais fácil e rapidamente se desviar das sujeiras da matéria, para se voltar para o desejo das realidades celestes e da graça espiritual. É provável que tenha sido isso que o Apóstolo quis dizer: que o espírito luta contra a carne e a carne luta contra o espírito, e que não fazemos o que queremos, designando por isso sem dúvida o que é estranho à vontade do espírito e à da carne. Por outras palavras: vale mais para o homem estar ou na virtude ou na maldade do que em nenhuma das duas; com efeito, antes de se voltar para o espírito e de se tornar uma só coisa com ele, a alma, enquanto adere ao corpo e pensa coisas carnis, não parece estar nem num bom estado nem claramente num mau, mas é, por assim dizer, semelhante a um animal. É claro que, se for possível para ela, é melhor aderir ao espírito e tornar-se espiritual; mas, se isso não for possível, é mais conveniente para ela seguir a maldade da carne do que ficar nas suas vontades próprias e num estado de animal irracional.

Tratamos essas coisas com a intenção de discutir cada uma das opiniões, e o fizemos como uma digressão mais ampla do que teríamos desejado, para que não se pense que nos tenha escapado o que é exposto habitualmente por aqueles que se perguntam se não há em nós outra alma além daquela que é celeste e racional; essa seria uma alma que por

natureza se opõe a esta, e ela é chamada carne, ou sabedoria da carne, ou alma da carne.

4. Vejamos agora a resposta que geralmente dão aqueles que sustentam que em nós há um só tipo de movimento interior e uma vida para uma só e mesma alma, à qual é preciso atribuir a salvação ou a perdição, conforme seus atos. Examinemos primeiro de que tipo são as paixões de que sofre a nossa alma quando nós no sentimos no interior rasgados em partidos opostos sobre cada ponto, quando os nossos pensamentos de certo modo lutam juntos em nossos corações, sugerindo como que aparências de verdade que nos inclinam às vezes a um lado, outras vezes a outro, que nos levam tão depressa a nos acusar como a nos aprovar. Não há nada de que se admirar no fato de que os temperamentos instáveis têm um julgamento variável, em contradição e oposição consigo mesmo, porque isso se produz em todos os homens quando se trata de deliberar sobre algo duvidoso e que se examina e investiga o que é mais correto e mais conveniente para decidir. Portanto, não nos deve admirar que duas aparências de verdade se apresentem uma contra a outra, sugerindo decisões contrárias e desgarrando a mente em diversas facções. Por exemplo: quando um pensamento nos inclina à fé e ao temor de Deus, não se pode dizer que a carne combata contra o espírito; mas, enquanto se fica indeciso sobre o que é verdadeiro e conveniente, a alma é arrastada para lados diversos. Assim, quando se pensa que a carne provoca ao prazer, enquanto numa inspiração melhor resiste a essa incitação, não se deve acreditar que se trata de uma vida que resiste a outra, mas que isso vem da natureza do corpo, que procura eliminar e esvaziar os órgãos cheios de humor seminal. Do mesmo modo, não é preciso imaginar alguma potência contrária ou alguma outra alma viva que excita em nós a sede e nos provoca a beber, ou que nos dá fome e nos estimula a comer. Assim como esses apetites e evacuações provêm dos movimentos naturais do corpo, também o humor que naturalmente contém o sêmen quando, depois de certo tempo, se acumula no devido lugar, está inquieto para ser expulso e jogado fora, e não é exatamente a ação de um estímulo exterior que o produz, já que por vezes isso acontece por si mesmo.

Quando se diz, pois, que a carne combate o espírito, os adeptos dessa última explicação compreendem por isso que o uso, as necessidades, ou o prazer da carne, quando excitam o homem, o distraem e desviam das realidades divinas e espirituais. Quando somos atraídos pelas necessidades do corpo, não temos como nos ocupar com as realidades divinas que valem para a eternidade, e, ao contrário, a alma que se entrega ao divino e está unida ao espírito de Deus combate a carne porque não a deixa amolecer nas delícias e seguir na corrente dos prazeres que são o seu deleite natural. Aqueles de quem trazemos essa opinião explicarão a afirmação “a sabedoria da carne é inimiga de Deus” (Rm 8,7) como não que a carne tenha, na verdade, uma alma ou uma sabedoria própria, mas por um significado inadequado, como quando vulgarmente dizemos que a terra tem sede ou que ela quer beber água; nesse caso, não empregamos o termo *querer* no sentido próprio, mas no sentido amplo, como quando dizemos que uma casa quer ser restaurada, e outras expressões semelhantes; portanto, é assim que se deve entender a sabedoria da carne e a expressão “a carne conspira contra o espírito”. Geralmente lhe acrescentam aquilo que está dito: “a voz do sangue do teu irmão grita até mim vinda da

terra” (Gn 4,10). O que grita até Deus não é o sangue derramado em si mesmo, mas, em sentido amplo, diz-se que o sangue grita, pois se pede a Deus vingança contra quem derramou o sangue. E também o que diz o Apóstolo: “vejo outra lei nos meus membros” (Rm 7,23), eles a entendem assim: aquele que quer se dedicar à palavra de Deus se distrai, desvia a atenção, e é incomodado pelas necessidades, e cuidados do corpo, presentes nele, como numa espécie de lei: ele não pode se entregar à sabedoria de Deus e contemplar os mistérios divinos.

5. Mas, entre as obras da carne, se descrevem também as divisões, as invejas, as discussões, e eles as compreendem assim: quando a alma adquiriu uma sensibilidade grosseira porque se submeteu às paixões do corpo, fica oprimida sob o peso dos vícios, e não sente mais nada de sutil e de espiritual; diz-se então que ela se tornou carne e ela tira seu nome dessa carne que passa a ser o objeto do seu zelo e da sua intenção. Os que assim questionam acrescentam: pode-se encontrar ou indicar um criador desses maus pensamentos, chamados pensamentos da carne? É que eles sustentam que é preciso crer que não há outro criador da alma e da carne a não ser Deus. Se dissermos que o Deus bom é que, na sua criação, criou alguma coisa que é sua inimiga, isso vai parecer completamente sem sentido. Portanto, se está escrito: “a sabedoria da carne é inimiga de Deus” e se se diz que isso se faz desde a criação, parecerá que Deus criou uma natureza sua inimiga, que não lhe pode ser submetida, nem a ele nem à sua lei, porque teremos representado essa carne de que falamos como um ser dotado de alma. Se concordarmos com isso, como podemos distinguir essa opinião da daqueles que dizem haver diferentes almas que foram criadas e por sua natureza são destinadas à salvação ou à perdição? Isso só convém aos hereges, que, por não conseguirem expor a justiça de Deus com argumentos conformes à piedade, inventam imaginações também ímpias.

E nós, conforme pudemos, expusemos o que pode ser dito em forma de debate sobre cada uma das doutrinas expostas pelas várias opiniões; que o leitor escolha daqui o que lhe parecer mais razoável de aceitar.

5. O mundo começou no tempo

1. Passamos a um dos artigos da doutrina que a Igreja expõe e que inclui principalmente – de acordo com a fé que devemos ter em nossa história – que este mundo foi feito e que começou num momento determinado e que, segundo a doutrina da consumação dos séculos de todos conhecida, será destruído porque se corromperá; e por isso não vai parecer despropositado tratar um pouco desse tema. No que se refere à garantia que dele dão as Escrituras, e prova é muito fácil. É por isso que os hereges, que sobre tantos pontos se desviaram, neste, cedendo à autoridade das Escrituras, parecem estar de acordo.

Sobre a criação do mundo, que outra Escritura poderá nos ensinar senão aquela em que Moisés descreve a sua origem? Mesmo contendo significados mais importantes do que parece mostrar o relato dos fatos, mesmo que encerre quase sempre um pensamento

espiritual, e que se sirva do véu da letra para esconder realidades místicas e profundas, contudo, a palavra do narrador afirma que, em certo momento, tudo o que é visível foi criado. O primeiro a falar do fim do mundo é Jacó, quando dele dá testemunho perante seus filhos: “Vinde a mim, filhos de Jacó, para que vos anuncie o que se passará nos últimos dias” ou “depois dos últimos dias” (Gn 49,1). Se há últimos dias, ou “depois dos últimos dias”, é preciso que acabem os dias que começaram. Davi diz, igualmente: “Os céus perecerão, mas tu permanecerás, e todos envelhecerão como as vestimentas, e tu os mudarás como a um manto, e eles serão trocados; mas tu és o mesmo e tuas idades não acabarão” (Sl 101,27-28). Quando Nosso Senhor e Salvador disse: “Aquele que no início criou os fez macho e fêmea” (Mt 19,4), ele mesmo atesta também que o mundo foi feito. E quando diz: “O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não passarão” (Mt 24,35), ele o mostra corruptível e finito. O Apóstolo diz também: “A criatura foi submetida à vaidade, não porque ela o queira, mas por causa daquele que a submeteu, na esperança de que a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção para receber a liberdade gloriosa dos filhos de Deus” (Rm 8,20-21). Desse modo, ele afirma claramente o fim do mundo, e também quando diz: “O estado desse mundo passará” (1Cor 7,31). Porém, ao dizer: “A criatura está submetida à vaidade”, mostra também o seu início. De fato, se a criatura está submetida à vaidade por causa de alguma esperança, ela está submetida por uma causa, e o que existe por uma causa deve necessariamente ter um início. Não era possível, sem um começo, que a criatura fosse submetida à vaidade e que ela esperasse ser libertada da servidão da corrupção, se ela não tivesse começado por ser escrava da corrupção. Mas quem tiver oportunidade de procurar pode encontrar muitos outros ditos desse gênero nas Escrituras, onde se diz que o mundo teve um começo e aguarda um fim.

2. Se sobre este ponto alguém se opõe à autoridade das nossas Escrituras e à fé, nós lhe perguntamos se se pode dizer que Deus pode abranger todas as coisas, ou não. Dizer que não pode é manifestamente ímpio. Mas, se responde, como deve fazê-lo, que Deus abrange todas as coisas, segue-se que, pelo fato de que elas podem ser abrangidas, é preciso entender que elas têm um começo e um fim. Porque aquilo que não tem nenhum tipo de começo não pode ser abrangido. Seja qual for a amplitude que tiver o intelecto, a possibilidade de compreender lhe escapa e se afasta sem fim onde não houver começo.

3. Mas costumam nos questionar: se o mundo teve um começo, o que fazia Deus antes de o mundo começar? Dizer que a natureza de Deus é ociosa e imóvel é ímpio e, ao mesmo tempo, absurdo, tal como supor que houve um tempo em que a bondade não fazia o bem, ou a onipotência não exercia o seu poder. É comum nos fazerem essa objeção quando dizemos que o mundo começou num certo tempo, e quando contamos os anos da sua duração segundo o testemunho da Escritura. Não me parece que um herege possa responder facilmente a essas perguntas seguindo a coerência da sua doutrina. Mas nós, observando corretamente as regras da piedade, respondemos que Deus não começou a agir quando fez este mundo visível, mas, tal como após a degradação desse mundo haverá um outro, do mesmo modo, antes que ele existisse,

houve outros, segundo acreditamos. Esses dois pontos serão confirmados pela autoridade da Escritura divina. Isaías ensina que, depois deste mundo, haverá outro: “Haverá um mundo novo e uma terra nova, que farei permanecer perante mim, diz o Senhor” (Is 66,22). E o Eclesiastes mostra que, antes deste mundo, houve outros: “O que é que foi feito? A mesma coisa que será. E o que é que foi criado? A mesma coisa que será criada. Não há nada de novo sob o sol. Se alguém falar e disser: eis aqui algo novo – mas isso já existia nos séculos que nos precederam” (Ecl 1,9-10). Os testemunhos provam os dois pontos: que já existiram séculos, e que depois existirão séculos. Não se deve supor que vários mundos existiram ao mesmo tempo, mas que depois deste virá outro; a esse propósito não precisamos repetir os detalhes todos porque já o fizemos antes.⁸

4. Penso que não convém deixar de prestar atenção e passar em silêncio que as Escrituras santas tenham chamado a criação do mundo com um termo novo e bem definido falando em *katabolē* do mundo. Esse termo foi traduzido para o latim de forma errada como *constituição do mundo*; mas em grego *katabolē* significa mais exatamente a ação de atirar para baixo, isto é, de jogar para baixo. Traduzido em latim como constituição do mundo, como dissemos, fica incorreto. Assim, no Evangelho de João, o Salvador diz: “Naqueles dias haverá grande tribulação tal como nunca se terá visto semelhante desde a constituição do mundo” (Mt 24,21; Jo 17,24),⁹ aqui constituição está no lugar de *katabolē*, que se deve entender como dissemos acima. O Apóstolo, na Carta aos Efésios, utilizou o mesmo termo, quando diz: “Aquele que nos escolheu antes da constituição do mundo”, e também aqui “constituição do mundo” traduz *katabolē*, que se deve compreender no mesmo sentido que expusemos acima. Parece que vale a pena procurar o que é significado por essa nova expressão. Uma vez que o fim e a consumação dos santos se realizarão nas realidades invisíveis e que são eternas, creio que o que se pode deduzir de uma reflexão sobre esse fim segundo o princípio que expusemos antes muitas vezes – que se deve supor que as criaturas racionais tiveram um começo semelhante – é que, se o começo que elas tiveram é semelhante ao fim que elas esperam, elas já estavam, sem dúvida, desde o início, nas realidades invisíveis e que são eternas. Se é assim, do alto para baixo desceram não somente as almas que o mereceram por seus movimentos diversos, mas também aquelas que, por servir este mundo, foram levadas, mesmo não o querendo, das realidades superiores e invisíveis a essas realidades inferiores e visíveis. “A criatura foi submetida, sem que ela o queira, à vaidade, por causa daquele que a submeteu, na esperança” (Rm 8,20), a fim de que o sol, a lua, as estrelas e os anjos de Deus cumpram os seus serviços ao mundo: para essas almas que, por causa dos grandes defeitos das suas inteligências, tiveram necessidade destes corpos mais espessos e sólidos, e em vista destes, para quem isso era necessário, foi instituído este mundo visível. Por isso, pelo significado desse termo, *katabolē*, é indicada a queda comum de todos desde o alto até embaixo. Certamente toda criatura leva consigo a esperança da liberdade a fim de ser libertada da servidão da corrupção, quando os filhos de Deus, que caíram ou foram dispersados, serão reunidos na unidade; ou quando tiverem cumprido neste mundo todas as outras missões que só Deus conhece como

artesão do universo. Deve-se, portanto, pensar que o mundo foi feito de tal modo, e tão amplo, quanto necessário para poder conter todas as almas que neste mundo foram colocadas para se exercitar, e também todas as potências que estão prontas para lhes dar assistência, governá-las e auxiliá-las. Numerosas pessoas demonstram que todas as criaturas racionais têm a mesma natureza: isso é necessário para defender a justiça de Deus em todos os atos pelos quais governa, uma vez que cada uma tem em si mesma as causas que a colocaram em tal ou qual condição de vida.

5. Tal é o plano que Deus determinou depois da origem do mundo, mas que já estava previsto com as razões e as causas tanto daqueles que mereciam vir para corpos por causa das falhas da sua inteligência como daqueles que eram atraídos pelo desejo das realidades visíveis, ou, ainda, daqueles que, segundo a sua vontade, ou sem o querer, eram obrigados, por aquele que os submetia na esperança, a cumprir certos ofícios em favor daqueles que tinham caído nesse estado. Mas alguns, sem compreender nem perceber que essas diversas disposições tinham sido tomadas por Deus em decorrência de causas anteriores relacionadas com o livre-arbítrio, pensaram que tudo o que se passa no mundo era conduzido por movimentos fortuitos ou por uma necessidade fatal e que nada dependia do nosso livre-arbítrio. Desse modo, nem a providência de Deus se mostrava isenta de culpa.

6. Dissemos que todas as almas que vivem neste mundo tiveram necessidade de muitos assistentes, de dirigentes, de auxiliares e, nos tempos recentes, quando o fim do mundo já era iminente e que todo o gênero humano corria para a sua perda definitiva, como não somente os que eram governados, mas também aqueles a quem tinha sido confiado o cuidado de governar, tinham sido atingidos pela decadência, o gênero humano teve necessidade não somente dessa ajuda e de defensores semelhantes a ele, mas reclamou pelo socorro do seu próprio Criador e autor para restaurar a disciplina corrompida e profanada: nuns a da obediência, noutros a da autoridade. Por isso é que o Filho Único de Deus, Palavra e Sabedoria do Pai, quando se encontrava junto do Pai na glória que tinha antes da existência do mundo, se aniquilou a si mesmo, e, tomando a forma de escravo, fez-se obediente até a morte, para ensinar a obediência àqueles que não podiam obter a salvação a não ser pela obediência, para restaurar assim as leis corrompidas da arte de governar e de reinar, submetendo todos os inimigos a seus pés; e como tem de reinar até que tenha posto os inimigos sob seus pés, e que tenha destruído o último inimigo, a morte, ensina àqueles mesmos que governam as regras do governo. Pois que, como dissemos, ele tinha vindo para restaurar não somente a disciplina da arte de governar e reinar, mas também a de obedecer, realizando primeiro em si mesmo o que ele queria que fosse realizado pelos outros, por isso não se fez somente obediente ao Pai até a morte na cruz, mas também até a consumação dos séculos, abrangendo em si mesmo todos aqueles que submeteu ao Pai e que por ele vêm à salvação; está dito que com eles e neles também ele mesmo se submeterá ao Pai, porque tudo está nele e que ele é a cabeça de todas as coisas, e que nele se encontra a plenitude daqueles que obtêm a salvação. É o que dele diz o Apóstolo: “Quando tudo lhe for submetido, então o

próprio Filho será submetido àquele que lhe submeteu todas as coisas, a fim de que Deus seja tudo em todos” (1Cor 15,28).

7. Não sei de que maneira os hereges, sem compreender o significado que o Apóstolo coloca nessas palavras, consideram pejorativo o termo *submissão* no que diz respeito ao Filho; se se procura o significado da palavra, poderemos facilmente encontrá-lo partindo do seu contrário. Porque, se a submissão não é um bem, segue-se que o seu contrário, a insubmissão, é um bem. A palavra do Apóstolo: “quando tudo lhe estiver submetido, então o próprio Filho será submetido àquele que lhe submeteu todas as coisas” (1Cor 15,28) parece mostrar, segundo o significado que lhe dão os hereges, que aquele que agora não está submetido ao Pai lhe será submetido no futuro, quando o Pai já lhe tiver submetido todas as coisas. Admiro-me de que se possa compreender desse modo: se, enquanto tudo não lhe está submetido, ele mesmo não está submetido, então, quando tudo lhe estiver submetido, quando tiver se tornado o rei de tudo, e que tiver poder sobre o universo, então ele se submeterá, conforme eles pensam, ao passo que antes não o tinha feito. Eles não compreendem que a submissão de Cristo a seu Pai mostra a beatitude que virá da nossa perfeição e exprime a finalização vitoriosa da obra que ele empreendeu, quando oferece ao Pai não apenas a totalidade do governo e do reino que ele corrigiu em toda a criação, mas, ainda, as regras da obediência e da submissão corrigidas e restauradas em todo o gênero humano. Se, portanto, se entende como boa e salutar a submissão pela qual o Filho é, conforme se disse, submetido a seu Pai, de maneira muito conseqüente e coerente, segue-se que é preciso entender como salutar e útil aquilo que é chamado de submissão dos inimigos ao Filho de Deus; assim como quando dizemos submissão do Filho ao Pai é afirmada a perfeita restauração de toda a criação, de modo semelhante, quando se diz que os inimigos estão submetidos ao Filho de Deus, entende-se a salvação nele daqueles que estão submetidos, e o restabelecimento daqueles que se perderam.

8. Mas essa submissão se realizará de acordo com procedimentos, normas e tempos determinados, o que quer dizer que não é por alguma necessidade ou consequência de força que o mundo inteiro se submeterá a Deus, mas pela ação da palavra, da razão, do ensino, da imitação dos melhores, dos bons costumes e também das ameaças merecidas e adaptadas que advertem justamente aqueles que descuidam de tomar conta da sua salvação e do seu interesse, e de estar vigilantes quanto à sua cura. Também nós, os humanos, na educação dos nossos servidores e dos nossos filhos, enquanto pela idade não atingem a razão, nós os reprimimos com ameaças e pelo temor; mas, quando recebem a inteligência daquilo que é bom, útil e honesto, então o medo dos açoites acaba, pois concordam em ser persuadidos pela palavra e pela razão a fazer tudo o que é bom. Há coisas, porém, que só Deus conhece, e seu Filho Único, por quem o universo foi criado e restaurado, bem como pelo Espírito Santo, que tudo santifica, que procede do próprio Pai, e possui glória na eternidade dos séculos, amém. Assim, só Deus conhece de que maneira cada um deve ser dirigido, respeitando o livre-arbítrio em todas as criaturas racionais; isto é, quem são aqueles que a palavra de Deus encontra prontos e

capazes de ser instruídos, quais os que ele deixou para depois, quais aqueles a quem ele se oculta completamente como se seus ouvidos estivessem longe deles; em contrapartida, quais são os que, por terem desprezado a palavra de Deus que lhes foi mostrada e pregada, ele estimula com repreensões e penas que eles sofrem em vista da sua salvação, exigindo deles, e de certo modo lhes arrancando a conversão; quais aqueles a quem ele fornece algumas indicações de salvação para que talvez alguém possa receber uma salvação assegurada por uma resposta inspirada só pela fé; por que causas e em que ocasiões tudo isso tem lugar, o que neles a sabedoria divina perscruta, ou que movimentos da vontade deles ela vê para o seu governo do universo.

6. Sobre o fim do mundo¹⁰

1. Já discutimos antes, conforme pudemos, o fim e a consumação do mundo, de acordo com a autoridade das divinas Escrituras; supomos que isso tenha sido suficiente para instruir, porém vamos mencionar ainda alguns pontos, porque a continuação da argumentação nos traz de volta esse assunto. Toda criatura racional procura diligentemente o Bem supremo, fim de todas as coisas, o que foi expresso também por numerosos filósofos nestes termos: o Bem supremo consiste em tornar-se, na medida do possível, semelhante a Deus. Suponho que não o encontraram por si mesmos, mas foram buscá-lo nos livros divinos. De fato, foi Moisés quem antes de todos os outros o indicou quando narra a primeira criação do homem: “Disse Deus: façamos o homem à nossa imagem e semelhança”, e logo acrescenta: “E Deus fez o homem, à imagem de Deus o fez, macho e fêmea os fez, e os abençoou” (Gn 1,26-27). Quando ele diz: “à imagem de Deus o fez”, ele se cala sobre a semelhança; isso só pode significar que o homem recebeu a dignidade da imagem na sua primeira criação, mas que a perfeição da semelhança lhe está reservada para a consumação. Quer isso dizer que ele devia procurá-la para si mesmo, imitando Deus com o esforço da sua atividade própria. A possibilidade dessa perfeição, que lhe fora dada no início pela excelência da imagem, devia no final realizá-la ele mesmo na perfeita semelhança ao cumprir suas obras. O apóstolo João atesta com mais termos esclarecedores e evidentes que assim é quando ele diz: “Meus filhinhos, não sabemos ainda o que seremos: quando isso nos for revelado, seremos semelhantes a ele” (1Jo 3,2). Aqui está certamente falando do Salvador, e indica, com muita segurança, não só o fim de todas as coisas (que ele diz que ainda lhe é desconhecido), mas também a semelhança que esperamos ter com Deus, e que será dada segundo a perfeição dos méritos. O próprio Senhor no Evangelho a apresenta não somente como futura, mas também como devendo se produzir pela sua intercessão, já que se digna pedi-la ele mesmo ao Pai, para os seus discípulos, quando diz: “Pai, quero que lá onde eu estiver eles também estejam comigo” (Jo 17,24) e “como eu e tu somos um, que eles sejam um conosco” (Jo 17,21). Parece aqui que a semelhança será por assim dizer progressiva, e que, de semelhante, se fará um, porque, sem dúvida, na consumação ou fim, Deus será tudo em todos.

A esse propósito alguns se perguntam se a essência da natureza corporal, mesmo que purificada ao máximo, tornada completamente espiritual, não parece que será obstáculo à dignidade da semelhança e à unidade em sentido estrito, uma vez que, como a natureza divina é certamente e radicalmente não corporal, aquela que está num corpo não parece que possa se dizer semelhante a ela, nem ser declarada, em verdade e corretamente, uma com ela, sobretudo quando a verdade da nossa fé ensina que é preciso referir a unidade do Filho com o Pai à sua própria natureza.

2. Portanto, quando se promete que no fim Deus será tudo em todos, não se deve logicamente pensar que os animais, os bichos e as bestas chegarão a esse fim, para não se indicar desse modo que Deus está presente nos animais, nos bichos e nas bestas; e também não na madeira e na pedra, não seja caso que se diga que Deus também está neles. Não se deve supor que alguma maldade chegará a esse fim, para que, quando se disser que Deus é tudo em todos, não se afirme que ele está também em algum receptáculo de maldade. Se dizemos com certeza que Deus está em todo lugar e em todas as coisas, isso é no sentido de que nada pode estar vazio de Deus; contudo, não dizemos que ele seja de fato tudo naquilo em que ele está. É por isso que se deve examinar com mais cuidado o que significa a perfeição da beatitude e o fim de todas as coisas: não se diz somente que Deus está em tudo, mas que ele é tudo. Perguntemo-nos o que significa esse termo, “tudo”, que Deus será “em todas as coisas”.

3. Penso que essa expressão que se diz de “ser tudo em todas as coisas” significa também que ele será tudo em cada ser. Em cada ser ele será de tal modo como numa inteligência racional, que, expurgada de toda sujeira dos vícios, e completamente enxugada de todas as nuvens da maldade, pode sentir, ou compreender, ou pensar que tudo nela será Deus, e ela não fará nada além de sentir Deus, pensar Deus, ver Deus, estar com Deus – Deus será todos os seus movimentos, e assim é que Deus será tudo para ela. Não haverá mais discernimento do mal e do bem porque já não haverá mal; pois que Deus é tudo para ela, e nele o mal não existe – e aquele para quem Deus é tudo e está sempre no bem não mais desejará comer da árvore do conhecimento do bem e do mal. Portanto, se o fim, reconduzido à condição inicial, e a consumação das coisas retornada ao seu princípio, restaurarão o estado que tinha então a natureza racional quando ela não tinha necessidade de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, depois de ter afastado todo sentimento de maldade, de o ter retirado para chegar à integridade e à pureza, aquele que é o único Deus bom será só para ela e nela será tudo, não somente em alguns, nem em muitos, mas em todos, quando já não haverá morte e não mais o aguilhão da morte, e absolutamente mal nenhum; então Deus será de verdade tudo em todas as coisas. Alguns pensam que essa perfeição e felicidade das naturezas racionais só perdurará nesse estado de que estamos falando, ou seja, aquele em que todos os seres possuem Deus e Deus é tudo para eles, se a sua união com a natureza corporal não os afastar de modo nenhum. Caso contrário, pensam eles que, se a mistura com a substância material se interpusesse, ela impediria a glória e a felicidade supremas. Mas, sobre esse assunto nas páginas anteriores, já expusemos e discutimos mais

completamente o que nos veio ao pensamento.

4. Uma vez que encontramos no apóstolo Paulo uma menção ao corpo espiritual, vamos procurar saber, como pudermos, como é que se deve pensar sobre isso. Tanto quanto a nossa inteligência pode compreender, pensamos que a qualidade de um corpo espiritual deve permitir que ele seja habitado não só pelas almas santas e perfeitas, mas, ainda, por todas as criaturas que serão libertadas da servidão da corrupção. Deste corpo diz também o Apóstolo que “temos uma casa que não é feita pelas mãos, eterna nos céus” (2Cor 5,1), isto é, nas moradas dos bem-aventurados. Por aqui podemos conjecturar de quanta pureza, de quanta sutilidade e de quanta glória serão as qualidades desse corpo se o compararmos àqueles que agora, mesmo que sejam corpos celestes e esplendorosos, são, contudo, feitos “pelas mãos” e visíveis. Pelo contrário, do outro se diz que é “uma casa que não é feita pelas mãos, mas eterna nos céus”. Uma vez que o “visível é temporal e o invisível eterno” (2Cor 4,18), todos os corpos que vemos na terra ou nos céus, que podem ser vistos, que são “feitos pelas mãos” e não são eternos, são ultrapassados de longe por aquele que não é visível nem feito pelas mãos, mas é eterno. A partir dessa comparação, pode-se presumir o encanto, o esplendor e o brilho do corpo espiritual e que é verdade, tal como está escrito, que “o olho não viu, e o ouvido não escutou, que ainda não chegou ao coração do homem o que Deus preparou para aqueles que o amam” (1Cor 2,9). Não há dúvida de que a natureza desse corpo que é o nosso, pela vontade de Deus que assim o fez, poderá chegar pela ação do Criador a essa qualidade de corpo muito sutil, puríssimo e muito resplandecente, conforme o estado das coisas o exigir e os méritos da natureza racional o pedirem. Finalmente, quando o mundo teve necessidade de variedade e de diversidade, a matéria entregou-se com toda disponibilidade nos diferentes aspectos e espécies das coisas àquele que a tinha feito, porque é seu Senhor e Criador, para que possa tirar dela as diversas formas dos seres celestes e terrestres. Mas, quando todos os seres começarem a se apressar para se tornarem um, como o Pai é um com o Filho, entenda-se que o resultado é que onde todos forem um não haverá mais diversidade.

5. É por isso que, mesmo o último inimigo chamado morte se diz que será destruído de tal maneira que não haverá mais nada funesto onde a morte já não existirá, nem diferente, porque não haverá mais inimigo. É preciso compreender essa destruição do último inimigo não no sentido de que a sua substância feita por Deus vai perecer, mas que o seu propósito e a sua vontade de inimizade, que não provêm de Deus, mas dele mesmo, desaparecerão. É destruído, pois, não para que já não exista, mas para que não seja mais inimigo nem morte. De fato, nada é impossível ao Todo-poderoso, nada é irreparável para aquele que o fez; ele fez todas as coisas para que elas existissem, e tudo o que foi feito para existir não pode deixar de existir. É por isso que, se passam por mudanças e diversidades, é para que se encontrem num estado melhor, ou pior, conforme os seus méritos. Mas os seres que foram criados por Deus para existir e durar não podem receber uma morte que os atinja na sua substância. Com efeito, se a opinião comum pensa que há seres que pereceram, não se segue daí que a regra da fé e da

verdade aceite que tenham perecido. Os ignorantes e os ateus acham que a nossa carne perece depois da morte, de tal modo que absolutamente nada fica da substância dela. Mas nós, que acreditamos na ressurreição, compreendemos que aí a morte apenas produz uma mudança, pois estamos certos de que a sua substância permanece e que, em determinado momento, quando quiser o Criador, será de novo restaurada para viver e passará por outra mudança; de fato, o que antes era uma carne terrestre, vinda da terra, depois dissolvida pela morte e outra vez feita cinzas e terra – “tu és terra e voltarás para a terra” (Gn 18,27) –, ressuscitará da terra e daí em diante progredirá até a glória do corpo espiritual, conforme o requererem os méritos da alma que a habita.

6. Deve-se pensar que toda a nossa substância corporal que está aqui será conduzida a esse estado, quando todas as coisas forem restauradas para serem um, e que Deus será tudo em todas as coisas. Não se julgue que tudo isso se realizará de repente: será pouco a pouco e por partes, numa sucessão de séculos intermináveis e imensos, quando gradualmente a reforma e a correção se cumprirem em cada um; alguns virão à frente e se dirigirão às alturas numa corrida mais rápida, e outros os seguirão a curta distância e, finalmente, outros estarão muito mais longe; desse modo, através da quantidade de degraus inumeráveis, constituídos por aqueles que progridem e se reconciliam com Deus, eles que antes eram inimigos, se chega ao último inimigo chamado morte e à sua destruição, para que não seja mais inimigo.

Quando todas as almas racionais tiverem sido restabelecidas nesse estado, então a natureza desse nosso corpo também será conduzida à glória do corpo espiritual. Nas naturezas racionais, vemos que aquelas que viveram de modo indigno por causa dos seus pecados não são diferentes daquelas que foram convidadas para a bem-aventurança por causa dos seus méritos; mas vemos que as almas que antes eram pecadoras, depois da sua conversão e da sua reconciliação com Deus, são chamadas de novo à bem-aventurança; de modo semelhante se deve pensar da natureza do corpo: o corpo de que nos servimos agora, com sua baixeza, sua corrupção e sua fraqueza, não é senão aquele mesmo de que nos servimos quando na incorrupção, na força e na glória, mas será o mesmo que terá rejeitado as fraquezas de que agora sofre, e terá se mudado na glória, tornado espiritual de tal modo que o que era um vaso indigno se tornará pela sua purificação um vaso de honra e uma morada de bem-aventurança. Devemos acreditar que permanecerá para sempre imutável nesse estado pela vontade do Criador; é o que nos garante a frase do apóstolo Paulo: “Temos uma casa que não é feita pelas mãos, eterna nos céus” (2Cor 5,1).

De fato, a fé da Igreja não aceita o que dizem alguns filósofos gregos: que além deste corpo, composto de quatro elementos, há um quinto corpo, inteiramente diferente, e distinto deste corpo; nas santas Escrituras não se pode encontrar a mínima alusão a isso, e a própria ordem das coisas não permite que se aceite, sobretudo porque o Apóstolo afirma claramente que os corpos que serão dados aos que ressuscitam dos mortos não são novos, mas receberão os mesmos corpos que tinham nessa vida, transformados do pior em melhor. Com efeito, diz ele: “Um corpo animal é semeado, um corpo espiritual

ressuscitará” e “semeado na corrupção, ressuscitará na incorrupção; semeado na fraqueza, ressuscitará na força; semeado na obscuridade, ressuscitará na glória” (1Cor 15,42-44). Tal como um homem pode progredir de um estado anterior de homem animal, incapaz de entender o que é do espírito de Deus, até chegar, graças à educação, a se tornar espiritual e a julgar todas as coisas, sem ser ele mesmo julgado por ninguém, do mesmo modo se deve pensar, a propósito da condição do corpo, que o mesmo corpo que agora é chamado animal, porque está a serviço da alma, quando a alma se reunir a Deus e se tornar com ele um só espírito, progredirá como instrumento do espírito para atingir uma condição e uma qualidade espirituais; sobretudo, como já várias vezes demonstramos, porque a natureza corporal foi feita pelo Criador de tal modo que possa assumir sucessivamente e sem dificuldade qualquer qualidade, conforme a vontade de Deus, ou o que requererem as circunstâncias.

7. Todo esse raciocínio supõe que Deus criou duas naturezas genéricas: uma natureza visível, isto é, corporal, e uma natureza invisível que é incorporeal. Mas essas duas naturezas recebem mutações diversas. A invisível, que é racional, muda de intenção e de propósito porque é dotada de livre-arbítrio; por causa disso, ela tanto está no bem como no seu contrário. Mas a natureza corporal recebe uma mutação na sua substância; é por isso que, seja qual for a coisa que Deus, o artesão de todas as coisas, queira fazer dela, trabalhará-la ou retocá-la, a matéria está sempre disponível em tudo, e ele pode, portanto, transmutá-la em qualquer forma ou aparência, conforme o que pedirem os méritos das coisas. O profeta o exprime claramente ao dizer: “Deus, que fez todas as coisas e as transforma” (Am 5,8).

8. Certamente, é preciso perguntar se, quando Deus for tudo em todas as coisas, na consumação de todas as coisas, toda a natureza dos corpos terá uma só aparência, e toda a qualidade dos corpos será somente a de brilhar na glória indescritível que será atribuída ao corpo espiritual, conforme devemos acreditar. No início do seu livro, Moisés escreveu: “No princípio Deus criou o céu e a terra” (Gn 1,1); se entendemos bem o que ele disse, esse é o começo de toda a criação, começo ao qual deve retornar o fim e a consumação de todas as coisas. Ou seja, que esse céu e essa terra são a morada e repouso dos piedosos, de tal modo que os santos e os pacíficos herdarão primeiro essa terra, pois assim o ensinam a Lei, os profetas e o Evangelho. Penso que nessa terra estão os modelos verdadeiros e vivos da disciplina moral que Moisés transmitia com a sombra da Lei. É por isso que se diz que aqueles que obedeciam à Lei serviam o modelo e a sombra das realidades celestes. A esse mesmo Moisés se disse: “Cuida para fazeres tudo conforme à imagem e à semelhança do que te foi mostrado na montanha” (Ex 25,40). Nesta terra, a Lei foi um pedagogo para aqueles que deveriam ser, por ela, conduzidos até Cristo, e ensinados e instruídos por ela, a fim de que pudessem, depois da instituição da Lei, receber mais facilmente toda a ciência mais perfeita de Cristo; parece-me que, de modo semelhante, essa terra em primeiro lugar recebe os santos, os impregna e os forma, ensinando-lhes a Lei verdadeira e eterna, para que possam mais facilmente receber a instrução perfeita do céu, à qual nada pode ser acrescentado. Lá encontrarão o que é

chamado Evangelho Eterno, o Testamento sempre novo, que nunca envelhecerá.

9. Deve-se pensar que, dessa maneira, na consumação e restauração de todas as coisas, progredindo pouco a pouco, e ascendendo com ordem moderada, chegarão de início a essa terra e à instrução que nela é dada, onde serão preparados para regras melhores, às quais nada pode ser acrescentado. Cristo, o Senhor, que é o rei de todos, depois dos condutores e tutores, ele mesmo assumirá o reino; quer dizer que, depois da formação ministrada pelas santas potências, ele mesmo ensinará aqueles que puderem compreendê-lo, porquanto ele é a sabedoria, e reinará sobre eles até que também os submetam ao Pai, que a ele submeteu todas as coisas, isto é, quando tiverem sido feitos capazes de receber Deus, Deus será neles tudo em todos. Consequentemente, a natureza corporal receberá então a sua condição suprema, à qual nada se poderá acrescentar.

Até aqui discutimos sobre a maneira de ser da natureza corporal, ou do corpo espiritual; deixamos à discrição do leitor o cuidado de escolher dessas duas soluções aquela que lhe parecer melhor. Mas nós damos aqui por terminado o terceiro livro.

A PROPÓSITO DO CARÁTER INSPIRADO DA ESCRITURA DIVINA E COMO ELA DEVE SER LIDA E COMPREENDIDA¹²

1. As Escrituras são inspiradas por Deus

1. Uma vez que nas nossas buscas sobre realidades tão importantes não nos basta apelar para as concepções comuns e para a evidência do que se vê, mas que, além disso, para demonstrar o que dizemos, tomamos os testemunhos que vêm das Escrituras que temos como divinos, tanto do chamado Antigo Testamento como do que é dito Novo Testamento, tentamos confirmar a nossa fé pela razão, mas ainda não estabelecemos a divindade das Escrituras. Aceitai, pois, nossa exposição sobre algumas poucas coisas, como que num resumo, explicando para isso o que nos leva a considerar as Escrituras como divinas. Mas, antes de utilizar as próprias Escrituras e o que nelas se diz, vamos começar por apresentar o legislador dos hebreus, Moisés, e o autor das doutrinas salvadoras do cristianismo, Jesus Cristo.

Houve certamente muitos legisladores entre os gregos e os bárbaros, muitos mestres que pregavam doutrinas prometendo a verdade; mas não sabemos de nenhum legislador que tenha feito nascer nas outras nações o desejo de receber as suas palavras; e, enquanto aqueles que prometiam filosofar a respeito da verdade vinham equipados com provas e demonstrações que pareciam razoáveis, nenhum difundiu essa verdade, em que acreditava, entre nações diferentes, ou mesmo entre um número suficiente de pessoas numa só nação. E, contudo, bem que os legisladores teriam gostado que as leis que lhes pareciam boas tivessem autoridade – se fosse possível – sobre todo o gênero humano; e os mestres gostariam que o que eles têm como verdade se difundisse sobre toda a terra. Mas, como não podem exortar aqueles que são de outros idiomas, ou pertencem a numerosas nações, a cumprir as suas leis, e a receber os seus ensinamentos, nem sequer começaram a fazê-lo, pois, com toda a razão, percebiam que lhes era impossível chegar lá. Porém, em todas as terras, quer sejam gregas, quer bárbaras, há milhares de nossos fiéis, que renunciaram às leis dos seus pais e aos que presumiam ser seus deuses, para observar as leis de Moisés e para seguir as palavras de Cristo, como seus discípulos. E, contudo, aqueles que se entregaram à Lei de Moisés são odiados pelos que adoram imagens, e aqueles que aceitaram a palavra de Jesus Cristo arriscam-se, ainda, por causa desse ódio, a uma sentença de morte.

2. Se considerarmos como é que, em tão poucos anos, apesar das armadilhas que ameaçam aqueles que professam o cristianismo, apesar mesmo da morte de alguns, e a espoliação de outros, a palavra pôde, sem possuir grande quantidade de mestres, ser pregada em toda a terra, de tal modo que gregos e bárbaros, sábios e ignorantes, se uniram à religião anunciada por Jesus, não podemos duvidar de que esse fato está acima das forças do homem, porque Jesus ensinou com toda a autoridade e a força de

persuasão necessárias para que a Palavra se imponha. Assim podemos com todo o direito considerar as suas palavras como predições, por exemplo: “Sereis conduzidos perante os reis e os chefes por causa de mim, para dar testemunho perante eles e diante das nações” (Mt 10,18), e ainda: “Nesse dia muitos me dirão: Senhor, Senhor! Não foi em teu nome que nós comemos, em teu nome que nós bebemos, e em teu nome que expulsamos os demônios? E eu lhes direi: afastai-vos de mim, vós que violais a lei, pois eu nunca vos conheci” (Mt 7,22-23). Se fosse possível que essas coisas tivessem sido ditas em vão, tais palavras não seriam verdadeiras; mas, uma vez que se cumpriu aquilo que ele disse com tanta autoridade, isso mostra que ele é realmente Deus, posto em natureza humana para dar aos homens suas doutrinas salutares.

3. Que se deve dizer do fato de Cristo ter sido profetizado? Então “não faltarão aqueles que são chamados príncipes vindos de Judá nem os chefes que saíram da sua estirpe até que venha aquele para o qual está reservado” (isto é: o reino) e “chegar a esperança dos povos” (Gn 49,10). Porque a história, e tudo o que se vê hoje, mostra claramente que, desde o tempo de Jesus, não houve mais rei dos judeus que tivesse esse título, porque todas as realidades que eram o orgulho dos judeus, isto é, o que dizia respeito ao templo, ao altar, ao culto que aí se celebrava e às vestes do sumo sacerdote fora destruído. Assim se cumpriu a profecia: “Durante muitos dias, os filhos de Israel ficarão sem rei, nem príncipe, sem vítima, nem altar, nem sacerdócio nem oráculos” (Os 3,4).

Utilizamos esse texto contra aqueles que dizem, perturbados pelas palavras que no *Gênesis* Jacó dirige a Judá, que o etnarca, saído da estirpe de Judá, comandará o povo sem que falem aqueles que vêm do seu sêmen, até a vinda de Cristo, tal como eles o imaginam. Pois, se “durante muitos dias os filhos de Israel ficarão sem rei, nem príncipe, sem vítima, nem altar, nem sacerdócio nem oráculos” – e depois da destruição do templo não houve mais vítimas, nem altar, nem sacerdócio –, é claro que faltou um príncipe vindo de Judá e um chefe saído da sua estirpe. Uma vez que a profecia diz: “Não faltarão aqueles que são chamados príncipes vindos de Judá nem os chefes que saíram da sua estirpe até que venha aquele para o qual está reservado”, é evidente que ele veio, aquele a quem pertence o que lhe está reservado, a esperança das nações. E isso é evidente em decorrência da multidão de nações daqueles que acreditaram por Cristo em Deus.

4. O Cântico do Deuteronômio mostra profeticamente que a escolha das nações sem inteligência em consequência dos pecados do primeiro povo não foi feita por outro senão por Jesus Cristo. Porque ele diz: “Eles me tornaram ciumento por causa do que não é Deus, eles me irritaram com seus ídolos; e eu farei com que fiquem ciumentos por causa do que nem é uma nação, eu os irritarei com uma nação sem inteligência” (Dt 32,21). Pode-se compreender com muita clareza de que maneira os hebreus que, segundo a Escritura, tornaram Deus ciumento por causa do que não é Deus, irritaram-no com seus ídolos, e eles próprios se irritaram até o ciúme por causa do que não é nem uma nação, por causa da nação sem inteligência que Deus escolheu pela vinda de Jesus Cristo e pelos seus discípulos. Vemos assim “como é que fomos chamados: não temos muitos sábios

segundo a carne, nem muitos poderosos, nem muitos nobres; mas Deus escolheu o que é louco neste mundo para confundir os sábios, e Deus escolheu o que não tem nascimento, é desprezado, que nem existe, para destruir o que existia antes” (1Cor 1,26-27). E que Israel, segundo a carne, a quem o Apóstolo chama carne, não se glorifique diante de Deus.

5. Que dizer das profecias sobre Cristo contidas nos salmos, no cântico que tem por título: “Para o bem-amado” (Sl 44,1-3), cuja língua é chamada “a pena de um escriba que escreve depressa, cuja beleza se mostra entre os filhos dos homens, e em seus lábios a graça foi derramada”. Um indício dessa graça derramada sobre os lábios é que, passado o curto momento do seu ensinamento – ensinou cerca de um ano e alguns meses¹³ –, toda a terra ficou cheia da sua doutrina e da religião que ele introduziu. Pois “nesses dias se levantaram a justiça e abundância de paz” (Sl 71,7) subsistindo até a consumação que é chamada de destruição da lua, e subsiste dominante “de um mar a outro mar e dos rios até os confins da terra” (Sl 71,8). Foi dado um sinal à casa de Davi porque “a virgem concebeu e deu à luz um filho que se chama Emanuel, quer dizer, Deus-conosco” (Is 7,14). Cumpriu-se o que diz o mesmo profeta: “Deus-conosco: sabei, nações, e sede vencidas, sede vencidos vós, os poderosos” (Is 8,8). Nós ficamos por baixo e fomos vencidos, nós que vimos das nações, tomados pela graça da sua palavra. Mas o local do seu nascimento está predito em Miqueias: “E tu, Belém, terra de Judá, tu não és de modo nenhum a menor entre as chefias de Judá, pois de ti sairá o chefe que comandará o meu povo de Israel” (Mq 5,2). E, conforme Daniel, as setenta semanas se cumpriram (Dn 9,24) até Jesus Cristo ser o chefe. Ele veio também segundo Jó, aquele que dominou o monstro das águas (Jó 3,8). E que deu a seus autênticos discípulos o poder de pisar serpentes e escorpiões com os pés e também todo o poder do inimigo, sem dele receber nenhum mal (Lc 10,19). Que se pense sobre a vinda dos apóstolos a todos os lugares, daqueles que foram enviados por Jesus para anunciar o Evangelho, e se verá que a audácia deles era sobre-humana e que era Deus que os dirigia. E quando examinamos como os homens que escutavam esse novo ensino e essas palavras estrangeiras se chegaram a eles, vencidos, quando queriam, era lhes preparar ciladas, pois um poder divino os protegia, não ficamos incrédulos a respeito dos prodígios que eles fizeram, pois Deus trazia às palavras deles seu testemunho por meio de sinais, prodígios e diversos poderes.

6. Ao mostrar sucintamente o que é da divindade de Jesus, servindo-nos das palavras proféticas que se referem a ele, mostramos também que as Escrituras que profetizaram a seu respeito estavam inspiradas por Deus, bem como os escritos que anunciaram a sua vinda, que relataram um ensino dado com poder e autoridade, e que por isso dominou aqueles que foram escolhidos entre as nações. É preciso dizer que a inspiração divina das palavras proféticas e a natureza espiritual da Lei de Moisés resplandeceram com a vinda de Jesus. Antes da vinda de Cristo, a inspiração divina das antigas Escrituras não era fácil de demonstrar com evidência; mas a vinda de Jesus levou aqueles que podiam supor que a Lei e os profetas não eram divinos a constatar com evidência que eles tinham sido

escritos com o auxílio de uma graça celeste. Quem estudar com cuidado e atenção as palavras proféticas sentirá, quando as ler, um traço de entusiasmo,¹⁴ e esse sentimento persuadi-lo-á de que não são escritos de homens aquilo que acreditamos serem as palavras de Deus. E a luz que se contém na Lei de Moisés, antes escondida debaixo de um véu, brilhou com a vinda de Jesus, que afastou o véu e deu a conhecer pouco a pouco os bens cuja sombra a Lei possuía.

7. Seria excessivo passar agora em revista as profecias muito antigas concernentes a cada uma das realidades futuras, a fim de que aquele que duvida, impressionado pela inspiração divina delas, afaste toda hesitação e falta de atenção e se entregue com toda a alma às palavras de Deus. Mas se, para aqueles que não são instruídos, o caráter sobre-humano dos pensamentos não aparece na letra de cada passagem, não há aí nada com que se admirar: com efeito, no que se refere às obras da Providência que se estende a todo o universo, algumas aparecem claramente enquanto obras da Providência, mas outras estão escondidas, para tornar possível a descrença a respeito de Deus que governa todas as coisas com arte e poder indizíveis. A maneira como o Deus providente opera quando se trata das realidades terrenas não é tão clara como quando se trata do sol, da lua ou das estrelas; mas também não é tão clara no que se refere aos acontecimentos humanos como é quanto às almas e aos corpos dos animais, porque nestes o motivo e a finalidade podem ser perfeitamente encontrados por aqueles que se interessam pelos instintos, as imaginações e as naturezas dos animais e pela constituição dos corpos. Mas a Providência não se enfraquece por causa das nossas ignorâncias, pelo menos aos olhos daqueles que a aceitaram de uma vez por todas; assim é com a divindade da Escritura, que se estende a toda ela, se bem que a nossa fraqueza não seja capaz de ressaltar em cada uma das suas expressões o esplendor escondido das doutrinas que está conservado numa redação vulgar e pouco atraente: “Com efeito, temos esse tesouro em vasos de barro a fim de que resplandeça como é extraordinário o poder de Deus” (2Cor 4,7) e que não se pense que vem de nós, os homens. Na verdade, se fosse pelos métodos de demonstração que são habituais entre os homens, e que estão consignados, que a Escritura tivesse convencido a humanidade, com razão se suporia que a nossa fé teria por origem a sabedoria dos homens, e não o poder de Deus; mas agora, desde que se levante a vista, é claro que a palavra e a pregação têm poder sobre a multidão, não pela persuasão das expressões sábias, mas pela manifestação do espírito e do poder. É por isso que, agora que um poder celeste, ou melhor, supraceleste, nos atingiu, incitando-nos a adorar somente o nosso Criador, esforcemo-nos por deixar o conhecimento inicial de Cristo, quer dizer, seus rudimentos, para sermos levados à perfeição, a fim de que a sabedoria da qual se fala entre os perfeitos, se fale também entre nós. Com efeito, a sabedoria, que aquele que a adquiriu promete falar entre os perfeitos, é diferente da sabedoria deste século, e da sabedoria dos príncipes deste mundo, que será destruída. Essa sabedoria será impressa em nós claramente “conforme a revelação do mistério que ficou escondido durante séculos sem fim, que agora foi desvelado pelas Escrituras proféticas e pela manifestação de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (Rm 16,25-27;

2Tm 1,10), a quem se dê glória por todos os séculos. Amém.

2. Entendimento literal das Escrituras

1(8).¹⁵ Depois de ter falado rapidamente acerca das Escrituras divinas inspiradas por Deus, é preciso discorrer sobre o modo de as ler e as compreender, pois numerosos enganos se cometem porque há muitos que não encontraram o caminho pelo qual se devem ler as divinas Escrituras. Os da circuncisão, por causa da dureza de coração e da pouca inteligência, não acreditaram em nosso Salvador, porque seguem à letra as profecias que se referem a ele, e porque não o veem de maneira sensível pregar a remissão aos prisioneiros, nem construir aquela que eles verdadeiramente acreditam ser a cidade de Deus; nem destruir os carros de Efraim nem os cavalos de Jerusalém, nem comer manteiga e mel, e, antes de conhecer e escolher o mal, escolher o bem. Pensaram também que, conforme a profecia, um lobo, animal quadrúpede, iria pastar com o cordeiro, e uma pantera descansaria ao lado do cabrito; que um bezerro, um touro e um leão deviam pastar juntos e ser conduzidos por um menino; que um boi e um urso deviam pastar juntos e suas crias serem criadas umas com as outras, que um leão comeria palha como um boi; e não tendo eles visto nada disso se realizar materialmente, quando veio aquele Cristo no qual nós acreditamos, não aceitaram Nosso Senhor Jesus, mas crucificaram-no por ele indevidamente afirmar que era o Cristo. Quanto aos hereges, eles leem: “Um fogo se acendeu com a minha cólera” (Jr 15,14), e: “Eu sou um Deus ciumento, que castiga os pecados dos pais sobre os filhos até a terceira e à quarta geração” (Ex 20,5); “Arrependi-me de ter ungido Saul como rei” (1Sam 15,11); “ou um Deus que estabelece a paz e produz o que é mau” (Is 45,7), e: “Na cidade não há mal que não tenha sido produzido pelo Senhor” (Am 3,6), e ainda: “O mal desceu de junto do Senhor sobre as portas de Jerusalém” (Mq 1,12); “Um espírito mau vindo de Deus atormentava Saul” (1Sm 18,10); e muitas outras coisas como essas; contudo, não se atreveram a não acreditar que as Escrituras eram de um Deus; mas acreditaram que elas eram do demiurgo adorado pelos judeus, e pensaram que, já que esse demiurgo era imperfeito e não bom, o Salvador tinha vindo anunciar um Deus mais perfeito, que eles dizem que não é o demiurgo e têm a respeito dele outra opinião. Uma vez que eles se afastaram do demiurgo, que é o único Deus não gerado, entregaram-se a invenções, fabricando eles mesmos suposições míticas sobre a criação das realidades visíveis e sobre a de outras não visíveis, que a alma deles representou em imagens. Certamente, os mais simples entre aqueles que se orgulham de pertencer à Igreja não aceitaram outro Deus maior que o Criador, e nisso procedem com mente sã; contudo, aceitam a respeito dele o que não suporiam do mais cruel e do mais injusto dos homens.

2(9). Para todos estes de quem acabamos de falar, a causa dessas falsas opiniões, dessas impiedades e dessas palavras insensatas a respeito de Deus não parece que seja outra senão o fato de interpretarem a Escritura apenas à letra, e não no seu sentido espiritual.

Há ainda aqueles que estão convencidos de que os santos livros não são escritos de homens, mas que foram redigidos pela inspiração do Espírito Santo segundo a vontade do Pai do universo por meio de Jesus Cristo, e que assim chegaram até nós; para estes, que conservam as normas da Igreja celeste de Jesus Cristo transmitidas pela sucessão dos apóstolos, é preciso, pois, mostrar o que nos parece ser o método adequado para entendê-los.

Mesmo os mais simples entre os que são da Palavra acreditam que se mostram nas divinas Escrituras alguns planos espirituais, ou economias místicas; mas até os sábios modestamente confessam que não sabem o que elas são. Se alguém ficar perplexo por causa do incesto de Lot, ou por causa das duas esposas de Abraão, e das duas irmãs casadas com Jacó, e das duas criadas que tiveram filhos dele, dirá somente que há aí mistérios que não compreendemos. E quando leem como é que o tabernáculo foi construído, convencidos de que o que está escrito é símbolo, procuram a quem poderá aplicar-se cada um dos detalhes indicados a propósito do tabernáculo; eles não se enganam quando estão persuadidos de que o tabernáculo é símbolo de alguma coisa, mas, por vezes, se perdem quando querem aplicar de modo digno a palavra da Escritura a tal realidade da qual o tabernáculo é símbolo. E todo relato que se crê referente a núpcias, nascimentos, guerras, ou seja o que for que o povo entende como estórias, afirma que são símbolos. Mas não chega a esclarecer completamente o sentido de cada coisa quanto a saber de que são símbolos, quer devido à sua pouco exercitada capacidade, quer pela temeridade, às vezes mesmo apesar do exercício e da reflexão, por causa da desmedida dificuldade que os homens têm para perceber as realidades.

3(10). Que dizer então das profecias que nós sabemos que estão cheias de enigmas e de palavras obscuras? Chegando aos Evangelhos, onde está o pensamento de Cristo, para compreender seu pensamento exato, é preciso a graça que foi concedida àquele que diz: “Nós temos o pensamento de Cristo para que saibamos o que Deus nos concedeu: aquilo que dizemos não o dizemos com palavras aprendidas pela sabedoria humana, mas com palavras aprendidas no Espírito” (1Cor 2,16 e 12-13). Quanto ao que foi revelado a João, qual o leitor que não se admirará de constatar que aí estão escondidos mistérios inefáveis, que até mesmo aquele que não compreende o que está escrito sabe que lá estão? Os textos das epístolas dos apóstolos pareceriam claros e fáceis de compreender, àqueles que os sabem examinar, quando neles há também tantas passagens que dão azo a entrever, como que através de uma fresta, pensamentos tão sublimes e tão numerosos? Sendo esse o estado da questão, e muitas pessoas enganando-se, é por isso que, quando se lê a Escritura, é perigoso afirmar com firmeza que se compreende, pois isso exige a posse da chave do conhecimento, que, segundo diz o Senhor, está com os doutores da Lei. Esses que não querem aceitar que, antes da vinda de Cristo, a verdade se encontrava com os doutores da Lei que nos digam como é que Nosso Senhor Jesus Cristo nos declara que a chave do conhecimento está com eles, quando, segundo os que nos contradizem, eles não têm os livros que contêm os mistérios secretos e perfeitos do conhecimento. Com efeito, o texto é este: “Ai de vós, doutores da Lei, porque ficastes com a chave do conhecimento – vós não entrastes nele e impedistes os outros de

entrarem!” (Lc 11,52).

4(11). O método que se nos mostra impor-se no estudo das Escrituras e da compreensão do seu sentido é este, que já está indicado nas próprias Escrituras. Nos Provérbios de Salomão, encontramos esta diretriz concernente às doutrinas das divinas Escrituras: “E tu inscreve estas coisas três vezes na consciência e no conhecimento, para que possas responder com palavras verdadeiras às perguntas que te fizerem” (Pr 22,20-21). É preciso, portanto, inscrever três vezes na própria alma os pensamentos das Escrituras santas: quem é mais simples a fim de que seja edificado pelo que é como que a carne da Escritura – assim chamamos o sentido imediato; o que ascendeu um pouco que o seja pelo que é como que a alma; mas o perfeito, o seja pela lei espiritual, que contém uma sombra dos bens que hão de vir, semelhante àquele do qual diz o Apóstolo: “Falamos da sabedoria entre os perfeitos, não daquela sabedoria deste mundo nem dos príncipes deste século que são destruídos, mas falamos da sabedoria de Deus escondida no mistério, que Deus destinou antes de todos os séculos para a nossa glória” (1Cor 2,6-7). Assim como o homem é composto de corpo, de alma e de espírito, assim é a Escritura que, na sua providência, Deus deu para a salvação dos homens. Também tomamos essa explicação de uma passagem do livro que alguns menosprezam, o *Pastor*: Hermas recebe a ordem de escrever dois livros, e depois anunciar aos presbíteros da Igreja o que ele aprendeu do Espírito. A leitura é a seguinte: “Escreverás dois livros e os darás a Clemente e a Grapté. Grapté advertirá as viúvas e os órfãos, e Clemente o enviará às cidades de fora, enquanto tu o anunciarás aos presbíteros da Igreja” (*Pastor*, Visão II, 4, 3). Grapté, aquela que adverte as viúvas e os órfãos, é a letra simples que adverte pela alma as crianças que não têm a Deus como Pai, e por isso são chamadas órfãos; e adverte também as que se separaram do esposo injusto e ilegítimo, mas são ainda viúvas porque elas ainda não se tornaram dignas do esposo celeste. De Clemente, aquele que já passou além da letra, se diz que enviou o escrito às cidades de fora, isto é, às almas que estão fora das realidades corporais e dos pensamentos desse mundo. Já não é com escritos, mas com palavras vivas que o discípulo do Espírito recebe a ordem de anunciar aos presbíteros de toda a Igreja de Deus, confiáveis pela sua prudência.

5(12). Mas como algumas Escrituras não têm nenhum tipo de sentido corporal, como a seguir vamos demonstrar, há casos em que só se pode procurar a alma e – por assim dizer – o espírito da Escritura. É talvez por isso que as ânforas de água que se diz servirem à purificação dos judeus, como se lê no Evangelho segundo João, contêm dois ou três alqueires: a Palavra insinua, desse modo, a propósito daqueles que o Apóstolo chama os judeus secretos, que estes são purificados pela palavra das Escrituras, contendo umas vezes dois alqueires, isto é, o sentido psíquico e o espiritual, outras vezes, três, porque alguns possuem, além desses que indicamos, o sentido corporal que pode edificar. As seis ânforas aplicam-se justamente àqueles que são purificados estando neste mundo, porque o mundo foi feito em seis dias, número perfeito.

6(13). O grande número daqueles que creem sinceramente e da maneira mais simples é

testemunho de que é possível tirar proveito desse primeiro significado, que para isso tem vantagem. Como exemplo de uma interpretação relacionada à alma, pode-se citar a passagem de Paulo na primeira Carta aos Coríntios: “Está escrito: não porás flocina no boi que debulha o grão” (1Cor 9,9; Dt 25,4). A seguir, para explicar essa norma, ele acrescenta: “Deus preocupa-se com os bois? Ou será que ele diz isso só para nós? Para nós é que foi escrito, porque aquele que lavra deve lavar na esperança, e aquele que debulha o grão tem esperança de obter a sua parte” (1Cor 9,10). Outras interpretações correntes, que são adaptadas à multidão e que edificam aqueles que não podem compreender explicações mais elevadas, têm aproximadamente a mesma característica.

A interpretação espiritual é para aquele que pode mostrar quais são as realidades celestes das quais se encontram os símbolos e as sombras no culto dos judeus segundo a carne e quais são os bens que hão de vir e dos quais a Lei possui a sombra (Hb 8,5; Rm 8,5; Hb 10,1). Em resumo: em todas as coisas, conforme o mandamento apostólico, é preciso procurar “a sabedoria escondida no mistério, aquela que Deus predestinou antes de todos os séculos para a glória dos justos, aquela que nenhum dos dirigentes deste mundo conheceu” (1Cor 2,7). Em alguma parte diz o Apóstolo, servindo-se de palavras do Êxodo e dos Números, que “isso lhes aconteceu como em figuras, mas foi escrito para nós, para quem sobreveio no fim dos séculos” (1Cor 10,11). E ele indica como compreender do que esses acontecimentos eram figuras, quando diz: “Bebiam do rochedo espiritual que os acompanhava, e esse rochedo era Cristo” (1Cor 10,4). E, para esboçar o que diz respeito ao tabernáculo, numa outra carta ele utilizou a frase: “Farás tudo segundo o modelo que te foi mostrado na montanha” (Hb 8,5). Certamente na Carta aos Gálatas, como que para repreender aqueles que supõem ler a Lei e não a compreendem, julgando que eles não a compreendem porque creem que nesses escritos não há alegorias, lhes diz: “Dizei-me, vós que quereis estar sob a Lei, não entendeis a Lei? Está escrito que Abraão teve dois filhos, um da escrava, outro da mulher livre. Mas o da escrava nasceu segundo a carne, o da livre, segundo a promessa: são alegorias. De fato, são os dois Testamentos etc.” (Gl 4,21-22). É preciso prestar atenção a cada uma das suas palavras, pois ele diz: “Vós que quereis estar sob a Lei” e não “os que estais sob a Lei”; e “Não escutais a Lei?”. Ele entende que escutar quer dizer compreender e conhecer. E na Carta aos Colossenses, ele resume a intenção de toda a legislação, quando diz: “Que ninguém vos julgue acerca da comida ou da bebida, acerca das festas, ou sábados, ou da lua nova, pois eles são as sombras das realidades futuras” (Cl 2,16). Escrevendo também aos hebreus e tratando dos da circuncisão, escreve: “Aqueles que adoram realidades celestes segundo a figura e a sombra” (Hb 8,5). Os que uma vez aceitaram o Apóstolo como homem de Deus provavelmente também não duvidavam dos cinco livros que são atribuídos a Moisés; mas, no que se refere aos demais acontecimentos, querem saber se também eles aconteceram em figuras. Repare-se nesta passagem da Carta aos Romanos: “Eu reservei para mim sete mil homens que não dobraram o joelho diante de Baal” (Rm 11,4). Que se encontra no Terceiro Livro dos Reis (19,18). Paulo o entendeu dos israelitas segundo a escolha divina, pois nem só os gentios, mas também alguns do povo de Deus tiraram proveito da vinda de Cristo.

7(14). Sendo essa a questão, precisamos esboçar o que pensamos das características dessa compreensão das Escrituras. Em decorrência da providência divina, há um Espírito que ilumina os dispensadores da verdade – profetas e apóstolos – por meio da Palavra que desde o princípio está junto de Deus. Precisamos antes de mais demonstrar que o seu propósito visa principalmente aos mistérios inefáveis que se referem aos assuntos que dizem respeito aos homens; por homens, entendo aqui as almas que usam corpos. Assim, aquele que pode ser ensinado, tendo examinado os textos e se dedicado a buscar o seu sentido profundo, repassa a todas as doutrinas o que esse sentido exprime. Para conhecer os mistérios que dizem respeito às almas – que não podem obter de outro modo a perfeição sem participar em toda a riqueza e sabedoria da verdade sobre Deus –, os mistérios concernentes a Deus estão necessariamente em primeiro lugar, como os mais importantes, como também os que se referem ao seu Filho Único: qual é a sua natureza, de que modo é que ele é Filho de Deus, quais são as causas da sua descida até a carne humana e de se ter assumido totalmente como homem, qual é a sua atividade, sobre quem e quando ela se exerce? Seria preciso ainda receber o que diz o ensinamento divino acerca das criaturas racionais, as aparentadas conosco, e as outras, as mais divinas, e aquelas que caíram da beatitude, e tratar das causas da sua queda; saber também o que diz a respeito às diferenças das almas, a origem dessas diferenças, a natureza do mundo e a causa da sua existência; e, ainda, é necessário aprender de onde vêm tantos e tão grandes males sobre a terra, e não somente à terra, mas em outros lugares.

8(15). Essas e outras eram as intenções do Espírito, que ilumina as almas dos santos que distribuem a verdade. Para aqueles que não têm condições de alcançar e descobrir todos esses mistérios, havia um segundo objetivo, que é o de ocultar a doutrina referente ao que acabamos de dizer em textos cujas narrativas expõem a criação dos seres sensíveis, a do homem e a dos numerosos homens que foram sucessivamente gerados a partir dos primeiros até serem multidão; e em outras histórias que contam as ações dos justos e os pecados que eles, que são homens, cometeram, e ainda as impudicícias, os excessos e a prepotência dos iníquos e dos ímpios. O que é de admirar é que, mediante histórias de guerras, de vencedores e de vencidos, coisas inefáveis são esclarecidas àqueles que sabem investigar. E o que é ainda mais admirável é que, por meio das prescrições que contém a Escritura, as leis da verdade são reveladas, e tudo está escrito numa ordem coerente, com um poder que verdadeiramente é adequado à sabedoria de Deus. A finalidade era, na maior parte dos casos, apresentar o revestimento dos sentidos espirituais, quer dizer: o sentido corporal das Escrituras, que não é inútil, pois é capaz de melhorar a maior parte dos homens, na medida das suas capacidades.

9(16). Mas se a própria utilidade dessas prescrições aparecesse claramente em todas as passagens, assim como a ordem e arte do relato histórico, nós não acreditaríamos que se pudesse compreender nas Escrituras outra coisa que não fosse o sentido imediato. Foi por isso que a Palavra de Deus fez de modo a inserir no meio da Lei e do relato como que pedras e obstáculos, passagens chocantes e impossibilidades, para que não acontecesse que, arrastados completamente pelo encanto sem defeito do texto, ou não

nos afastássemos finalmente das doutrinas como se nelas não aprendêssemos nada digno de Deus, ou, não encontrando nenhum estímulo na letra, não aprendêssemos nada de mais divino. Devemos também saber que, uma vez que a finalidade principal é apresentar a coerência das realidades espirituais por meio dos acontecimentos que se produziram e das ações que devem ser feitas, onde a Palavra encontra que os fatos históricos poderiam se harmonizar com as realidades místicas, ela se serviu deles para esconder a quase todos o sentido mais profundo. Onde, pela exposição da lógica das realidades inteligíveis, a ação de tal ou qual, antes descrita, não concordava com ela por causa dos significados mais místicos, a Escritura teceu no relato aquilo que não se passou, ou porque isso não poderia ter se passado, ou porque isso poderia ter acontecido, mas não aconteceu. Por vezes, há poucas frases que são desse modo acrescentadas, mesmo que elas não sejam verdadeiras no sentido corporal, e outras vezes as há demasiadas. É preciso tratar de modo semelhante a legislação: muitas vezes encontramos nela preceitos que por eles mesmos são úteis e adaptados de maneira oportuna à legislação, mas, às vezes, essa utilidade não aparece. E outras vezes, são até coisas impossíveis que são prescritas, por causa daqueles que são mais diligentes e gostam mais da pesquisa, para que eles se entreguem ao estudo e à investigação daquilo que está escrito, e que eles fiquem suficientemente persuadidos da necessidade de procurar aí um sentido digno de Deus. Não é somente pelos livros anteriores à vinda de Cristo que o Espírito assim dispôs as coisas, mas, como ele é o mesmo Espírito e provém do mesmo Deus, agiu com os Evangelhos da mesma maneira, e com os apóstolos, pois também neles o relato é por vezes misturado com adendos que foram tecidos segundo o sentido corporal, mas que não correspondem a acontecimentos reais; e de modo semelhante, a legislação e os preceitos não mostram sempre discursos coerentes.

3. Exegese

1(17). Quem é que, sendo sensato, é capaz de pensar que houve um primeiro, e um segundo e um terceiro dias, e uma manhã, quando ainda não havia nem sol, nem lua nem estrelas? E, de modo semelhante, um primeiro dia sem céu? Quem é que será tão tolo que pense que, como se fosse um homem agricultor, Deus plantou um paraíso do Éden do lado do Oriente, e nele fez uma árvore da vida visível e sensível, de tal modo que aquele que provasse da sua fruta com dentes corporais receberia a vida? E, do mesmo modo, que alguém participa do bem e do mal por ter mastigado o que pegou dessa árvore? Se Deus é representado passeando à tarde no jardim, e Adão escondendo-se debaixo da árvore, penso que não se pode duvidar de que tudo isso, exposto numa estória que parece que aconteceu, mas não aconteceu corporalmente, indica certos mistérios; de acordo com a opinião expressa de pessoas competentes, a passagem de Caim fugindo diante de Deus levará aquele que faça uma reflexão sobre isso a se perguntar o que é a face de Deus e o que é fugir diante dela. Que podemos acrescentar a tudo isso? Aqueles que não têm uma inteligência completamente obtusa podem recolher

muitas coisas semelhantes, que são representadas como se se tivessem passado, quando afinal não aconteceram desse modo. Mas também os Evangelhos estão cheios de expressões desse tipo: o diabo levou Jesus a uma montanha alta para lhe mostrar lá de cima os reinos de todo o mundo e a sua glória. Quando isso é lido sem superficialidade, não se criticará aqueles que pensam que, com o olho do corpo que precisa de certa altura para perceber o que está mais embaixo, se podem ver os reinos dos persas, dos citas, dos indianos e dos partos, e a glória que os soberanos deles recebem dos homens? O leitor atento pode verificar outras expressões semelhantes, em grande número, nos Evangelhos, e admitirá que, nas histórias relatadas literalmente, há muitas outras entretecidas que não aconteceram.

2(18). No que diz respeito à Lei de Moisés, há muitos preceitos que são claramente incoerentes, ou mesmo impossíveis. Entre os que não são razoáveis, está o de proibir de comer urubus, pois nem nas piores fomes ninguém foi de tal maneira constrangido pela penúria que chegasse a comer um animal desses. Quando se manda exterminar do povo os meninos de uma semana que não foram circuncidados, seria preciso, se tal legislação devesse ser cumprida literalmente, que seus pais, ou aqueles que os criam, fossem condenados à morte. Mas a Escritura diz: “Todo macho não circuncidado, que não foi circuncidado até o oitavo dia, será exterminado do povo” (Gn 17,4). Se o que quereis ver são preceitos impossíveis, reparemos que o bode-veado é um animal que não pode existir e, contudo, como é puro, Moisés manda que o ofereçamos em sacrifício. Ninguém diz que um grifo tenha alguma vez caído nas mãos de um homem, e contudo, o legislador proíbe que seja comido. Se se prestar atenção sobre o conhecido preceito do sábado, do qual tanto se fala: “Cada um de vós estará sentado na sua casa e que ninguém se mova do seu lugar no sétimo dia” (Ex 16,29) – é impossível de cumpri-lo à letra, porque nenhum ser vivo pode ficar sentado o dia todo e ficar sem se mexer depois que se sentou. É por isso que os que pertencem à circuncisão, e todos aqueles que recusam ver seja o que for de superior à letra, nunca começaram a se colocar as questões sobre certos temas, como no que se refere ao tragélafo, ao grifo e ao urubu; mas sobre outros pontos eles insistem, falando muito e sem sentido, aduzindo doutrinas estéreis, como quando dizem, a propósito do sábado, que o espaço que se permite a cada um para as suas deslocções é de dois mil côvados. Outros, como Dositeu Samaritano, mesmo reprovando essas explicações, pensam que se deve ficar até o anoitecer na posição em que estava ao amanhecer do sábado. E também é impossível não “carregar o fardo do dia do sábado” (Jr 17,21); é por isso que os doutores dos judeus chegaram a falatórios intermináveis, dizendo que tal tipo de sapato é um fardo, e outro não é, que a sandália com pregos é um fardo, mas não o é aquela que não os tem, que o que se carrega no ombro é um fardo, mas o que se carrega nos dois não o é.

3(19). Se procuramos expressões semelhantes no Evangelho, veremos que não há nada tão insensato como: “Não cumprimenteis a ninguém no caminho” (Lc 10,4), mas os simples pensam que o Senhor ordenou isso aos apóstolos. Quando, porém, fala sobre bater no lado direito da face, isso é inverossímil, pois todo aquele que bate, a não ser que

tenha algum defeito por natureza, bate com a mão direita na face esquerda do outro (Mt 5,39). É impossível tirar o olho direito que é motivo de pecado, como diz o Evangelho (Mt 5,28-29): estamos de acordo em que, por causa da vista, alguém possa pecar, mas, se os dois olhos são a causa do escândalo, como atribuí-lo somente ao olho direito? Aquele que se repreender a si mesmo por ter olhado para uma mulher e a desejado, e acusasse somente o seu olho direito, teria motivo para arrancá-lo? Mais ainda: o Apóstolo legisla nestes termos: “Alguém era circuncidado quando foi chamado? Que não refaça seu prepúcio” (1Cor 7,18). Quem prestar atenção, logo se dará conta de que essas palavras estão fora do contexto: se de fato se está a tratar das leis sobre o casamento e a castidade, essa frase não parece interpolada ao acaso? Além disso: pode-se dizer que está errado aquele que se submete a essa operação, já que a maior parte vê inconveniência na circuncisão?

4(20). Dissemos tudo isso para mostrar que a finalidade fixada pelo poder divino que nos deu as santas Escrituras não é compreender somente o que a letra apresenta, pois às vezes o que é tomado à letra não é verdade, e chega a ser incoerente e impossível; mas que certas coisas foram entretidas na trama da história que aconteceu e da legislação que é útil em sentido literal. Porém, ninguém suspeite, generalizando, que dizemos que nada é história porque alguns acontecimentos não aconteceram, e que nenhuma legislação é para cumprir à letra só porque algumas determinações não são razoáveis, e são impossíveis; e que o que se diz do Salvador não é verdade no seu significado sensível, ou que não se deve cumprir os seus mandamentos e preceitos. Pelo contrário: é preciso dizer que a verdade histórica de alguns fatos é clara: Abraão foi sepultado numa caverna dupla no Hebron, tal como Isaac e Jacó e uma das mulheres de cada um deles; Siquém foi entregue em partilha a Josué; Jerusalém é a capital da Judeia, e nela Salomão construiu o templo de Deus; e muitas outras coisas. Muito mais importante em quantidade é o que é verdadeiro historicamente do que o que foi entremeadado como puramente espiritual. Do mesmo modo, quem não diria que o preceito “Honra teu pai e tua mãe pois isso é bom para ti” (Ex 20,12) é útil para além de qualquer alegorização e deve ser observado e que o apóstolo Paulo dele se serve repetindo-o à letra? Que dizer de: “Não matarás, não cometerás adultério, não roubarás, não darás falsos testemunhos” (Ex 20,13-16)? De modo semelhante, no Evangelho, há preceitos expressos, e não investigamos se devemos observá-los à letra, ou não, como: “Eu vos digo: se alguém se irrita contra o seu irmão etc., eu vos digo para nunca jurar” (Mt 5,22 e 34). E é preciso cumprir o que foi dito pelo Apóstolo: “Adverti os indisciplinados, encorajai os desanimados, apoiái os fracos, sede generosos com todos” (1Ts 5,14), mesmo se, para os mais zelosos, cada um dos preceitos pode ser ainda interpretado de um modo conforme às profundezas da sabedoria divina, contanto que não se menospreze a letra do preceito.

5(21). Contudo, aquele que quer compreender exatamente ficará perplexo perante certas passagens, pois não será capaz, sem muitas pesquisas, de decidir o que é que deve ser tido como história acontecida segundo a letra, ou não; e se o sentido literal de certa

legislação deve ou não ser observado. Por isso aquele que se dedica a esse estudo com exatidão, fiel ao mandamento do Salvador: “Investigai as Escrituras” (Jo 5,39), deve examinar com atenção onde é que o sentido literal é verídico, e onde é que ele é impossível, e com todas as suas forças procure, a partir de expressões semelhantes dispersas nas Escrituras, qual é o sentido daquilo que, pela letra, é impossível. Contudo, já que, como os estudiosos sabem muito bem, a conexão no que respeita ao sentido literal é impossível, e, quanto ao sentido que deve ser preferido, ela não é impossível, mas verdadeira, é preciso esforçar-se por compreender todo o sentido, relacionando-o com o plano das realidades inteligíveis, de modo que o significado do que é impossível pela letra se ligue com o que não só não é impossível mas ainda seja uma história verdadeira, entendendo alegoricamente o que não aconteceu segundo a letra. No que se refere ao conjunto da divina Escritura, nossa disposição é aceitar que ela tem sempre um sentido espiritual, mas que não tem sempre um sentido corporal, pois já se demonstrou muitas vezes que o sentido corporal é impossível. Por isso, é preciso dedicar-se com muita aplicação e cautela ao estudo dos escritos divinos como livros divinos, pois essa é que me parece a maneira correta de compreendê-los.

6(22). As palavras divinas nos ensinam que Deus escolheu sobre a terra uma nação, que é chamada com muitos nomes. O conjunto dessa nação é chamado de Israel; mas Jacó também é assim chamado. Porém, quando ela foi dividida no tempo de Jeroboão filho de Nabat, as dez tribos que ficaram sob sua autoridade receberam o nome de Israel, e as outras duas e a de Levi, o de Judá, governadas estas pelos reis da estirpe de Davi. Toda a região habitada por essa nação, e que lhes tinha sido dada por Deus, se chamou Judeia, e sua capital é Jerusalém, metrópole certamente de muitas cidades, cujos nomes estão dispersos por muitos lugares das Escrituras, mas relacionados no livro de Josué, filho de Navé. Sendo assim, em algum lugar diz o Apóstolo, para elevarmos a nossa inteligência: “Vede Israel segundo a carne” (1Cor 10,18), havendo, pois, um Israel pelo espírito. E diz noutra lugar: “Não são os filhos da carne que são filhos de Deus” (Rm 9,8) e “nem todos os que são de Israel são Israel” (Rm 9,6). Também “não é o que se apresenta como judeu nem o que se apresenta como sendo da circuncisão segundo a carne, mas é judeu o que o é interiormente e da circuncisão do coração, no espírito e não na letra” (Rm 2,28-29). Mas se estamos analisando a questão do judeu oculto, é preciso compreender que, assim como há um povo de judeus pelo corpo, assim também há uma nação de judeus ocultos, sua alma possuindo tal nobreza segundo razões inefáveis. Mas numerosas profecias dizem respeito a Israel e Judá, predizendo o que deverá lhes acontecer. E não terão certamente necessidade de uma interpretação mística tão grandes promessas como as que lhes são feitas na Escritura, que, tomadas à letra, são inferiores e não apresentam nenhuma elevação digna das promessas de Deus? Trata-se de promessas espirituais feitas por meio de realidades sensíveis, mas aqueles a quem essas promessas são feitas não são corporais.

7(23). Para não nos demorarmos mais a falar do judeu secreto e do homem interior israelita, tudo isso suficiente para quem não é desprovido de inteligência, continuamos,

conforme nossos propósitos, e dizemos que Jacó foi o pai dos doze patriarcas, estes, dos chefes do povo, e estes últimos, dos israelitas que lhes sucederam. Desse modo, os israelitas segundo o corpo remontam aos chefes do povo, os chefes do povo, aos patriarcas, os patriarcas, a Jacó e seus antepassados; mas os israelitas espirituais, cujos corpos eram símbolos, não vêm dos povoados, os povoados vindo das tribos e as tribos de um só homem, que não teve um nascimento corporal comum, mas um melhor, pois ele foi gerado por Isaac, que descendia de Abraão, todos eles se reportando em imagem àquele Adão que o Apóstolo diz ser o Cristo? O princípio de cada uma das linhagens daqueles que são descendentes do Deus do universo toma o seu princípio em Cristo, que, depois do Deus e Pai do universo, é também o Pai de todas as almas, como Adão é o pai de todos os homens. Se Eva foi tomada por Paulo como uma alegoria da Igreja, nada há que nos admire, uma vez que Caim nasceu de Eva, e que toda a sua posteridade remonta a Eva, vendo-se aí imagens da Igreja, pois todos, num sentido preeminente, provêm da Igreja.

8(24). Impressiona-nos constatar o que se diz a respeito de Israel, das suas tribos e dos seus povoados, quando o Salvador diz: “Eu só vim para as ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 15,24); mas nós não compreendemos isso como os ebionitas, pobres de inteligência (pois eles tiram seu nome da pobreza da sua inteligência – *ebion* em hebraico quer dizer *pobre*), de modo que entendem que Cristo veio principalmente para os israelitas carnis. Porque “não são os filhos da carne que são filhos de Deus” (Rm 9,8). O Apóstolo ensina de novo essas coisas sobre Jerusalém, porque “a Jerusalém do alto é livre, ela é a nossa mãe” (Gl 4,26). E noutra carta: “Vós viestes à montanha de Sião e à cidade do Deus vivo, a uma Jerusalém celeste, e à assembleia dos anjos por miríades, à Igreja dos primogênitos que estão inscritos nos céus” (Hb 12,22-23). Portanto, se há, entre as almas, um Israel, e no céu uma cidade de Jerusalém, segue-se que as cidades de Israel têm por metrópole a Jerusalém que está nos céus, e assim é, em consequência, em toda a Judeia. Tudo o que tenha sido profetizado sobre Jerusalém e dito sobre ela, se entendemos o que Paulo diz falando da parte de Deus e exprimindo sabedoria, é da cidade celeste e de toda a região que contém as cidades da Terra Santa que é preciso compreender o que as Escrituras anunciam. Pois pode ser que, para nós, o Salvador designa essas cidades de modo alegórico, quando, àqueles que foram bem avaliados pela sua boa gestão do dinheiro, ele doa o governo de dez ou de cinco cidades (Lc 19,17-20).

9(25). Se, portanto, as profecias sobre a Judeia, Jerusalém, Israel, Judá, Jacó, quando não as compreendemos segundo a carne, supõem tal ou qual mistério oculto, seguir-se-ia que as que dizem respeito ao Egito e aos egípcios, à Babilônia e aos babilônios, a Tiro e aos tirenses, a Sidon e aos sidônios, assim como às outras nações, não profetizam somente sobre egípcios, babilônios, tirenses e sidônios corporais. Se há israelitas segundo o espírito, segue-se que há egípcios e babilônios em espírito. Pois o que diz Ezequiel do faraó, rei do Egito, não concorda com um homem que governou, ou governará o Egito, como ficará claro a quem lhe prestar atenção. Do mesmo modo, o que diz respeito ao governante de Tiro não se pode compreender de um homem que estará no comando de

Tiro. E o que muitas vezes se diz de Nabucodonosor, sobretudo em Isaías, como é possível compreendê-lo desse homem? Pois ele não caiu do céu, ele não era a estrela da manhã, ele não surgiu de manhã acima da terra, esse homem Nabucodonosor. Também o que Ezequiel diz do Egito: que ficará deserto quarenta anos, de tal modo que não se encontrará aí nem vestígio de pegada humana, e que de tal modo lhe será feita guerra que sobre toda a sua extensão se mergulhará no sangue até o joelho (Ez 29,8-16; 30,7-10; 32,5-15). Qual o homem de são juízo que entenderá que isso se diz do Egito vizinho dos etíopes de corpo enegrecido pelo sol?

10(26). Pode ser que, quando eles morrem de morte comum, alcancem um destino conforme ao que aqui fizeram, em lugares diferentes, de acordo com o grau de seus pecados, tal como os daqui, se são julgados dignos do lugar chamado Hades; e do mesmo modo, os do alto por assim dizer descem ao Hades, julgados dignos de ocupar, em todo o espaço que está em torno da terra, locais diversos, melhores ou piores, ou com estes ou aqueles pais. Assim pode acontecer a um israelita cair entre os citas, e a um egípcio descer na Judeia. Mas o Salvador veio reunir as ovelhas perdidas da casa de Israel: e como muitos de Israel não se submeteram ao seu ensinamento, então os das nações foram chamados.

11(27). Tudo isso, cremos nós, está escondido nestes relatos: “Pois o reino de Deus é semelhante a um tesouro escondido num campo. Aquele que o encontra esconde-o outra vez e cheio de alegria vai vender tudo o que tem para comprar o campo” (Mt 13,44). Perguntemo-nos se o conjunto do campo, cheio de toda espécie de plantas, não seria o que na Escritura está à vista, superficial e evidente, e se o que nele se contém, que não é visto por todos, mas está de algum modo escondido debaixo das plantas, que se veem, não seriam os tesouros escondidos da sabedoria e do conhecimento que o Espírito, por meio de Isaías, chama secretos, invisíveis e escondidos. Para encontrá-los, temos necessidade de Deus, o único que pode quebrar as portas de bronze que as escondem, e quebrar os ferrolhos que estão nessas portas, para encontrar o que está escrito no Gênesis a propósito das várias espécies de verdadeiras almas, ou como que sementes próximas ou afastadas de Israel; e também a descida ao Egito das setenta almas para se tornarem “tão numerosas como as estrelas do céu” (Dt 10,22). Mas como nem todas as que saem dela são luzes do mundo – porque “nem todos os que vêm de Israel são Israel” (Rm 9,6) –, os descendentes dos setenta tornam-se “como as areias que estão ao longo da praia do mar e que são inumeráveis” (Gn 22,17).¹⁶

12(24). Essa descida dos santos pais ao Egito, quer dizer, a este mundo, poderá parecer concedida pela providência divina para a iluminação dos outros e a instrução do gênero humano, para que as outras almas sejam auxiliadas por eles. “Eles são os primeiros a quem foram entregues as palavras de Deus” (Rm 3,2), pois só eles são da estirpe da qual se diz que vê Deus – é o que quer dizer a interpretação do nome de Israel. Daqui se segue que devemos explicar e interpretar por esse significado: as dez pragas que castigaram o Egito para que ao povo de Deus fosse permitido partir; ou as coisas que

aconteceram ao povo no deserto; ou que foi construído o tabernáculo e tecida a veste do sumo sacerdote com a contribuição de todo o povo; ou tudo o que se diz dos vasos do culto – pois que, verdadeiramente, como está escrito, tudo isso contém a sombra e a figura das realidades celestes. Destes diz Paulo claramente que “servem a sombra e a imagem das realidades celestes” (Hb 8,5). Nessa mesma Lei estão ainda contidas todas as leis e todos os ensinamentos de que viverão na Terra Santa. Mas também há ameaças expressas para aqueles que transgredirem a lei; e também se descrevem, para aqueles que tiverem necessidade de purificação, vários tipos de purificação, pois estavam sujeitos a se mancharem com frequência, a fim de que chegassem assim àquela única purificação depois da qual não é mais possível se manchar.

Mas o próprio povo também foi recenseado, porém não todo, pois as almas infantis ainda não têm, segundo o preceito divino, idade necessária para fazê-lo (Nm 1,26); é também o caso das almas que não podem tornar-se cabeça de outra, mas que são elas mesmas submissas a outra como a sua cabeça, as almas que a Escritura chamou mulheres; elas não estão compreendidas no recenseamento ordenado por Deus, mas só são recenseados os que são chamados varões; isso mostra que elas não podem ser recenseadas separadamente, mas que elas estão compreendidas naquelas chamadas varões.

Vêm, contudo, em primeiro lugar neste censo sagrado aqueles que estão prontos para partir para as guerras de Israel, que podem combater contra as forças hostis e inimigas que o Pai submeteu ao Filho que está à sua direita para que ele destrua todo principado e potestade; assim, por essas suas formações de soldados que, militando por Deus, não se envolvem nos assuntos seculares, arrasa os reinos do adversário. Em volta deles estão os escudos da fé, brandindo as armas da sabedoria; sobre eles brilham os elmos da esperança na salvação, e a couraça da caridade protege o peito deles cheio de Deus. Tais são os soldados que assim me parecem indicados, e assim estão preparados para esse gênero de guerra aqueles que recebem a ordem de se fazer recensear nos livros santos. Mas entre eles são designados como muito mais insignes e perfeitos aqueles dos quais se diz que até os cabelos da sua cabeça estão contados. Quanto àqueles que foram punidos pelos seus pecados e cujos corpos caíram no deserto, parecem simbolizar os que realizaram não poucos progressos, mas deles se diz que não puderam chegar até o fim da perfeição por diversas causas, ou por ter murmurado, ou venerado ídolos, ou fornicado, ou por outra coisa que não é permitido à mente conceber.

Mas aqui há um ponto que, penso eu, não tenha um significado vazio: pois alguns, possuindo muitas reses e animais, precederam os outros e se apoderaram de lugares próprios para pastagens e para a alimentação do gado, o primeiro território de que o exército israelita se tinha apoderado pela guerra (Nm 32,1-5). Tendo-o eles solicitado a Moisés, assim se separaram do outro lado das correntes do Jordão, excluindo-se da posse da Terra Santa. Esse Jordão pode ser considerado, enquanto símbolo das realidades celestes, como aquele que irriga e inunda as almas sedentas e as inteligências que estão próximas dele. Aqui não parece supérfluo o fato de que Moisés ouviu de Deus o que é relatado na lei do *Levítico*, mas que o povo se tornou ouvinte de Moisés no

Deuteronômio e aprendeu dele o que não pode ouvir de Deus. É por isso que o *Deuteronômio* recebeu o nome de segunda lei; alguns pensam que, quando cessou a primeira, a que foi dada por meio de Moisés, uma segunda legislação parece ter se formado, que foi especialmente confiada por Moisés ao seu sucessor Josué: esse último simboliza, segundo se crê, o nosso Salvador, cuja segunda lei, isto é, os preceitos do Evangelho, conduz todas as coisas à sua perfeição.

13(25). É preciso ver se porventura não parece que se indica desse modo também o seguinte: assim como o *Deuteronômio* promulga uma legislação mais precisa e mais clara do que na que tinha sido antes redigida, do mesmo modo, com relação à vinda do Salvador, que realizou na humildade quando assumiu a forma de escravo, não estará indicada uma segunda vinda mais brilhante, a mais gloriosa, na glória do Pai, e então se realizará a imagem que dá o *Deuteronômio*, quando todos os santos viverão no reino dos céus segundo as leis desse Evangelho eterno. Assim como na sua vinda aqui ele cumpriu a lei que tinha a sombra dos bens futuros, assim nessa vinda gloriosa ele realizará e conduzirá à sua perfeição a sombra dessa vinda. É assim que fala dele o profeta: “Cristo Senhor, o nosso sopro de vida, do qual dissemos: à sua sombra viveremos entre as nações” (Lm 4,20), porque, de uma maneira digna, ele transferirá todos os santos do Evangelho temporal para o Evangelho eterno, conforme o nome que João lhe dá no Apocalipse (14,6).

14(26). Em tudo isso, porém, seja suficiente conformar a nossa mente à regra da religião, e de pensar das palavras do Espírito Santo que a relação do discurso não se apoia na fragilidade da eloquência humana, mas que, como está escrito, “Toda a glória do rei está no interior” (Sl 44,14), o tesouro dos significados divinos está contido dentro do vaso frágil da letra vulgar. Mas se há alguém mais curioso que procura explicação dos detalhes, venha então conosco ouvir como o apóstolo Paulo, perscrutando as profundezas da sabedoria divina e do divino conhecimento, com a ajuda do Espírito Santo que perscruta até as profundezas de Deus, e não tendo a força de chegar ao fim e de alcançar por assim dizer um conhecimento íntimo, exclama, em seu desespero e espanto: “Ó profundeza das riquezas da sabedoria e do conhecimento de Deus!” (Rm 11,33). E o quanto nessa exclamação ele se desespera de alcançar a perfeita compreensão, nós o percebemos nestas palavras: “Como os juízos de Deus são impossíveis de perscrutar e as suas vias difíceis de acompanhar!” (Rm 11,33). De fato, ele não diz que é difícil poder perscrutar os juízos de Deus, mas que não se pode de modo nenhum: não diz que é difícil de acompanhar seus caminhos, mas que isso não se pode fazer. Por mais que se avance nesse exame, e se progrida aplicando-se cada vez mais intensamente, pela graça de Deus que ilumina a inteligência, não se poderá atingir perfeitamente o fim daquilo que se procura. Nenhuma inteligência criada tem a possibilidade de chegar a um conhecimento absoluto, mas, desde que encontre algo do que procura, verá outras coisas a procurar; e, se chegar a essas, verá muitas outras que ainda estão por procurar. É por isso que o grande sábio Salomão, contemplando com sabedoria a natureza das coisas, afirmou: “Eu disse: me tornarei um sábio. E essa

sabedoria afastou-se de mim, ainda mais longe do que estava antes. Quem encontrará a imensidão da sua profundidade?” (Ecl 7,23-24). E Isaías, sabendo que os princípios das coisas não podem ser encontrados por uma natureza mortal nem por aquelas naturezas que, sendo mais divinas do que a humana, contudo também foram feitas e criadas, sabendo que nenhuma delas pode encontrar nem o princípio nem o fim, diz: “Dizei o que aconteceu antes e saberemos que sois deuses; anunciai o que haverá por último e veremos que sois deuses” (Is 41,22-23). Pois um doutor hebreu assim o explicava: o princípio e o fim de todas as coisas não pode ser compreendido por ninguém, a não ser unicamente pelo Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito Santo, e é por isso que Isaías dizia sob a forma de visão que os dois Serafins são os únicos que com duas asas cobrem a face de Deus, com duas outras, os pés, e com duas asas voam gritando um ao outro: “Santo! Santo! Santo! O Senhor Sabaoth, toda a terra está cheia da tua glória” (Is 6,2-3). Uma vez que somente os dois Serafins é que têm suas asas sobre a face de Deus e sobre os seus pés, temos de ousar afirmar que nem os exércitos dos santos Anjos nem os santos Tronos, nem Dominações, nem Principados e Potestades podem conhecer inteiramente o começo de tudo, e o fim do universo. Mas é preciso compreender que esses santos espíritos e poderes aqui mencionados estão próximos a esses princípios e os alcançam mais do que outros o possam fazer; contudo, seja o que for que esses poderes aprenderam pela revelação do Filho de Deus e do Espírito Santo, seja qual for a quantidade de conhecimentos que eles puderam alcançar, certamente maiores para os poderes superiores do que para os inferiores, é-lhes, porém, impossível compreender tudo, pois está escrito: “A maior parte das obras de Deus está escondida” (Sir 16,21). Por isso é desejável que cada um, esquecendo o que deixou para trás, na medida das suas forças se dirija para o que é prioritário, tanto para as obras melhores quanto para um entendimento mais puro, por Jesus Cristo Nosso Salvador, a quem se dê glória pelos séculos.

15(27). Todo aquele que cuida da verdade não se deve ocupar com as palavras e as expressões, pois em cada povo as palavras têm usos diversos; deve prestar mais atenção naquilo que é significado do que com quais palavras é significado, sobretudo quando se trata de realidades tão elevadas e difíceis. Por exemplo, quando alguém se pergunta se existe uma substância à qual não se pode atribuir nem cor, nem forma, nem toque, nem grandeza, uma substância que só a mente possa perceber e cada um designa como quer: os gregos chamam-lhe *asômaton*, quer dizer, não corporal, enquanto as divinas Escrituras dizem invisível, pois o Apóstolo afirma que Deus é invisível: de fato, diz que Cristo é a imagem do Deus invisível. Mas logo acrescenta que, por meio de Cristo, tudo foi criado, o visível e o invisível. Assim ele afirma que, entre as criaturas, há substâncias invisíveis com qualidades próprias. Mas estas se servem de corpos, mesmo não sendo elas corporais, e sejam superiores às naturezas corporais. Mas a substância da Trindade, princípio e causa de todas as coisas, da qual e na qual tudo existe, é preciso ver que ela não é um corpo nem está num corpo, mas é totalmente incorporeal.

Tudo isso que nós expusemos, levados pelo andamento do assunto, embora breve, seja suficiente para mostrar que há realidades cujo significado não pode ser

adequadamente explicado por nenhuma exposição de linguagem humana, mas que são afirmadas mais por um ato de simples inteligência do que pelas qualidades das palavras. Deve-se conservar essa regra para a compreensão das divinas Escrituras, ou seja, avaliar o que é dito não pela baixa qualidade das expressões, mas pela divindade do Espírito Santo que lhe inspirou a redação.

4. Recapitulação sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo e os outros assuntos que foram acima apresentados

1(28). Depois de ter percorrido, conforme pudemos, o que foi dito acima, chegou o momento de recapitular cada um dos termos que tratamos separadamente, e em primeiro lugar repetir tudo sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Como Deus Pai é invisível e inseparável do seu Filho, não o gerou por prolação, como pensam alguns. Com efeito, se o Filho é uma prolação do Pai, e como esse termo, *prolação*, exprime um modo de geração, semelhante ao modo de reprodução comum dos animais e dos homens, seria necessário que aquele que produziu e aquele que foi produzido sejam corpos. Portanto, não dizemos que uma parte da substância de Deus se converteu no Filho, como supõem os hereges, ou que o Filho foi procriado pelo Pai a partir da ausência de substância, isto é, fora da sua substância, de tal modo que tivesse havido um momento em que ele não existia; mas, suprimindo qualquer sentido corporal, dizemos que a Palavra e a Sabedoria foram geradas do Pai invisível e não corporal, sem que nada se produza de modo corporal, tal como a vontade procede da inteligência. Não parecerá absurdo, uma vez que ele é chamado Filho da Caridade, pensar que ele é também Filho da vontade. Mas João indica também que Deus é luz, e Paulo mostra que o Filho é o esplendor da luz eterna. Assim como a luz nunca pode existir sem seu esplendor, assim o Filho não pode ser compreendido sem o Pai, ele que é chamado a imagem expressa da sua substância, sua palavra e sabedoria. Como é que se pode dizer que houve um momento em que o Filho não existiu? Isso equivale a dizer que houve um momento em que a Verdade não existiu, em que não houve Sabedoria, em que não havia vida, quando em todos esses aspectos se mostra perfeitamente a substância do Pai; não podem ser separados dele e nunca podem ser separados da sua substância. Mesmo que se diga que eles são múltiplos para o olhar da inteligência, contudo, eles são um só pela sua substância, e neles se encontra a plenitude da divindade.

Quanto ao que dissemos: que nunca houve um tempo em que o Filho não existiu, deve entender-se de modo flexível, pois as próprias palavras produzem um significado de vocabulário temporal, isto é, um “quando” e um “nunca”; mas o que se deve entender daquilo que se diz do Pai, do Filho e do Espírito Santo está para além de qualquer ideia de tempo, de século e de duração interminável. Apenas a Trindade é a única que está para além de qualquer sentido de caráter não somente temporal, mas de duração interminável; pois os outros seres, fora da Trindade, são mensuráveis pelos séculos e pelo tempo. Consequentemente, ninguém vai pensar que o Filho de Deus que, como Palavra, é Deus, que estava no princípio junto de Deus, esteja contido num lugar

qualquer, nem enquanto Sabedoria, nem como Verdade, nem enquanto ele é Vida, Justiça, Santificação, Redenção, pois tudo isso não precisa de lugar para fazer ou operar seja o que for, mas cada uma delas deve compreender-se em função daqueles que participam do seu poder e do seu agir.

2(29). Se alguém dissesse que, por meio daqueles que participam na Palavra de Deus, ou na sua Sabedoria, na Verdade e na sua Vida, a Palavra e a Sabedoria parece que estão elas mesmas num lugar, é preciso responder que sem dúvida Cristo se encontrava em Paulo, como Palavra, Sabedoria e as outras denominações, e é por isso que ele dizia: “procurais uma prova daquele que fala em mim, Cristo?”, e também: “Não sou mais eu que vivo, mas Cristo é que vive em mim” (2Cor 13,3; Gl 2,20). Mas então, quando estava em Paulo, pode-se duvidar de que estivesse de modo semelhante em Pedro, em João e em cada um dos santos, e não somente nos que estão na terra, mas também nos que estão nos céus? Com efeito, é absurdo dizer que Cristo estava em Pedro e em Paulo, mas não no arcanjo Miguel ou em Gabriel. Assim se mostra claramente que a divindade do Filho não está restrita a um lugar, caso contrário ele só estaria ali e não noutro lugar; mas como ele não fica restrito a um lugar, conforme a majestade da natureza não corporal, é preciso compreender também que ele não está ausente em nenhum. A única diferença que é preciso notar é que, mesmo estando em lugares diferentes, em Pedro ou em Paulo ou Miguel ou Gabriel, como dissemos, não está em todos da mesma maneira. Encontra-se mais plenamente, mais gloriosamente, e por assim dizer mais abertamente nos arcanjos do que nos outros varões santos. Isso é claro, porque, quando todos os santos chegarem ao auge da sua perfeição, diz-se que serão feitos semelhantes aos anjos e iguais a eles segundo a palavra evangélica. Por isso, é claro que Cristo tanto se forma em cada um quanto o permite a medida dos seus méritos.

3(30). Agora que repetimos brevemente acerca da natureza da Trindade, precisamos a seguir recordar igualmente o que se diz do Filho: “que por ele tudo foi criado, tudo o que está no céu e tudo o que está na terra, o visível e o invisível, os Tronos, as Dominações, os Principados e as Potestades; tudo foi criado por ele e nele, e ele é antes de todos, e todas as coisas se mantêm por ele, que é a cabeça” (Cl 1,16-18). Com o que concorda João no seu Evangelho: “tudo foi feito por ele e sem ele nada foi feito” (Jo 1,3). E Davi, expressando que todo o mistério da Trindade está presente na criação do universo, diz: “os céus foram fixados pela Palavra do Senhor e todo o seu poder pelo Espírito da sua boca” (Sl 32,6).

Depois disso, convém que recordemos sobre a vinda corporal e a encarnação do Filho Unigênito de Deus. Não se deve compreender como se toda a glória da divindade ficasse enclausurada nos limites de um corpo tão pequeno, de modo que toda a Palavra de Deus, sua Sabedoria e sua Verdade substancial, e sua Vida ou tivessem sido arrancadas ao Pai, ou constringidas a se circunscrever na pequenez desse corpo, sem que se possa pensar que depois também agissem alhures; mas a profissão de fé deve ficar prudentemente entre estes dois: acreditar que alguma coisa da divindade teria faltado em Cristo, e pensar que teria acontecido como que uma retirada da substância do Pai que

está em toda a parte. Pois João Batista exprime também algo assim ao dizer às multidões, quando Jesus estava corporalmente ausente: “No meio de vós encontra-se aquele que ignorais, que veio depois de mim e do qual não sou digno de desatar a correia das sandálias” (Jo 1,26-27). De alguém que estivesse corporalmente ausente não poderia ter dito que estava no meio deles, se estivesse falando de presença corporal. Isso mostra que o Filho de Deus estava inteiramente presente em seu corpo e todo também em toda a parte.

4(31). Não se deve pensar que desse modo afirmamos que estava em Cristo uma parte da divindade do Filho de Deus, e o restante estaria em outro lugar, ou por toda a parte; pensa assim quem ignora a natureza da substância não corporal e invisível. É impossível falar de uma parte do não corporal, ou que nele haja uma divisão; mas ele está em tudo, e através de tudo e acima de tudo da maneira antes indicada, isto é, que ele é compreendido como Sabedoria, Palavra, Vida e Verdade, compreensão que exclui, sem dúvida nenhuma, que ele esteja confinado num lugar. Portanto, o Filho de Deus, querendo se mostrar aos homens e conviver com os homens pela salvação do gênero humano, recebeu não somente um corpo humano, como alguns pensam, mas também uma alma, semelhante às nossas pela sua natureza, mas semelhante a ele, o Filho, pelas suas intenções e sua virtude, de tal maneira que pudesse realizar sem nenhuma deficiência todas as vontades e todos os desígnios da Palavra e da Sabedoria. O próprio Salvador afirma muito claramente nos Evangelhos que tinha uma alma, ao dizer: “Ninguém me tira minha alma, mas sou eu mesmo que a entrego. Tenho o poder de a entregar e o poder de a retomar” (Jo 10,18); e ainda: “Minha alma está triste até a morte” (Mt 26,38); e também: “Agora a minha alma está perturbada” (Jo 12,27). Não se deve entender que a Palavra de Deus é uma alma triste e perturbada, pois, com a autoridade da divindade, diz: “Tenho o poder de entregar a minha alma”. Também não dizemos que o Filho de Deus se encontrasse nessa alma como estava na alma de Paulo, ou de Pedro ou de outros santos, nos quais se crê que Cristo falava, como em Paulo. Mas de todos estes é preciso pensar o que diz a Escritura: “Ninguém está isento de mancha, mesmo se sua vida não durou mais do que um dia” (Jó 14,4-5). Mas a alma que estava em Jesus antes “de conhecer o mal conheceu o bem” (Is 7,15) e porque “amou a justiça e odiou a iniquidade por causa disso Deus a ungiu com o óleo da alegria mais do que às suas companheiras” (Sl 44,8). Ela foi ungida com o óleo da alegria quando se uniu à Palavra de Deus por uma união sem mancha, e, por causa disso, única entre todas as almas, era incapaz de pecar, porque ela estava apta a receber o Filho de Deus de uma maneira boa e plena; é por isso que ela é um com ele, é designada pelos mesmos termos dele, e é chamada Jesus Cristo, por quem se diz que tudo foi feito.

É dessa alma que, no meu entender, disse o Apóstolo: “Vossa vida está escondida com Cristo em Deus; quando Cristo, vossa vida, aparecer, então vós aparecereis na glória com ele” (Cl 3,3-4), pois ela tinha recebido toda a sabedoria de Deus, toda a sua verdade e sua vida. Que se deve entender aqui pelo Cristo, de quem se diz que estava escondido em Deus e devendo aparecer depois, senão aquele que, como é relatado, foi ungido com o óleo da alegria, isto é, foi preenchido substancialmente por Deus, no qual agora se diz

que está escondido? Por isso é que Cristo é apresentado como exemplo para todos os crentes, porque como ele sempre, e antes mesmo de conhecer o mal, por mínimo que fosse, escolheu o bem, amou a justiça e odiou a iniquidade, por essa razão foi ungido por Deus com o óleo da alegria; assim, aquele que pecou ou errou purifique-se das suas manchas segundo o exemplo proposto, e que, tendo-o como guia do seu caminho, avance no duro caminho da virtude para que talvez assim, na medida do possível, sejamos feitos, ao imitá-lo, participantes da natureza divina, tal como está escrito: “Aquele que diz que crê em Cristo deve proceder como ele procedia” (1Jo 2,6). Portanto, essa Palavra e essa Sabedoria, por cuja imitação se diz de nós que somos sábios ou que agimos pela razão, se faz tudo em todos para a todos ganhar: com os fracos, torna-se fraco para ganhar os fracos; e porque se tornou fraco, dele se diz: “Mesmo que tenha sido crucificado por causa da fraqueza, nele está a força divina” (2Cor 13,4). De fato, entre os coríntios que eram fracos, Paulo julga que, quando está com eles, “não conhece nada a não ser Jesus Cristo e esse crucificado” (1Cor 2,2).

5(32). Alguns querem aplicar à própria alma, quando, de Maria, ela tomou um corpo, o que diz o Apóstolo: “Quando tinha a forma de Deus, não pensou que fosse roubo o ser igual a Deus, mas se aniquilou a si mesmo, tomando a forma de escravo” (Fl 2,6-7), a fim, sem dúvida, de a restaurar na forma de Deus pelos melhores exemplos e ensinamentos, e de a reconduzir à plenitude de onde ela se tinha aniquilado.

Assim como a participação no Filho de Deus faz de alguém filho adotivo e a participação na Sabedoria torna sábio em Deus, assim a participação no Espírito Santo torna santo e espiritual. Participar no Espírito Santo, e participar no Pai e no Filho, é uma só e a mesma coisa, porque a natureza da Trindade é una e incorporeal. O que dissemos da participação da alma é preciso entendê-lo também dos Anjos e das Potências celestes, da mesma maneira que das almas, porque toda criatura racional tem necessidade de participar na Trindade. Quanto à maneira de ser deste mundo visível, cuja natureza habitualmente constitui um grande problema, já falamos acima, conforme foi possível, sobre as qualidades com que se apresenta, para aqueles que, partilhando a nossa fé, costumam procurar as razões para acreditar; e também para aqueles que levantam contra nós combates heréticos, e têm o costume de agitar constantemente a palavra “matéria”, que eles mesmos até agora não puderam entender o que é que significa. Por isso penso que é necessário voltar brevemente a esse assunto.

6(33). Em primeiro lugar, deve-se saber que, até o presente, nunca encontramos nas Escrituras canônicas¹⁷ essa palavra, *matéria*, para designar a substância que se considera como subjacente aos corpos. Quando Isaías diz: “Ele comerá *hylé* como se fosse feno” (Is 10,17) – *hylé*, isto é, matéria –, fala daqueles que se encontram em tormentos, e por *matéria* designa os pecados. E se em algum outro lugar for possível se encontrar escrito o termo *matéria*, creio eu que em nenhum lugar ele significa aquilo de que falamos. A única exceção é na Sabedoria atribuída a Salomão, livro cuja autoridade não é reconhecida por todos. Aí se encontra escrito deste modo: “A tua mão todopoderosa que criou o mundo a partir da matéria informe não estava impedida de lhes

enviar uma multidão de ursos ou de leões ferozes” (Sb 11,17). Certamente, muitos pensam que, no que Moisés escreveu no início do Gênesis: “No princípio, Deus fez o céu e a terra; a terra era invisível e sem ordem” (Gn 1,1) se trata da própria matéria das coisas, e que por essa “terra invisível e sem ordem” parece que Moisés não teria indicado outra coisa a não ser a matéria informe. Se ali se trata mesmo da matéria, segue-se que os princípios dos corpos não são conversíveis. Pois aqueles que puseram como princípios das coisas corporais os átomos, quer os que não podem ser divididos, quer os que podem sê-lo em partes iguais, ou qualquer outro elemento, não puderam colocar entre os princípios o termo *matéria*, isto é, aquilo que antes de mais nada define a matéria. Quando eles fazem da matéria o substrato de todos os corpos, como se fosse uma substância conversível, ou mutável, ou divisível de todas as maneiras, não o poderão fazer segundo a sua natureza própria, com abstração das qualidades. Concordamos com o que eles dizem, nós que recusamos de todas as formas dizer que a matéria é criada ou não feita, como o mostramos mais acima, conforme nos foi possível, quando assinalamos que os diversos tipos de frutas são produzidos por diferentes espécies de árvores, a partir da água e da terra, do ar e do calor, e quando ensinamos que o fogo, o ar, a água e a terra se mudam um no outro e que cada elemento se resolve em um outro em resultado de uma afinidade recíproca; de modo semelhante, quando provamos que entre os homens e os animais a substância da carne tira a sua existência do alimento, e que o humor do sêmen natural se converte em uma carne sólida e em ossos. Tudo isso demonstra que a substância corporal é permutável, e que ela passa de qualquer qualidade a qualquer outra.

7(34). Contudo, é preciso saber que a substância nunca subsiste sem qualidades e que apenas a inteligência distingue que o que é o substrato dos corpos, e é capaz de receber uma qualidade, é a matéria. Houve quem, querendo entregar-se nesse assunto, a uma pesquisa mais profunda, ousou dizer que a natureza corporal não é nada mais do que as qualidades. Com efeito, se a dureza e a brandura, o quente e o frio, o úmido e o seco são qualidades, quando elas são suprimidas junto com as outras desse tipo, nos damos conta de que não há mais substrato, e então parecerá que as qualidades são tudo. É por isso que os adeptos dessa tese tentaram sustentar o seguinte: já que todos aqueles que admitem uma matéria não criada reconhecem que as qualidades foram feitas por Deus, conclui-se, então, que até para eles a própria matéria não é criada, porque as qualidades são tudo, e todos eles, sem oposição, afirmam que elas foram feitas por Deus. Mas aqueles que querem mostrar que as qualidades são acrescentadas de fora a certa matéria subjacente, servem-se de exemplos deste tipo: Paulo está, sem dúvida, ou calado ou falando; ou está acordado, ou dorme; e tem determinada posição do seu corpo, isto é, ou está sentado, ou de pé, ou deitado. Tudo isso para os homens são características acidentais, mas quase nunca podem ser encontrados sem elas. Contudo, a ideia que nós temos de homem não inclui claramente nenhuma dessas características, mas nós o entendemos e consideramos sem ter em conta de modo nenhum a sua atitude, quer ele esteja acordado ou dormindo, falando ou calado, nem as outras circunstâncias acidentais às quais os homens necessariamente estão sujeitos. Assim como consideramos Paulo

sem nenhuma dessas características acidentais, assim podemos compreender o substrato sem as qualidades. Quando o nosso entendimento, tendo afastado da sua compreensão todas as qualidades, contempla, se assim podemos dizer, o ponto da substância isolada subjacente, e presta atenção nela, sem olhar à dureza ou à brandura, ao quente ou ao frio, ao úmido ou ao seco que afetam essa substância, então, numa espécie de artifício do pensamento, parecerá que ela contempla a matéria despojada de todas as qualidades.

8(35). Talvez alguém se pergunte se, nas Escrituras, é possível encontrar algum indício que permita aceitar isso. Parece-me que, nos Salmos, algo está significado por esta palavra do profeta: “Os meus olhos viram a tua incompletude” (Sl 138,16). Parece que a mente do profeta, examinando os princípios das coisas com um olhar mais perspicaz, e, apenas com a inteligência e a razão, distinguindo a matéria das qualidades, sentiu em Deus uma incompletude que se completa, como se deve compreender, pela adição das qualidades. No seu livro,¹⁸ Enoque diz assim: “Caminhei até o que é imperfeito” (1 Enoque 21,1), e suponho que se pode compreendê-lo de modo parecido: a mente do profeta caminhou, perscrutando e discutindo uma a uma todas as coisas visíveis, até chegar àquele princípio onde se vê a matéria imperfeita sem as qualidades. Realmente, no mesmo livro está escrito o que diz Enoque: “Considerarei todas as matérias” (2 Enoque 40,1). Deve-se compreender deste modo: examinei todas as divisões da matéria, que, a partir da unidade, se separaram em cada espécie, ou seja: a dos homens, a dos animais, a do céu, a do sol, e a de tudo o que está neste mundo.

Em seguida, mostramos, conforme pudemos, nas páginas precedentes, que tudo o que existe foi feito por Deus, e que nada existe que não tenha sido feito, exceto a natureza do Pai, do Filho e do Espírito Santo; e, além disso, que Deus, que é bom por natureza, querendo ter seres a quem fizesse o bem, seres que se alegrassem de ter recebido os seus benefícios, fez criaturas dignas dele, isto é, que o possam compreender dignamente – delas ele diz que gerou filhos. Fez assim todas as coisas com número e medida; de fato, para Deus nada é sem limite e sem medida. Pelo seu poder, Deus compreende todas as coisas, e ele mesmo não é compreendido pela inteligência de nenhuma criatura. Só mesmo ele conhece a sua natureza. Com efeito, só o Pai conhece o Filho, e só o Filho conhece o Pai, e só o Espírito Santo perscruta até as alturas de Deus.

Portanto, toda criatura se distingue junto dele como compreendida num número ou medida determinados, isto é, o número para os seres racionais, a medida para a matéria corporal. Era necessário que a natureza intelectual se servisse de corpos, pois ela é entendida como mutável e conversível pelo simples fato da condição de ser criada. Aquilo que não existia e começou a ser por isso mesmo se manifesta como tendo uma natureza mutável e é por isso que a sua virtude e a sua maldade não são substanciais, mas acidentais. Por causa dessa mutabilidade e conversibilidade da natureza racional, ela devia se servir segundo seus méritos, como dissemos, de uma vestimenta corporal de natureza diversa, tendo tal ou qual qualidade. Por todas essas razões, Deus, que conhecia com anterioridade as variações futuras das almas, ou das potências espirituais,

necessariamente criou a natureza corporal capaz de se transformar segundo a vontade do criador, pelas mutações das suas qualidades, em todos os estados que as situações exigissem. É preciso que ela subsista todo o tempo que subsistem os seres que dela têm necessidade como vestimenta. Ora, haverá sempre naturezas racionais que precisarão de vestimenta corporal, por conseguinte, sempre haverá uma natureza corporal da qual as criaturas racionais deverão se servir como vestimenta, a não ser que alguém possa mostrar e provar que a natureza racional possa viver sem corpo nenhum. Acima nós mostramos, discutindo-o em pormenor, o quanto isso é difícil e quase impossível para a nossa inteligência.

9(36). Creio que não é contrário ao nosso trabalho voltar ainda, o mais brevemente possível, à imortalidade das criaturas racionais. Todo ser que participa em alguma realidade é sem dúvida de uma só substância e de uma só natureza com todos os outros seres que participam da mesma realidade. Por exemplo: todos os olhos participam da luz, e é por isso que todos os olhos que participam da luz têm uma mesma natureza; mas, mesmo que todos os olhos participem da luz, contudo, um vê de modo mais nítido, e outro de modo mais embaciado, e portanto nem todos os olhos participam igualmente da luz. Por sua vez, todos os ouvidos percebem a voz ou o som, e é por isso que todos os ouvidos têm uma só natureza; mas, segundo a qualidade de pureza e de boa conservação, cada ouvido escuta mais rápida ou mais lentamente. Passemos, pois, desses exemplos tomados aos sentidos para a contemplação dos que são intelectuais. Toda inteligência que participa da luz intelectual, sem dúvida, deve ser da mesma natureza de outra inteligência que participa igualmente da luz intelectual. Se, portanto, as potências celestes têm participação na luz intelectual, isto é, na natureza divina, porque elas participam na sabedoria e na santificação, e se a alma humana tem participação nessa mesma luz e sabedoria, umas e outras serão de uma só natureza e de uma só substância. Ora, as potências celestiais são incorruptas e imortais: sem dúvida a substância da alma humana é incorrupta e imortal. E não só isso: uma vez que a natureza do Pai, do Filho e do Espírito Santo, que é a única luz intelectual da qual toda a criação tira a sua participação, é incorrupta e eterna, é muito coerente e necessário que toda substância que tira a sua participação dessa natureza eterna seja ela mesma sempre incorruptível e eterna, de modo que a eternidade da bondade divina seja percebida também no fato de que são eternos aqueles mesmos que recebem seus benefícios. Mas, do mesmo modo que vimos pelos exemplos que a luz é percebida de maneira distinta, conforme a vista daquele que olha, tem qualidades de mais esbatida ou de mais aguda, assim também, quando se trata do Pai, do Filho e do Espírito Santo, é preciso respeitar a diversidade na maneira de participar neles segundo a intenção do pensamento e a capacidade da mente.

Por outro lado, consideremos se não parece contrário à religião dizer que a mente, que é capaz de compreender a Deus, possa receber a morte na sua substância, como se o fato de poder compreender a Deus e nela pensar não fosse suficiente para lhe conferir a perpetuidade. Tanto mais que, mesmo que a mente, por negligência, chegue ao ponto de não poder receber Deus nela com pureza e integridade, contudo, ela possui sempre em si mesma como que sementes que lhe permitem restaurar e reencontrar uma compreensão

melhor, uma vez que o homem interior, do qual se diz que é racional, se renova segundo a imagem e a semelhança de Deus, que o criou. É por isso que o profeta diz: “Todos os confins da terra se lembrarão do Senhor e se voltarão para ele, e todas as famílias das nações o adorarão na sua presença” (Sl 21,28).

10(37). Se alguém ousa atribuir àquele que foi feito à imagem e semelhança de Deus uma corrupção que atinja a própria substância, ele estende, penso eu, o motivo da sua ofensa à religião e até o próprio Filho de Deus, pois nas Escrituras o Filho também é chamado imagem de Deus. Aquele que mantém essa opinião acusa certamente a autoridade da Escritura, que diz que o homem foi feito à imagem de Deus. Está claro que os sinais dessa imagem de Deus no homem não podem ser reconhecidos nas formas do corpo que se corrompe, mas pela prudência de ânimo, pela justiça, pela moderação, pela fortaleza, pela sabedoria, pela disciplina, em resumo, em todo o conjunto das virtudes presentes em Deus de modo substancial, e no homem pelo seu esforço e pela imitação de Deus, conforme o que diz o Senhor no Evangelho: “Sede misericordiosos como vosso Pai é misericordioso” (Lc 6,36), e “Sede perfeitos como vosso Pai é perfeito” (Mt 5,48). Isso mostra com evidência que em Deus todas essas virtudes existem sempre, sem poder progredir nem regredir, mas que nos homens são adquiridas pouco a pouco e uma de cada vez. É por aqui que os homens parecem ter certo parentesco com Deus, pois Deus conhece tudo e nenhuma realidade intelectual lhe fica escondida. Com efeito, só Deus, o Pai, o Filho único, e o Espírito Santo, não somente conhece o que criou, mas ainda possui o conhecimento de si mesmo. Contudo, a mente pode, progredindo do menor até o maior, e do visível para o invisível, chegar a uma compreensão mais perfeita. De fato, ela está colocada num corpo e deve progredir das realidades sensíveis, que são corporais, para aquelas que não são sensíveis, mas incorporais e intelectuais. Mas para que não pareça inconveniente dizer que as realidades intelectuais não podem ser alcançadas pelos sentidos, utilizamos como exemplo uma afirmação de Salomão: “Encontrarás também uma sensibilidade divina” (Pr 2,5). Isso mostra que as realidades intelectuais são procuradas não com um sentido corporal, mas com outro sentido, chamado divino.

É com esse sentido que devemos contemplar cada um dos seres racionais de que falamos acima, é com esse sentido que devemos entender aquilo de que falamos, e considerar o que escrevemos. Pois a natureza divina conhece até o que pensamos interiormente, em silêncio. É preciso julgar o que dizemos e todas as consequências que daí se podem tirar de acordo com os princípios expostos acima.

¹ Neste livro, como no último, dispomos de três fontes: a Antologia denominada Filocalia, organizada em grego por Basílio Magno e Gregório Nazianzeno, a tradução de Rufino, e algumas passagens de Jerônimo. Todas as versões incluem retoques introduzidos pelos discípulos de Orígenes na tentativa de minimizar certas opiniões do mestre que tinham sido objeto de crítica das autoridades eclesiais; mas, na comparação entre o texto da Filocalia e o de Rufino, verifica-se que o texto latino deste inclui muitas frases que não constam do grego; essas frases são quase sempre explicações para deixar o texto mais claro, ou contornar alguma dificuldade doutrinal. Geralmente se considera que essas explicações são adendos devidos a Rufino, que, como ele mesmo diz neste prefácio, queria evitar que Orígenes parecesse menos ortodoxo; mas nem todos os comentaristas e editores críticos são dessa opinião, e alguns afirmam, conforme os casos, que esses trechos estavam no original, e que os

autores da Filocalia os suprimiram, pelas mesmas razões que Rufino aduz. Por outro lado, tanto a Filocalia como Rufino confessadamente retiraram algumas passagens que podiam induzir a supor menos ortodoxia em Orígenes. Crouzel/Simonetti apresentam os dois textos na mesma página, seguidos de ambas as traduções; e Crombie (ANF), também as duas traduções, mas sem os originais. Porém, Harl, e outros, apresentam só Rufino. Nessas condições, seguindo a opinião da maioria, que considera a Filocalia mais confiável, foi esse o texto que traduzimos, apenas nos servindo de Rufino para esclarecer alguns pontos de mais difícil tradução e interpretação. (N.T.)

2 Até ao final deste capítulo, algumas versões apresentam uma divisão em itens diferente desta que seguimos. (N.T.)

3 Nessa passagem, há três versões: a Filocalia (grego) afirma que Esaú foi odiado por Deus antes de estar (*pro...koilian*) no seio da mãe, o que implica a preexistência da alma; Jerônimo (Carta 124, 8) acusa Orígenes de aceitar a preexistência das almas reforçando a frase com o advérbio “antiquitas” – muito antes de que estivessem no seio de Rebeca –, e Rufino atenua a questão dizendo “quando ainda estava”; esta parece ser a versão mais correta, pois não só corresponde ao contraste entre a situação de cada gêmeo, como atenua a doutrina da preexistência que em outras obras de Orígenes não é tão explícita, e se enquadra melhor nos debates doutrinários da época. (N.T.)

4 Esta passagem: “Por isso (...) bem supremo”, não se encontra na Filocalia, mas está tanto em Rufino como em Jerônimo (Carta 124,8) e parece ser original de Orígenes; os autores da Filocalia a teriam suprimido por verem nela motivo de controvérsias. (N.T.)

5 Há dois apócrifos do AT que por vezes são confundidos: *A Ascensão de Moisés*, e a *Assunção*, ou *Testamento de Moisés*. Orígenes cita um deles, tal como São Judas o faz na sua Carta, sem, no entanto, o considerar livro inspirado. (N.T.)

6 Ou 1Rs 18,10: passagem que alguns manuscritos do AT omitem. (N.T.)

7 Jesus, ou Josué, filho de Josedec, sumo sacerdote. (N.T.)

8 Cf. *Peri Archōn* I, 4,3-5; e II 3,6 (N.T.).

9 Orígenes confundiu Mt 24,21, que tem a frase, mas não a palavra *katabolē*, com Jo 17,24, que tem a palavra *katabolē* numa frase diferente. (N.T.)

10 O problema do fim do mundo é considerado aqui, como em *Peri Archōn* II,1-3, do ponto de vista da corporeidade. Mas ele sublinha a perspectiva da união do homem com Deus e contém o que foi dito no capítulo precedente a propósito de 1Cor 15,28, a submissão de Cristo ao seu Pai e Deus, tornando-se tudo em todos. Acerca da questão da corporeidade e da incorporeidade final, Orígenes deixa a questão em aberto.

11 Nos três capítulos do Livro IV, Orígenes fornece uma ampla abordagem teórica sobre a Sagrada Escritura e a sua interpretação. O capítulo I da *Filocalia de Orígenes* (1,1-27) reproduz este tratado de hermenêutica do *Peri Archōn* IV,1-3, enunciando perfeitamente as suas duas grandes partes: uma parte sobre a *inspiração divina das Escrituras* (1,1-7) e uma outra parte sobre as *regras de sua interpretação* (1,8-21). Esta é completada com um exemplo de interpretação da história de Israel (1,22-27). A existência do tratado da interpretação no final do *Peri Archōn* tem por objetivo justificar o recurso à argumentação escriturística nas demonstrações teológicas. Este tratado é uma reflexão final sobre o método utilizado.

12 A técnica exegética de Orígenes é condicionada por três princípios fundamentais: O primeiro é *prático*, pelo qual toda a Escritura na qual toda palavra tem a sua precisa razão de ser, deve ser espiritualmente útil ao intérprete. O segundo é *ideológico* e consiste na identificação entre conteúdo espiritual e conteúdo cristológico, razão pela qual só se atingirmos a Cristo é que o estudo da Escritura logrará ser verdadeiramente útil. O terceiro é *estrutural* e consiste na dimensão em dois níveis que platonicamente Orígenes entrevê no universo: em consequência, deve-se elevar-se do primeiro nível, sensível, para o segundo, inteligível. Esse último critério exegético, onde a interpretação espiritual, correspondendo ao segundo nível, o mais importante nível da realidade, será estendida a toda Escritura. Tal fundamento teórico, que se sobrepõe à interpretação literal (que corresponderia ao primeiro nível platônico da realidade), será duramente criticado. Cf. M. SIMONETTI, *Lettera e/o Allegoria. Un contributo alla storia dell'esegesi patristica*. Roma: Institutum Patristicum “Augustinianum”, 1985, p. 79-81.

[13](#) A contagem do tempo da pregação de Jesus pelos primeiros cristãos foi feita de várias maneiras e variava de um a três anos; mais tarde, Orígenes aderiu ao cálculo dos três anos. (N.T.)

[14](#) Literalmente: *enthousiasmós*. Trata-se do arroubo místico pelo qual o leitor pressentiu o caráter inspirado da Escritura. Não se trata absolutamente de um êxtase inconsciente. O “entusiasmo” é provocado pela graça do conhecimento de Deus comunicado pelo Filho.

[15](#) Segundo outras numerações, o 2.1 seria o 1.8, e assim sucessivamente (2.2 = 1.9 etc.). (N.T.)

[16](#) Aqui termina o texto da Filocalia; voltamos agora ao texto de Rufino; a numeração alternativa dos parágrafos, que desde IV 2,1 era 1,8 e assim até 1,28, termina aqui e é substituída por outra, aqui começa em 24 e vai até 38. (N.T.)

[17](#) Rufino, na sua tradução, acrescenta às Escrituras o adjetivo canônicas, termo que Orígenes não usa. (N.T.)

[18](#) Orígenes cita o Livro de Enoque (cf. também I 3,3) como parte das Escrituras, mas não o considera Escritura inspirada no mesmo grau que as principais. (N.T.)

Coleção **PATRÍSTICA**

1. Padres Apostólicos, Clemente Romano – Inácio de Antioquia – Policarpo de Esmirna – Pseudo-Barnabé – Hermas – Pápias – Didaqué
2. Padres Apologistas, Carta a Diogneto – Aristides – Taciano – Atenágoras – Teófilo – Hérmiás
3. Apologias e Diálogo com Trifão, Justino de Roma
4. Contra as heresias, Ireneu de Lião
5. Explicação dos símbolos (da fé) – Sobre os sacramentos – Sobre os mistérios – Sobre a penitência, Ambrósio de Milão
6. Sermões, Leão Magno
7. A Trindade, S. Agostinho
8. O livre-arbítrio, S. Agostinho
- 9/1. Comentário aos Salmos (Salmos 1-50), S. Agostinho
- 9/2. Comentário aos Salmos (Salmos 51-100), S. Agostinho
- 9/3. Comentário aos Salmos (Salmos 101-150), S. Agostinho
10. Confissões, S. Agostinho
11. Solilóquios – A vida feliz, S. Agostinho
12. A Graça (I), S. Agostinho
13. A Graça (II), S. Agostinho
14. Homilia sobre Lucas 12 – Homilias sobre a imagem do homem – Tratado sobre o Espírito Santo, Basílio de Cesareia
15. História eclesiástica, Eusébio de Cesareia
16. Os bens do matrimônio – A santa virgindade consagrada – Os bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana, S. Agostinho
17. A doutrina cristã, S. Agostinho
18. Contra os pagãos – A encarnação do Verbo – Apologia ao imperador Constâncio – Apologia de sua fuga – Vida e conduta de S. Antão, S. Atanásio
19. A verdadeira religião – O cuidado devido aos mortos, S. Agostinho
20. Contra Celso, Orígenes
21. Comentário ao Gênesis, S. Agostinho

22. Tratado sobre a Santíssima Trindade, S. Hilário de Poitiers
23. Da incompreensibilidade de Deus – Da Providência de Deus – Cartas a Olímpia, S. João Crisóstomo
24. Contra os Acadêmicos – A Ordem – A grandeza da Alma – O Mestre, S. Agostinho
25. Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos / Explicação da Carta aos Gálatas / Explicação incoada da Carta aos Romanos, S. Agostinho
26. Examerão – os seis dias da criação, S. Ambrósio
- 27/1. Comentário às Cartas de São Paulo/1 – Homílias sobre a Carta aos Romanos – Comentário sobre a Carta aos Gálatas – Homílias sobre a Carta aos Efésios, S. João Crisóstomo
- 27/2. Comentário às Cartas de São Paulo/2 – Homílias sobre a Primeira Carta aos Coríntios – Homílias sobre a Segunda Carta aos Coríntios, S. João Crisóstomo
- 27/3. Comentário às Cartas de São Paulo/3 – Homílias sobre as cartas: Primeira e Segunda a Timóteo, a Tito, aos Filipenses, aos Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses, a Filemon, aos Hebreus, S. João Crisóstomo
28. Regra Pastoral, S. Gregório Magno
29. A criação do homem / A alma e a ressurreição / A grande catequese, S. Gregório de Nissa
30. Tratado sobre os Princípios, Orígenes
31. Apologia contra os livros de Rufino, S. Jerônimo
32. A fé e o símbolo / Primeira catequese aos não cristãos / A disciplina cristã / A continência, S. Agostinho

Direção Editorial

Claudio Avelino dos Santos

Coordenação de desenvolvimento digital

Erivaldo Dantas

Título original

Orígenes "Peri Archōn": Eineundogmatiche Dogmatik

Tradução

João Eduardo Pinto Basto Lupi

Coordenação editorial

Bento Silva Santos

Supervisão

Heres Drian de Oliveira Freitas, osa

Assistente editorial

Jacqueline Mendes Fontes

Revisão

Iranildo Bezerra Lopes

Thiago Augusto Dias de Oliveira

Capa

Marcelo Campanhã

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Orígenes

Tratado sobre os princípios / Orígenes; [traduzido por João Eduardo Pinto Basto Lupi]. — São Paulo: Paulus, 2012. — (Coleção Patrística; 30)

Bibliografia.

eISBN 9788534939065

1. Orígenes. De principiis 2. Teologia I. Título. II. Série.

12-07001 CDD-230

Índices para catálogo sistemático:

1. Teologia cristã 230

© PAULUS – 2014

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 São Paulo (Brasil)

Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5084-3066

www.paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

eISBN 9788534939065

Hildegarda de Bingen

Scivias

(Scito Vias Domini)

Conhece os caminhos do Senhor



Scivias

de Bingen, Hildegarda

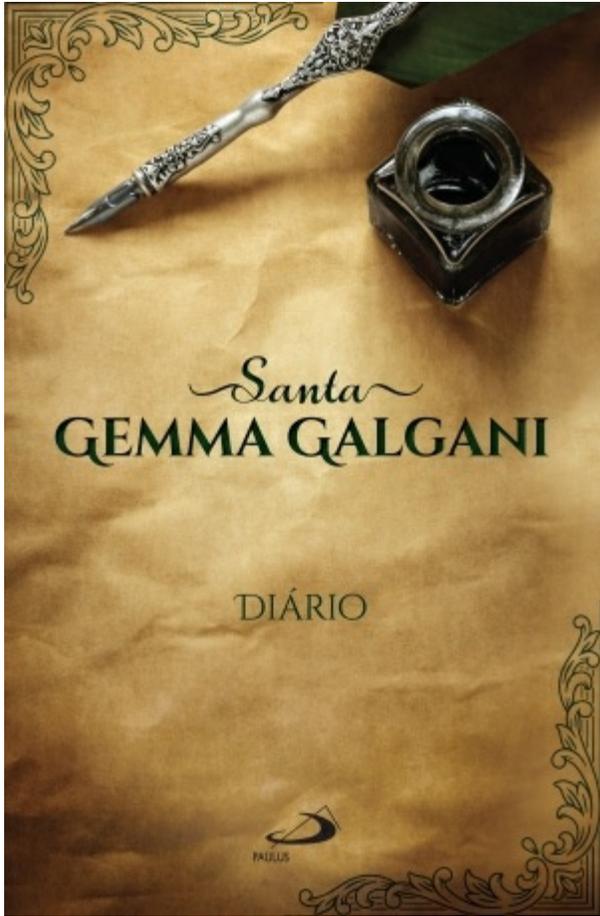
9788534946025

776 páginas

[Compre agora e leia](#)

Scivias, a obra religiosa mais importante da santa e doutora da Igreja Hildegarda de Bingen, compõe-se de vinte e seis visões, que são primeiramente escritas de maneira literal, tal como ela as teve, sendo, a seguir, explicadas exegeticamente. Alguns dos tópicos presentes nas visões são a caridade de Cristo, a natureza do universo, o reino de Deus, a queda do ser humano, a santificação e o fim do mundo. Ênfase especial é dada aos sacramentos do matrimônio e da eucaristia, em resposta à heresia cátara. Como grupo, as visões formam uma summa teológica da doutrina cristã. No final de Scivias, encontram-se hinos de louvor e uma peça curta, provavelmente um rascunho primitivo de Ordo virtutum, a primeira obra de moral conhecida. Hildegarda é notável por ser capaz de unir "visão com doutrina, religião com ciência, júbilo carismático com indignação profética, e anseio por ordem social com a busca por justiça social". Este livro é especialmente significativo para historiadores e teólogas feministas. Elucida a vida das mulheres medievais, e é um exemplo impressionante de certa forma especial de espiritualidade cristã.

[Compre agora e leia](#)



Santa Gemma Galgani - Diário

Galgani, Gemma

9788534945714

248 páginas

[Compre agora e leia](#)

Primeiro, ao vê-la, causou-me um pouco de medo; fiz de tudo para me assegurar de que era verdadeiramente a Mãe de Jesus: deu-me sinal para me orientar. Depois de um momento, fiquei toda contente; mas foi tamanha a comoção que me senti muito pequena diante dela, e tamanho o contentamento que não pude pronunciar palavra, senão dizer, repetidamente, o nome de 'Mãe'. [...] Enquanto juntas conversávamos, e me tinha sempre pela mão, deixou-me; eu não queria que fosse, estava quase chorando, e então me disse: 'Minha filha, agora basta; Jesus pede-lhe este sacrifício, por ora convém que a deixe'. A sua palavra deixou-me em paz; repousei tranquilamente: 'Pois bem, o sacrifício foi feito'. Deixou-me. Quem poderia descrever em detalhes quão bela, quão querida é a Mãe celeste? Não, certamente não existe comparação. Quando terei a felicidade de vê-la novamente?

[Compre agora e leia](#)



DOCAT

Vv.Aa.

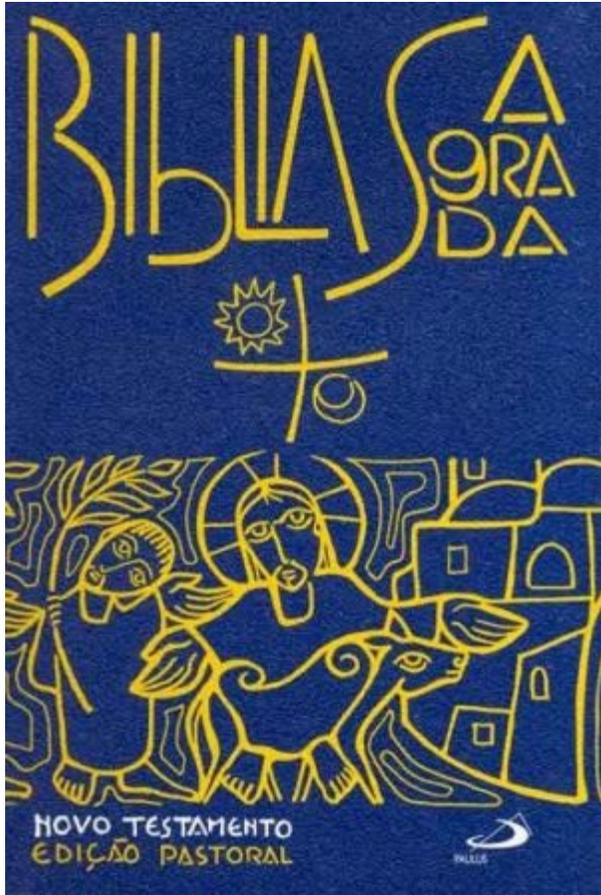
9788534945059

320 páginas

[Compre agora e leia](#)

Dando continuidade ao projeto do YOUCAT, o presente livro apresenta a Doutrina Social da Igreja numa linguagem jovem. Esta obra conta ainda com prefácio do Papa Francisco, que manifesta o sonho de ter um milhão de jovens leitores da Doutrina Social da Igreja, convidando-os a ser Doutrina Social em movimento.

[Compre agora e leia](#)



Bíblia Sagrada: Novo Testamento - Edição Pastoral

Vv.Aa.

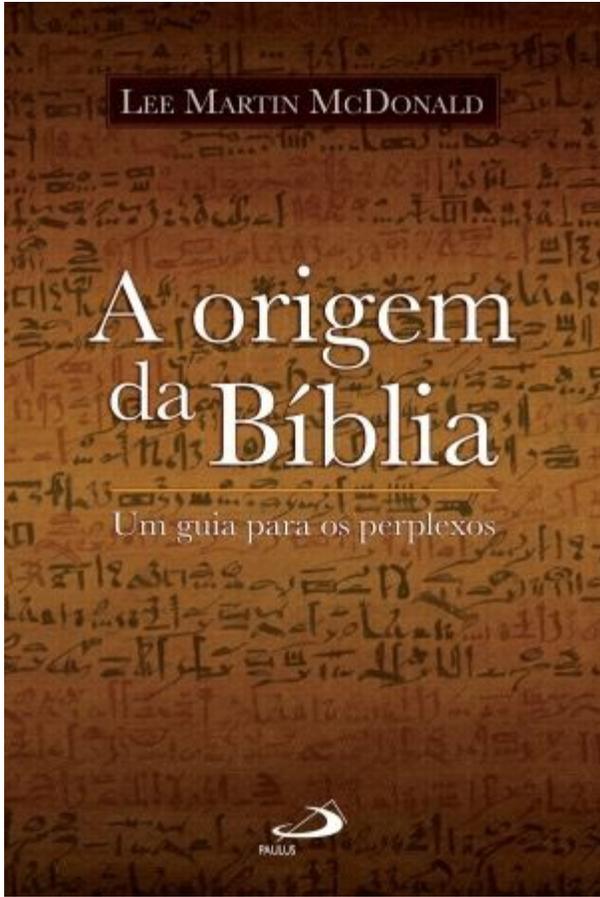
9788534945226

576 páginas

[Compre agora e leia](#)

A Bíblia Sagrada: Novo Testamento - Edição Pastoral oferece um texto acessível, principalmente às comunidades de base, círculos bíblicos, catequese e celebrações. Com introdução para cada livro e notas explicativas, a proposta desta edição é renovar a vida cristã à luz da Palavra de Deus.

[Compre agora e leia](#)



A origem da Bíblia

McDonald, Lee Martin

9788534936583

264 páginas

[Compre agora e leia](#)

Este é um grandioso trabalho que oferece respostas e explica os caminhos percorridos pela Bíblia até os dias atuais. Em estilo acessível, o autor descreve como a Bíblia cristã teve seu início, desenvolveu-se e por fim, se fixou. Lee Martin McDonald analisa textos desde a Bíblia hebraica até a literatura patrística.

[Compre agora e leia](#)

Índice

APRESENTAÇÃO	6
SOBRE OS PRINCÍPIOS DE ORÍGENES	9
1. PERFIL DA PERSONALIDADE DE ORÍGENES	10
2. O TEXTO DO TRATADO SOBRE OS PRINCÍPIOS	11
3. A OBRA Peri Archōn (SOBRE OS PRINCÍPIOS)	15
4. ORÍGENES, “O GÊNIO DO CRISTIANISMO”	26
5. A EDIÇÃO BRASILEIRA DO Peri Archōn	27
Prólogo de Rufino	31
Prefácio	34
Iª Parte: Exposição geral	39
O Pai, o Filho e o Espírito Santo	40
1. Deus	40
2. Cristo	45
3. Espírito Santo	54
4. A degradação e a queda	59
5. As naturezas racionais	61
6. Do fim, ou da consumação	66
7. Os incorporais e os corporais	70
8. Os anjos	73
O mundo e as criaturas	78
1. O mundo	78
2. A eternidade da natureza corporal	81
3. O começo do mundo e suas causas	82
4. O Deus da Lei e dos profetas é o mesmo que o Pai do Senhor Jesus Cristo	88
5. O justo e o bom	91
6. Como o Salvador revestiu a natureza humana	96
7. O Espírito Santo	100
8. Sobre a alma	103
9. Do mundo, dos movimentos das criaturas racionais, boas ou más, e das suas causas	107
10. A ressurreição	112
11. As promessas	117

Prefácio de Rufino	124
1. Sobre o livre-arbítrio	124
2. As potências adversárias	139
3. As três formas de sabedoria	147
4. Se é verdade o que dizem que cada um tem duas almas	151
5. O mundo começou no tempo	155
6. Sobre o fim do mundo	160
A propósito do caráter inspirado da Escritura divina e como ela deve ser lida e compreendida	166
1. As Escrituras são inspiradas por Deus	166
2. Entendimento literal das Escrituras	170
3. Exegese	175
4. Recapitulação sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo e os outros assuntos que foram acima apresentados	184